



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Geopolítica do Brasil – A consolidação de uma Potência Regional e o despontar de uma Superpotência Emergente (1995 – 2010)

Mestrando

Dr. Cláudio Jorge Neves Ferreira

Orientadora

Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão

Membros do júri: Professor Doutor Heitor Romana; Professora Doutora Raquel Patrício; Professora Doutora Sandra Balão

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Estratégia

**Lisboa
2014**

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

DEDICATÓRIA¹

À minha família, pelos sacrifícios que fez.

À minha avó, por ter estado presente sempre que precisei.

Ao meu irmão, por todo o orgulho que nele tenho.

E, por fim, a todos aqueles que em mim acreditaram.

¹ Ao abrigo do período de transição a decorrer para a aplicação do novo Acordo Ortográfico, optámos pela não adopção do referido acordo para fins de redacção da presente dissertação.

AGRADECIMENTOS

Ao encerrar esta etapa do meu percurso académico com a finalização do trabalho que agora se apresenta, não poderia de deixar de lembrar todas aquelas pessoas e instituições que, directa ou indirectamente, muito contribuíram para a sua realização, prestando-lhes aqui justa homenagem com as sentidas palavras de agradecimento que se seguem.

Assim, gostaria de começar por deixar um especial agradecimento à minha orientadora, a Professora Sandra Maria Rodrigues Balão por, antes de mais, me ter aceitado como seu orientando e, acima de tudo, pela incansável disponibilidade com que se entregou ao desempenho de tão ingrata tarefa. Do desempenho de tais funções destaco, não só as imprescindíveis observações, comentários, sugestões e recomendações de leitura de que muito beneficiou o presente trabalho e o seu autor, como também o não menos importante tacto com que o próprio processo de orientação seria conduzido, e cujo proveito seria colhido, neste particular, não tanto pelo autor do trabalho, mas antes pela sua pessoa. Por este tanto, e pela gentileza que sempre me dispensou, aqui deixo sentido agradecimento à Professora Sandra Balão.

Ainda no âmbito da elaboração do presente trabalho, também não poderia deixar de agradecer ao meu irmão Ricardo Vieira e aos meus bons amigos Nelson Cerqueira e José Carvalho pelo tempo, talento e, sem dúvida alguma, paciência que entregaram no auxílio técnico da composição das imagens que ilustram este trabalho, acrescentando-lhe uma clareza visual que muito contribui para o reforço do sentido da palavra escrita, assim como ao Pedro Barbosa e à Marta Silva pela amizade e altruísmo demonstrados ao disponibilizarem-me os meios informáticos, quando estes se faziam mais necessários e o tempo urgia.

Quanto às instituições, bem como às pessoas de que são feitas, a primeira palavra de agradecimento terá de ser dirigida aos Serviços de Acção Social da antiga Universidade Técnica de Lisboa, especialmente ao Dr. Mesquita e às assistentes sociais que sob a sua direcção trabalham, pela celeridade com que trataram o meu processo de atribuição de bolsa, sem a qual não me teria sido possível concretizar o presente trabalho, ou sequer ter frequentado o ciclo de estudos de mestrado.

Logo em seguida, como que se tratando da outra face de uma mesma moeda, gostaria de deixar também uma palavra de agradecimento ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas que, ao me acolher como “filho da casa”, estaria a possibilitar-me o acesso a um ensino da mais elevada exigência e qualidade, legando-me, assim, um valioso bem que levarei comigo para o resto da vida.

Ainda no que às instituições diz respeito, não poderia deixar passar a oportunidade de endereçar também uma palavra de agradecimento ao Instituto de Defesa Nacional e ao Instituto de Estudos Superiores Militares, pela cordialidade com que me franquearam as suas portas permitindo-me, assim, aceder ao acervo das suas ricas bibliotecas onde encontraria valiosa bibliografia a que, de outra forma, não teria tido acesso.

Num registo menos institucional, estando consciente que o percurso académico é apenas um trecho de um mais amplo, longo, e por vezes sinuoso e escorregadio caminho que é a vida, cumpre-me aqui agradecer, com todo o coração, a todos aqueles que comigo o têm vindo a percorrer, ajudando-me a levantar sempre que caio, e a encorajar-me sempre que as forças ameaçam faltar.

Assim, em primeiro lugar, gostaria de começar por agradecer à minha família, particularmente à minha avó e ao meu irmão, pelos pesados sacrifícios que têm vindo a fazer ao longo do último ano para me darem a possibilidade de levar a cabo este trabalho que aqui se apresenta, o qual, sem aqueles, não teria sido possível realizar.

Logo em seguida, profundo e sentido agradecimento terá de ser endereçado à minha incomparável amiga Cristina Marques por, num momento verdadeiramente crucial da minha vida, me ter dado a conhecer o caminho do estudo que mais tarde ainda me ajudaria a percorrer, contribuindo assim, determinantemente, não só para o moldar do meu percurso de vida, como também da pessoa que sou, feito pelo qual estarei eternamente grato e para sempre em dívida!

Gostaria também de agradecer ainda a um pequeno, mas coeso, grupo de amigos que têm feito, muito de perto, parte do meu percurso de vida e, sem os quais, este teria sido bem mais difícil de palmilhar. Dentre este destaque, à cabeça, Maurício Melo e a sua (nossa) família, acompanhado por Sara Jane Tachi, Inês Travassos, Bruno Machado, Armindo Sousa e André

Ferreira. Pela leal, calorosa e reconfortante amizade que os mencionados sempre tiveram para me oferecer, aqui lhes deixo esta pequena, porém, devida homenagem!

Por último, dispondo aqui de nada mais, se não de palavras que nunca lhe poderão fazer devida justiça, ou que alguma vez possam expressar o profundo sentimento de gratidão e apreço que lhe tenho, gostaria de aqui deixar, com todo o coração, um especial e destacado agradecimento a Rosangela Borges por todo o apoio e incentivo que sempre teve para me dar ao longo deste mestrado, tendo-o feito não raras vezes com pesado sacrifício pessoal, sem que, no entanto, nada mais pedisse que o meu sucesso acadêmico e pessoal.

Pelo importante papel que têm tido no meu percurso de vida, bem como neste seu trecho específico do mestrado, gostaria de dividir com todas as pessoas aqui mencionadas todo e qualquer mérito que este humilde trabalho acadêmico possa ter, reclamando para mim toda a responsabilidade pelo seu conteúdo e seus eventuais deméritos.

RESUMO

A presente dissertação tem como objectivo aferir do poder e potencial de poder do Brasil, com vista à classificação deste país em termos de *status* de poder e sua consequente posição na hierarquia de poderes mundiais. A partir deste estudo geopolítico de linha possibilista (moderada) que explora fundamentalmente a perspectiva de análise do Potencial Estratégico, pretende-se demonstrar, através da identificação das potencialidades e vulnerabilidades do Brasil, que este país possui um determinado conjunto de requisitos geopolíticos que justificam a sua actual classificação como Potência Regional, assim como também a de Superpotência Emergente. Pretende-se ainda demonstrar que, uma vez optimizadas as potencialidades e colmatadas as vulnerabilidades existentes no espaço geopolítico brasileiro – particularmente as verificadas na região Amazónica –, não só o Brasil consolidaria definitivamente o estatuto de Potência Regional, como também estaria a abrir caminho para uma possível futura progressão do estatuto de Superpotência Emergente, para o de Superpotência efectiva.

Palavras-chave: Brasil, Geopolítica, Potencial Estratégico, Amazônia, Integração, *Status* de Poder.

ABSTRACT

The following thesis has an aim to measure Brazil's power and its potential for power in order to classify the mentioned country in terms of power status and its consequent place in the position rank of world powers. With the present geopolitical study, that follows a (moderate) *possibilista* line of thought exploring mainly the strategic potential perspective of analysis, we intend to show that, through the identification of Brazil's potentials and vulnerabilities, the country possesses a certain set of geopolitical conditions that justifies its current classification as a regional power, as well as the one of emerging superpower in the world. We also intend to show that, once the existing potentials of Brazil's geopolitical space are optimized and the vulnerabilities are lessened – particularly the ones verified in the Amazon region – not only Brazil would consolidate its status as a regional power, more over it would pave the way to a possible progression for the status of emerging superpower, into one of an effective superpower.

Key words: Brazil, Geopolitics, Strategic Potential, Amazon, Integration, Power Status.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	vi
ABSTRACT	vi
LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS	xiii
INTRODUÇÃO.....	14
NOTA METODOLÓGICA	36
CAPÍTULO I – A América do Sul e o Brasil.....	42
I.1. América do Sul: fisiopolítica	42
I.1.1. Estrutura Física do Território	42
I.1.2. Divisão Política	46
I.1.3. Compartimentação do Subcontinente Sul-Americano	49
I.1.4. O Brasil no Subcontinente.....	58
I.1.4.1. Projecção Geopolítica do Brasil no Subcontinente	60
I.1.4.2. Antagonismos Geopolíticos no Subcontinente	67
CAPÍTULO II – Brasil: factores estáveis e factores variáveis.....	71
II.1. Factores Estáveis.....	71
II.1.1. Extensão e Configuração	71
II.1.2. Posição	72
II.1.3. Estrutura Física	80
II.1.4. Clima.....	82
II.2. Factores Variáveis.....	83
II.2.1. Recursos Naturais	83
II.2.2. População.....	85
II.2.2.1. Estruturas Sociais.....	85
II.2.2.2. Estruturas Económicas.....	93
II.2.2.3. Estruturas Políticas	129
CAPÍTULO III – Geopolítica da Amazónia.....	151
III.1. Amazónia Global, Amazónia Brasileira e Amazónia Legal.....	151
III.1.1. Factores Estáveis: extensão, configuração, posição, estrutura fisiopolítica e clima ..	151
III.1.2. Factores Variáveis	155
III.1.2.1. População	155
III.1.2.2. Recursos Naturais	156
III.2. Interferências Externas	170
III.3. Integração da Amazónia Legal	179
CAPÍTULO IV - Brasil Potência.....	190
IV.1. Factores do Poder	190
IV.1.1. Dimensão e Posição Geográfica.....	190
IV.1.2. População	192
IV.1.3. Recursos Naturais.....	194
IV.1.4. Capacidade Económica, Industrial, Tecnológica e Científica.....	197
IV.1.5. Capacidade Militar	201
IV.1.6. Coesão Interna.....	204

IV.2. Síntese das Condições Geopolíticas do Brasil e <i>Status</i> de Potência	207
CONCLUSÃO.....	210
BIBLIOGRAFIA	219
ANEXOS	230

ÍNDICE MAPAS

Mapa I: Ilhas, Quase-Ilhas, Semi-Ilhas, Ilhéus e Quase-Ilhéus de Poder Global no Mundo ...	18
Mapa II: Ilhas, Quase-Ilhas, Semi-Ilhas, Ilhéus e Quase-Ilhéus de Poder Global no Mundo (Com o nível de poder dos países mencionados que compõem as Semi-Ilhas pormenorizado)	18
Mapa III: Subcontinente Sul-Americano: principais características do relevo	44
Mapa IV: Divisão Política: a linha de Tordesilhas e as Américas espanhola e portuguesa	47
Mapa V: Compartimentação do Subcontinente Sul-Americano por Regiões Naturais.....	50
Mapa VI: Linhas de Tendência da Projecção Geopolítica do Brasil.....	61
Mapa VII: Configuração do Brasil: mista – compacta/alongada	72
Mapa VIII: Brasil: fronteira terrestre e linha de litoral	75
Mapa IX: Maritimidade e Continentalidade	76
Mapa X: Continentalidade do Brasil	76
Mapa XI: Núcleo Geohistórico e Ecúmene Estatal	78
Mapa XII: Posição do Brasil Face ao Atlântico	79
Mapa XIII: Permeabilidade Natural do Território Brasileiro	81
Mapa XIV: Mapa Climatológico do Brasil	82
Mapa XV: Mapa das Massas de Ar	82
Mapa XVI: Arquipélago Ecuménico Brasileiro	90
Mapa XVII: Mapa das Correntes de Migração Interna	93
Mapa XVIII: Dinâmica Integradora do Arquipélago Ecuménico Brasileiro	93
Mapa XIX: Arquipélago Geoeconómico Brasileiro	94
Mapa XX: Evolução da Estrutura Político-Administrativa I.....	130
Mapa XXI: Evolução da Estrutura Político-Administrativa II.....	131
Mapa XXII: Evolução da Estrutura Político-Administrativa III	131
Mapa XXIII: Evolução da Estrutura Político-Administrativa IV	132
Mapa XXIV: Evolução da Estrutura Político-Administrativa V	136

Mapa XXV: Actual Estrutura Político-Administrativa	138
Mapa XXVI: A Amazónia Global no Subcontinente Sul-Americano	151
Mapa XXVII: Amazónia Global, Amazónia Brasileira e Amazónia Legal	151
Mapa XXVIII: Amazónia Legal.....	153
Mapa XXIX: Mapa Geológico da Amazónia Legal.....	160
Mapa XXX: Era Geológica Pré-Cambriana na Amazónia: principais depósitos minerais	164
Mapa XXXI: Era Geológica do Paleozóico na Amazónia: principais depósitos minerais	165
Mapa XXXII: Período Geológico do Terciário na Amazónia.....	166
Mapa XXXIII: Província Mineral de Carajás: mapa geológico simplificado e principais depósitos minerais	169

ÍNDICE FIGURAS

Figura n.º 1: Modelo: <i>Leopard</i> 1A1BE	113
Figura n.º 2: Modelo: <i>Leopard</i> 1A5BR	113
Figura n.º 3: Modelo: M-60A3/ TTS.....	113
Figura n.º 4: Modelo: M-41B/M-41C.....	113
Figura n.º 5: Modelo: M-113.....	114
Figura n.º 6: Modelo: EE-11 <i>Urutu</i>	114
Figura n.º 7: Modelo: EE-9 <i>Cascavel</i> (408 unidades)	114
Figura n.º 8: Modelo: AS-365 <i>Dauphin</i>	115
Figura n.º 9: Modelo: AS-550U	115
Figura n.º 10: Modelo: AS-532 <i>Cougar</i>	115
Figura n.º 11: Modelo: S-70A-36 <i>BlackHawk</i>	115
Figura n.º 12: Modelo: AS-350 <i>Ecureuil</i> (18 unidades).....	115
Figura n.º 13: Modelo: Classe <i>Tupi</i>	117
Figura n.º 14: Modelo: Classe <i>Tikuna</i>	117
Figura n.º 15: Modelo: <i>São Paulo</i>	117

Figura n.º 16: Modelo: <i>Greenhaigh</i>	117
Figura n.º 17: Modelo: <i>Niteroi</i>	118
Figura n.º 18: Modelo: <i>Inhauma</i>	118
Figura n.º 19: Modelo: <i>Barroso</i>	118
Figura n.º 20: Modelo: <i>Skyhawk</i> (1 Esquadrão)	119
Figura n.º 21: Modelo: MK 21A <i>Super lynx</i>	119
Figura n.º 22: Modelo: SH-3G/H <i>Sea King</i>	119
Figura n.º 23: Modelo: AS-332 <i>Super Puma</i>	119
Figura n.º 24: Modelo: <i>Ecureuil</i> AS-350.....	119
Figura n.º 25: Modelo: EMB-314 <i>Super Tucano</i>	123
Figura n.º 26: Modelo: C-95 <i>Bandeirante</i>	123
Figura n.º 27: Modelo: AS-350 <i>Ecureuil</i>	123
Figura n.º 28: Modelo: P-95A/B <i>Bandeirulhas</i>	124
Figura n.º 29: Modelo: H-60L <i>Blackhawk</i>	124
Figura n.º 30: Modelo: AS-332 <i>Super Puma</i>	124
Figura n.º 31: Modelo: <i>Bell</i> 205	124
Figura n.º 32: Modelo: AS355 <i>Ecureuil</i>	124
Figura n.º 33: Modelo: <i>Mirage</i> 2000B/C.....	125
Figura n.º 34: Modelo: AMX A-1A/B.....	125
Figura n.º 35: Modelo: AT-26 <i>Xavante</i>	125
Figura n.º 36: Modelo: EBM-145 (8 unidades).....	125
Figura n.º 37: Modelo: <i>Learjet</i> 35 ^a	125
Figura n.º 38: Modelo: C-295M	126
Figura n.º 39: Modelo: EMB-190.....	126
Figura n.º 40: Modelo: C/KC-130E/H <i>Hercules</i>	126
Figura n.º 41: Modelo: KC-137.....	126

Figura n.º 42: Modelo: EMB-110.....	126
Figura n.º 43: Modelo: EMB-145SA.....	126
Figura n.º 44: Modelo: F-5E <i>Tiger II</i>	127
Figura n.º 45: Modelo: AMX A-1A/B.....	127
Figura n.º 46: Modelo: EMB-314 <i>Super Tucano</i>	127

ÍNDICE TABELAS

Tabela 1: Potencial Hidroeléctrico da Bacia Amazónica	155
Tabela 2: Regiões Amazónicas e Respectivas Populações Indígenas	178

ÍNDICE ESQUEMAS

Esquema 1: Linhas dos Antagonismos Geopolíticos do Subcontinente Sul-Americano	68
Esquema 2: Proposta de Classificação do <i>Status</i> de Poder do Brasil	286

LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS

BRIC's – Grupo das Economias Emergentes constituído pelo Brasil, Rússia, Índia e China

CDM – Convenção de Montego Bay de Direito do Mar

COMDABRA – Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro

COMGAP – Comando-Geral de Apoio

COMGAR – Comando-Geral de Operações Aéreas

COMGEP – Comando-Geral de Pessoal

EUA – Estados Unidos da América

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NTIC – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

ONG's – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PDN – Política de Defesa Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

EU – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

Objecto de Estudo

A presente dissertação, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Estratégia com vista à obtenção do grau de Mestre, orientada pela Professora Doutora Sandra Balão, tem como principal objectivo desenvolver uma investigação que busca analisar, no período compreendido entre 1995-2010, os factores do espaço geopolítico brasileiro e a dinâmica entre os mesmos estabelecida, de modo a que os produtos resultantes da permanente interacção entre os factores assim obtidos permitam, entre outros possíveis, demonstrar que o Brasil é (ou não) detentor de características que configuram a presença dos elementos necessários à sua efectiva e legítima classificação como Potência Regional (entendida como “um país com poder e influência suficientes para exercer determinado controle sobre a sua região geográfica”²), bem como, a nosso ver, de Superpotência Emergente (concebida como um “Estado considerado com potencial para alcançar a condição de superpotência, ou próxima de superpotência, ao longo do século XXI”³).

Relevância e Actualidade do Objecto de Estudo para a Estratégia

Tendo em conta que a relevância de um estudo geopolítico consiste na recolha de informação e produção de conhecimento imprescindível ao auxílio do decisor político, aquando do processo de tomada de decisão, a presente dissertação orientada para um estudo sobre uma Geopolítica do Brasil encontra justificação no contributo que uma investigação desta natureza poderá representar e fornecer sobre as potencialidades e vulnerabilidades de um país lusófono, com profundas raízes histórico-culturais e diálogo privilegiado com Portugal, especialmente quando o mesmo vive a experiência de um processo de emergência que o poderá catapultar

² Cfr. **SILVA**, Carlos Alberto Pinto (Jan./Fev./2008), “Estatuta Político-Estratégica do Brasil e o Poderio Bélico Nacional: Idéias Para o Planeamento Estratégico”, Kansas: **Military Review**/ Escola de Comando e Estado-Maior dos EUA, Tomo 88, nº1, p. 65. Para uma visão mais elaborada do conceito de *Potência Regional*, que contemple não só a definição do próprio conceito de *Potência* mas que insira ainda aquele nível de poder na hierarquia de poderes que nos serve de referência, contextualizando-o assim, por comparação, face aos demais níveis de poder, consultar Anexo A, intitulado: Conceitos Centrais Operacionais.

³ Cfr. **SILVA**, Carlos Alberto Pinto (Jan./Fev./2008), *Op. Cit.*, **nota 2**, p. 65. Para um entendimento mais preciso do conceito de *Superpotência Emergente*, através da útil comparação deste com o patamar hierárquico imediatamente anterior - Superpotência -, consultar igualmente Anexo A.

para um dos cinco lugares cimeiros da hierarquia de poderes da futura ordem internacional⁴. Neste contexto, o decisor político nacional, devidamente informado sobre as potencialidades e vulnerabilidades do Brasil, poderá vir a encontrar-se melhor preparado para avaliar o actual nível de poder daquele país, assim como do respectivo potencial a efectivar – extremamente relevantes, num momento de transição em que a actual ordem internacional parece estar a transformar-se de unipolar em multipolar⁵ –, tendo como objectivo a adopção da posição mais conveniente para Portugal nessa futura ordem internacional, a resultar da actual fase de transição e transformação em curso. Com efeito, sendo a geopolítica uma disciplina científica que “estudia las mutuas relaciones, influencias, y acciones entre el Estado y el espacio, a fin de aportar conocimientos o soluciones de carácter político”⁶ para o aproveitamento das possibilidades que a natureza coloca à disposição dos espaços politicamente organizados para a aquisição, engrandecimento, manutenção e emprego do poder, através de uma leitura interpretativa integradora, interdisciplinar e com sentido de dinâmica de passado, presente e eventuais tendências futuras⁷, é de admitir que a tendência seja para que, no futuro, os Estados de grande dimensão geográfica, de tipo continental e elevado efectivo populacional, venham a ocupar as posições cimeiras na hierarquia dos poderes mundiais, sob a condição de que o actor político disponha ou adquira o Factor Conhecimento necessário à exploração plena daqueles dois primeiros e indispensáveis atributos.

Decorre daqueles pressupostos que, dos três factores básicos do poder presentes na disputa pelo mesmo (Geografia Física, Geografia Humana e Conhecimento), e estando directamente associado ao primeiro factor, os recursos naturais assumem particular importância na obtenção de poder, sobressaindo de entre eles os alimentares, as matérias-primas industriais, os hídricos e os energéticos, com os dois últimos a adquirirem especial significado estratégico, uma vez que “a água e a energia apresentam-se-nos como os elementos chave da configuração de forças, durante o século XXI”⁸. Consequentemente, determinados espaços geopolíticos produtores de recursos naturais, particularmente energéticos, poder-se-ão vir a

⁴ Cfr. **SANTOS**, José Alberto Loureiro dos (2009), *As Guerras que já aí estão e as que nos esperam se os políticos não mudarem – Reflexões sobre Estratégia VI*, Mem Martins: Publicações Europa-América, p. 36.

⁵ Cfr. idem, pp. 36-39.

⁶ **MARINI**, Jose Felipe (1985), *El Conocimiento Geopolítico*, Buenos Aires: Talleres Gráficos de Errege, p. 44.

⁷ Cfr. **BRIANO**, Justo P. (1977), *Geopolítica y Geoestrategia Americana*, Buenos Aires: Editorial Pleamar, pp. 14 e 15. Para uma visão mais elaborada do conceito de *Geopolítica*, que contemple a problematização inerente ao seu conteúdo e culmine com o estabelecimento inequívoco do mesmo, ver Anexo A.

⁸ **SANTOS**, José Alberto Loureiro dos (2009), *Op. Cit.*, nota 4, p. 88.

transformar em activos centros de poder, enfatizando a redobrada natureza estratégica que estes recursos assumirão ao longo do século XXI.

Por conseguinte, tendo por base o Factor Geografia Física (e os recursos que esta disponibiliza), o Factor Geografia Humana (e o poder humano que a mesma propicia) e o Factor Conhecimento - do qual dependem os meios e a forma como os dois primeiros factores geopolíticos são mobilizados para a aquisição de poder (sendo que este é, por definição um “exercício pelo qual pessoas situadas num certo espaço impõem a sua vontade a outras que ocupam o mesmo ou outro espaço”⁹) -, podemos constatar que determinados espaços geopolíticos e respectivos actores politicamente organizados neles inseridos, possuem melhores condições geográficas para fazer valer a sua vontade sobre os demais espaços e actores existentes no Sistema Internacional.

A partir de tal constatação “podemos afirmar que o planeta é constituído por um conjunto de ilhas activas em termos de poder”¹⁰ com potencial e capacidades desiguais, permitindo antever uma futura ordem internacional moldada em torno de centros irradiadores de poder, cuja hierarquia provavelmente apresentará quatro níveis de poder: as “ilhas” e “quase-ilhas”, as “semi-ilhas”, os “ilhéus”, e os “quase-ilhéus de poder global” no mundo¹¹, sendo que a mesma tem vindo a despontar no decorrer da última década e tenderá a ganhar forma e a estabelecer-se ao longo do século XXI.

No topo da hierarquia de poder avançada, preenchendo em diferente grau os três factores básicos de poder que lhes permite exercer um poder com expressão global, de modo contínuo e por períodos temporais dilatados, impondo a sua vontade e influência aos demais actores políticos, encontrar-se-ão as actuais “ilhas de poder global” Estados Unidos da América (EUA) e China, seguidas das “quase ilhas de poder global” Índia, Rússia e Brasil, actualmente em processo de emergência.

No segundo nível de poder, formando duas “semi-ilhas de poder global”, divisa-se o espaço geopolítico constituído pela União Europeia (UE) - integrando no seu espaço intrínseco três “ilhéus de poder global” (Reino Unido, Alemanha e França) e dois “quase ilhéus” (Itália e

⁹ Idem, p. 82. Para uma visão mais elaborada do conceito de *Poder*, que para além de abranger aquela relação assimétrica (em que um actor impõe a sua vontade sobre o outro) contemple, também, os factores estruturais do poder e as várias formas que este multifacetado fenómeno pode assumir, ver Anexo A.

¹⁰ SANTOS, José Alberto Loureiro dos (2009), *Op. Cit.*, **nota 4**, p. 92.

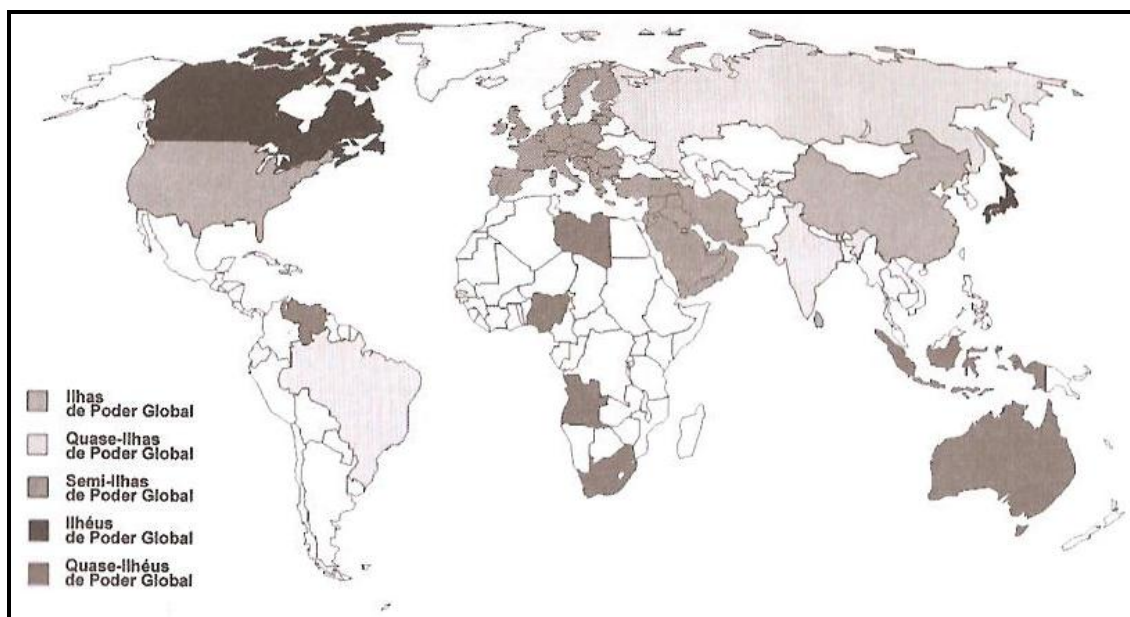
¹¹ Cfr. Idem, p. 103.

Espanha) -, e o co-formado pela Arábia Saudita, Irão e Turquia (que individualmente se poderiam considerar quase-ilhéus de poder global), os quais, ainda que em graus diferentes, preenchem os três factores básicos de poder.

No terceiro nível de poder encontrar-se-ão os desde já “ilhéus de poder global” Canadá e Japão. Apesar de possuírem economias desenvolvidas e elevados índices de desenvolvimento científico-tecnológico, ao não preencherem na totalidade os factores de poder - o primeiro com um reduzido efectivo populacional, e o segundo uma geografia física exígua, fragmentada, com escassos recursos naturais, e ainda uma geografia humana envelhecida -, ambos os países deverão continuar a constar na futura hierarquia de poder na qualidade de “ilhéus de poder global”.

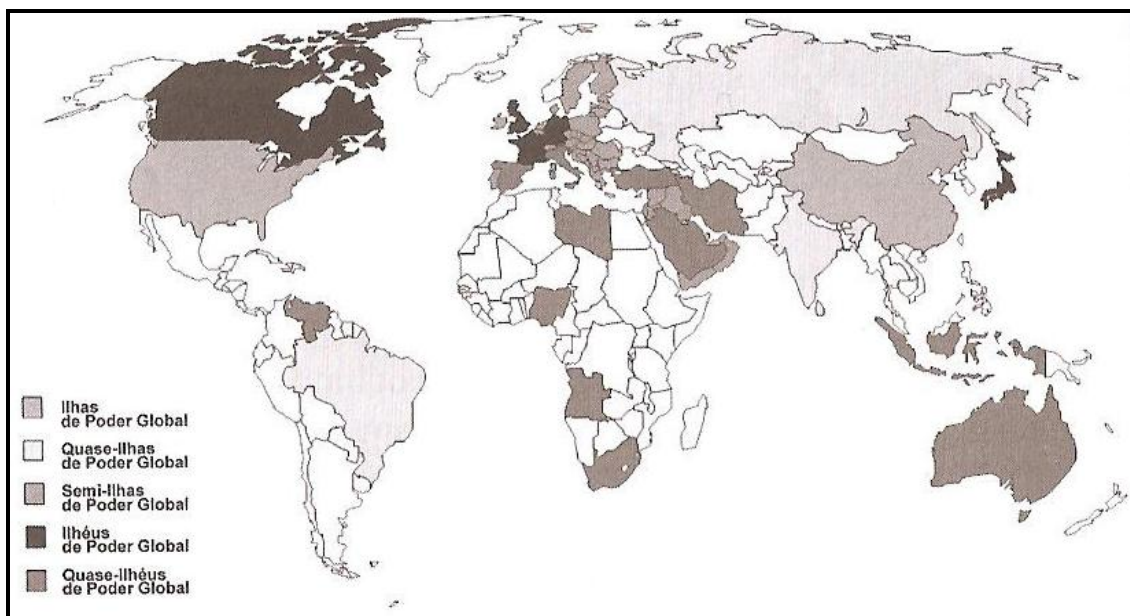
No quarto e último nível de poder contar-se-ão sete “quase-ilhéus de poder global”: África do Sul, Nigéria, Angola e Líbia, Indonésia, Austrália e Venezuela. Apesar destes países apresentarem grandes superfícies territoriais ricas em recursos naturais e, em determinados casos, economias desenvolvidas ou em crescimento acelerado (casos da Austrália, África do Sul e Angola), os mesmos exibem também manifestas insuficiências ao nível da geografia humana (variando estas de caso para caso) como: o número populacional reduzido (Austrália, Angola e Líbia), a falta de coesão étnica, linguística, religiosa e socioeconómica (Nigéria, Líbia, Indonésia, Angola, África do Sul e Venezuela), e o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (de que Austrália constitui a única excepção). Tendo em conta aquelas insuficiências nos domínios do Factor Geografia Humana, a que se soma os baixos índices de desenvolvimento científico-tecnológico no Factor Conhecimento (com excepção para a Austrália e África do Sul), estes países deverão continuar a constar, para já, neste patamar de poder (Ver Mapas I e II).

Mapa I: Ilhas, Quase-Ilhas, Semi-Ilhas, Ilhéus e Quase-Ilhéus de Poder Global no Mundo



Fonte: SANTOS, José Alberto Loureiro dos. *As Guerras que já aí estão e as que nos esperam se os políticos não mudarem*, p.103.

Mapa II: Ilhas, Quase-Ilhas, Semi-Ilhas, Ilhéus e Quase-Ilhéus de Poder Global no Mundo (Com o nível de poder dos países mencionados que compõem as Semi-Ilhas pormenorizado)



Fonte: SANTOS, José Alberto Loureiro dos. *As Guerras que já aí estão e as que nos esperam se os políticos não mudarem*, p. 104.

Tendo em conta os pressupostos teóricos necessários à aquisição de poder, subjacentes à proposta daquela que será a previsível futura hierarquia de poderes, verificamos que os espaços geopolíticos detentores dos indispensáveis atributos de Geografia Física, Humana e Conhecimento onde se possam constituir “ilhas de poder global”, encontram-se circunscritos a um reduzido número de regiões do planeta, implicando que o número dos principais centros de poder seja sempre reduzido. Actualmente constituídos pelos EUA em posição de destaque, China em fase de consolidação, Rússia em reemergência, e Índia e Brasil em fase de emergência, nos anos vindouros do século XXI, poder-se-á vir a assistir a alterações nas posições relativas ocupadas no patamar cimeiro dos poderes mundiais, “mas sempre com estas cinco megapotências no topo”¹².

Já os “ilhéus de poder” – apesar de não preencherem de *per se* os três factores básicos de poder em grau suficiente à sua qualificação como “ilha” ou “quase-ilha de poder global” –, tenderão a assistir a um aumento do seu número e a uma maior variabilidade da sua localização, crescendo se e à medida que os “quase-ilhéus” Itália, Espanha, Irão, Arábia Saudita, África do Sul, Angola, Líbia, Indonésia, Austrália e Venezuela evoluírem para este patamar de poder.

Os demais países, apresentando um perfil geopolítico diversificado, variando desde os Estados pouco dependentes até aos Estados exíguos (provavelmente a situação de Portugal)¹³, encontrar-se-ão a lutar para garantir uma sobrevivência em condições de assegurar os seus interesses vitais, somente mantidos, na maioria das vezes, graças aos apoios externos obtidos¹⁴. Porém, estes países que não constam sequer da futura hierarquia de poderes, “serão todos sobreviventes (...) [e] alguns deles podem soçobrar”¹⁵, incapazes de garantir a própria existência na futura ordem mundial do século XXI.

Tendo em conta os requisitos estabelecidos pela disciplina da geopolítica, no que se refere às questões relativas à aquisição de poder, e que os actores políticos se tornam mais ambiciosos à medida que o respectivo poder aumenta, identificamos igualmente a tendência geopolítica

¹² Idem, *ibidem*, p. 104.

¹³ Cfr. MOREIRA, Adriano (2011), *A Circunstância do Estado Exíguo*, Lisboa: Diário de Bordo Editores.

¹⁴ Cfr. BESSA, António Marques (2001), *O Olhar de Leviathan – Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp. 86-98. Sobre esta questão do poder dos pequenos Estados e as suas estratégias de posicionamento na ordem internacional, com particular ênfase no caso concreto de Portugal, ver também: ALMEIDA, Políbio F. V. (1990), *Do Poder do Pequeno Estado – Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp. 333-378.

¹⁵ SANTOS, José Alberto Loureiro dos (2009), *Op. Cit.*, nota n 4, p. 105.

para que se venham a consolidar grandes blocos regionais um pouco por todo o planeta, “tendo cada um deles [no seu seio], um Estado hegemónico que desempenha o papel de ‘foco’ de irradiação de influência privilegiada sobre as unidades que o constituem”¹⁶. No desenrolar do fio desta tendência “os cinco centros de poder mais importantes (EUA, Brasil, Rússia, Índia e China) tenderão a ser considerados como pólos de grandes regiões”¹⁷, perfilando-se os mesmos como os actores políticos “que estarão no topo do ‘governo do mundo’”¹⁸ no século XXI.

No entanto, mesmo aqueles cinco principais centros de poder mundial terão enormes dificuldades em conservar, isoladamente, o domínio à escala global, por prolongados períodos de tempo. Por conseguinte, EUA, Brasil, Rússia, Índia e China poderão vir a aliar-se uns com os outros por um lado, e por outro tenderão a estabelecerem redes de ligação com os “ilhéus” e “quase-ilhéus de poder global”, criando áreas de influência que “constituirão os novos impérios do futuro”¹⁹.

Neste contexto em que o mundo parece caminhar a passos largos para uma ordem internacional multipolar, na qual as “ilhas” e “quase-ilhas de poder global” EUA, China, Índia, Rússia e Brasil parecem posicionar-se para vir a constituir aquele que será o núcleo duro do governo mundial, apoiando-se numa rede de áreas de influência constituída em articulação com os “ilhéus” e “quase-ilhéus de poder global” – e em que os restantes actores nada mais serão do que meros sobreviventes, tentando garantir a sua existência em condições de assegurar os seus interesses vitais, podendo alguns deles vir mesmo a soçobrar –, a realização de um estudo geopolítico sobre a emergente “quase-ilha de poder global” Brasil, reveste-se da mais oportuna actualidade para a Ciência da Estratégia em geral, e em particular para a sua corrente de pensamento portuguesa e redigida em português.

Com efeito, **a comparação de um Brasil** – possuidor de uma extensão de dimensões continentais dotada dos mais importantes recursos naturais, contando com uma população numerosa, jovem e identitariamente coesa, dominando um elevado nível de conhecimento, afirmando-se desde já como Estado hegemónico do bloco regional designado como Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) – **com um Portugal** de reduzida extensão territorial e parques

¹⁶ Idem, p. 27.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 38.

¹⁸ *Ibidem*, p. 27.

¹⁹ *Ibidem*, p. 107.

recursos naturais, com posição periférica numa UE com o seu centro de gravidade cada vez mais deslocado para a Europa Central e de Leste, com um efectivo populacional diminuto (cerca de 10 milhões) e envelhecido, uma economia de pequena escala e em profunda recessão (evidenciando assim um perfil de pequeno Estado²⁰ a resvalar para uma situação de Estado exíguo²¹), confirma a diferença de poder efectivo e de potencial estratégico entre os dois países perante uma ordem internacional em fase de reconfiguração da hierarquia de poderes, na qual o Brasil parece aposicionar-se favoravelmente para se constituir num dos cinco principais centros de poder mundial no século XXI.

Neste contexto, a actualidade de um estudo geopolítico sobre um país lusófono, que na futura ordem internacional multipolar poderá vir a constituir-se como um dos cinco principais centros de poder global, revela-se pelo contributo que o mesmo poderá aportar ao decisor político no formular das linhas mestras da política externa portuguesa para o século XXI. A futura correlação de poder entre os actores políticos poderá sugerir que Portugal venha a adoptar, em relação ao Brasil, uma posição estratégica semelhante à que o Reino Unido tem vindo a assumir para com os EUA desde o fim da II Guerra Mundial²², de forma a obter o apoio de uma “quase-ilha de poder global” na manutenção dos interesses vitais nacionais por um lado, e por outro procurar aumentar a sua capacidade de projecção de poder para além do que as suas próprias forças poderiam permitir. Tal posição, poder-se-ia afirmar, seria

²⁰ Tendo em conta, por um lado, o exercício realizado por Políbio Almeida, no qual, “tentando [estabelecer] alguma sinonímia entre tamanho e potência”, definiria a pequena potência como “a que pode manifestar interesses que ultrapassam o âmbito nacional mas não dispõe de meios próprios para os alcançar, pelo que tem de socorrer-se de alianças”, e considerando, por outro, as palavras de Adriano Moreira de que “Portugal foi de regra um país dependente de factores externos, decidido a procurar fora do território matricial apoios políticos e recursos materiais que habilitassem o Estado a desempenhar as funções e realizar os objectivos do seu conceito estratégico”, recorrendo para tanto a “elementos exteriores à soberania, especificamente as alianças”, poder-se-ia, com razoabilidade, classificar um pequeno Estado como Portugal, como uma Pequena Potência, sem ferir a sinonímia entre tamanho e potência que Políbio Valente tentou encontrar. Ver: **ALMEIDA**, Políbio F. V. de (1994), *Ensaio de Geopolítica*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto de Investigação Científica Tropical, p. 17. Ver também: **MOREIRA**, Adriano (2011), *Op. Cit.*, **nota 13**, p. 13.

²¹ Contudo, apesar da sinonímia que consideramos existir entre o pequeno Estado de Portugal e a sua classificação como Pequena Potência, também não podemos deixar de concordar com Adriano Moreira quando este nos diz que a actual “crise financeira com pouco precedente alarga o risco de o fazer evoluir [ao Estado português] para Estado exíguo”, uma vez que “a severa crise com que entramos no terceiro milénio (...) parece (...) despertar a compreensão de que (...) as exigências dirigidas à capacidade do Estado ameaçam coloca-lo na categoria de Estado exíguo, quer na definição em progresso das hierarquias da Europa, quer na hierarquia da Europa nas balanças de poderes mundiais”. Ver: **MOREIRA**, Adriano (2011), *Op. Cit.*, **nota 13**, pp. 18 e 14, pela respectiva ordem das citações utilizadas. De referir ainda que, para Adriano Moreira, *Estado Exíguo* “é uma expressão que pretende conceptualizar a carência de recursos e capacidades para, interna e externamente, assegurar as funções da soberania moderna e da administração pública, com preservação da relação de confiança entre o poder político e a sociedade civil, e sustentação do civismo activo dos eleitorados”. Ver: **MOREIRA**, Adriano (2011), *Op. Cit.*, **nota 13**, p. 9.

²² Cfr. **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues (2011), *A Matriz do Poder - Uma Visão Analítica da Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo*. Lisboa: Edições MGI, p. 268.

igualmente válida para os demais países da lusofonia em geral, com Angola a obter uma capacidade de projecção de poder mais condicente com o estatuto de “quase-ilhéu de poder global”, e em especial para S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Timor-Leste e Guiné-Bissau que, tal como Portugal, partilham de uma caracterização geopolítica que na futura ordem internacional os poderá reduzir à condição de meros sobreviventes.

Inovação do Objecto de Estudo para a Estratégia

Da leitura da profícua produção académica da Escola Geopolítica Brasileira (Ver Anexo B), ante a vasta dimensão do território brasileiro, as enormes potencialidades que o mesmo possibilita, mas também os enormes desafios que a sua efectiva exploração coloca, sobressai como denominador comum à generalidade dos muitos geopolíticos que deram a sua contribuição sobre o tema, a quase exclusividade que nos seus trabalhos dispensaram à análise dos factores estáveis do espaço geopolítico brasileiro (**extensão, posição, configuração, clima estrutura física do território**), sem que tenham considerado na devida proporção o Factor Humano. Sendo o Homem o elemento dinamizador do potencial disponibilizado pela natureza, sem o qual qualquer potencialidade oferecida pela geografia física permaneceria inerte, a nossa proposta de análise aqui apresentada, tem no resgatar do Homem do plano secundarizado a que vem sendo votado nos estudos de Geopolítica do Brasil, a principal inovação, elevando-se assim na nossa análise, para um plano de equilíbrio com os factores estáveis, os factores variáveis (**recursos, população e estruturas sociais, económicas e políticas**), pela estreita relação que estes últimos estabelecem com o Factor Humano.

Para o resgatar do Homem desse plano secundário a que vem sendo relegado, procuraremos abordar no nosso estudo, com o mesmo grau de destaque e importância habitualmente conferido somente à análise da extensão, posição, configuração, clima e estrutura física do território brasileiro, o Factor Humano, debruçando-nos sobre o *homem brasileiro* e as estruturas sociais, económicas e políticas por si erguidas sobre o espaço físico que ocupa, recorrendo para tanto a uma análise simultaneamente qualitativa e quantitativa realizada a partir das referências bibliográficas, artigos, estudos, censos e índices estatísticos que servirão de suporte ao nosso intuito de elevação do Factor Humano a um patamar de equilíbrio com o Factor Físico.

Assim, no que às estruturas sociais diz respeito, começaremos por abordar o contributo que os vários elementos biológico-culturais presentes na *etnogénese* da população brasileira aportariam à constituição antro-po-psicológica e cultural do *homem brasílico*, para em seguida aferirmos do seu efectivo populacional, respectiva tendência de evolução e densidade por Região do território e, por último, determo-nos com maior detalhe sobre a sua distribuição espacial por região ecuménica e sua relação com o desenho da rede de vias de comunicação. Para tanto, recorreremos ao “Censo Demográfico 2010”²³ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado a partir do XII Recenseamento Geral do Brasil, e ao auxílio prestado por vários autores que sobre aquelas questões se pronunciaram, recolhendo e articulando os respectivos contributos que, na sua complementaridade, permitiriam uma perspectiva de análise mais ampla e enriquecida, e dos quais destacamos Eduardo Rodrigues Galvão (*Estudo de Problemas Brasileiros*²⁴), Gilberto Freyre (*O Luso e o Trópico*²⁵ e *Casa-Grande & Senzala*²⁶), Golbery do Couto e Silva (*Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*²⁷) e Carlos de Meira Mattos (*Geopolítica e Trópicos*²⁸), pelo contributo estruturante que os seus estudos desempenharam no desenvolvimento da nossa linha de pensamento.

Já relativamente às estruturas económicas, uma vez que a principal inovação que pretendemos introduzir nos estudos de Geopolítica do Brasil consiste em abordar o Factor Humano na mesma proporção que o Factor Físico, começaremos então por analisar aqueles indicadores que, sendo de natureza económica, também expressam uma acentuada dimensão social (como os Indicadores Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, índice de Gini, rendimento familiar mensal *per capita* e rendimento médio mensal), analisando em seguida indicadores de carácter social (como a taxa de escolarização, de alfabetização e de escolaridade) que por sua vez também não deixam de expressar uma dimensão económica (passada e a que se projecta

²³ Cfr. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, “Primeiros resultados definitivos do Censo 2010: população do Brasil é de 190.755.799 pessoas” disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso a: 18/Out./2011;12:12.

²⁴ Cfr. GALVÃO, Eduardo Rodrigues (1988), *Estudo de Problemas Brasileiros*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

²⁵ Cfr. FREYRE, Gilberto (1961), *O Luso e o Trópico – Sugestões Em Torno dos Métodos Portugueses de Integração de Povos Autóctones e de Culturas Diferentes da Europeia Num Complexo Novo de Civilização: O Luso-Tropical*, Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante.

²⁶ Cfr. FREYRE, Gilberto (1957), *Casa-Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, Lisboa: Edições Livros do Brasil.

²⁷ Cfr. SILVA, Golbery do Couto e (1981), *Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro: J. Olympio.

²⁸ Cfr. MATTOS, Carlos de Meira (1984), *Geopolítica e Trópicos*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

para o futuro), e cuja mais-valia da sua contemplação reside não no exame individual de cada indicador, mas na sua avaliação conjunta, a qual nos possibilitará o traçar de um panorama mais abrangente do padrão de desenvolvimento socioeconómico da sociedade brasileira.

Como fonte de informação que nos permitiria acesso àqueles indicadores utilizaremos o estudo estatístico “Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2010”²⁹, elaborado pelo IBGE com objectivo geral de disponibilizar um conjunto de informações sobre a realidade brasileira que possibilitasse aos tomadores de decisão, estudiosos do tema e público em geral, um acompanhamento da sustentabilidade do padrão de desenvolvimento do Brasil, dando continuidade à série iniciada em 2002 e prosseguida em 2004 e 2008.

No referido estudo, tal como se pode ler na introdução do mesmo, “o trabalho de construção de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Brasil é inspirado no movimento internacional liderado pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas”³⁰ e a escolha dos indicadores incluídos no estudo procurou reflectir as particularidades brasileiras, “especialmente no que diz respeito às questões económica e social”³¹, uma vez que “a questão da equidade, na actual edição, segue sendo contemplada”³² em vários indicadores “com a finalidade de explicitar as desigualdades”³³, desagregando-os por Região, cor/raça e género. No que ao período abrangido pelo estudo diz respeito, o Instituto responsável pela sua execução delimitaria os anos compreendidos entre 1992-2008 como o lapso temporal privilegiado para a recolha de informação estatística, coincidindo genericamente com o período por nós delimitado para a realização da presente dissertação (1995-2010).

Tendo em conta os critérios que presidiram à elaboração dos indicadores por parte do IBGE, o período de tempo que cobrem e a pertinência que os mesmos revelam para o desenvolvimento da nossa análise, a opção pelo estudo “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2010” como a fonte de informação privilegiada no acesso aos indicadores sociais e económicos, revelou-se como a mais indicada para o tratamento do Factor Humano na dimensão socioeconómica, prestando um auxílio imprescindível na construção do contributo

²⁹ Cfr. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE** (2010), “Estudos e Pesquisas de Informação Geográfica: Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2010”, Rio de Janeiro: IBGE.

³⁰ Idem, p. 3.

³¹ Idem, *ibidem*, p. 4.

³² *Ibidem*, p. 5.

³³ *Ibidem*, p. 6.

inovador que com a presente dissertação pretendemos dar aos estudos de Geopolítica do Brasil – apreciar o Factor Humano na sua multidimensionalidade, socioeconómica incluída, elevando-o assim a um patamar de equilíbrio com o Factor Físico.

Em seguida, no intuito de darmos prosseguimento àquele contributo inovador de apreciar devidamente o Factor Humano enquanto principal agente geopolítico, passaremos a abordar, ainda no âmbito das estruturas económicas, a influência que o fenómeno demográfico poderá exercer sobre a evolução económica do Brasil – a partir do perspectivar das potencialidades e vulnerabilidades que a actual situação de transição demográfica em curso poderá acarretar para o país no médio e longo-prazo, e quais as políticas públicas que se farão necessárias para assegurar os benefícios das primeiras e evitar as dificuldades que as segundas colocariam.

Para a realização da análise desta dimensão económica da demografia consideraremos indicadores como a evolução das taxas de fecundidade por mulher, de natalidade, esperança média de vida, mortalidade e de crescimento populacional, da população total, jovem e idosa, de dependência demográfica, da população em idade activa, da população ocupada e contribuinte, e da população total ocupada e não-ocupada, procurando perspectivar quais as repercussões que das tendências captadas por tais indicadores poderão advir para o desenvolvimento económico e social do Brasil. Para tanto amparar-nos-emos ainda nas leituras interpretativas que o professor do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, José Eustáquio Diniz Alves, faz de alguns daqueles indicadores no artigo “O Bônus Demográfico e o Crescimento Econômico no Brasil”³⁴, assim como das feitas pelo professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional e do Departamento de Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Fausto Brito, no artigo “Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil”³⁵.

Por último, uma vez que as instituições e o aparelho militar são uma construção do agente geopolítico Homem, resultantes essencialmente da capacidade económica de que aquele disponha para a sua estruturação, passaremos a abordar a dimensão militar do Brasil dentro do conjunto das estruturas económicas começando por considerar qual a tendência de investimento que o país tem vindo a realizar nas Forças Armadas em termos de percentual do

³⁴ Cfr. **ALVES**, José Eustáquio Diniz, “O Bônus Demográfico e o Crescimento Econômico no Brasil”, disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/Alvez.pdf. Acesso a: 03/Nov./2011; 10:23.

³⁵ Cfr. **BRITO**, Fausto, “Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil”, São Paulo: Revista Brasileira de Estudos Populacionais, vol. 25, nº 1, p. 3., disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982008000100002>. Acesso a: 05/Nov./2011; 11:42.

PIB, comparando-a com a dos outros principais actores militares mundiais, e quais os reflexos que a tendência de investimento observada acarreta para a inserção do Brasil no mundo e na América do Sul.

Em seguida passamos a analisar a organização da estrutura das Forças Armadas, o número de efectivos, meios de acção e equipamento por Ramo, assim como a capacidade e o nível de desenvolvimento tecnológico-científico alcançado pelo país, passível de aplicação militar e consequente potencial de engrandecimento do poderio bélico do Brasil, e qual o rumo para a política militar que o país deveria traçar para continuar a reforçar este vector de poder apesar dos constrangimentos resultantes de alguns compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito do controlo de armamentos.

Para tanto recorreremos ao credenciado anuário *The Military Balance 2011 – The annual assessment of global military capabilities and defence economics*³⁶ publicado pelo prestigiado Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres como a principal fonte de informação no que à organização da estrutura, número de efectivos, meios de acção e de equipamento das Forças Armadas Brasileiras diz respeito. Relativamente ao desenvolvimento dos raciocínios relativos ao patamar de desenvolvimento tecnológico-científico alcançado, seu potencial e constrangimentos internacionais, servir-nos-emos dos contributos dados pelo General e Geopolítico Carlos de Meira Mattos (*Brasil - Geopolítica e Destino*³⁷), pelo General Carlos Patricio Freitas Pereira (*Geopolítica e o Futuro do Brasil - Amazônia Ocidental e Pantanal Comunidade Sul-Americana*³⁸) e pelo Embaixador e ex-Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil – Samuel Pinheiro Guimarães (“Reflexões Sul-Americanas”³⁹).

Respeitando o modelo de análise elaborado por Jose Felipe Marini na obra *El Conocimiento Geopolítico*⁴⁰ e por nós adoptado para a realização da presente dissertação, bem como dando continuidade ao nosso inovador propósito de analisar o Factor Humano na mesma extensão

³⁶ Cfr. **THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES** (2011), “The Military Balance 2011 – The annual assessment of global military capabilities and defence economics”, London: Routledge – Taylor & Francis Group.

³⁷ Cfr. **MATTOS**, Carlos de Meira (1975), *Brasil - Geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

³⁸ Cfr. **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007), *Geopolítica e o Futuro do Brasil - Amazônia Ocidental e Pantanal Comunidade Sul-Americana*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

³⁹ Cfr. **GUIMARÃES**, Samuel Pinheiro (2010), “Prefácio: Reflexões Sul-Americanas”, in **BANDEIRA**, Luiz Alberto, *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul) 1870-2007*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

⁴⁰ Cfr. **MARINI**, Jose Felipe (1985), *Op. Cit.*, **nota 6**.

que o Factor Físico, uma vez analisadas as estruturas sociais e económicas, passamos a analisar as estruturas políticas do Brasil pelo que as mesmas revelam sobre o *raumsinn*⁴¹ do povo brasileiro, isto é, sobre o sentido de espaço e a aptidão que a sociedade brasileira demonstra para organizar, administrar e otimizar a base física do território sobre a qual actua.

Assim, fazendo uso dos procedimentos de Geohistória, começaremos por abordar a evolução da estrutura político-administrativa do Brasil ao longo dos seus cinco séculos de história, analisando os acontecimentos históricos e os condicionalismos de ordem física catalisadores dos vários processos de divisão e redivisão do território brasileiro, operados pelos vários regimes políticos até à sua actual configuração, destacando a tendência observada para a alternância entre ciclos de descentralização e centralização política e as repercussões dessa alternância para a adequada organização do espaço físico. Para a realização da tarefa a que nos propomos, apoiar-nos-emos essencialmente nos contributos dados sobre o tema avançados pela geopolítica Therezinha de Castro (*Retrato do Brasil - Atlas-Texto de Geopolítica*⁴²) e por Manuel Correia de Andrade (*Geopolítica do Brasil*⁴³), os quais nos possibilitariam a base para uma compreensão mais ampla da relação de permanente interacção que o *homem brasileiro* vem estabelecendo com o território que ocupa à cinco séculos.

Em seguida, tendo em conta a importância da adequada localização da capital política para um Estado, em termos de Segurança e Defesa e administração do território, passamos a analisar o processo de deslocamento da capital do Brasil ao longo da sua história e o estímulo que a sua actual localização na cidade de Brasília induziria para o traçar de um conjunto de vias de comunicação que contribuiriam para uma melhor integração das várias Regiões e Estados da Federação dentro das fronteiras política e económica, servindo-nos para tanto do contributo dado pelo professor de Ciência Política Shiguenoli Miyamoto (*Geopolítica e Poder no Brasil*⁴⁴).

⁴¹ De acordo com Carlos Mendes Dias, o conceito de *Sentido de Espaço* (Raumsinn), desenvolvido pelo geógrafo político Friedrich Ratzel, “dizia respeito a uma maior ou menor aptidão natural dos povos, para a organização e dinamização do meio que habitavam, materializando desta maneira, o próprio sentido de organização do Estado (...), dado que era através dele [do sentido de espaço], que o homem actuava no território habitado e, portanto, no próprio Estado”. In: DIAS, Carlos (2005), *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos*, Lisboa: Prefácio Editora, pp. 70-71.

⁴² Cfr. CASTRO, Therezinha de (1986), *Retrato do Brasil - Atlas-Texto de Geopolítica*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

⁴³ Cfr. ANDRADE, Manuel Correia de (2007), *Geopolítica do Brasil*, Campinas, São Paulo: Papirus Editora.

⁴⁴ Cfr. MIYAMOTO, Shiguenoli (1995), *Geopolítica e Poder no Brasil*, Campinas, São Paulo: Papirus Editora.

No prosseguimento da apreciação das estruturas políticas erguidas pelo Homem e do relevo daquelas para a organização do espaço em que se encontram fixadas e encarregues de organizar, administrar e dinamizar passamos a debruçar-nos sobre a arquitectura do sistema político brasileiro, analisando as características físicas do espaço geopolítico brasileiro e as da composição étnico-cultural da população que o ocupa e que possam ter concorrido para a opção por uma estrutura Federativa, assim como as vantagens e desvantagens para a coesão entre as Regiões, Estados e suas populações resultantes da presente relação estabelecida entre os vários níveis de poder e os órgãos que compõem a actual arquitectura. Para tanto servir-nos-emos dos contributos dados por Lúcia Avelar e Antônio Cintra (“Sistema Político Brasileiro: uma introdução”⁴⁵), Thais de Freitas Moraes (“Neoinstitucionalismo e o Sistema Político Brasileiro”⁴⁶) e do Instituto Ideias – pertencente ao Instituto de Direito do Estado e Ações Sociais – (“Sistema Partidário: Fidelidade partidária e limitações à pulverização dos partidos políticos”⁴⁷).

Por último, colocando uma vez mais em primeiro plano a necessidade de hoje, mais do que nunca, se apreciar o Homem como único sujeito criador de História e principal elemento geopolítico dinamizador do espaço, passaremos a analisar, ainda no âmbito das estruturas políticas, a influência ideológica vinda de fora a que estas se encontram sujeitas no Brasil, em função dos extraordinários progressos científico-tecnológicos ocorridos no presente tempo histórico da modernidade.

Se, por um lado, o ritmo cada vez mais acelerado do desenvolvimento científico-tecnológico tem vindo a dotar o Homem de instrumentos de acção cada vez mais eficazes na submissão da natureza aos seus propósitos, por outro analisaremos como esse mesmo desenvolvimento no campo das comunicações, particularmente o registado no domínio das novas tecnologias de comunicação e informação (NTIC), também tem vindo a dar origem a novas vulnerabilidades no que à coesão interna dos Estados diz respeito. Isto deve-se à cada vez maior dificuldade que os Estados sentem em exercer controlo sobre os fluxos de informação e comunicação de

⁴⁵ Cfr. **AVELAR**, Lúcia e **CINTRA**, Antônio, “Sistema Político Brasileiro: uma introdução”, São Paulo: Editora da Universidade do Estado de São Paulo (Unesp), disponível em: [www.rejuma.org.br/wiki/images/3/38/Federações e relações intergovernamentais.pdf](http://www.rejuma.org.br/wiki/images/3/38/Federações_e_relções_intergovernamentais.pdf). Acesso a: 17/Dez./2011; 17:32.

⁴⁶ Cfr. **MORAIS**, Thais de Freitas, “Neoinstitucionalismo e o Sistema Político Brasileiro”, disponível em: www.cchl.ufrn.br/humanidades/ARTIGOS/GT32/Neoinstitucionalismo%20e20%20. Acesso a: 17/Dez./2011; 21:05.

⁴⁷ Cfr. **INSTITUTO IDEIAS – INSTITUTO DE DIREITO DO ESTADO E AÇÕES SOCIAIS**, “Sistema Partidário Brasileiro: Fidelidade partidária e limitações à pulverização dos partidos políticos”, Rio de Janeiro, disponível em: www.institutoideias. Acesso a: 17/Dez./2011; 23:48.

proveniência externa à comunidade nacional que penetram nos seus territórios com todo o tipo de mensagens potencialmente danosas à preservação do poder nacional do Estado.

Assim, para a realização da análise sobre os novos desafios que o acelerado desenvolvimento tecnológico no campo das comunicações tem vindo a acarretar para o controlo, por parte dos Estados, dos fluxos de informação a circularem nos seus territórios, apoiar-nos-emos, nas obras de Anthony Giddens (*Sociologia*⁴⁸) e da Professora Sandra Balão (*A Matriz do Poder – Uma Visão analítica da Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo*⁴⁹ e “Contributos Para Uma Estratégia da Informação Nacional”⁵⁰) como os suportes bibliográficos de enquadramento teórico à formação de uma perspectiva geral aplicada à realidade global. Já no que à abordagem ao caso concreto da influência ideológica externa sobre as estruturas políticas do Brasil diz respeito, e os efeitos que a mesma tem produzido sobre a elite dirigente do país e a sociedade em geral, servir-nos-emos uma vez mais dos contributos dados por Meira Mattos (*Geopolítica e Modernidade - A Geopolítica Brasileira*⁵¹) e por Samuel Pinheiro Guimarães (“Reflexões Sul-Americanas”⁵²).

Por fim, tendo em conta que no quarto e último capítulo nos propomos submeter o Brasil a um modelo de avaliação de poder e potencial de poder composto pelas variáveis **dimensão e posição geográfica, população, posse de recursos naturais, capacidade económica, industrial e tecnológico-científica, capacidade militar, e coesão interna**, verificamos que, se a primeira se encontra directamente relacionada com o Factor Físico a ser apreciado no âmbito do conjunto dos factores estáveis e se constitui (a par da população) como uma das duas condições estruturantes de desenvolvimento das demais, as restantes cinco variáveis (isto é a esmagadora maioria do conjunto das variáveis), encontram-se directamente relacionadas com o Factor Humano a ser analisado no domínio do conjunto dos factores variáveis. A observação deste facto, se por um lado constitui um argumento adicional para a necessidade de análise do Factor Humano na sua devida proporção, por outro enfatiza a importância da originalidade do nosso contributo para os Estudos de Geopolítica do Brasil ao estudarmos o conjunto dos factores variáveis num patamar de equilíbrio com os factores estáveis.

⁴⁸ Cfr. GIDDENS, Anthony (2009), *Sociologia*, Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.

⁴⁹ Cfr. BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2011), *Op. Cit.*, nota 22.

⁵⁰ Cfr. BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, “Contributos Para Uma Estratégia da Informação Nacional”, disponível em: <http://www.academiamilitar.pt/proelium-n.o-13/a-geopolitica-e-geoestrategica-no-ciberespaco.html>. Acesso a: 07/Set./2012; 19:20.

⁵¹ Cfr. MATTOS, Carlos de Meira (2002), *Geopolítica e Modernidade - A Geopolítica Brasileira*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

⁵² Cfr. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2010), *Op. Cit.*, nota 39.

Por conseguinte, será a partir de uma análise equilibrada, sem preponderância de um conjunto de factores sobre o outro, que procuraremos obter um produto da sua interacção que seja verdadeiramente representativo, quer da base física do território brasileiro, quer também da sociedade constituída e operante sobre o mesmo, como sendo a única forma possível de submeter o país objecto do nosso estudo a uma avaliação do poder (e potencial de poder) nacional brasileiro a mais precisa possível, a qual exigirá a contemplação, por igual, da informação relativa àqueles dois domínios para a operacionalização do conjunto das variáveis do método de avaliação utilizado.

Motivação

A motivação para o desenvolvimento da investigação que aqui se apresenta resultou da percepção dos actuais desafios que a presente fase de transição que a ordem internacional atravessa coloca aos actores estatais em geral, e a Portugal em concreto, no que à sua inserção internacional diz respeito, nomeadamente no formular das linhas mestras da sua política externa para o séc. XXI e eventual necessidade de reajustamento(s) das mesmas em função dos desenvolvimentos a ocorrer no seio de um Sistema Internacional em transformação e pautado pela incerteza e instabilidade.

Com efeito, os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 que poriam fim à ordem internacional unipolar de hegemonia norte-americana, que vigorou ao longo da década de 1990 na sequência da implosão da União Soviética, inaugurariam também o actual período de transição em curso para uma nova ordem que, não estando ainda inteiramente consolidada, já nos permite constatar que “estamos a distanciar-nos do mundo unipolar de hegemonia americana que subsistiu entre Dezembro de 1991 e Setembro de 2001”⁵³, uma vez que “aparecem indícios de que há um movimento importante de construção de [um] novo equilíbrio de poder, a envolver menos unipolaridade e mais multipolaridade”⁵⁴.

De facto, não obstante os EUA se manterem como a primeira potência mundial, marcando a agenda internacional e detendo a liderança política, económica, ideológica, científico-tecnológica e a supremacia militar global – encontrando-se essa supremacia a grande distância

⁵³ BESSA, António Marques e PINTO, Jaime Nogueira (2009), *Introdução à Política – O Poder na História*, Lisboa / São Paulo: Editorial VERBO, p. 308.

⁵⁴ SARAIVA, José Flávio Sombra (2008), “À busca de uma nova sociedade internacional: teoria e prática das relações internacionais no início do século XXI”, in *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*, v. 1., São Paulo: Editora Saraiva, p. 74.

das demais potências –, uma nova geografia política global parece estar a desenhar-se no âmago da actual fase de transição da ordem internacional com a ascensão gradual, ao longo dos últimos dez anos (2000-2010), de um conjunto de novos pólos de poder internacional corporizados por Estados ou organizações de Estados. Dentre estes se destacam o regresso da Rússia, a emergência da China, Índia e Brasil, a reforçada Europa pela ampliação da EU e ainda a emergência de um Sul coligado, hierarquizado e dirigido sob a liderança das potências emergentes, composto grosso modo pela Ásia (liderada pela China), América do Sul (liderada pelo Brasil) e África (liderada pela África do Sul)⁵⁵.

Tendo em conta a observada tendência para que a actual fase de transição em curso evolua no sentido da constituição de uma ordem internacional multipolar, consideramos que tal perspectiva de multipolarização das relações internacionais fará com que as suas dimensões económicas, políticas e militares deixem de se hierarquizar de forma absoluta e linear – como caracteristicamente ocorria no sistema bipolar da Guerra Fria e de forma mais vincada na ordem unipolar da década de 1990 –, conferindo aos Estados maior flexibilidade e margem de manobra nos vários domínios do seu relacionamento, passando a ser mais frequente situações em que dois Estados possam cooperar no domínio económico, rivalizar no político e confrontar-se no militar, sem que o que suceda nos dois últimos domínios altere o relacionamento no primeiro⁵⁶.

Por conseguinte, este carácter difuso das bases da cooperação e do conflito da actual fase de transição da ordem internacional coloca novos e diferentes desafios, distintos dos colocados pelos contextos de bipolaridade da Guerra Fria e de unipolaridade da década de 1990 em que os alinhamentos se processavam de forma automática, linearmente definidos e rigidamente hierarquizados, obrigando agora os Estados e os governos a novos realinhamentos, mais complexos e fluídos, os quais exigem políticas diversas para os diferentes domínios da cooperação por um lado e impelem à prática de uma geometria variável para os alinhamentos, alianças e parcerias no âmbito do conflito por outro, sem que umas e outras se excluam mutuamente. Neste novo contexto de transição, a pré-determinação das opções em política

⁵⁵ Cfr. *idem*, pp. 74-79. Sobre a tendência de evolução da ordem unipolar que subsistiu de 1991 a 2001 para uma futura ordem internacional multipolar a vigorar no séc. XXI e que aparentemente tem vindo a desenhar-se ao longo da actual fase de transição em curso (2000-2010), ver também: Cfr. **SANTOS**, José Alberto Loureiro dos (2009), *Op. Cit.*, **nota 4**, pp. 27-39. Sobre esta mesma questão ver ainda: Cfr. **BESSA**, António Marques e **PINTO**, Jaime Nogueira (2009), *Op. Cit.*, **nota 53**, pp. 262-275 e pp. 308-309.

⁵⁶ Cfr. **ALBUQUERQUE**, José Augusto Guilhon (2008), “Os desafios de uma ordem internacional em transição”, in *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*, v. 1., São Paulo: Editora Saraiva, pp. 42, 43, 46, 47 e 54.

externa ditada em função de uma ordem internacional já consolidada, cede lugar à formulação de uma política externa autónoma com espaço para explorar as várias possibilidades de opção que se perfilam no horizonte do Sistema em transformação.

Entretanto, o reverso da medalha desta natureza aberta da transição sistémica em curso é a heterogeneidade e sobreposição das acções políticas tomadas pelos Estados no sentido de acompanharem o instável equilíbrio entre as principais potências do Sistema em transformação, dificultando assim a aplicação de políticas consistentes por parte dos Estados, constringimento esse que lhes diminui a capacidade de formulação de uma estratégia de longo prazo e que a jusante poderá mesmo inviabilizar o estabelecimento de alinhamentos, alianças e parcerias completamente coerentes entre si, e por isso mesmo impossíveis de manter. Consequentemente, a par da oportunidade para uma maior liberdade e margem de manobra para a formulação de uma política externa autónoma oferecida pela actual fase de transição em curso, a outra conclusão a retirar é a de que a sua natureza aberta também tem os seus limites, lembrando que nem toda e qualquer política externa é possível nesta fase de transição e que as opções assumidas no seu decorrer não deixarão de ter o seu custo associado – presente e futuro.

Por conseguinte, tendo em conta a actual fase de transição sistémica e a ampla margem de manobra para a formulação de uma política externa autónoma que a mesma apresenta aos Estados em função da sua natureza aberta – mas também os seus limites e constringimentos intrínsecos – a motivação para o desenvolvimento da presente investigação sobre um país que na futura ordem internacional multipolar poderá vir a constituir-se como um dos cinco principais pólos de poder global, surgiu da necessidade de contribuir com informação actual e conhecimento o mais rigoroso possível sobre o Brasil para que o decisor político nacional possa estar, na actual fase de transição em curso, devidamente informado sobre o actual nível de poder e potencial daquele país aquando do delinear das linhas mestras da política externa portuguesa para o século XXI, a fim de realizar escolhas internacionais que permitam assegurar os interesses vitais do país e reforçar o seu poder por um lado, e por outro evitar aquelas que se possam vir a revelar inconciliáveis no futuro e por isso mesmo impossíveis de manter.

Estrutura da Dissertação

Relativamente à estrutura da presente dissertação, a mesma é constituída por um núcleo central que é composto por quatro capítulos, apresentando-se esse núcleo, na sua maior parte (três capítulos), organizado em forma de um triângulo invertido com três patamares de análise: um primeiro patamar mais amplo e de âmbito regional Sul-Americano, um segundo de âmbito nacional brasileiro e por isso mais circunscrito na sua abrangência, e um terceiro dedicado à Amazónia Brasileira e, por conseguinte, com um enfoque ainda mais afunilado na sua análise. Após a análise efectuada naqueles patamares ao longo dos três primeiros capítulos, no quarto capítulo (este último já à parte da organização em forma de triângulo invertido) passamos a realizar uma avaliação do poder e potencial de poder do Brasil, para assim podermos responder à pergunta de partida através da validação, ou invalidação, das hipóteses de trabalho em que aquela se desdobra. De notar ainda que, dos patamares de análise em que se subdividiu a organização do triângulo invertido, não consta um patamar dedicado exclusivamente à análise aprofundada do espaço geopolítico Sul-Atlântico no qual se pudesse apreender, na sua plenitude, a dinâmica que tal espaço induz e repercute sobre o(s) espaço(s) geopolítico(s) do Brasil. A inexistência de tal patamar de análise dedicado em exclusivo ao espaço do Atlântico Sul brasileiro é fruto de opção consciente da nossa parte, tomada por razões de economia de espaço e de tempo, bem como para evitar uma indesejável dispersão do foco da nossa análise, que não deixaria de se repercutir sobre a profundidade da mesma. No entanto, apesar da inexistência de tal patamar dedicado em exclusivo à análise do Atlântico Sul brasileiro, tal espaço não se encontra completamente ausente (nem podia estar) da presente dissertação, tendo sido considerado em diversas passagens da mesma, mais particularmente no segundo capítulo. Também por razões de economia de espaço, decorrentes das limitações impostas pelo regulamento geral dos cursos de 2.º ciclo de estudos quanto ao número de páginas disponíveis para a redacção das dissertações, optámos ainda por colocar em anexo os tópicos intitulados de “Conceitos Centrais”, “O Pensamento da Escola Geopolítica Brasileira” e “Evolução e Requisitos do Conceito de Poder”, de modo a economizar o maior número de páginas possível.

Por último, gostaríamos ainda de referir que a nossa opção por uma estrutura com quatro capítulos e organizada em forma de triângulo invertido com três patamares de análise, acaba também por acarretar uma opção relativamente à profundidade com abordaremos cada um dos patamares de análise, o que, por sua vez, se repercutirá sobre a extensão que cada um dos

capítulos apresentará. Tais opções contribuíram assim para que se tivesse optado por conferir ao primeiro capítulo uma natureza introdutória, ao segundo uma natureza de desenvolvimento mais aprofundada ao cômputo do Brasil que, de tão vasto, exigiu que se tratasse a incontornável região amazónica num terceiro capítulo individualizado, e que se desse ainda um carácter de encerramento ao quarto capítulo, uma vez que neste último, ao realizarmos aquele exercício de avaliação do poder e potencial de poder, estaremos também já a encaminhar a dissertação para a conclusão final.

Feitas estas considerações preliminares sobre a estrutura, sua organização e opções assumidas, passamos a apresentar, sucintamente, os conteúdos abordados ao longo dos quatro capítulos da presente dissertação, bem como a lógica de “arrumação” dos seus conteúdos internos e a articulação lógica entre eles.

Assim, no primeiro capítulo e patamar de análise, procedemos à caracterização fisiopolítica do subcontinente Sul-Americano, identificando os principais caracteres fisiográficos daquele espaço e a influência que os mesmos têm vindo a exercer sobre a dinâmica geopolítica e geoestratégica do subcontinente, fazendo sobressair a forma como a geografia física local, a par da acção humana, influenciaram de modo indelével a divisão política, a ocupação humana e a posterior formação das actuais unidades geopolíticas ali existentes, assim como a forma como vieram a ser estabelecidas as condicionantes estruturais do presente arranjo geopolítico regional onde se insere o país objecto de nosso estudo – o Brasil.

Caracterizado o enquadramento geopolítico regional em que se insere o nosso objecto de estudo passamos, no segundo capítulo e respectivo patamar de análise, a orientar-nos mais especificamente para a moldura do Brasil na óptica da geografia física, analisando-a, assim como a respectiva extensão, configuração, posição, estrutura física e clima daquele país, recorrendo sobre as implicações que tais condicionantes físicas acarretam para a organização e forma de utilização – numa perspectiva política e estratégica – do território brasileiro, em termos quer da integração e articulação da sua vasta base física, assim como da inserção do Brasil no seu entorno estratégico regional e internacional. Num segundo momento, ao abordarmos a dimensão humana, actuante sobre a base física, focamos a nossa atenção sobre as estruturas sociais, económicas e políticas, resultantes da actuação do Factor Humano, analisando a sua composição étnico-biológica e as suas características identitárias mais marcantes, o seu número, densidade populacional, distribuição espacial, indicadores

socioeconómicos, suas eventuais potencialidades e vulnerabilidades demográficas, sua capacidade militar, seu desenvolvimento tecnológico-científico, estrutura política com as suas principais características e efeitos decorrentes para a governação e administração do país.

Abordado o Brasil como um todo nas dimensões acima mencionadas, no terceiro capítulo e patamar de análise, passamos a focar-nos especificamente sobre uma parcela do território brasileiro que se constitui, quer do ponto de vista geopolítico, quer geoestratégico⁵⁷, numa das duas grandes fontes de recursos deste país – a região amazónica. Após a delimitação do espaço geopolítico sob análise no presente capítulo, procedemos à caracterização fisiopolítica da mesma abordando os elementos extensão, configuração, posição, estrutura física, clima, população e estruturas sociais, económicas e políticas, para posteriormente nos debruçarmos com especial ênfase sobre o potencial desta região em recursos naturais de toda a ordem, as implicações que tal riqueza acarreta em termos da integração da região no processo produtivo brasileiro, bem como as exigências que a Segurança e Defesa de uma tão vasta e rica região impõem face às manobras postas em marcha pelas Grandes Potências, no sentido de alcançarem a classificação da mesma como “património comum da humanidade”, procurando constranger o Brasil na utilização dos estratégicos recursos naturais existentes na região amazónica.

Uma vez explanadas as características geopolíticas do Brasil e sua respectiva parcela amazónica, no quarto e último capítulo, passamos a aplicar ao Brasil em geral, e à região amazónica em particular, o modelo de avaliação de poder e potencial de poder desenvolvido pelo autor Carlos de Meira Mattos, mediante o preenchimento das variáveis constantes do modelo com os dados, informações e reflexões apresentados nos capítulos precedentes – assim como outros que se tenham mostrado revelantes à realização daquele exercício –, e assim procurar identificar as potencialidades e vulnerabilidades do país objecto de nosso estudo. Realizado este exercício procuraremos então apresentar, na conclusão da dissertação, a nossa proposta classificativa de *status* de potência do Brasil, assim como dar resposta à pergunta de partida do presente estudo: “Detém o Brasil, no período abrangido pelos anos 1995-2010, os requisitos geopolíticos que lhe valem a classificação (aparentemente generalizada) de Potência Regional, assim como a de Superpotência Emergente?”

⁵⁷ Para acesso ao conceito de *Geoestratégia*, no qual se identifica a relação deste com o de Geopolítica mas se estabelece também as suas especificidades próprias que o individualizam face ao segundo, ver Anexo A.

NOTA METODOLÓGICA

Pergunta de Partida

Tendo em vista o objectivo proposto, a presente dissertação procurou responder à seguinte questão: “Detém o Brasil, no período abrangido pelos anos 1995-2010, os requisitos geopolíticos que lhe valem a classificação (aparentemente generalizada) de Potência Regional, assim como a de Superpotência Emergente?”

Hipóteses de trabalho

Tendo em conta que a hipótese, concebida enquanto generalização, “é sempre necessária a qualquer nível”⁵⁸ de um estudo de carácter científico, materializando no início do seu desenvolvimento um “pressentimento sobre a regularidade possível dos factos”⁵⁹, devendo a mesma “poder ser submetida à experiência”⁶⁰ dos factos a ocorrerem no domínio da realidade com vista à sua validação ou invalidação pelo estudo a desenvolver, a sua formulação desde logo “recomenda a determinação prévia de uma ideia do problema”⁶¹ sob investigação. Assim, no caso da presente dissertação, partiremos do princípio mais ou menos consensual de que o Brasil detém, na actualidade, os requisitos geopolíticos necessários para que possa ser considerado Potência Regional, mas também e simultaneamente, como Superpotência Emergente, especialmente quando se considera que no período entre 1995-2010 o país realizou um processo de saneamento e emergência económica que coincidiu com a fase de transição do Sistema Internacional (2000-2010) para uma nova ordem mundial que trará acoplada a si uma hierarquia de poderes também ela nova.

Quanto à possibilidade de atribuição do estatuto de Potência Regional ao Brasil, a mesma – e perante os atributos de terceira maior extensão do conjunto continental americano, primeira do subcontinente Sul-Americano e com acesso ao alto-mar, segunda maior população do conjunto continental, maior do subcontinente e com coesão interna nos seus fundamentos, posse de abundantes recursos naturais, segunda maior economia do conjunto continental e primeira do subcontinente, parque industrial relevante e sofisticado com capacidade tecnológica e científica em áreas de ponta, forças armadas mais poderosas do subcontinente e

⁵⁸ MOREIRA, Adriano, (2009), *Ciência Política*, Coimbra: Edições Almedina, 4ª edição, p. 133.

⁵⁹ Idem, p. 132.

⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 132.

⁶¹ BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, (2011), *Op. Cit.*, nota 22, p. 36.

segundas do conjunto continental, como teremos oportunidade de abordar com maior detalhe ao longo da análise que desenvolveremos –, parece reunir largo consenso.

Já a atribuição do estatuto de Superpotência Emergente – apesar de o Brasil possuir a quinta maior extensão do planeta, a quinta maior população mundial, a oitava maior economia do mundo em 2010, um dos maiores reservatórios de recursos naturais do planeta (onde abundam os estratégicos recursos energéticos, alimentares, hídricos e matéria-prima industriais), capacidade tecnológica e científica em áreas como a biotecnologia, a informática, a nuclear, a aeronáutica e a militar, e forças armadas que se contam entre as dez mais poderosas a nível mundial, como se poderá comprovar ao longo da presente dissertação –, parece não reunir ainda o mesmo grau de consenso que se verifica relativamente à atribuição do estatuto de Potência Regional, não obstante o processo de emergência económica realizado pelo país em paralelo à actual fase de transição do Sistema Internacional, em que o mesmo parece evoluir de uma ordem unipolar para uma ordem internacional multipolar.

Assim, perante a pergunta de partida acima enunciada e a ideia prévia do problema que dela se formou, levantaram-se-nos três hipóteses que procuraremos confirmar ou infirmar no fecho deste estudo:

- a) O país objecto de nosso estudo – Brasil – possui, de facto, aquele conjunto de factores considerado pela geopolítica como necessário para garantir o recente processo de consolidação do estatuto de Potência Regional;
- b) As potencialidades a identificar, devidamente exploradas e optimizadas, podem alavancar o processo de consolidação daquele país como Potência Regional, bem como sustentar a manutenção do actual processo de emergência em curso, assegurando ao Brasil o estatuto de Superpotência Emergente;
- c) Inversamente, as vulnerabilidades a identificar podem diminuir a capacidade de exploração das potencialidades daquele país na sua plenitude, retardando assim o processo de consolidação como Potência Regional, bem como estrangular aquele processo de emergência em curso, viabilizador do estatuto de Superpotência Emergente, hipotecando também, dessa forma, uma eventual futura ascensão ao estatuto de Superpotência.

Método de Trabalho e Perspectiva de Análise

Na procura da resposta à pergunta de partida e à validação, ou não, das hipóteses de trabalho em que a mesma se desdobra, o procedimento metodológico utilizado na elaboração da presente dissertação, incidiu numa análise do espaço geopolítico considerado sob o prisma de um conjunto de factores estáveis, consistindo na apreciação da extensão, posição, configuração, estrutura física do território e clima, bem como de um conjunto de factores variáveis composto pelos elementos população, recursos e estruturas sociais, económicas e políticas, baseado na proposta metodológica apresentada por Jose Felipe Marini, na obra *El Conocimiento Geopolítico*⁶².

Porém, como “todos os métodos estudam factores (...) [e] estruturas (...), mas o [mais] importante é a correlação entre esses”⁶³ factores e estruturas, e tendo presente que o objectivo da dissertação que ora apresentamos consiste na identificação e avaliação das potencialidades e vulnerabilidades do Brasil, e as consequências que as mesmas poderão implicar para o processo de consolidação do país objecto de nosso estudo como Potência Regional e sua eventual futura ascensão ao estatuto de Superpotência, a opção pela perspectiva de análise do Potencial Estratégico apresentou-se-nos como a mais adequada. Isto porque a mesma “surge de utilidade reforçada, quando as finalidades principais forem a avaliação e a retirada de consequências (...) a propósito do potencial estratégico de determinado actor ou até região”⁶⁴, e a sua utilização “cuidadosa e pertinente fará, certamente, efectuar a emersão de potencialidades e vulnerabilidades”⁶⁵.

Por outro lado, tendo-se em consideração que um estudo de Geopolítica terá necessariamente de exprimir um vincado sentido de dinamismo e movimento, exigência esta colocada pela própria natureza desta disciplina científica, já que só “se estivermos no domínio da geopolítica é que a dinâmica se revela (...) com induzido movimento”⁶⁶, com o pesquisador a trabalhar sobre estruturas e factores “contextualizados no momento (...) num tempo [que] não [é] instantâneo, mas que [por outro lado] também não possui o dom da ubiquidade (tempo

⁶² Cfr. MARINI, Jose Felipe (1985), *Op. Cit.*, nota 6.

⁶³ DIAS, Carlos Manuel Mendes (Nov./2011), “Conceitos, Modelo de Análise de Dinâmicas Regionais e CPLP”, Aveiro: ISCIA – Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, **Geopolítica – Revista do Centro Português de Geopolítica**, nº. 4, p. 83.

⁶⁴ Idem, p. 94.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 95.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 82.

histórico)”⁶⁷, a adopção por uma perspectiva de análise Histórica fez-se sentir como uma necessidade. Uma vez que no domínio da geopolítica “não esqueceremos (...) a essência diacrónica da realidade projectada, que considera uma dimensão temporal trilhando o caminho iniciado no passado e dirigindo-se para o futuro”⁶⁸.

Assim, dada a visão diacrónica que aporta à geopolítica, “a História pode constituir-se como ferramenta essencial (...) que nos levará à origem dos actores/intervenientes [e] das regiões, (...) particularmente, no que se refere à sua configuração, às suas fronteiras, [e] às estruturas que hoje apresentam”⁶⁹, como também abre à perspectiva de análise adoptada para a presente dissertação, uma linha que possibilita o retirar de ilações sobre a influência que as constantes históricas possam vir a exercer no moldar das tendências futuras que o nosso objecto de estudo – Brasil – e a região em que se encontra inserido – subcontinente Sul-Americano – possam vir a manifestar.

Por conseguinte, ante o objectivo de identificação e avaliação das potencialidades e vulnerabilidades do Brasil e a imperatividade de atender à essência diacrónica que um estudo de geopolítica sempre terá de comportar, optámos por adoptar como perspectiva de análise central para a realização da presente dissertação, uma linha que resulta da conjugação da perspectiva do Potencial Estratégico com a Histórica, na qual o contributo da primeira se materializará pela sua particular adequação ao exercício de identificação e avaliação das potencialidades e vulnerabilidades, consequente potencial estratégico passível de mobilização para o engrandecimento do Poder Nacional e decorrentes implicações para o *status* de potência do Brasil na actual e hipotética futura hierarquia de poderes mundial, a partir de uma óptica essencialmente sincrónica, embora procurando *prospectivar* eventuais tendências futuras. Por sua vez, o contributo da perspectiva Histórica será uma constante ao longo da presente dissertação, fazendo-se sentir não só quando procedermos ao enquadramento histórico das questões concretas sob análise, mas também, e especialmente, através da óptica diacrónica que conferirá à análise a desenvolver, permitindo assim a identificação das constantes históricas que caracterizam o Brasil e o seu entorno estratégico, e a influência que as mesmas poderão exercer na correlação de forças regionais e suas repercussões no plano mundial.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 83.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 82.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 93.

Cumulativamente, dada a complexidade própria inerente ao nosso objecto de estudo e o desafio que a mesma coloca à análise que nos propomos desenvolver, a par da perspectiva de análise central por nós adoptada – resultante da conjugação da perspectiva do Potencial Estratégico com a Histórico-Genética –, acabámos também por nos socorrer, pontualmente, de diversas perspectivas de análise como a sistémica, a funcionalista, a comportamental e a morfológica como auxiliares daquela assumida como central, a qual por outro lado também beneficiará da nossa opção pela interdisciplinaridade, que de resto também já se encontra contemplada na natureza intrínseca da disciplina científica Geopolítica.

Metodologia de Análise e Fontes

Tendo em conta que o objectivo da presente dissertação consiste em dar resposta à pergunta de partida e às hipóteses de trabalho em que a mesma se desdobra através da identificação e avaliação das potencialidades e vulnerabilidades do Brasil e as suas respectivas implicações para o actual e futuro *status* de potência do país, assim como a complexidade inerente à realização de tal exercício dada a multiplicidade de variáveis, dimensões e ângulos de perspectiva a partir dos quais eles podem ser considerados, para o desenvolvimento do nosso estudo optámos por uma metodologia de análise mista, simultaneamente qualitativa e quantitativa, assente numa base documental, por considerarmos ser aquela que melhor serve a análise que nos propomos desenvolver ao longo das seguintes páginas.

Concomitantemente, a nossa abordagem ao objecto de estudo será feita numa linha de análise geopolítica possibilista (moderada), fundada na empírica convicção de que o constante e cada vez mais acelerado desenvolvimento científico-tecnológico tem vindo a dotar o homem, e continuará a dotá-lo, dos meios necessários para operar sobre a base física do território, auxiliando-o a contornar, colmatar e superar os condicionamentos colocados pelo meio físico até ontem considerados insuperáveis. Contudo, apesar de prescindirmos de uma linha de análise determinista (exaltada) que tende a acentuar a impotência do Homem perante uma natureza adversa e indomável, não deixaremos de reconhecer e considerar na nossa análise as adversidades, constrangimentos e condicionalismos que a natureza de facto coloca ao modo de vida do Homem e à sua acção sobre o meio físico, procurando assim desenvolver uma

análise equilibrada que por um lado evite um possibilismo excessivo, mas que por outro evite também determinismos exacerbados de qualquer ordem, quer sejam físicos ou humanos⁷⁰.

Tendo em conta a complexidade do nosso objecto de estudo, que nos conduziria à opção por uma metodologia de análise mista assente numa base documental e a própria natureza integradora e interdisciplinar intrínseca à Geopolítica, para a realização da presente investigação faremos uso de uma linha de análise que se socorre de fontes primárias, tais como dados estatísticos, índices e outros valores numéricos, assim como de fontes secundárias como referências bibliográficas das áreas da Geopolítica, Estratégia, Ciência Política, Relações Internacionais, Política Externa, História e Geografia, publicados sob a forma de estudos, livros e artigos de revistas especializadas, ou disponibilizados online na internet.

⁷⁰ Sobre a caracterização das linhas de análise geopolítica Determinismo Geográfico e Possibilismo Humano, Jose Felipe Marini considera que “El método de razonamiento geopolítico o apreciación de situación geopolítica puede inclinar-se com frecuencia a poner el énfasis en la importancia de los factores estables [extensão, posição, configuração, estrutura física e clima]” e que “En tal caso se afirma la tendencia del pensamiento llamada determinismo geográfico, por el cual el medio físico es un factor que moldea economías, forma el carácter de los pueblos, dicta el curso de la historia, e induce la forma y expresión del poder”. Em sentido oposto, apontando os excessos em que a linha de análise do determinismo geográfico frequentemente incorre, Marini considera que “El curso de los acontecimientos se encargó de superar el dominio inevitable de la naturaleza”, uma vez que “El advenimiento del desarrollo acelerado de la tecnología demostró la capacidad del hombre para alterar la naturaleza a sus propósitos”. No pólo oposto, Marini considera que “Cuando la apreciación de situación pormenoriza la influencia de los factores estables del espacio geopolítico, e incrementa notoriamente el predominio de los factores variables [população, recursos e estruturas sociais, económica e políticas], nos encontramos ante la tendencia opuesta al determinismo geográfico”, uma vez que “El posibilismo humano o determinismo social da prioridad a la acción del hombre sobre la naturaleza, gracias a su ingenio, a sua poder de creación centrado en la tecnología, en sus motivaciones y en su capacidad de organización”. No entanto, adoptando uma postura equilibrada, Marini não deixa de reconhecer que “la influencia de los factores estables no ha perdido la vigencia” e que “la jerarquización y evaluación de la influencia de los factores en función de los objetivos (...) es una de las operaciones más delicadas de la apreciación de situación (...)”. In: **MARINI**, Jose Felipe (1985), *Op. Cit.*, **nota 6**, pp. 58-60. Sobre os excessos a que a linha de análise geopolítica do determinismo geográfico amiúde conduz também Jaume Vincens Vivens, ainda antes de Marini, se havia pronunciado no sentido de “mostrar las exageraciones de la escuela determinista (...) [ao] valorar el grado de la adversidad que el medio natural suscita como punto de partida de ciertas creaciones culturales y políticas”. In: **VIVENS**, J. V. (1950), *Tratado General de Geopolítica*, Barcelona: Editorial Teide, p. 101. Também Justo P. Briano, advogando uma linha de análise geopolítica equilibrada, reconhece que “existe una influencia de la naturaleza que no es posible negar aunque no es igual para todos los casos y debe ser valorada en particular”, chega porém à conclusão que para si “ni determinismo geográfico, ni determinismo humano, en sentido total e tiránico”. In: **BRIANO**, Justo P. (1977), *Op. Cit.*, **nota 7**, pp. 72 e 73.

CAPÍTULO I – A América do Sul⁷¹ e o Brasil

I.1. América do Sul: fisiopolítica⁷²

I.1.1. Estrutura Física do Território

Contrastando com a porção Norte do conjunto continental americano, de ocupação e cultura anglo-saxónica, a América do Sul, bem mais Ibero-Americana do que Latina, ao encontrar-se grosso modo compreendida entre o Equador Terrestre a Norte, e o Trópico de Capricórnio a Sul, apresenta uma posição geográfica inserida maioritariamente no Hemisfério Sul do globo terrestre, também conhecida como “hemisfério líquido”, dada a concentração das maiores porções terrestre do globo estarem localizadas no Hemisfério Norte. Dada a sua configuração triangular (com a base voltada para Norte e o vértice apontando para Sul), o subcontinente Sul-Americano tem a maior parcela da sua base física concentrada na faixa do Equador Terrestre, em zona de clima tropical, afunilando-se o vértice Sul em direcção à zona de clima

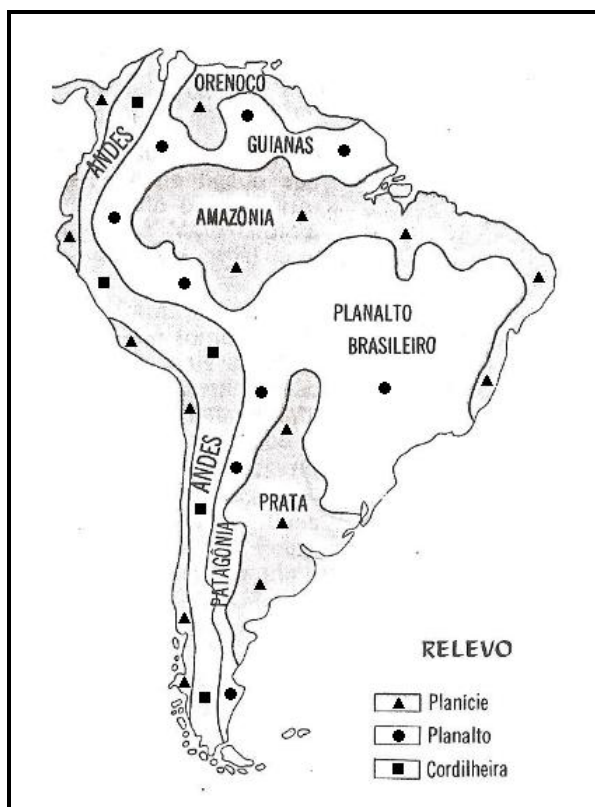
⁷¹ Uma vez que, com frequência, se encontram referências identificando a América do Sul com a América Latina, como se uma e outra constituíssem a mesma realidade geopolítica, faz-se necessário, antes de mais, estabelecer os conceitos de uma e outra para, assim, se poder delimitar e individualizar a América do Sul em relação à América Latina. Assim, segundo Luiz Bandeira, “o conceito de América Latina [foi] desenvolvido [ainda no século XIX] para demonstrar as diferenças, contrastes e mesmo antagonismos com a América do Norte e foi manipulado [por Napoleão III] para legitimar a intervenção da França no México” entre 1862 e 1867, sendo que “o propósito de Napoleão III era [o de] construir um Império Latino, em oposição à Grã-Bretanha, e necessitava [de] estabelecer um elo de identidade com a Ibero-América a fim de legitimar [a] sua pretensão”. Ver: **BANDEIRA**, Luiz Alberto Moniz (2008), “O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior”, **Revista Espaço Acadêmico**, nº 91, pp. 4 e 5, disponível em: www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.htm. Acesso a: 15/Fev./2012; 13:52. Identificada a origem histórica do conceito de América Latina, em termos de geografia física, a mesma estende-se desde o Cabo Horn até ao México, englobando assim, para além de toda a América do Sul, também a América Central – compreendida entre o México meridional e o Panamá – que se encontra sob forte influência norte-americana e por isso com problemas distintos dos da América do Sul. Distintamente da América Latina, a América do Sul situa-se entre os paralelos de 10° N e 56° S e os meridianos de 35° W e 80° W, estendendo-se assim por mais de 7000 km no sentido Norte-Sul e 5000 no sentido Este-Oeste, porém não incluindo a América Central, podendo-se contar dentro daquela extensão 12 países: Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile e Peru, aos quais se somam os dois territórios dependentes da Guiana Francesa e das Ilhas Falkland (ou Malvinas). Ver: Cfr. **ALMEIDA**, Políbio F. V. (2008), “Breve Esboço Geopolítico da América do Sul”, Aveiro: ISCA – Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, **Geopolítica** – derivações semânticas da Geopolítica, nº 2, pp. 335 e 336. Sendo que da individualizada e distinta América do Sul se destaca o Brasil por ser, entre aquele conjunto de países, o de maior dimensão, população e economia, “o Brasil não somente não quer ser confundido com a América Latina, em geral, como não aceita tal conceito generalizado (...) para enquadrar toda uma região onde os diversos Estados apresentam enormes disparidades e assimetrias”, dado que “o Brasil não quer ser diluído em um conjunto de países, dos quais se diferencia pela sua dimensão territorial, demográfica e económica”. Ver: **BANDEIRA**, Luiz Alberto Moniz (2008), *Op. Cit.*, **nota 71**, pp. 2 e 3.

⁷² Os raciocínios apresentados ao longo dos itens 1.1., 1.2., 1.3., e 1.4., integrantes do tópico “América do Sul: fisiopolítica”, foram desenvolvidos tendo por principal base bibliográfica: Cfr. **CASTRO**, Therezinha de (Jan./Fev./Mar./Abr./1999), “América do Sul: Vocações Geopolíticas”, Rio de Janeiro: **A Defesa Nacional**/Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, nº 783.

temperado até atingir a frente polar subantártica, posição geográfica que coloca os dois extremos do subcontinente em áreas de clima pouco favoráveis à fixação do ser humano. Tal condicionante climatológica acabou por impelir o ser humano a procurar estabelecer-se nas zonas andinas na vertente sul-americana do Oceano Pacífico, beneficiando da moderação climática induzida pelas elevadas altitudes, e no litoral rebaixado da vertente atlântica usufruindo da moderação introduzida pelas correntes marítimas, com o Brasil, unidade geopolítica mais populosa do subcontinente, a ilustrar a clara preferência pelo litoral no que se refere ao estabelecimento humano na vertente atlântica, que concentra cerca de 80% da população na faixa oceânica.

Em função da condicionante climatológica por um lado, impelindo à preferência do homem pelo estabelecimento em duas vertentes opostas, e da posição da Cordilheira Andina por outro, com a existência de zonas repulsivas entre ambas, os países vizinhos Sul-Americanos acabaram por estabelecer um *modus vivendi* de dissociação psicossocial, política e económica, vivendo de costas voltadas uns para os outros durante séculos.

A primeira das duas vertentes, delimitada pela cadeia montanhosa dos Andes que se estende por mais de 7.000 km no sentido Norte-Sul, constituindo-se numa barreira natural ao longo do Oceano Pacífico, faz com que apenas uma estreita faixa da América do Sul se debruce sobre a vertente do Pacífico, impelindo o subcontinente a voltar-se, na sua maior parte, mais para a vertente atlântica. A segunda, composta de Norte para Sul pelas Planícies do Orenoco, Amazónica e Platina, e pelos Planaltos, Guianense, Brasileiro e Patagónico que se intercalam, participa estruturalmente do Oceano Atlântico (Ver Mapa III).

Mapa III: Subcontinente Sul-Americano: principais características do relevo

Fonte: **CASTRO**, Therezinha de, *Retrato do Brasil - Atlas – Texto de Geopolítica*, p. 15.

No que se refere aos nós – planaltos que permitem circundar um pico alto –, localizados ao Norte da Cordilheira, verificamos que também possibilitam o contacto entre as duas vertentes dado o facto geográfico de se posicionarem de modo favorável, concentrados que estão no anfiteatro amazónico. Assim, os nós de Pasto na Colômbia e de Loja no Equador, ao posicionarem-se, respectivamente, na direcção dos vales de Putumayo e Marañon, uma vez desenvolvidas as vias hidrográficas de ligação daqueles vales ao oceano, apresentam ambos um importante potencial geopolítico de acesso ao Atlântico. Também o nó de Cerro de Pasco no Peru, dividindo-se entre os vales do Marañon e Purus, ao prolongar-se em direcção ao integrante do complexo hidrográfico amazónico rio Madeira, através do nó de Cuzco, possibilita um potencial acesso à vertente oceânica atlântica, ao Norte do subcontinente.

A par deste potencial de comunicação entre as duas vertentes oceânicas ao Norte do subcontinente, apresenta-se a Bacia Amazónica, também com o potencial de se constituir numa sub-região de articulação importante entre as geoestratégicas áreas das Caraíbas e o

heartland⁷³ do subcontinente Sul-Americano – o altiplano boliviano. Este potencial, quando explorado em associação com a integração da Bacia Amazônica, oferece a possibilidade de transformar em pólo de atracção aquela zona agora considerada repulsiva, através da dinamização resultante da transfusão das riquezas das zonas geopolíticas neutras do subcontinente de uma vertente oceânica para a outra.

Quanto à segunda zona longitudinal do subcontinente é possível verificar, igualmente, que as Planícies do Orenoco, Amazônica e Platina, servidas por redes hidrográficas tributárias do Atlântico, impelem a América do Sul rumo àquele Oceano, sentido este reforçado pelo declínio geográfico apresentado pelos Planaltos das Guianas e Patagónico. Por sua vez, em sentido inverso e por isso pendendo para o interior, o Planalto Brasileiro apresenta pela sua disposição uma vocação continental ao espriar-se simultaneamente para Norte e Sul, servindo assim de enlace entre as Bacias Amazônica e Platina. Dada a sua posição e configuração, constatamos igualmente que o Planalto Brasileiro ao envolver a área geopolítica neutra do centro geográfico do subcontinente, não só permitiu no passado a dilatação da extensão do hinterland⁷⁴ com a marcha para Oeste do colonizador português, como

⁷³ A expressão de *Heartland* refere-se a um conceito teórico desenvolvido pelo geopolítico inglês John H. Mackinder para classificar uma vasta região situada no “coração da Eurásia”, a maior massa terrestre continental do planeta, a que aquele designaria de “Ilha-Mundo”. O conceito de *heartland* foi originalmente concebido por Mackinder como um vasto território com enorme potencial para a prática da agricultura e pecuária, devido à sua disponibilidade de terras férteis e abundantes recursos hídricos, da actividade de extracção de matérias-primas, dadas a enormes jazidas de minerais e recursos energéticos, e para assentamento de grupos humanos, apesar de subpovoada. Além de representar uma região rica em recursos naturais, a sua delimitação original, apresentava-a como uma região cercada por extensos acidentes geográficos como cadeias de montanhas, rios de grande dimensão, planaltos, desertos e extensas áreas permanentemente congeladas, constituindo-se assim numa fortaleza natural inexpugnável e impossível de conquistar por uma potência naval exterior à vasta massa terrestre da Eurásia. Posteriormente, este conceito desenvolvido para a Eurásia, passaria a ser aplicado à América do Sul por Golbery do Couto e Silva sob a expressão de “área de soldadura” continental, querendo com ela referir-se à região central do subcontinente Sul-Americano formada pelas regiões do Centro-Noroeste do Brasil, Norte da Argentina e a totalidade dos territórios do Paraguai e da Bolívia, por a considerar possuir algumas das características identificadas por Mackinder na Eurásia, nomeadamente por identificar aquela região central da América do Sul como o coração geográfico do subcontinente. Com efeito, apesar do conceito original de *heartland* poder apresentar limitações quando aplicado a outros continentes que não a massa continental euroasiática, a sua aplicação ao espaço geopolítico do subcontinente Sul-Americano, apresenta uma mais-valia explicativa para o entendimento da estratégia brasileira de integração Sul-Americana, especialmente se se considerar a importância dos projectos de infra-estruturas de transporte, comunicações e de energia pensados para cruzar esta região central do subcontinente, assim como para uma melhor compreensão da estratégia de Segurança e Defesa do Brasil no plano regional. Sobre esta questão do alcance, limites e pertinência do conceito de *heartland* aplicado ao subcontinente à luz dos actuais desafios geopolíticos de integração Sul-Americana e seu valor estratégico, ver: Cfr. OLIVEIRA, Lucas K. e GARCIA, Tatiana S. L. (2010), “O Conceito de Heartland na Geopolítica Clássica: Funcionalidade e Limites para a análise da Região Central da América do Sul”, disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontros5/cd/artigos/GT17-598-977-20100904053012.pdf..> Acesso a: 07/Jan./2013; 15:13.

⁷⁴ Para a operacionalização e compreensão do conceito de *Hinterland* faz-se necessário, antes de mais, operacionalizar os conceitos de *Ecúmene* e de *Núcleo Vital* (expressão castelhana que traduz a expressão original inglesa de *heartland*). Assim, segundo Jose Felipe Marini, o conceito de *Ecúmene* refere-se à “área que oferece

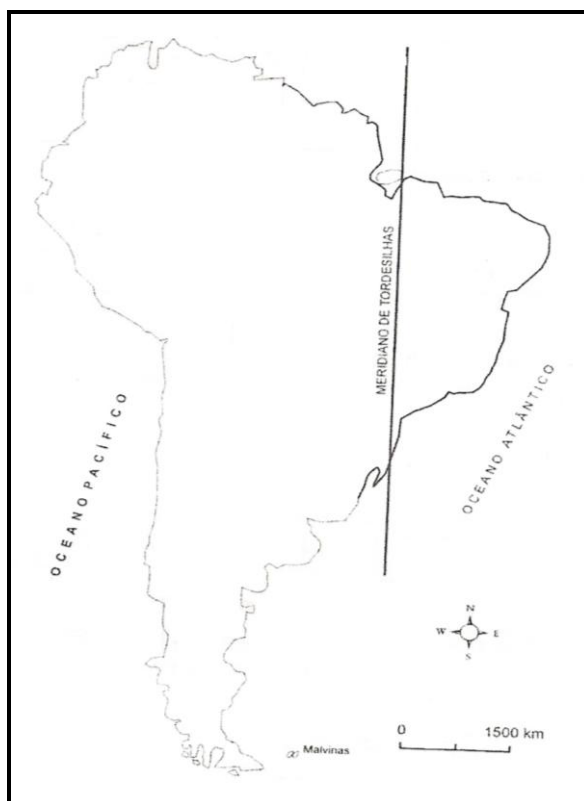
actualmente se apresenta como placa incontornável da vertebração do espaço territorial brasileiro, bem como do próprio subcontinente Sul-Americano.

I.1.2. Divisão Política

Apesar do marcante traço que a Cordilheira dos Andes imprime à fisiografia do subcontinente, temos vindo a verificar que, se esta não se mostra favorável à unificação política, também não impõe a desagregação como determinismo geográfico. O traçado das fronteiras políticas que tem contribuído para que as unidades geopolíticas e respectivos povos Sul-Americanos tenham vindo a viver de costas voltadas uns para os outros em dissociação psicossocial, económica e política, encontra também em parte, a par do factor fisiográfico, explicação no Factor Humano.

A fronteira que a linha de Tordesilhas estabeleceu, colocou o território espanhol no subcontinente Sul-Americano voltado maioritariamente para o Oceano Pacífico, possuindo apenas trechos na vertente atlântica com o litoral mais elevado, ao passo que atribuía aos portugueses a melhor posicionada faixa atlântica de 2.800.000 km² com o litoral menos elevado (Ver Mapa IV). Assim constatamos reflectir-se nas possessões coloniais Sul-Americanas uma analogia no que se refere ao posicionamento das respectivas metrópoles na Península Ibérica possuindo a Espanha, voltada essencialmente para o mediterrâneo, apenas pequenas parcelas no litoral atlântico, compreendendo no seu espaço os territórios mais elevados da meseta, em contraste com as mais baixas altitudes da melhor parcela rectangular ocupada por Portugal à beira Atlântico.

mayores posibilidades para el progreso social, económico y político del Estado”. Complementarmente, Jose Felipe Marini acrescenta que, onde a área ecuménica for “más densa, activa y desarrollada, conforma el **núcleo vital** del Estado. Nesse *Núcleo Vital*, ainda segundo o mesmo autor, é onde “se concentra un conjunto de condiciones naturales y culturales que delatan la potencialidad económica y, a veces, política de una área significativa en la vida del país”. Consequentemente, daqui “se deduce, entonces, que en el espacio nacional quedan regiones más rezagadas que otras, esperando inversiones importantes de capital que modifiquen su paisaje, y la despierten de su letargo”. Feitas estas considerações preliminares imprescindíveis para entendimento do conceito de *Hinterland*, podemos então considerar que “esas regiones [mais atrasadas e letárgicas] coincidem com el **hinterland**, espacio comprendido entre el núcleo vital del Estado y sus fronteras”, sendo que “el **hinterland** puede coincidir con regiones anecuménicas”, ou seja, “zonas excesivamente inhóspitas para ser habitadas por el hombre”. Sobre os conceitos teóricos de *Ecúmene*, *Núcleo Vital*, *Hinterland* e *Regiões Anecuménicas*, ver: MARINI, Jose Felipe (1985), *Op. Cit.*, nota 6, p. 75. Assim, aplicando aqueles conceitos ao objecto de estudo da presente dissertação, podemos então afirmar que, actualmente, a principal área ecuménica do Brasil localiza-se genericamente na faixa litoral do país, tendo por núcleo vital as Regiões Sudeste e Sul, com as Regiões Norte e Centro-Oeste a constituírem o vasto hinterland brasileiro que, à excepção de algumas bolsas ecuménicas secundárias identificadas nestas duas últimas Regiões, coincide largamente com áreas *quasi* anecuménicas as quais, se ainda se encontram por integrar à faixa litoral e ao núcleo vital, já vêm exprimindo uma dinâmica geopolítica no sentido da sua integração ao ecúmene e núcleo vital. Estas questões serão tratadas com maior extensão e profundidade no subtópico II.2.2.1.3. da presente dissertação.

Mapa IV: Divisão Política: a linha de Tordesilhas e as Américas espanhola e portuguesa

Fonte: **ANDRADE**, Manuel Correia de, *Geopolítica do Brasil*, p. 17. Adaptado pelo autor.

A enfatizar a influência do Factor Humano sobre a dissociação psicossocial, económica e política na América do Sul verificamos estar ainda presente o reflexo das contingências geohistóricas da Península Ibérica sobre a ocupação do subcontinente, ao manifestar-se também sob a forma da divisão político-administrativa colonial. Legado do Reino de Portugal unificado desde o século XII e a contrastar com a tendência geopolítica de centralização do espaço americano português (onde somente as cidades de Salvador e Rio de Janeiro exerceram funções de capital) verifica-se que na América Hispânica foram oito as cidades que assumiram funções de comando na qualidade de Audiências, reflectindo a analogia da tendência espanhola para a descentralização nas Américas, na linha de uma Espanha geopoliticamente constituída por uma Confederação de reinos comandados por Castela a partir da Península Ibérica.

A par da influência das contingências geohistóricas da Península Ibérica sobre a América do Sul, são igualmente identificáveis os reflexos das contingências geoeconómicas e geoestratégicas próprias do subcontinente, sobre a divisão político-administrativa da América Hispânica.

Em função das primeiras daquelas contingências estabelecer-se-iam os Vice-Reinados: o do Peru, tendo como principal actividade económica a mineração; o de Nova Granada que, para além de representar um corredor de passagem para as riquezas minerais peruanas, se concentrava na actividade agrícola e, sobretudo para impedir a possessão da área pelo rival português, foi também estabelecido o Vice-Reinado do Prata concentrado na pecuária. Já no que se refere às Capitanias Gerais da Venezuela e do Chile, a primeira surge para travar o avanço de portugueses, holandeses e ingleses nas Guianas e impedir o contrabando e pirataria no Mar das Caraíbas, enquanto a segunda é decorrente do isolamento a que a área do Pacífico Sul se encontrava votada, na sequência do abandono da rota do Estreito de Magalhães. Assim se percebe que a sua criação tenha estado, sobretudo, ligada a imperativos de ordem geoestratégica.

Observamos então que, como consequência da vocação atlântica do subcontinente, mesmo as unidades político-administrativas da América Hispânica com amplas faixas costeiras sobre o Oceano Pacífico (como os Vice-Reinados do Peru e Nova Granada e a Capitania Geral do Chile de que atrás falámos) se mantiveram dependentes do Atlântico, com os Vice-Reinados do Peru e de Nova Granada a buscarem a vertente atlântica via Istmo do Panamá ao Norte, e a Capitania Geral do Chile a procurar uma saída ao Sul pelos Estreitos de Drake e Magalhães.

Por sua vez, verificamos que na América Lusófona e apesar de subdividido em treze Capitanias Hereditárias, por estas se concentrarem na melhor posicionada vertente sul atlântica, o Brasil manteve não só a sua vocação atlântica, como permaneceu política e economicamente uno, tendo tido todos os seus ciclos económicos estabelecidos no núcleo geohistórico daquela faixa oceânica. Assim se desenvolveria, no à época ecúmene estatal nordeste brasileiro (com capital em São Salvador da Bahia), o ciclo económico do açúcar, bem como o ciclo da mineração um pouco mais a Sul em Minas Gerais que, ao coincidir com o recrudescer da tensão com os espanhóis na Foz do Prata, faria deslocar para Sul a capital, passando esta a ter sede no Rio de Janeiro. Deste modo, o ecúmene estatal acompanharia o deslocamento do ciclo económico bem como a linha de tensões. Se aos ciclos económicos acrescentarmos que as comunicações entre as Capitanias Hereditárias se estabeleciam exclusivamente por mar, facilmente compreendemos que a vida económica e político-administrativa da colónia lusófona se desenvolvia em estreita dependência do Atlântico.

Posteriormente, com a união das coroas ibéricas em 1580, a fronteira esboçada e imposta pela linha de Tordesilhas, que esteve na origem da dependência atlântica do Brasil e da sua coesão, viria a apagar-se dando início à penetração do vasto hinterland pelas Bandeiras, destacando-se a de António Raposo Tavares e a de Pedro Teixeira. Com aquela união manifestar-se-ia sobre a ocupação do espaço lusófono no subcontinente, a sobreposição das directrizes geohistóricas espanholas, impondo-se a continentalidade, com o dilatar da fronteira para o interior a par com a descentralização do Estado do Brasil, com a criação do Estado do Grão-Pará e do Maranhão sobre as tradicionais directrizes geohistóricas portuguesas da maritimidade e centralização político-administrativa, repostas estas últimas em 1816 com a elevação do Brasil a Vice-Reino.

Consequentemente, tendo em conta que a “coesão foi mais forte no sector atlântico, ocupado em sua maior parte pelo Brasil, dentro do princípio de que a montanha produz o fenómeno cantonalista, enquanto vales e planícies unem”⁷⁵, ao passo que a “descentralização imposta pelas oito Audiências faria surgir as oito Repúblicas de língua espanhola, criando entre si fronteiras políticas que anularam o conjunto geoistórico”⁷⁶, observamos que os fenómenos da conjunção e disjunção se impuseram na partilha política do subcontinente Sul-Americano.

I.1.3. Compartimentação do Subcontinente Sul-Americano

As condições específicas da estrutura física local de cada uma das quatro regiões naturais em que o conjunto do subcontinente pode ser dividido – Caraíbas, Pacífico, Interior e Atlântica⁷⁷ (Ver Mapa V) exerceram uma influência determinante sobre as unidades geopolíticas independentes que no século XIX se constituíam sobre aqueles espaços geográficos.

⁷⁵ CASTRO, Therezinha de (Jan./Fev./Mar./Abr./1999), *Op. Cit.*, nota 72, p. 18.

⁷⁶ Idem, 18.

⁷⁷ Cfr. idem, *ibidem*, p. 18.

Mapa V: Compartimentação do Subcontinente Sul-Americano por Regiões Naturais

Fonte: <http://www.pedagogiccos.blogspot.pt/2012/06/mapa-da-america-do-sul.html>.

Acesso a: 27/Out./2011; 15:30. Adaptado pelo autor.

Na região das Caraíbas, os Andes, ao envolverem a Colômbia e a Venezuela, bifurcando-se em várias ramificações a partir do nó de Pasto, terminam circundando o maior Golfo do subcontinente – o de Maracaibo –, fonte de divergência fronteiriça entre os dois países quanto à divisão do mar territorial, numa zona de elevado potencial petrolífero. Distinguindo geopoliticamente as duas unidades observamos encontrarem-se as terras baixas dos *llanos* – zona plana transandina onde, na Venezuela, desde o período colonial, se localiza o respectivo heartland, ao passo que na Colômbia, a ocupação territorial ainda hoje se mantém preferencialmente na *estrella fluvial* – formadas pelas Bacias dos rios Atrato e Magdalena/Cauca, encaixadas nos Andes em profundas gargantas.

Não mais voltado sobre o centro de mineração andino, o heartland⁷⁸ venezuelano constituído por Caracas, Cumaná, Barcelona e Maracaibo, encontra-se actualmente mais voltado para o

⁷⁸ De notar que, quando aqui aplicamos o conceito de *Heartland* (ou núcleo vital em língua castelhana), não o estamos a aplicar a um espaço geopolítico de dimensões continentais como o seu criador John H. Mackinder o

exterior em função do mais intenso comércio externo, mantendo-se, porém, assente na dependência umbilical com o núcleo geohistórico do Orenoco/Caraíbas, que desde cedo evidenciou. Já a Colômbia, com o heartland em zona andina, centrado sobre a cidade de Bogotá, por um lado, e com mais de metade do território constituído por planícies que se estendem às Bacias do Orenoco e Amazônica por outro, apresenta um nítido contraste com a Venezuela pela sua dualidade fisiopolítica.

À semelhança da Venezuela, não obstante gozar da vantagem geopolítica de ser o único país bioceânico do subcontinente, a Colômbia encontra-se mais voltada para o mar das Caraíbas pela preponderância que o porto de Cartagena/Barranquilha, na vertente atlântica, exerce em detrimento do porto de Buenaventura, na vertente do Pacífico, inserindo-se assim bem mais na região Caribenha do que na Andina, esta última na inteira dependência do Pacífico.

Por sua vez o rio Orenoco – cuja Bacia fechada pelos Andes e Planalto das Guianas se estende por uma área com 948.000 km² –, ao constituir-se na artéria e nas ramificações a partir da qual simultaneamente se unificou e dividiu o espaço político venezuelano, exercendo assim um papel geopoliticamente contraditório, acabaria por dar origem à grande área geopolítica neutra existente no Sul do território Venezuelano.

De igual modo, as características fisiopolíticas específicas desta região Caribenha contribuiriam determinantemente para a constituição de três unidades geopolíticas anacrônicas – Guiana, Suriname e Guiana Francesa – de colonização inglesa, holandesa e francesa respectivamente, impedindo que a América do Sul correspondesse a uma Ibero-América por completo.

Se, por um lado, nesta região das Caraíbas o solo das terras baixas da Bacia do Orenoco favoreceu o avanço espanhol na região; por outro, a irregularidade do relevo do Planalto Guianense deteve-o, facilitando desta feita as invasões holandesa, inglesa e francesa que “acabaram por formar *quistos geopolíticos* [que sobreviveram] nessa cunha isolada do

aplicou originalmente à vasta massa terrestre da Eurásia, ou a um de dimensões subcontinentais como Golbery do Couto e Silva o aplicaria, adaptando-o, ao subcontinente Sul-Americano. Aqui, quando nos servimos do conceito de *Heartland* (ou núcleo vital) como instrumento de análise, estamos a aplicá-lo à escala do espaço geopolítico do território nacional venezuelano, devendo ser entendido de acordo com o significado que Jose Felipe Marini lhe atribui (e já anteriormente explicitado), isto é: o núcleo mais denso, activo e desenvolvido da área que oferece as maiores possibilidades para o progresso social, económico e político do Estado (sendo esta a área ecuménica), no qual se concentra um conjunto de condições naturais e culturais que aumentam a potencialidade económica e, por vezes também a potencialidade política, de uma área de importante significado para a vida do país. Ver: Cfr. **MARINI**, Jose Felipe (1985), *Op. Cit.*, **nota 6**, p. 75.

continente voltada para o caribe”⁷⁹ – devido ao isolamento geográfico do Planalto de litoral baixo e pantanoso nesta região – perante as Bacias do Orenoco, Amazônica e do Oceano Atlântico.

Na região do Pacífico, constituída pelas unidades geopolíticas do Equador, Peru e Chile, localizadas na vertente longitudinal inteiramente dependente daquele Oceano, os Andes, ainda bem digitados no segmento que percorre as duas primeiras unidades, apresentam um maior potencial de comunicação pelos nós de Pasto, Loja, Cerro Pasco e Vilcanota.

Com efeito, verifica-se nesta região que o traço fisiopolítico que mais se evidencia num primeiro olhar, ocorre no trecho da Cordilheira Andina compreendido entre os 2 graus de latitude Sul no Equador e os 14 no Peru, com as altitudes elevando-se progressivamente no sentido do primeiro para o segundo, permitindo a geografia física uma passagem andina que, pelo seu elevado valor geopolítico, na zona de fronteira entre os dois países, está na origem da tensão lindeira conhecida como a Questão de Condor⁸⁰.

Nas unidades Equador e Peru, tal como na Venezuela e Colômbia, transpostos os Andes, as áreas interiores vão diminuindo de altitude até assumirem a fisionomia de planícies cobertas por densas florestas equatoriais integrantes da Bacia Amazônica. Estas florestas estendendo-se pela Colômbia, atravessando o Equador e o Peru, até alcançar a Bolívia na área de fronteira com o Brasil, caracterizam-se como área geopolítica neutra, despovoada, prevalecendo o tipo de *fronteiras-faixa*, com as unidades geopolíticas a permanecer de costas voltadas umas para as outras, relação que o Pacto Amazônico estabelecido entre estas e demais unidades condôminas da Bacia, não logrou inverter.

Quanto ao factor ocupação desta zona da região do Pacífico, composta pelo Equador e Peru, verificamos que as densidades demográficas mais elevadas se registam nos respectivos sectores andinos – fenómeno que ocorre, aliás, em toda a faixa andina que se estende desde a Colômbia (mais propriamente inserida na região das Caraíbas) até à Bolívia (na região Interior do subcontinente) – e nos quais se dá a interpenetração tanto dos núcleos geohistóricos como dos ecúmenes estatais daquelas quatro unidades geopolíticas.

⁷⁹ CASTRO, Therezinha de (Jan./Fev./Mar./Abr./1999), *Op. Cit.*, nota 72, p. 19.

⁸⁰ Cfr. GALASTRI, Leandro de O., “A Participação Brasileira na Missão de Observadores Militares Equador-Peru (1995-1999)”, disponível em: <http://www.anpuhssp.org.br/SP/downloads/CD%20XVII/ST%20Leandro%20de%20Oliveira%20Galastri.pdf>. acesso a: 08/Jan./2013; 10:23.

No caso concreto do Equador, constatamos que a depressão longitudinal da linha costeira deste país terá estimulado a melhor ocupação do litoral face à interiorizada floresta, especialmente no delta de Guayas onde se localiza a cidade portuária de Guayaquil, a qual disputa com a acantonada Quito, a 2.480 metros de altitude nos Andes, o papel de núcleo vital. No entanto verificamos que não ocorre o fenómeno da disjunção entre as duas cidades-pólo, já que estas se encontram localizadas nas duas principais províncias do país estando ligadas por um estreito corredor interior, complementando-se e fazendo desta feita com que a costeira Guayaquil e a andina Quito componham, com o melhor posicionado porto de Las Esmeraldas para alcançar o Atlântico na zona longitudinal oposta do subcontinente, o activo triângulo geopolítico desta unidade.

Com aquela maior concentração demográfica e dinamismo económico no sector andino voltado para o litoral, observamos contrastar com o Equador a pobreza da desértica linha costeira do Peru, onde a esparsa presença humana se concentra em torno dos *oásis petrolíferos* que se estendem, de Norte para Sul, desde a equatoriana cidade de Guayaquil até à peruana Ponta Paia. Contrastando também entre estas duas unidades geopolíticas está a interioridade de Quito, encrustada nos Andes, por oposição à litoralidade da capital peruana Lima sem que porém, e curiosamente, se envolva esta directamente no Pacífico – uma vez que a ligação da capital peruana com aquele Oceano se efectua via Callao a 120 km de distância de Lima.

No segmento andino da terceira unidade geopolítica da região do Pacífico – o Chile – verificamos que a cordilheira ao formar duas cadeias paralelas, – apesar de entre elas se estender um deserto – também oferece potencial de comunicação com a zona longitudinal da vertente atlântica através dos passos existentes nas secções setentrional e central, facilmente transponíveis. Constituindo verdadeiras passagens naturais, aquelas vias de comunicação sempre permitiram a afirmação dos interesses deste país costeiro do Pacífico pelo Oceano Atlântico, especialmente salvaguardados pelo passo de Uspallata que possibilitou a construção da transcontinental Valparaíso/Santiago do Chile/Buenos Aires.

Contrariamente ao que se observa no trecho andino partilhado pelas unidades Equador e Peru entre os graus 2 e 14 de latitude Sul, onde as altitudes da cordilheira se vão elevando no sentido Norte-Sul, no trecho meridional dos Andes partilhado pelas unidades geopolíticas Chile e Argentina, – esta última já inserida na região Atlântica –, a partir dos 40 graus de

latitude Sul as altitudes vão diminuindo, esbatendo a irrecusável fronteira natural andina entre os dois países, ao mesmo tempo que se vão formando lagos glaciares potencialmente ricos em recursos naturais, constituindo fonte de diferendos fronteiriços solucionados somente em 1996.

Seguindo um pouco mais para Sul ao longo deste sector observamos continuar a cordilheira a estender-se entre as unidades Chile e Argentina bem como a diminuir progressivamente em altitude até acabar por submergir na Terra do Fogo (dando assim dar origem aos Arquipélagos Antárticos formados pelos picos que se mantiveram emersos), até alcançar a Antártica através daqueles arquipélagos situados em área de sobreposição de eventuais sectores antárticos reivindicados pelo Chile, Argentina, Brasil, Uruguai e até mesmo pela extracontinental Inglaterra, num quadro geopolítico regional onde avulta um amplo emaranhado de reivindicações antagónicas. Não obstante este quadro, e não detendo um posicionamento propriamente bioceânico, o Chile conseguiu no sector terminal do subcontinente, alcançar uma saída para o Oceano Atlântico via Canal de Beagle, tendo-lhe sido reconhecida a soberania sobre as Ilhas Nueva, Lenox e Picton, após tensa disputa com a Argentina.

Porém, com uma linha costeira banhada pelo Pacífico que se estende ao longo de 40 graus compreendidos entre os paralelos de 18 e 56 graus de latitude Sul, e com uma largura variando entre os 100 e os 350 km, alcançando sua maior extensão na Terra do Fogo com 460 km por um lado e com a Cordilheira Andina nas suas “costas” disposta na vertical por outro, o Chile apresenta uma inconfundível configuração geopolítica de país de faixa-oceânica, voltada inequivocamente para aquele Oceano e na sua inteira dependência. Ao longo desta faixa a ocupação humana ocorreu no sentido Norte-Sul, com a maior densidade demográfica concentrando-se no Centro do país em torno do ecúmene estatal, localizado entre o deserto do Atacama ao Norte e as frias terras polares ao Sul, tendo como núcleo vital a cidade de Santiago que, posicionada no vale longitudinal do rio Mapocho, busca naturalmente o Oceano Pacífico.

Já na região Interior, composta pelas unidades Bolívia e Paraguai, envolvendo ainda o Peru meridional, os Andes – que neste trecho ao Sul do nó de Vilcanota atinge os 600 km na altura do paralelo de 18 graus de latitude Sul – apresentam-se mais compactos e largos, formando o altiplano *Pamir da América do Sul* com 830 km de Norte para Sul e 120 km de Leste para

Oeste. No topo deste, dividido entre o Peru e a Bolívia, localiza-se a 3.850 metros de altitude o lago mais alto do mundo – o Titicaca – constituindo um sistema hidrográfico fechado, que se destaca por apresentar uma massa de água doce com 6.900 km², uma das mais extensas do mundo, e por esta razão potencial fonte de conflito geopolítico entre aquelas duas unidades. Mais directamente relacionadas com os interesses do Brasil, observamos encontrarem-se neste altiplano as nascentes de vários rios tributários da Bacia Amazónica, os quais drenam a área geopolítica neutra da planície interior da Bolívia, propiciando condições para a ocupação efectiva daquela planície, unidade geopolítica que tem, no entanto, o ecúmene estatal no sector andino assente sobre o eixo La Paz-Sucre, diminuindo assim as possibilidades de efectivação do Pacto Amazónico.

Neste eixo La Paz-Sucre, é a primeira aquela que se constitui como capital e núcleo vital porque geoestrategicamente se localiza simultaneamente no nó mais estratégico das vias de comunicação e no Departamento boliviano mais próximo do Oceano Pacífico, e por cujo acesso mantém a Bolívia uma zona de tensão com o Chile no sentido de buscar a restituição da província de Antofagasta – antigo litoral boliviano e saída marítima perdida em 1833 pelo Tratado de Ancón na sequência da Guerra do Pacífico, sendo esta considerada uma das áreas mais sensíveis para a estabilidade geopolítica do subcontinente Sul-Americano.

No entanto, havia sido Sucre, posicionada no estratégico *divortium aquarium* dos sistemas fluviais Amazónico e Platino à mais baixa altitude de 2.850 metros, que desde 1559 já se vinha assumindo como o centro político do Alto Peru na qualidade de Audiência de Charcas, passando porém, sem que a ele se integrasse formalmente, a gravitar em torno do Vice-Reinado do Prata em função do seu centro económico se encontrar dependente das minas de prata de Potosi. Porém, já com La Paz posicionada à maior altitude de 3.600 metros na parte do Altiplano que havia ficado ligado ao Vice-Reinado do Peru, e vivendo em função do ouro de Lima, identificamos no eixo constituído por estes dois pólos, o dualismo físico e geopolítico da Bolívia, país posicionado numa área de transição entre as unidades geopolíticas Chile e Peru de um lado, e Argentina, Paraguai e Brasil do outro. Consequentemente, dada a posição central que ocupa no subcontinente, com uma densidade populacional do território diminuta e esparsa, e a par com a inexistência de fronteiras naturais, acabou a Bolívia por não suportar a pressão das unidades geopolíticas circundantes, perdendo parcelas territoriais equivalentes a mais de metade da actual área de superfície computada em 1. 098.581 km².

Já o Paraguai, segunda e última unidade geopolítica da região Interior, constatamos encontrar no baixo relevo da planície do Chaco o suporte físico para a unidade geográfica, a coesão psicossocial e a centralização política caracterizante desta unidade, que assim se distingue, entre outros aspectos, da sua congénere Bolívia.

Considerado a *mesopotâmia* do subcontinente por aquela planície se apresentar cruzada por vários rios, cuja disposição das linhas fluviais do complexo hidrográfico do Chaco verificamos conduzirem ao Oceano Atlântico, o Paraguai, apesar de país *mediterrânico*, expressa uma dimensão marítima indirecta pela atracção geopolítica que aquele Oceano exerce sobre esta unidade interiorizada, através da artéria fluvial conducente ao mesmo – rio Prata. Exercendo este rio uma força de atracção sobre todas as unidades geopolíticas ribeirinhas, verificamos aquela fazer-se sentir em diferentes graus em função dos respectivos posicionamentos ao longo do seu curso, identificando-se a Bolívia mais isolada no sector superior, tanto em relação à Bacia Platina como Amazónica, a Argentina e o Uruguai dispondo do melhor posicionamento no sector inferior para controlo da foz, e o Paraguai, Estado-faixa-fluvial, no curso médio do Prata, detendo o potencial de desempenhar, ou não, o papel de elo de ligação entre a nascente e a jusante daquela artéria fluvial comunicante com o Oceano “passando [assim] a sofrer incontestável acção do Atlântico”⁸¹.

Devido ao seu elevado valor estratégico de artéria fluvial comunicante com o Atlântico, constatamos que a Bacia Platina desde cedo se constituiu em espaço geopolítico de disputa entre as duas unidades geopolíticas do subcontinente com as mais extensas linhas costeiras sobre o Atlântico Sul – Brasil e Argentina. Para alargar a sua esfera de influência, e por consequência diminuir a da Argentina, procurou o Brasil com os Corredores de Exportação de Paranaguá e Santos, ambos fluindo para a Unidade Federal do Estado do Mato Grosso do Sul transformada para o efeito em centro geoeconómico regional, concorrer com a atracção geoviária exercida por Buenos Aires sobre o Paraguai, atraindo-o conjuntamente com a Bolívia para a sua esfera de influência.

Comparativamente, pelo respectivo posicionamento ao longo do curso do rio Prata, constatamos que o Paraguai no sector médio deste, e com o ecúmene estatal comandado pela cidade de Assunção posicionada na margem esquerda do rio Paraguai na confluência com o rio Pilcomayo, ambos integrantes da Bacia Platina, apresenta uma caracterização bem mais

⁸¹ CASTRO, Therezinha de (Jan./Fev./Mar./Abr./1999), *Op. Cit.*, nota 72, p. 22.

atlântica do que a Bolívia, isolada no sector superior do Prata com o ecúmene estatal comandado por La Paz mais próxima do lago Titicaca.

Já inserido na região Atlântica, composta pelas unidades geopolíticas Brasil, Argentina e Uruguai, este último posicionado na foz do Prata, e por conseguinte também envolvido na dinâmica do espaço geopolítico da Bacia Platina, por comparação ao Paraguai, apesar de apresentar potencial para maior independência que a posse de litoral atlântico próprio lhe parece conferir, constatamos que o Uruguai se encontra sob forte interdependência resultante do dualismo geohistórico deste espaço, ainda hoje condicionante da sua estabilidade geopolítica.

Tendo como parte da sua estratégia a ocupação da foz dos grandes rios, utilizando-os como artérias de penetração no vasto hinterland, o Governo português incorporou em 1530 no nascente império colonial o estuário do rio Prata que, tendo ficado despovoado, logo seria tomado pelo rival colonizador castelhano que aí fundaria Buenos Aires seis anos depois, núcleo geohistórico da futura Argentina. Mais de um século depois, para marcar presença na área, estabeleceria Portugal na margem oposta do Prata em 1680 a Colónia de Sacramento, criando-se assim uma zona de fricção com fronteiras vivas.

Espoletando o estabelecimento de Buenos Aires e da Colónia de Sacramento em margens opostas do Prata uma dialéctica geopolítica entre os dois poderes que se estendeu até ao século XIX, Castela, para manter os portugueses ilhados na Colónia de Sacramento, passou à ocupação dos campos do interior do Uruguai, respondendo Portugal com o início da colonização do Rio Grande de S. Pedro em 1740 para travar aquele expansionismo, assim como a deslocação da capital do Estado do Brasil da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, por esta se encontrar mais próxima da linha de tensão. Em resposta, criavam os espanhóis o Vice-Reino do Prata para melhor defender a região. Posteriormente, aquando do processo de independência política acompanhado da fragmentação dos anteriores espaços geopolíticos, o governo colonial português com interesses permanentes na foz do Prata, logo reconheceria em 1811 a emancipação do Paraguai, invadindo de seguida o Uruguai em 1816, que ao Brasil ficaria associado como Província da Cisplatina até 1828.

Tendo sido colonizado pelas duas Coroas Ibéricas, o Uruguai não chegaria a formar uma unidade geopolítica bilingue. Porém, a independente República, seria convertida em Estado-tampão que mais não tem conseguido ser, nas ilustrativas palavras de Cecil Rhodes, que “um

pedaço de algodão entre dois diamantes” em área de influência luso-hispânica. Por conseguinte, o Uruguai, o menor país do subcontinente Sul-Americano, com uma extensão territorial avaliada em 176.215 km², posicionado entre os dois maiores, Brasil e Argentina, com extensões estimadas em 8.547.403 km² e 2.766.889 km² respectivamente, desde cedo evidenciou uma dependência geopolítica e geoeconomia relativamente àqueles dois países que ainda hoje se mantém, pendendo para a esfera de influência de um ou outro, consoante a correlação de forças momentânea existente entre o Brasil e a Argentina.

Constatamos assim que no confronto pela posse da foz do Prata, primeiro entre Portugal e Castela, e depois continuado pelos seus herdeiros Brasil e Argentina, se num primeiro tempo se afirmava a Argentina por via do centripetismo exercido por Buenos Aires, o qual promoveria inclusive a constituição do próprio território argentino, num segundo momento, esse mesmo centripetismo causaria a própria fragmentação do Vice-Reino do Prata, sobrepondo-se a ele o cantonalismo paraguaio, boliviano e uruguaio, impedindo a manutenção da unidade daquele Vice-Reino sob a égide argentina.

Assim, perante a dinâmica geopolítica imprimida a este espaço pela tentativa de contenção do centripetismo exercido por parte da Argentina, da procura de maior liberdade de acção do condicionado Uruguai na qualidade de Estado-tampão, da estratégica posição de elo de ligação entre a nascente e a jusante do Prata que o Estado-faixa-fluvial Paraguai ocupa na dita mesopotâmia sul-americana e da Bolívia como heartland do subcontinente na confluência das Bacias Amazónica e Platina, constatamos que a presença do Brasil, pelo factor extensão e posição, lhe confere o potencial de múltiplo vector do subcontinente Sul-Americano.

I.1.4. O Brasil no Subcontinente

Maior país do subcontinente Sul-Americano com uma extensão estimada em 8.547. 403 km², espaço territorial equivalente a 47.3% da superfície daquele, ocupando assim quase metade da dimensão terrestre da América do Sul, observamos que o factor presença do Brasil faz com que o país objecto do nosso estudo se articule simultaneamente com a Cordilheira Andina, (da qual sofre a influência das forças climáticas continentais) e com as duas maiores Bacias fluviais da América do Sul – Amazónica e Platina –, ambas tributárias do Oceano Atlântico e artérias hidroviárias de penetração no vasto hinterland, apresentando-se assim, como múltiplo vector do subcontinente.

Ao Norte, na Bacia Amazônica, se o Planalto Guianense declina para o Atlântico buscando esse Oceano, verificamos que em sentido inverso, o Golfo Amazônico constitui uma porta natural de penetração para a planície do hinterland, que compreende o maior complexo hidrográfico do mundo. De facto, se nele se incluir a Bacia Tocantins/Araguaia, o mesmo alcança os 7.000.000 km². Cerca de 70% desse complexo localiza-se em território brasileiro, sendo os restantes 30% repartidos entre a Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Guianas e Suriname. Assim, parece fazer sentido concluir que o país objecto do nosso estudo se afirma como o múltiplo vector comum em relação aos seus condóminos amazônicos, tendo consequentemente assumido o papel de promotor do Pacto Amazônico, assinado por razões geoestratégicas, em face das ingerências internacionais nesta zona despovoada que, em todos os países participantes, parece formar uma área geopolítica neutra.

Quanto ao Planalto Central (ou Brasileiro), embora localizado por completo em território brasileiro, este encontra-se distante da mais povoada - e integrante do ecúmene estatal brasileiro – faixa litoral, constituindo-se assim o Planalto como área igualmente de geopolítica neutra, com o Governo brasileiro a procurar atenuar os efeitos decorrentes da desvitalização daquela parcela de território, com a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, construindo esta última de raiz para o efeito.

Do ponto de vista fisiopolítico, constatamos que a relevância deste Planalto se deve ao facto de se constituir no *divortium aquarium* das águas das Bacias hidrográficas Amazônica, Platina, ambas divididas entre as várias unidades geopolíticas, e das do rio S. Francisco. Esta última Bacia, exclusivamente brasileira, ao posicionar-se no Planalto Central (ou Brasileiro), faria deste, no plano subcontinental, o núcleo interior da unidade brasileira, já que no plano nacional se constituiu no núcleo interior do alargamento territorial empreendido pelos bandeirantes via rio Prata no sentido Sul, e Amazonas no sentido Leste-Oeste.

Verificamos também que o Planalto Central (ou Brasileiro) ao declinar para o seu interior, dando assim lugar ao Pantanal Mato-grossense que se prolonga pela região do Chaco, formando uma vasta área baixa que se estende de Norte para Sul ao longo de 1.170 km, desde o rio Mamoré até às Pampas argentinas, reforça a posição do Brasil como múltiplo vector do subcontinente em área também ela de grandeza neutra, em termos geopolíticos. Esta caracteriza-se pelo vazio demográfico em área de fronteiras-faixa, que foi responsável pela transformação do Chaco em zona de tensão, em função da qual a Bolívia e o Paraguai se

defrontaram militarmente, com a primeira a perder o sector Boreal para o segundo em 1938, depois de já ter perdido o sector central do Chaco para a Argentina em 1888.

Constatamos ainda que a conexão geográfica do Brasil com os seus vizinhos, partilhando fronteiras com quase todas as unidades geopolíticas do subcontinente, excepto o Chile e o Equador, se prolonga do Chaco para a região das Pampas, as quais apresentam uma extensão com 647.500 km², formando a partir da foz do Prata para o interior um leque aberto com um raio de 500 a 640 km, abrangendo assim territórios argentino, uruguaio e brasileiro, o que reafirma este último como múltiplo vector. Porém, interrompidas as Pampas ao Sul pelos primeiros degraus do Planalto da Patagónia, o qual enlaça o litoral elevado do Pacífico com o baixo do Atlântico, já não participa o Brasil da desértica e fria alta Patagónia, encontrando aqui o país objecto do nosso estudo o seu limite fisiográfico enquanto múltiplo vector do subcontinente Sul-Americano.

No entanto, concomitantemente ao factor presença, traduzido na extensão, posição e estrutura física de seu território, o potencial do Brasil enquanto múltiplo vector do subcontinente expressa-se também no factor população. Não só através do número dos seus cerca de 200 milhões de habitantes, que faz do Brasil o país mais populoso do subcontinente, mas especialmente pela composição étnico-biológica da sua população, apresenta-se assim (entre uma *América Andina* predominantemente indígena e uma América do Prata predominantemente europeia) como o país de miscigenação mais intensa no conjunto da América do Sul, conferindo-lhe esta característica a vantagem de se poder constituir na plataforma humana de aproximação psicossocial dos povos Sul-Americanos. Permite também ensaiar uma maior aproximação com os povos da margem Sul-Atlântica do Continente Africano, tendo nos de expressão lusófona, os alicerces para a construção dessa ponte entre as duas margens ribeirinhas do Atlântico Sul.

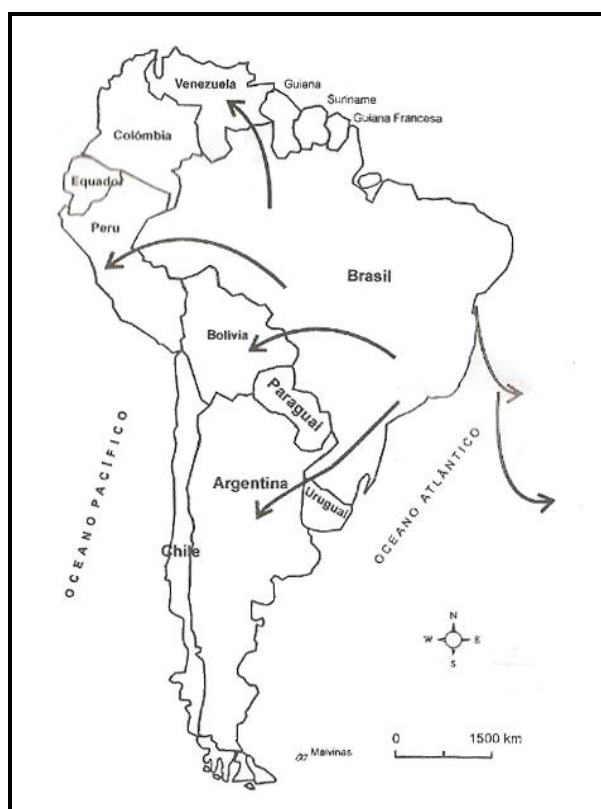
I.1.4.1. Projectão Geopolítica do Brasil no Subcontinente

O Brasil é uma unidade geopolítica com um índice populacional de cerca de 200 milhões de habitantes e de dimensões continentais, traduzidas numa extensão territorial de 8.547.403 km² e posição que o leva a partilhar os seus 15.719 km de fronteiras terrestres com dez dos restantes doze países Sul-Americanos. De entre todos eles de dimensão média ou pequena, (com excepção da Argentina), nenhum possui população ou território superior a 20% do

brasileiro, nem uma linha costeira que se compare aos 7.367 km sobre o Atlântico Sul e em frente ao Continente Africano, a que se soma o oitavo maior PIB do mundo (em 2010). Por isso, “não é de estranhar que ele tenha uma tendência a expandir a sua influência sobre os países vizinhos e/ou próximos”⁸².

Por conseguinte, podemos considerar que existe uma propensão do Brasil para a projecção geopolítica, assente em quatro linhas de tendência. Uma direccionada a Sul para o rio Prata estendendo-se até à Antárctica; uma segunda direccionada à Amazónia e Andes, passando pelos países amazónicos vizinhos; uma terceira em direcção às Caraíbas, voltada para a Venezuela, Guianas e Antilhas; e uma quarta voltada para o Atlântico, não exclusivamente, mas em especial para a vertente Sul deste Oceano (Ver Mapa VI).

Mapa VI: Linhas de Tendência da Projecção Geopolítica do Brasil



Fonte: **ANDRADE**, Manuel Correia de, *Geopolítica do Brasil*, p. 82.

A tendência de projecção geopolítica para Sul tem origem na política expansionista sobre o Prata iniciada por Portugal e continuada pelo herdeiro Brasil depois, ao impedirem a manutenção da unidade do Vice-Reino do Prata, apoiando o seu desmembramento e

⁸² **ANDRADE**, Manuel Correia de (2007), *Op. Cit.*, nota 43, p. 80.

conquistando território que havia sido colonizado pelo rival espanhol, intervindo para isso no que é hoje a Argentina, no Uruguai e liderando no século XIX a Guerra da Tríplice Aliança contra o derrotado Paraguai. Presentemente, com a região geopolítica da Bacia do Prata pacificada, porém não isenta de tensão, a acção da influência do Brasil na sua tentativa de expansão para Sul realiza-se através da assumpção de uma liderança que tem procurado a consolidação da sua posição no âmbito do projecto geoeconómico de integração regional do MERCOSUL, e pela certificação da estabilidade necessária à manutenção da sua base permanente de pesquisa na Antárctica.

Na segunda linha de tendência de projecção geopolítica, direccionada para a Amazônia, Andes e passando ainda pelos países amazónicos vizinhos, observamos a pressão exercida pelo Brasil sobre as unidades geopolíticas Bolívia, Peru e Colômbia. Sobre a primeira, posicionada na confluência da Cordilheira Andina com as Bacias Amazónica e Platina, exerce o Brasil a sua influência no sector meridional da Bolívia através da linha ferroviária que liga Santa Cruz de La Sierra a São Paulo. Já no sector do complexo hidrográfico amazónico, fortalece o Brasil a sua presença sobre o Departamento boliviano de Pando⁸³ através da elevada percentagem populacional de origem brasileira ali existente, e que actualmente tem a vindo aumentar em função da pressão exercida sobre a população do Estado Brasileiro do Acre que, devido ao desbravar de floresta para fins agrícolas, se vê assim “empurrada” a atravessar a fronteira boliviana.

Esta dinâmica geopolítica migratória, actualmente existente, apresenta forte semelhança com a ocorrida no final do século XIX, quando milhares de brasileiros nordestinos pressionados pela seca estival e simultaneamente atraídos pelo primeiro *boom* da borracha, subiram os rios da Bacia Amazónica estabelecendo-se como seringueiros em territórios boliviano e peruano de área geopolítica neutra e fronteiras-faixa. Durante aquele *boom* da borracha, após duas insurreições armadas por parte dos novos colonos brasileiros, incorporaria o Brasil uma parcela significativa de território boliviano, também reclamado pelo Peru, vendo reconhecida

⁸³ A República da Bolívia é um país cujo território se encontra dividido em nove Departamentos, a saber: Departamento de Chuquisaca, com capital na cidade de Sucre; Departamento de Cochabamba, com capital na cidade de Cochabamba; Departamento de El Beni, com capital na cidade de Trinidad; Departamento de La Paz, com a capital deste departamento e do país sediada cidade de La Paz; Departamento de Oruro, com capital na cidade de Oruro; Departamento de Potosí, com a capital na cidade de Potosí; Departamento de Santa Cruz, com a capital na cidade de Santa Cruz de La Sierra; Departamento de Tarija, com capital na cidade de Traija; e, por último, o Departamento de Pando com capital na cidade de Cobija. Este Departamento de Pando está localizado no Noroeste da Bolívia, fazendo fronteira com os Estados Brasileiros do Acre e Rondônia localizados na denominada Região Norte do Brasil, em área de fronteira Amazónica entre os dois países.

a sua soberania sobre uma área de 152.000 km² pelo Tratado de Petrópolis de 1903, assinado com a Bolívia, assim como por um tratado assinado com o Peru em 1909⁸⁴. Através desta área, última a ser incorporada no território brasileiro até ao momento, localizada na divisa da Serra Contamana, entre os vales do Ucayali no Peru e Juruá no Brasil, alcança este último país o primeiro degrau da Cordilheira Andina, procurando assim projectar também sobre esta a sua influência.

Quanto à projecção geopolítica sobre o Peru, após haver incorporado no século XIX território por este também reivindicado, exerce o Brasil actualmente a sua influência sobre este país, no sector setentrional, através da navegação realizada sobre a estratégica via fluvial do rio Solimões, na margem esquerda do qual se encontra a cidade brasileira de Tabatinga, importante centro comercial e localizada na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia. Já no sector meridional deste país, o Brasil procura estender a sua influência sobre o Peru através da construção de uma ligação terrestre rodoviária, a qual ligará a cidade brasileira de Cruzeiro do Sul, no Estado Brasileiro do Acre, ao porto peruano de Callao no Pacífico, dinamizando o comércio intercontinental do Brasil com o mercado asiático. No entanto, “a política americana procura dificultar a construção desta estrada, a fim de impedir a concorrência brasileira nos mercados japonês e chinês”⁸⁵, uma das razões pelas quais, este projecto acordado entre o Brasil e o Peru na já distante década de 1970 não foi ainda concretizado.

Já quanto à expansão da influência sobre a Colômbia, terceiro país na rota da segunda linha de tendência da projecção geopolítica do Brasil, aquela prende-se com a necessidade imediata de repressão do fenómeno do narcotráfico praticado na fronteira Amazónica comum – acção inserida no contexto mais amplo da afirmação da soberania e integridade territorial brasileiras, com prioridade no seu sector amazónico.

Com mais de 11.000 km de fronteira e 6.500.000 km² de extensão, a Floresta Amazónica representa um grande vazio demográfico propício à prática de actividades ilícitas relacionadas com o narcotráfico. Este é um quadro que se apresenta particularmente agravado na Amazônia Brasileira pela permeabilidade fronteiriça resultante da partilha de fronteiras com sete países vizinhos, de entre os quais a Bolívia, Peru e Colômbia que formam o núcleo do

⁸⁴ **BANDEIRA**, Luiz Alberto Moniz (2010), *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 87-91.

⁸⁵ **ANDRADE**, Manuel Correia de (2007), *Op. Cit.*, nota 43, p. 81.

narcotráfico, assim como pela associação a esta actividade de grupos guerrilheiros – dando origem ao novo fenómeno da narcoguerrilha⁸⁶.

Sendo este fenómeno novo mais expressivo na Colômbia e exercendo influência regional com amplos reflexos no Brasil – especialmente na Amazônia Brasileira Ocidental – este país tem vindo a procurar expandir a sua esfera de influência sobre o sector amazónico colombiano mediante o reforço da sua fronteira norte através do “Programa Calha Norte” que, entre outros objectivos, visa o povoamento da fronteira amazónica, assim como a criação de dois novos territórios federais directamente dependentes de Brasília: o do Alto Rio Negro, com capital em São Gabriel da Cachoeira, e o de Solimões, com capital em Tabatinga.

Quanto à projecção para Norte, terceira linha de tendência da expansão, o Brasil procura exercer influência um pouco além do limite do subcontinente Sul-Americano, estendendo a sua esfera até ao arquipelágico mundo antilhano, localizado já em território considerado como pertencente à América Central e envolvido pelo Mar das Caraíbas – *o mediterrâneo americano* –, espaço geopolítico que a Superpotência EUA reclama como da sua exclusiva influência, em área limite de sobreposição de esferas.

Também a Norte, e ainda em área de transição para a região das Caraíbas, muito embora ainda dentro dos limites da América do Sul, procura o Brasil exercer a sua influência reforçando simultaneamente as suas fronteiras com a Venezuela (país fornecedor de energia ao limítrofe Estado Brasileiro de Roraima) e com o *quistó* das Guianas devido à instabilidade existente em países desta sub-região, tais como o Suriname e a Guiana (a título de exemplo este último país tem cerca de metade do seu território reivindicado pelos vizinhos Venezuela e Suriname). A este instável conjunto formado pelo *quistó* guianense, acresce o facto de, no passado, o Brasil aí ter travado disputas fronteiriças com ingleses, holandeses e franceses, sendo que os últimos mantêm ainda hoje a soberania sobre a Guiana Francesa – possessão francesa extracontinental –, transformada em Departamento do Ultramar Francês e que representa actualmente área de atracção para o migrante brasileiro em função da diferença entre o salário mínimo francês e o brasileiro.

⁸⁶ Cfr. MARTU, Amadeu Martins (Mai./Jun./Jul./Ago./2002), “A narcoguerrilha na fronteira amazónica: uma questão de soberania e integridade territorial”, Rio de Janeiro: **A Defesa Nacional**/Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, nº 793, pp. 80-87.

Relativamente à tendência de expansão para o Atlântico, particularmente na sua vertente Sul, o Brasil pretende realizá-la, antes de mais, movido por razões de ordem de segurança e protecção dos vastos recursos naturais que o seu mar territorial⁸⁷, zona contígua⁸⁸, plataforma continental⁸⁹ e zona económica exclusiva⁹⁰ contém. Leva, também, em conta a actual

⁸⁷ A designação de *Mar Territorial* é o termo utilizado em direito internacional para referência a uma zona de mar adjacente à superfície terrestre de um Estado costeiro e cujo critério actualmente em vigor para efeito da sua delimitação “é o das doze milhas marítimas [contadas] a partir do ponto mais baixo da baixa-mar, devidamente reconhecido pelo Estado costeiro”, o qual se encontra devidamente estabelecido pela Convenção de Montego Bay de direito do mar (CDM). Sendo que o presente entendimento sobre aquele espaço é o de que “o território de um Estado inclui ainda o mar territorial”, o artigo 2.º da CDM estabelece que a “soberania do Estado costeiro estende-se além do seu território [terrestre] e das suas águas interiores (...) a uma zona de mar adjacente designada pelo nome de mar territorial, estendendo-se aos respectivos espaços aéreo sobrejacente, leito e subsolo”, disposição esta que nos leva a sublinhar que “o regime do mar territorial assenta no reconhecimento de que se trata aqui de uma parte integrante do domínio territorial do Estado”. Contudo, a CDM prevê uma restrição à soberania do Estado costeiro sobre o seu mar territorial, uma vez que o Estado costeiro, de acordo com o referido tratado, se encontra sob a obrigação legal de garantir o direito de *passagem inofensiva* aos navios mercantes dos demais países, desde que a passagem “não seja prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Estado costeiro”. Ver: **MACHADO**, Jónatas (2006), *Direito Internacional – Do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro*, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 194, 195, 196, 197 e 198.

⁸⁸ Por *Zona Contígua* dever-se-á entender uma zona contígua ao mar territorial que, de acordo com o artigo 33.º da CDM, “não pode estende-se além de 24 milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial”. A zona contígua, ao contrário do mar territorial que constitui parte integrante do território do Estado, “deve ser expressamente reclamada” pelo Estado costeiro. No entanto, apesar de esta se situar “fora do marco territorial a que se estende a soberania estadual”, a CDM reconhece ao Estado costeiro uma determinada jurisdição limitada sobre a zona contígua, procurando-se assim conciliar “o objectivo de satisfazer as diferentes pretensões dos Estados, em matéria de segurança e preservação e exploração dos recursos, sem comprometer o princípio da liberdade de navegação em alto mar”. Desse reconhecimento ao exercício de uma jurisdição limitada sobre este espaço marítimo, a CDM permite que “no interior da zona contígua o Estado pode tomar medidas de fiscalização e exercer prerrogativas policiais de autoridade com a sanção do direito internacional, em matérias como o controlo aduaneiro, a imigração, o tráfico de droga, a protecção da saúde pública, a protecção ambiente”, entre as mais ilustrativas. Apesar de limitada, esta jurisdição concedida ao Estado costeiro permite-lhe prevenir e reprimir as violações às leis e regulamentos aplicáveis no seu território ou no seu mar territorial. Ver: **MACHADO**, Jónatas (2006), *Op. Cit.*, **nota 87**, pp. 199 e 198.

⁸⁹ Em conformidade com o artigo 76.º da CDM, o conceito jurídico de *Plataforma Continental* inclui “o leito e o subsolo das águas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas náuticas das linhas de base a partir das quais se mede o mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinga essa distância”. Tendo surgido após a II Guerra Mundial, conflito que poria em evidência a dependência estratégica dos Estados por recursos naturais, o conceito de “plataforma continental interessa ao direito internacional [assim como à Geopolítica] pelo seu valor económico de aproveitamento de recursos naturais, especialmente minerais”, como o petróleo e o gás natural. A este propósito, a CDM estabelece que “os direitos do Estado costeiro sobre a plataforma continental abrangem a exploração e extracção de recursos naturais – minerais ou organismos vivos sedentários – e a autorização de perfurações independentemente do fim, constituindo direitos soberanos, exclusivos e inerentes (...) ao Estado”. Ver: **MACHADO**, Jónatas (2006), *Op. Cit.*, **nota 87**, pp. 199, 200 e 201.

⁹⁰ Por *Zona Económica Exclusiva*, de acordo com o artigo 55.º da CDM, dever-se-á entender uma zona situada além do mar territorial e a este subjacente, a qual se estende por “200 milhas marítimas desde o limite do mar territorial” e a qual se caracteriza por “atribuir ao Estado costeiro um direito exclusivo de aproveitamento económico”. Apesar de se tratar de uma zona opcional que deverá ser expressamente reclamada, o Estado costeiro que assim o fizer terá, de acordo com a CDM, “direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo e no que se refere a outras actividades com vista à exploração e aproveitamento da zona para fins económicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos”. Ver: **MACHADO**, Jónatas (2006), *Op. Cit.*, **nota 87**, pp. 203 e 204.

“corrida” por novas fontes fornecedoras de recursos a ocorrer na margem oposta do Atlântico Sul, na costa ocidental africana, assim como a instabilidade endémica daquele Continente, do qual depende a segurança do próprio Brasil⁹¹.

Numa segunda ordem de razões a estimular a sua projecção geopolítica, está a ambição do Brasil em se afirmar como a principal potência marítima do Atlântico Sul tendo que, para isso, considerar a presença de outras potências regionais de ambas as margens do Atlântico, como a Argentina a Oeste, a Nigéria e a África do Sul a Leste, e mesmo potências extra-regionais como a Inglaterra, com soberania sobre ilhas como Santa Helena, Tristão da Cunha e Falkland (ou Malvinas) ao mesmo tempo que, naturalmente, também não poderá deixar de considerar os interesses da Superpotência EUA neste espaço geopolítico.

Como ponte para a concretização dos seus objectivos de projecção sobre o Atlântico Sul, o Brasil procura expandir a sua esfera de influência sobre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com prioridade para Cabo Verde – pela localização do Arquipélago na geoestratégica linha de estrangulamento do Atlântico Sul entre o saliente nordestino e a protuberância ocidental do Continente Africano – e, especialmente, Angola – país de forte expressão territorial, rico em recursos naturais como petróleo e diamantes, e com o qual o Brasil teve uma relação próxima durante o período colonial ao longo dos séculos XVII e XVIII, que foi posteriormente retomada a partir da década de 60 do século passado.

Quanto à Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, apesar de ambos serem países dotados de reduzidas superfícies territoriais e de baixos índices populacionais, a localização do primeiro na comprovadamente rica em recursos energéticos Bacia do Congo e, pela descoberta recente de significativas jazidas de petróleo no segundo, a par da sempre geopoliticamente valiosa natureza arquipelágica como “trampolim” ou ponto de escala no Atlântico Sul, não deixará o Brasil de procurar estender a sua esfera de influência a estes dois países lusófonos.

Relativamente a Moçambique, apesar de geograficamente voltado para o Oceano Índico, e integrado na esfera de influência da África do Sul, poderá o Brasil apresentar-se diante daquele país lusófono de expressiva superfície territorial e índice populacional, além de rico em matérias-primas, como alternativa à esfera de influência sul-africana, abrindo a Moçambique a possibilidade de maior margem de autonomia face à África do Sul. Por seu

⁹¹ Cfr. **FONTOURA**, Luís (2001), “CPLP – A importância do Brasil no espaço lusófono”, Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Separata do Boletim N.º 28, pp. 22-26.

lado o Brasil beneficiaria do posicionamento moçambicano sobre o Índico como ponto de escala para as rotas do Médio e Extremo Oriente, onde Timor, rico em petróleo, também se apresenta como potencial ponto de escala auxiliar, num circuito transcontinental envolvendo América do Sul – África – Oriente que uma potência como o Brasil, com potencial e aspirações a ascender ao estatuto de Superpotência, não deixará de considerar na sua estratégia.

Já no âmbito mais amplo do Atlântico, tem o Brasil na linha costeira norte do saliente nordestino, uma plataforma de projecção geopolítica para o Atlântico médio, em direcção ao Norte do Continente Africano e Sul da Europa, na qual o Arquipélago madeirense poderá representar um ponto de escala para ambas as geografias, com o maior interesse para Portugal que assim vê revalorizado o seu território, não só o insular, mas também o continental, como porta de entrada do Brasil na Europa.

I.1.4.2. Antagonismos Geopolíticos no Subcontinente

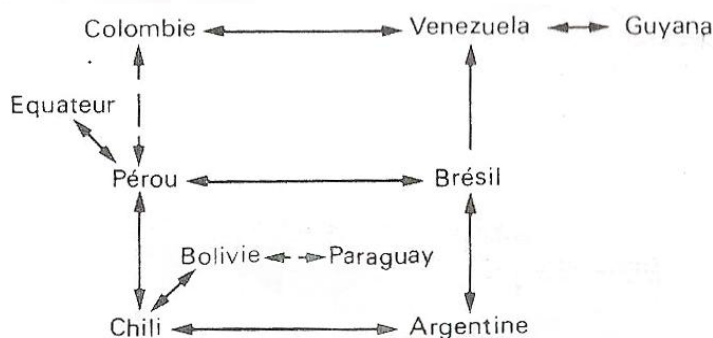
O quadro geopolítico do subcontinente no qual o Brasil procura realizar a sua projecção geopolítica, “est marquée par des antagonismes de très longue durée”⁹², resultantes da quase permanente rivalidade luso-espanhola na América do Sul desde o século XV, mantida até ao presente pelas actuais unidades geopolíticas herdeiras, não só dos espaços dos antigos impérios coloniais, mas também dos seus antagonismos geopolíticos inerentes, a par de outros surgidos aquando dos conturbados processos de independência no século XIX que ainda persistem.

Com efeito, após os conturbados processos de independência, o efervescente subcontinente Sul-Americano constituiu-se em palco de um encadeamento de sucessivos conflitos militares que se iniciaria em 1825 com a guerra das Províncias Unidas do Prata contra o Brasil finda em 1828 com a independência do Uruguai, e que se prolongaria com o ciclo de guerras de 1941, 1981, 1983, 1991 e 1995 entre o Equador e o Peru, sem deixar de considerar as guerras entre a coligação Chile-Argentina contra a Bolívia entre os anos de 1836 a 1848; pela guerra não declarada entre o Brasil e a Argentina de 1843 a 1852 para assegurar a influência sobre o Uruguai; pela guerra dos aliados Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai de 1864 a 1870; pela do Chile contra o Peru e a Bolívia de 1879 a 1883; pela guerra do Chaco entre a

⁹² BÈGARIE, Hervé C. (1985), *Géostratégie de L'Atlantique Sud*, Paris: Presses Universitaires de France, p. 138.

Bolívia e o Paraguai de 1932 a 1935⁹³. Há ainda que contabilizar uma série de várias crises menores pelo que o registo dos conflitos ocorridos e conhecidos até ao presente ilustram o potencial de conflito acumulado ao longo dos dois últimos séculos, os quais se encontram subjacentes aos antagonismos geopolíticos latentes no subcontinente, podendo estes ser esquematizados da seguinte forma:

Esquema 1: Linhas dos Antagonismos Geopolíticos do Subcontinente Sul-Americano



Fonte: BÈGARIE, Hervé C., *Géostratégie de L'Atlantique Sud*, p. 141.

De acordo com o esquema apresentado, no sentido Este-Oeste, envolvendo duas unidades geopolíticas localizadas nas opostas vertentes longitudinais do subcontinente (Atlântico-Pacífico), verificamos a existência de um antagonismo geopolítico entre a Argentina e o Chile em torno da disputa pelo Canal de Beagle, através do qual o Chile, tendo visto a sua soberania reconhecida sobre as Ilhas Nueva, Lenox e Picton, logrou assegurar uma geoestratégica saída para o Oceano Atlântico, ao mesmo tempo que garantia um melhor posicionamento para reivindicação mais vantajosa de um futuro sector antártico chileno, objectivos que a Argentina procurou, embora sem sucesso, negar ao seu vizinho⁹⁴.

Já na vertente longitudinal atlântica, no sentido Norte-Sul, ressalta a sempre presente rivalidade entre o Brasil e a Argentina pela superioridade regional, ainda que a disputa tenha pendido decisivamente a favor do primeiro desde a década de 1970 do século passado. O antagonismo geopolítico entre estas duas unidades, da parte do Brasil, prende-se com o objectivo permanente deste de, ao Sul do seu território, manter a sua fronteira política coincidente com a fronteira natural traçada pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, procurando colocar/manter o Estado-tampão Uruguai sobre a sua esfera de influência, além de satelizar o Paraguai e a Bolívia. Por oposição, a Argentina, mantém o objectivo igualmente permanente

⁹³ Cfr. idem.

⁹⁴ Cfr. idem, *ibidem*, pp. 174-178.

de reconstruir o antigo Vice-Reino do Prata, englobando as unidades Uruguai, Paraguai e Bolívia, tendo por sede Buenos Aires⁹⁵. Consequentemente, “malgré une détente très nette depuis quelques années, Argentins e Brésiliens continuent à mener une sourde lutte d’influence dans les pays tampons qui les séparent”⁹⁶, travada agora por aqueles dois actores regionais dentro do quadro do projecto de integração regional - o MERCOSUL.

Redireccionado o nosso olhar para a linha dos antagonismos identificados na vertente longitudinal do Pacífico, observamos a rivalidade entre as unidades Chile – Peru, resultante da anexação das províncias Tacna e Árica pela primeira, consagrada pelo Tratado de Acón assinado em 1833 na sequência da Guerra do Pacífico e que, até então haviam pertencido à segunda. Este antagonismo geopolítico Chile – Peru permanece concomitantemente com um outro, apresentando um desdobramento para a região Interior do subcontinente, onde a mediterraneizada Bolívia reclama do Chile a devolução da província litoral de Antofagasta perdida para aquele, no mesmo conflito em que o aliado peruano se via amputado das duas províncias acima mencionadas⁹⁷.

Por extensão, porém circunscrito por inteiro à região Interior do subcontinente, constituindo um antagonismo geopolítico distinto daquele, transversal às regiões andina e interior envolvendo Peru – Chile – Bolívia, identificamos a linha de tensão Bolívia – Paraguai assente nas disputas territoriais em torno da região do Chaco, tendo a primeira perdido para o segundo a região do Chaco Boreal, após a guerra que teve lugar entre os anos de 1932-35⁹⁸.

Já no Norte do subcontinente, no sentido Oeste-Este, envolvendo também duas unidades geopolíticas localizadas nas opostas vertentes longitudinais Atlântico-Pacífico, porém ambas voltadas para a região das Caraíbas, identificamos a linha de antagonismo geopolítico Colômbia-Venezuela. Esta resulta da perda, por parte da Venezuela, da margem esquerda do rio Orenoco para a Colômbia em 1892⁹⁹, na sequência das disputas fronteiriças surgidas aquando da fragmentação da *Republica da Gran Colombia* que era constituída pela Colômbia, Venezuela, Nueva Granada (actual Panamá) e Equador, sob a égide de Simon Bolívar. Actualmente, o latente antagonismo geopolítico entre a Colômbia e a Venezuela, ganha novos contornos com o apoio prestado por Caracas às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

⁹⁵ Cfr. *ibidem*, p. 140.

⁹⁶ Cfr. *ibidem*.

⁹⁷ Cfr. CASTRO, Therezinha de (Jan./Fev./Mar./Abr./1999), *Op. Cit.*, nota 72, p. 21.

⁹⁸ Cfr. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2010), *Op. Cit.*, nota 84, pp. 157-187.

⁹⁹ Cfr. BÈGARIE, Hervé C. (1985), *Op. Cit.*, nota 92, p. 140.

(FARC) por um lado, e a permissão colombiana para a instalação de seis bases militares norte-americanas, em nome da guerra ao terrorismo e combate ao narcotráfico, por outro.

Seguindo ainda um pouco mais no sentido Oeste-Este, já na vertente longitudinal atlântica, em área de transição para a região das Caraíbas, observamos a linha de antagonismo Venezuela-Guiana. Nesta linha de antagonismo geopolítico verificamos que, além da Colômbia, tem a Venezuela com a Guiana um contencioso sobre a Bacia do rio Esequibo perdida no início do século XX¹⁰⁰, pelo que reclama da Guiana 2/3 do território desta, a qual reclama ao Suriname, por sua vez, o sector de Red River, junto à fronteira com o Brasil¹⁰¹.

Ainda na vertente atlântica, seguindo agora na direcção Norte-Sul, observamos o antagonismo Venezuela-Brasil a propósito das reivindicações de ambos sobre a Guiana, procurando cada qual expandir o respectivo litoral: a primeira buscando uma saída alternativa às congestionadas e confinantes Caraíbas; o segundo pretendendo estender a sua fachada marítima norte atlântica¹⁰², a qual, a par da sua ampla fachada sul-atlântica, lhe conferiria um posicionamento semelhante ao tipo bioceânico.

Debruçando-nos novamente sobre a vertente Pacífico do subcontinente, observamos no sentido Norte-Sul, a linha do antagonismo geopolítico intermitente envolvendo a Colômbia e o Peru, resultante da disputa entre as duas unidades geopolíticas, ocorrida na década de 1930, sobre a cidade colombiana de Leticia. Por sua vez, tendo o Peru a sua posição ao sul bloqueada pelo Chile, poderá aquele sentir-se impelido a exercer pressão a Norte sobre o Equador¹⁰³, despertando o latente antagonismo geopolítico já identificado entre ambos.

Sendo certo que “cette présentation est très schématique [e que] tous ces antagonismes n’ont pas la même intensité, [bem como] ils n’excluent pas des rémissions temporaires (du type de celle à laquelle on assiste actuellement dans la rivalité Brésil-Argentine) [e que alguns] ne s’expriment pas en raison de l’écart trop grand entre les protagonistes ou des contraintes diplomatiques [o facto é que] ils persistent dans la longue durée”¹⁰⁴, constituindo o tabuleiro do xadrez geopolítico, no qual o Brasil “joga” a sua projecção geopolítica sobre o subcontinente Sul-Americano.

¹⁰⁰ Cfr. *idem*.

¹⁰¹ Cfr. **CASTRO**, Therezinha de (Jan./Fev./Mar./Abr./1999), *Op. Cit.*, **nota 72**, p. 19.

¹⁰² Cfr. **BÉGARIE**, Hervé C. (1985), *Op. Cit.*, **nota 92**, p. 141.

¹⁰³ Cfr. *idem*.

¹⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 141.

CAPÍTULO II – Brasil: factores estáveis e factores variáveis

II.1. Factores Estáveis

II.1.1. Extensão e Configuração

Inicialmente confinado à estreita faixa atlântica de 2.800.000 km² outorgada pelo Tratado de Tordesilhas, verificamos que o espaço territorial brasileiro, à semelhança das duas grandes massas terrestres que compõem o conjunto continental americano, viria igualmente a assumir a forma grosseira de um triângulo invertido com a base voltada para Norte e o vértice apontado para Sul, apresentando actualmente uma superfície territorial caracterizadamente contígua, com uma extensão de 8.547.403 km² resultante das várias fases do processo de expansão territorial a partir daquele núcleo geohistórico à beira atlântico. Deste modo, ele constitui-se na unidade geopolítica de maior dimensão territorial da América do Sul e Central, a terceira maior do conjunto continental americano e a quinta maior do mundo, ficando atrás somente da Rússia, Canadá, China e EUA.

Medindo cerca de 4.307 km entre o extremo norte – fixado no Monte Roraima localizado no Planalto das Guianas –, e o extremo sul identificado na Barra do Arroio Chuí e 4.336 km do extremo oeste – na Serra de Cotamana –, ao extremo este na Ponta de Seixas no Cabo Branco que entra no Atlântico verificamos que, em função da equidistância entre os extremos norte-sul e oeste-este (a qual determina um alongamento de cerca de 40 graus quer no sentido da longitude quer no da latitude) o Brasil apresenta uma original configuração do tipo misto, simultaneamente compacta e alongada (Ver Mapa VII). Observamos também resultar deste tipo de configuração mista – compacta/alongada – um equilíbrio territorial, pois se por um lado o alongamento no sentido Leste-Oeste implica a existência de quatro fusos horários em território brasileiro, por outro, esse mesmo alongamento contribui para diminuir o desequilíbrio cultural que o alongamento Norte-Sul tende a acentuar.

Mapa VII: Configuração do Brasil: mista – compacta/alongada

Fonte: **CASTRO**, Therezinha de, *Retrato do Brasil - Atla -Texto de Geopolítica*, p. 15. Adaptado pelo autor.

II.1.2. Posição

Quanto à posição do Brasil verificamos que, se a sua localização no “hemisfério líquido”, por um lado o coloca afastado dos principais centros de poder e à margem dos principais feixes de circulação mundial de riqueza localizados no “hemisfério terrestre”, por outro, constatamos que essa mesma posição o “situa à margem também das geodésicas segundo as quais se têm manifestado até hoje (...) as tensões mais fortes e perigosas dos antagonismos internacionais”¹⁰⁵.

Já quanto à sua posição, relativamente ao subcontinente Sul-Americano, verificamos que o Brasil se localiza na sua maior parte na parcela Oriental da América do Sul, subsidiária da vertente longitudinal atlântica, ocupando a quase metade da superfície terrestre da América do Sul com os seus 47.3% do espaço subcontinental, e assim partilhando os seus 15.719 km de fronteiras terrestres com dez das restantes doze unidades geopolíticas que compõem o subcontinente.

Não obstante nenhuma daquelas unidades, individualmente consideradas, apresentar dimensão superior a média ou pequena, com território ou população não superiores a 20% dos valores que o Brasil representa (com exceção da Argentina) verificamos que, excluindo o

¹⁰⁵ **SILVA**, Golbery do Couto e (1981), *Op. Cit.*, **nota 27**, p. 49.

“quisto” das Guianas, o entorno subcontinental que envolve o Brasil se apresenta como “uma cintura de nações a que unem, acima de quaisquer dissensões, a mesma origem hispânica, tradições históricas semelhantes e entrelaçadas e, sobretudo a unidade linguística”¹⁰⁶, as quais, no seu conjunto, compõem uma superfície territorial e efectivo populacional superiores aos do “ilhado” Brasil. Desta consequência resultante do seu posicionamento, e não obstante os antagonismos geopolíticos latentes que separem as vizinhas Repúblicas hispânicas, o Brasil, a dado momento, poderá ver-se perante a contingência de avaliar se aqueles antagonismos são, ou não, “de molde a impedir uma composição de interesses e uma conjugação de esforços, quando se trate de satisfazer todas as ambições e todos os ressentimentos à custa do vizinho exótico [Brasil], rico demais (...) que nem pode aproveitar devidamente suas terras imensas”¹⁰⁷.

Caso a avaliação venha a considerar que os antagonismos geopolíticos existentes não são de molde a impedir uma composição de interesses e uma conjugação de esforços entre aquela cintura de nações unidas pela mesma língua e origem hispânica, consideramos que o Brasil, “ilha lusófona” em “mar castelhano”, deverá devotar particular atenção a três centros de poder subcontinental: a *Gran Colombia* (com Venezuela e Equador incluídos) a Noroeste, o Peru a Oeste e a Argentina ao Sul, excluindo-se um outro centro de poder constituído pelo Chile por não partilhar fronteiras com ele.

Considerando a posição dos centros de poder *Gran Colombia* e Peru em relação ao território brasileiro verificamos que, com excepção da significativa aberta que o rio Branco representa, a floresta tropical amazónica constitui-se num eficaz *glacis* defensivo e barreira limitadora de penetrações através das vias fluviais, separando aqueles centros de poder do vasto reservatório de recursos naturais e núcleo central de forças do Brasil – a Amazônia Brasileira. Observamos igualmente que, não obstante aquele núcleo central de forças do Brasil constituir um vasto hinterland, ainda por integrar no distante heartland brasileiro constituído pelo quadrilátero São Paulo – Rio de Janeiro – Belo Horizonte – Brasília, também os núcleos vitais daqueles centros de poder, embora muito mais próximos da sua zona limítrofe, se encontram desfavoravelmente localizados do outro lado dos Andes e sem vias de comunicação adequadas com a sua fronteira-faixa.

¹⁰⁶ Idem, p. 53.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 53.

Assim, “não parece, pois, razoável temer nesse extenso arco fronteiroço (...) a eclosão súbita de um conflito ou desencadeamento de um ataque (...) mas, por outro lado, a penetração mais ou menos dissimulada, (...) é coisa que bem se pode admitir (...)”¹⁰⁸, e mesmo assumindo que “tudo indica que [o Brasil] levaríamos a melhor (...) num conflito que surgisse nessas fronteiras mortas”¹⁰⁹, o mais acertado seria o Brasil barrar os acessos naturais de penetração daqueles centros de poder à Amazónia Brasileira como primeiro passo para uma posterior ocupação, exploração e efectiva integração daquela ampla parcela do vasto hinterland brasileiro.

Já quanto ao centro de poder localizado ao Sul da posição do Brasil – a Argentina –, verificamos que aquele se concentra em torno de um núcleo central constituído pela província de Buenos-Aires, parte das províncias de La Pampa e Santa Fé, articulando-se a Noroeste com o importante núcleo marginal composto pelas províncias de Córdoba, Mendoza e Tucumã, irradiando para a outra margem do rio Prata a Nordeste, e ao Sul, com a anecuménica – porém rica em petróleo e carvão –, região da Patagónia.

Na moldura de enquadramento deste centro de poder localizado nas fronteiras meridionais do Brasil, onde aquele e este travam intensa disputa pela supremacia regional – agora no âmbito do MERCOSUL –, tentando de parte a parte satelizar os Estados-tampão que os separam, observamos que a dissociada Bolívia, pelas antagónicas forças de atracção dos Oceanos Pacífico e Atlântico, e o Paraguai acalentando a eterna aspiração de “respirar por dois pulmões” – isto é, complementar a sua expressão continental com uma marítima através de uma saída para o Atlântico Sul via rio Prata –, “valem muito pela sua posição geográfica no flanco aberto e vulnerável do Brasil meridional e central e constituem, sobretudo por sua instabilidade política e económica, indisfarçáveis zonas de fricção externas onde podem vir a contender, quer queiram quer não, os interesses brasileiros e argentinos”¹¹⁰. Por conseguinte, o Brasil deverá, para dissuadir ou antecipar tal possibilidade de fricção, proceder à revitalização e integração da Região Centro-Oeste no ecúmene nacional, particularmente os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Verificamos também que, para além daquela linha de tensão, um pouco mais a Sul, onde não se observam barreiras físicas impeditivas, desenha-se uma outra ao longo da qual o Estado-

¹⁰⁸ *Ibidem*, pp. 54-55.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 55.

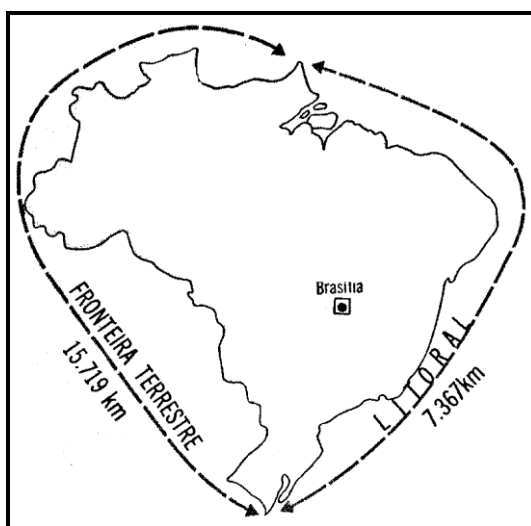
¹¹⁰ *Ibidem*, p. 55.

tampão Uruguai, geograficamente meio brasileiro meio platino, se tem mostrado insuficiente como absorvente da tensão resultante da fricção das esferas de influência do Brasil e da Argentina. Além disso, torna-se importante salientar que essa fricção, se num passado distante e próximo se via acirrada por um historial de conflitos e maior proximidade dos respectivos núcleos vitais, presentemente, tem vindo a amenizar-se sob o efeito do mais eficaz projecto de integração regional a que já nos temos referido – o MERCOSUL.

Quanto à posição do Brasil face ao Oceano Atlântico e para que a mesma possa ser convenientemente aferida, torna-se necessário antes de mais, determinar previamente o percentual de território brasileiro sob influência directa dos efeitos resultantes da sua continentalidade e maritimidade.

Assim, se ao Brasil, país de dimensão continental com uma superfície terrestre de 8.547.403 km² e um total de 23.086 km de fronteiras, dos quais 15.719 km respeitam à extensão da fronteira terrestre e 7.367 km à extensão da fronteira marítima (Ver Mapa VIII), se aplicar o critério de divisão da fronteira terrestre pela fronteira marítima¹¹¹, o coeficiente de continentalidade/maritimidade indicará uma fracção de 2/1 respectivamente, apresentando o Brasil como um país mais do tipo continental do que marítimo.

Mapa VIII: Brasil: fronteira terrestre e linha de litoral

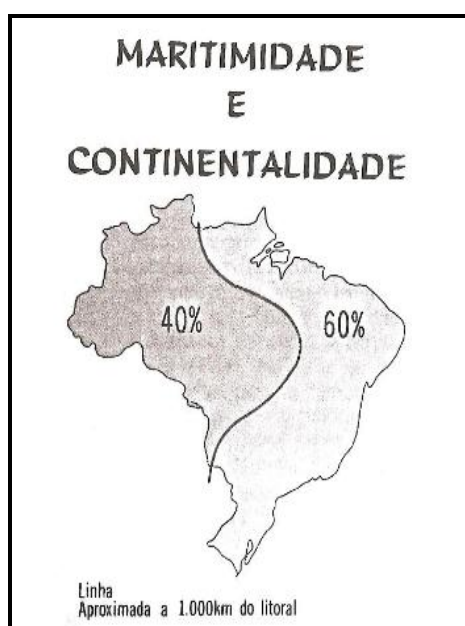


Fonte: **CASTRO**, Therezinha de, *Retrato do Brasil - Atlas-Texto de Geopolítica*, p. 15. Adaptado pelo autor.

¹¹¹ O critério acima mencionado decorre da fórmula elaborada pelo geopolítico brasileiro Prof. Everardo Backeuser para aferir do grau de continentalidade/maritimidade do Brasil, apresentada na obra de sua autoria *Geopolítica Geral do Brasil* (1952), sendo exposto, a título de exemplo, por: **MATTOS**, Carlos de Meira (Jan./Mar./1991), “O Pensamento Estratégico Brasileiro: Projeções das Influências da Nossa Continentalidade”, Rio de Janeiro: **A Defesa Nacional**/Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, nº 751, p. 32.

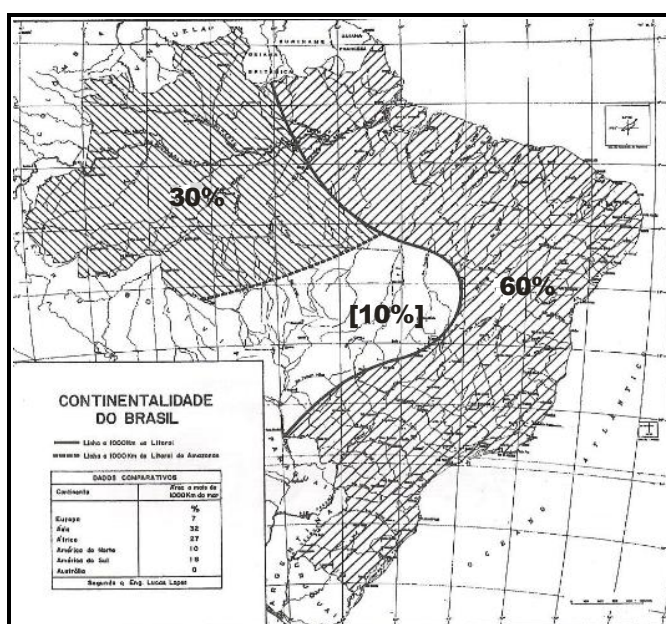
Por outro lado, se aplicado o critério segundo o qual a área terrestre situada além da linha dos 1000 km da costa marítima deva ser considerada continental¹¹², o Brasil apresenta já uma proporção de 40% – 60% na relação continentalidade/maritimidade respectivamente, percentual de continentalidade que diminuiria para 10% se se considerar que só o rio Amazonas prolonga a acção estimulante do mar até 30% da área inserida naqueles 40% de território sob os efeitos decorrentes da continentalidade (Ver Mapas IX e X). Tal realidade percentual assim determinada faria do Brasil um país inequivocamente do tipo marítimo.

Mapa IX: Maritimidade e Continentalidade



Fonte: **CASTRO**, Therezinha de, *Retrato do Brasil - Atlas-Texto de Geopolítica*, p.15.

Mapa X: Continentalidade do Brasil



Fonte: **SILVA**, Golbery do Couto e, *Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*, p. 48

No entanto, “devemos convir que nenhum desses critérios tem um valor absoluto no nosso caso [brasileiro]”¹¹³, dado que, se o primeiro critério acima apresentado “não leva em conta o fator fronteira viva e fronteira morta”¹¹⁴, excluindo do cálculo que a fronteira morta possui “um potencial de continentalidade que só se concretizará quando a mesma se incorporar a um

¹¹² O referido critério é apresentado pelo geopolítico brasileiro Gen. Golbery do Couto e Silva, na obra de sua autoria *Geopolítica do Brasil* (1967), sendo exposto, a título de exemplo, por: cfr. **MATTOS**, Carlos de Meira (Jan./Mar./1991), *Op. Cit.*, **nota 111**, p. 32.

¹¹³ **MATTOS**, Carlos de Meira (Jan./Mar./1991), *Op. Cit.*, **nota 111**, p. 32.

¹¹⁴ Idem, p. 32.

sistema sócio-econômico desenvolvido”¹¹⁵, o segundo “não considera as faixas mais articuladas e menos articuladas com a região de sua hinterlândia”¹¹⁶, não tendo em consideração que poucas são as regiões do Brasil cuja influência do mar se estende aos 1000 km.

Por conseguinte, “levadas em conta as compensações e os ajustes necessários aos dois critérios, consideramos o Brasil um país do tipo misto continental-marítimo, com um maior grau de continentalidade ainda em potencial superado, (...) pelo índice de maritimidade menor, mas em pleno desenvolvimento”¹¹⁷, mesmo que sob o critério meramente quantitativo da linha dos 1000 km, o Brasil apresente no seu conjunto territorial uma percentagem de 18% da sua extensão compreendida entre o litoral e os 250 km, de 42% entre os 250 e os 1000 km e os restantes 40% situados além daquela linha de 1000 km e sem que estes percentuais, a par da correspondente repartição 60% maritimidade – 40% continentalidade, ofereçam a mais correcta percepção quanto à dualidade do país.

Uma vez considerado o Brasil um país do tipo misto continental-marítimo, embora com um maior grau de continentalidade, constatamos que este facto não diminui a importância da posição do país face ao Oceano Atlântico.

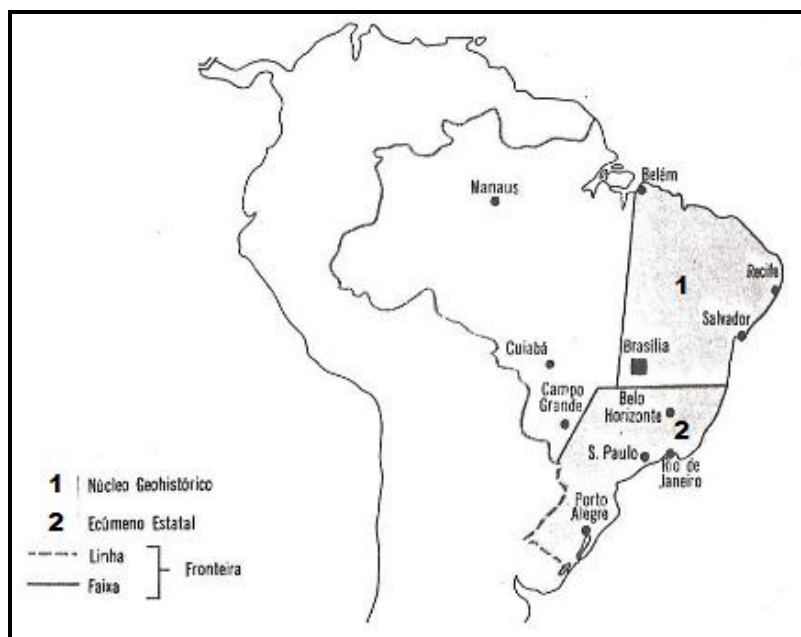
De facto, a significativa importância que a ampla dimensão marítima aporta ao Brasil sobressai desde logo pela sua localização no “hemisfério líquido”, situado num subcontinente preferencialmente voltado para o Oceano Atlântico, com a maior e melhor posicionada linha de litoral em ambas as margens ribeirinhas do sector sul daquele Oceano onde, apesar do índice de maritimidade menor do país, se concentra a parcela territorial do Brasil em pleno desenvolvimento, com o ecúmene estatal e núcleo geohistórico concentrando 80% do efectivo populacional vinculados ao Atlântico Sul (Ver Mapa XI).

¹¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 32.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 32.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 32.

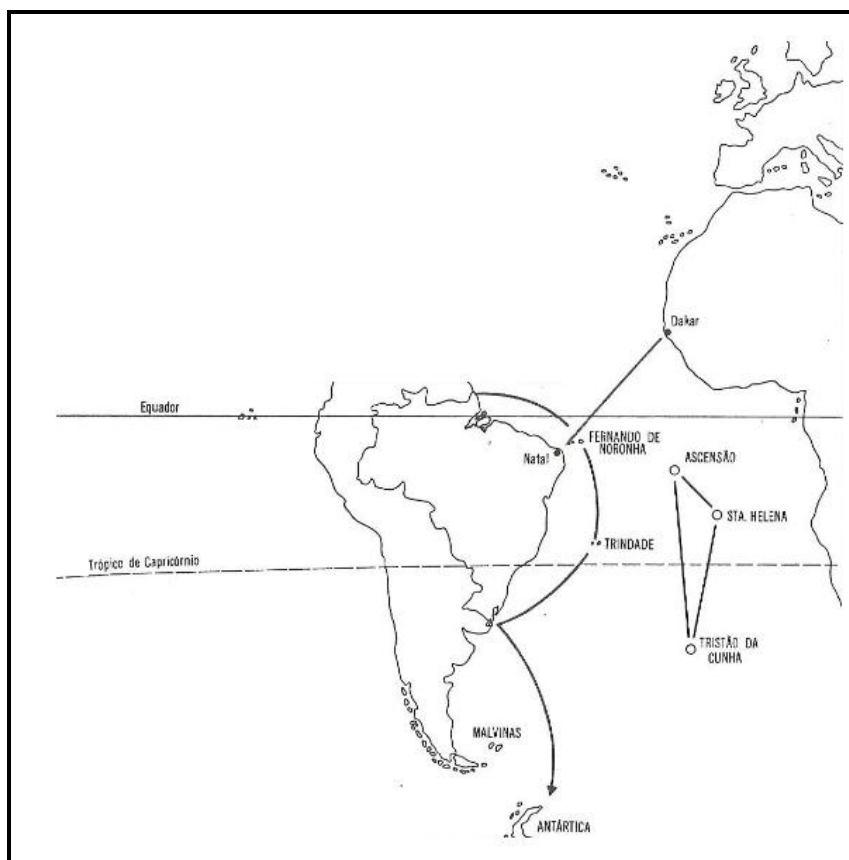
Mapa XI: Núcleo Geohistórico e Ecúmene Estatal



Fonte: **CASTRO**, Therezinha de, *Retrato do Brasil - Atlas-Texto de Geopolítica*, p.17.

Esta importância cresce devido ao posicionamento singular do amplo saliente nordestino, envolvido na linha geoestratégica de estrangulamento do Oceano Atlântico e pelos trampolins que as Ilhas Fernando de Noronha-Trindade representam, conferindo ao Brasil condições geográficas privilegiadas para uma projecção a Norte, para o “hemisfério terrestre” e a Leste sobre o próprio Atlântico Sul e Continente Africano, enquanto a Sul a sua projecção sobre a Antártica (Ver Mapa XII) contribui também para confirmar uma “vocação atlântica do Brasil, restando, grosso modo, no entanto, uma política (...) que venha temperar o bin mio continentalidade-maritimidade”¹¹⁸.

¹¹⁸ **CASTRO**, Therezinha de (1986), *Op. Cit.*, **nota 42**, p. 17.

Mapa XII: Posição do Brasil Face ao Atlântico

Fonte: **CASTRO**, Therezinha de, *Retrato do Brasil - Atlas-Texto de Geopolítica*, p.17.

Por outro lado, a importância da dimensão marítima do Brasil avulta pela posição relativa de três centros de poder regionais que ao largo do Atlântico Sul se lhe defrontam e que são constituídos pela Nigéria a Nordeste e a África do Sul a Sudeste, nas anecuménicas costas da África Ocidental, a par da Argentina a Sul, no litoral menos favorecido do extremo meridional do subcontinente Sul-Americano.

Por conseguinte, uma vez considerada a posição do Brasil face ao subcontinente Sul-Americano, ao Atlântico Sul, à África Ocidental e à Antártica, verificamos que necessariamente “nada do que se passe no amplo triângulo de massas continentais que delimita essa bacia [Sul-Atlântica], pode nos ser [ao Brasil], em momento algum, indiferente”¹¹⁹.

¹¹⁹ **SILVA**, Golbery do Couto e (1981), *Op. Cit.*, **nota 27**, p. 87.

II.1.3. Estrutura Física

A par da vocação atlântica, que exige que não fique indiferente a tudo o que se passe ao redor da Bacia Sul Atlântica, um país de dimensões continentais como o Brasil terá inevitavelmente de se debruçar sobre a sua ampla base territorial e sua respectiva estrutura física e humana.

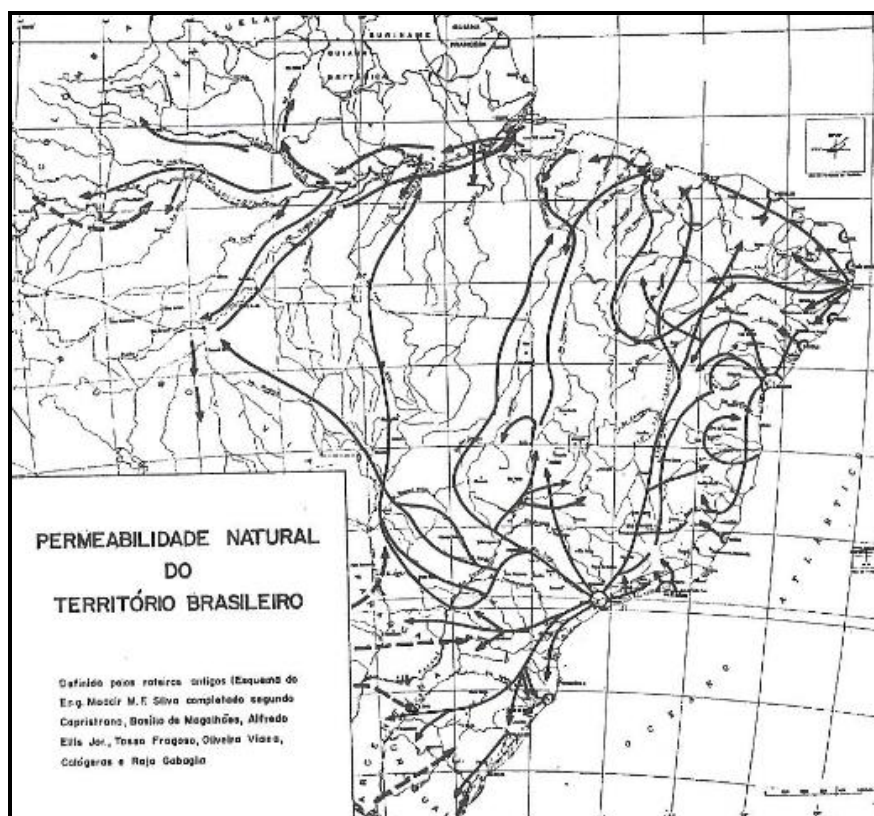
Assente sobre um vasto planalto em forma de triângulo com a base voltada para Norte e o vértice apontado para Sul, cobrindo cerca de 5/8 da superfície terrestre do Brasil, verificamos que o Planalto Central (ou Brasileiro) confere unidade ao conjunto territorial pela sua permeabilidade, relevo peneplanado, vegetação e clima mais ou menos uniformes, bem como pela quase continuidade que estabelece entre as Bacias Amazônica, Platina e Franciscana.

O grande Planalto Central (ou Brasileiro), na sua poderosa acção unificadora, ao declinar progressivamente para Noroeste, conecta-se com a não menos imensa Planície Amazônica, a qual, por sua vez, se debruça a Oeste para o anfiteatro da Amazônia Ocidental, ao passo que a Sudoeste, no seu declive para o interior, se liga à Planície Platina que entra pelo território brasileiro, enlaçando-se com o Pantanal Mato-grossense, complementado pela região do Chaco, por um lado, e com as Pampas argentinas por outro, em indistinta região física que não conhece fronteiras naturais nem reconhece fronteiras políticas, contrastando contudo pelo vazio demográfico do Pantanal/Chaco face à ocupação pastoril das Pampas.

Já a Leste, o Planalto Central (ou Brasileiro) articula-se com a rebaixada faixa litoral mas, a grande escarpa em que o seu rebordo se constitui acaba por representar uma muralha intransponível para qualquer tentativa de movimento de penetração para o interior, especialmente nos trechos em que aquele se apresenta dobrado à retaguarda por uma segunda linha muralhada, reforçada por uma floresta tropical litoral que, embora reduzida a manchas residuais, ainda se constitui num obstáculo de difícil superação, apresentando-se convidativa à transposição a Sul apenas nas escassas aberturas naturais, como as dos rios Doce e Paraíba. Mais a Norte, apesar do grande Planalto se rebaixar fazendo desaparecer a barreira constituída pelo seu rebordo, o mesmo continua a não ceder muitos espaços à penetração e a alternativa via fluvial que o rio S. Francisco poderia representar, mal penetra no sertão por se encontrar bloqueada pela barragem hidroelétrica de Paulo Afonso, criando um constrangimento à articulação da parcela territorial do Nordeste brasileiro ao restante do conjunto territorial nacional.

No entanto, verificamos que o Planalto Central (ou Brasileiro) e o rio S. Francisco, o grande rio da unidade nacional brasileira, correndo em direcção àquele Planalto, asseguram a soldadura e a articulação do quadrilátero nordestino ao Centro-Sul do país, e que a permeabilidade natural do terreno à circulação (Ver Mapa XIII) possibilita a articulação interna do Nordeste brasileiro, compensando a inexistência de uma rede de transporte fluvial perene que a garantiria por completo.

Mapa XIII: Permeabilidade Natural do Território Brasileiro



Fonte: **SILVA**, Golbery do Couto e, *Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*, p.40.

Assim cartografada a estrutura física do conjunto territorial brasileiro, constatamos que “o Planalto Central ou Brasileiro foi o núcleo interiorizado da unidade nacional [brasileira]”¹²⁰ e que, “só a Hiléia propriamente escapa ao papel vinculador do planalto, resistindo-lhe à acção coesiva e aglutinadora”¹²¹ devido à direcção excêntrica da calha amazónica, à descontinuidade entre os afluentes orientais e a margem esquerda do rio Amazonas, e à densa floresta tropical que impede as comunicações.

¹²⁰ **CASTRO**, Therezinha de (Jan./Fev./Mar./Abr./1999), *Op. Cit.*, nota 72, p. 25.

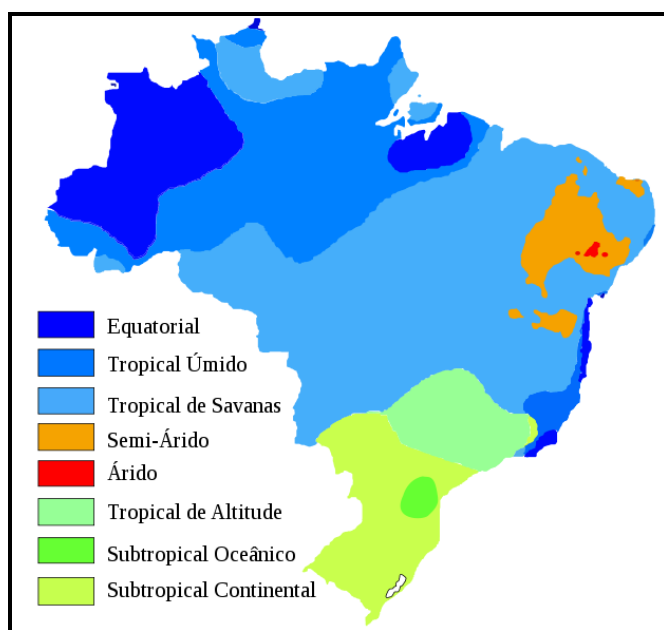
¹²¹ **SILVA**, Golbery do Couto e (1981), *Op. Cit.*, nota 27, p. 39.

II.1.4. Clima

Ao localizar-se no Hemisfério Sul, em virtude do seu espaço de 8.547.403 km² se apresentar desigualmente cortado pela linha do Equador Terrestre – com a parcela menor a Norte daquela linha cifrada em 598.656 km², e a maior a Sul da mesma com 7.915.188 km² –, e pela do Trópico de Capricórnio a Sul, com apenas três Estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) inseridos na zona de clima temperado, verificamos que o Brasil se constitui num país caracteristicamente tropical, com cerca de 92% da totalidade do seu território localizado na zona intertropical.

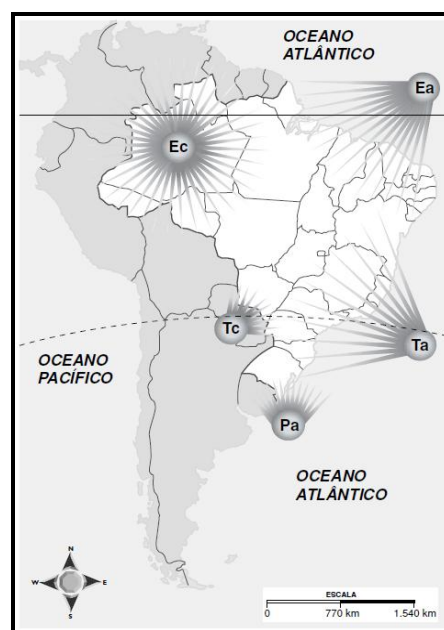
Porém, observamos também que, dadas a sua dimensão continental, configuração, significativa extensão costeira, relevo e dinâmica das massas de ar equatorial, tropical e polar, o Brasil revela um clima, amplitude térmica e índices pluviométricos diversificados, predominando seis grandes tipos de clima: equatorial, tropical húmido, tropical (de savanas), tropical de altitude, subtropical (oceânico e continental) e semiárido (e árido) (Ver Mapa XIV), resultando esta variedade climática da diversidade de massas de ar (Ver Mapa XV), as quais acabam também por contribuir para o amenizar dos efeitos mais ásperos do clima tropical.

Mapa XIV: Mapa Climatológico do Brasil



Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/file:brazil_koppenclimatemap_portuguese.svg.
Acesso a: 02/Nov./2011; 17:24.

Mapa XV: Mapa das Massas de Ar



Fonte: SCHNEEBERGER, Carlos Alberto e FARAGO, Luiz Antônio, *Minimanual compacto de geografia do Brasil: teoria e prática*, p. 26.

II.2. Factores Variáveis

II.2.1. Recursos Naturais

Não sendo atingido por climas extremos ou catástrofes naturais cíclicas no seu território, “com um clima que, na verdade, não é tão desfavorável como se tem apregoado por ignorância ou preconceito”¹²², verificamos que o Brasil apresenta uma “base física que pela sua extensão abrange regiões naturais várias caracteristicamente diversificadas [que] oferece amplas possibilidades de gêneros de vida e atividades econômicas complementares”¹²³, destacando-se os sectores da agro-pecuária, agro-indústria e indústria em função da vantagem comparativa conferida por um clima e solo favoráveis, maior fonte de água doce e biodiversidade do mundo, assim como jazidas minerais variadas de grande potencial e qualidade¹²⁴.

Quando atrás fizemos referência a “vantagens comparativas” queríamos referir-nos, por exemplo, àquela que no domínio da agricultura se traduz em 120 milhões de hectares de terras com potencial agrícola, actualmente ocupados em menos de metade¹²⁵, e capacidade de produção alimentar para 600 milhões de pessoas¹²⁶, estimando-se que até 2019 o Brasil seja o país que apresenta maior expansão de produção agrícola, aumentando em 40% a sua capacidade de oferta¹²⁷, a par do enorme potencial no domínio da exploração florestal em produtos como madeira, extracção de látex dos seringais e carvão vegetal¹²⁸.

No domínio mineral, a vantagem comparativa do Brasil poderá ser apreciada nos 8,4% das reservas mundiais de minério de ferro, 11% das de bauxita, 7,8% das de estanho¹²⁹, na sexta maior reserva mundial de urânio, e nos 2,1 milhões de produção diária de barris de petróleo actuais, com perspectivas de alcançar os 6,1 milhões de barris por dia em 2020 na sequência

¹²² Idem, p. 41.

¹²³ Idem, *ibidem*, p. 41.

¹²⁴ Cfr. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2010), *Op. Cit.*, **nota 39**, p. 19.

¹²⁵ Cfr. ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (2006), *Geopolítica do Brasil - A construção da soberania nacional*, São Paulo: Atual, p. 8.

¹²⁶ Cfr. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2010), *Op. Cit.*, **nota 39**, p. 19.

¹²⁷ Cfr. RICUPERO, Rubens (Mar./Abr./Mai./2011), “O que nos reservam as próximas décadas? O futuro visto de uma perspectiva brasileira”, Lisboa: **Revista de Relações Internacionais**, Instituto Português de Relações Internacionais-IPRI/Universidade Nova de Lisboa/UNL, nº 29, p. 11.

¹²⁸ Cfr. “Produção de petróleo no Brasil deve atingir 6,1 milhões de barris em 2020”, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011>. Acesso a: 06/Jun./2011; 20:09.

¹²⁹ Cfr. ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (2006), *Op. Cit.*, **nota 125**, p. 7.

da exploração das jazidas do pré-sal, e no salto da actual produção de gás natural de 58 milhões de metros cúbicos por dia para 142 milhões em 2020¹³⁰.

A confirmarem-se estas expectativas, o Brasil converter-se-á num país exportador líquido de, pelo menos, médio porte num prazo de dez anos, o que lhe poderá permitir superar de vez o “estrangulamento externo” da sua economia, gerando com as suas exportações as divisas necessárias ao pagamento das importações, bem como alcançar a “superação definitiva da dependência em petróleo e gás em relação a vizinhos pouco confiáveis como a Bolívia, a valorização imediata da importância econômica e estratégica do país aos olhos do mundo, [e] o aumento de sua influência e irradiação”¹³¹.

Ainda relativamente ao potencial energético, gozando daquela que é considerada uma vantagem comparativa resultante da posse de cerca de 11% das reservas de água doce do planeta, o Brasil apresenta-se como um país com elevado potencial hídrico, tendo actualmente mais de 140 hidroeléctricas em funcionamento, com a de Itaipu a ser considerada a maior do mundo em geração de energia, produzindo cerca 70,6% do total da electricidade gerada no país¹³². Com a produção de energia a partir de painéis solares, eólicas e biocombustíveis, a par com a capacidade de produção de energia hidroeléctrica, o Brasil destaca-se entre as grandes economias mundiais, pela considerável parcela de energia limpa e renovável presente na sua matriz energética¹³³.

Se a par do potencial traduzido nos números acima apresentados, considerarmos a actual e também previsível tendência futura de subida de preços associada àqueles recursos naturais devido em larga medida ao aumento exponencial da procura por parte de economias emergentes como a chinesa e a indiana verificamos que, “existe, assim, muita evidência concreta para apoiar uma perspectiva favorável para países como o Brasil, que não é apenas rico em minerais e energia, (petróleo, gás, etanol de cana-de-açúcar, hidroeletricidade), mas que apresenta igualmente a mais avançada tecnologia de agricultura tropical do mundo”¹³⁴, tendo em conta que “não serão muitos os [países] que se encontram em tais condições e não

¹³⁰ Cfr. “Produção de petróleo no Brasil deve atingir 6,1 milhões de barris em 2020”, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011>. Acesso a: 06/Jun./2011; 20:09.

¹³¹ **RICUPERO**, Rubens (Mar./Abr./Mai./2011), *Op. Cit.*, **nota 127**, pp. 8-9.

¹³² Cfr. “Produção de petróleo no Brasil deve atingir 6,1 milhões de barris em 2020”, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011>. Acesso a: 06/Jun./2011; 20:09.

¹³³ Cfr. **RICUPERO**, Rubens (Mar./Abr./Mai./2011), *Op. Cit.*, **nota 127**, p. 8.

¹³⁴ *Idem*, p. 11.

resta dúvida de que o Brasil é um dos que melhor se podem posicionar a fim de aproveitar a conjuntura favorável”¹³⁵.

II.2.2. População

II.2.2.1. Estruturas Sociais

II.2.2.1.1. Composição Etnico-Biológica

No que à composição etnico-biológica da população diz respeito, observamos que, no substrato que daria origem ao *homem brasileiro*, fruto de um profundo processo de miscigenação, se identifica a presença das três grandes raças da Família Humana, composta pela mongolóide, caucasóide e negróide. Representadas no Brasil pelos Ameríndios, Portugueses e Africanos respectivamente, cada um aportaria ao intenso processo de caldeamento ocorrido em todos os pontos do território brasileiro, a sua estrutura antropológica própria com a correspondente constituição psicológica específica, contribuindo assim para a formação dos caracteres somáticos e psicológicos dos tipos que constituem a população brasileira.

Apesar da dificuldade em particularizar o contributo introduzido por cada um dos representantes das três raças na origem da formação antropológica e mental do *homem brasileiro* pela diversidade observada dentro daqueles, verificamos que alguns dos traços mais genéricos e característicos se apresentam mais evidentes à observação.

Assim, não obstante a diversidade de tipos antropológicos e estruturas psicológicas observadas entre as inúmeras tribos indígenas existentes aquando da descoberta do Brasil, variando os membros daquelas na sua estatura física, cor, complexão, grau de cultura, temperamento e instintos sociais, verificamos que, por via do processo de miscigenação cultural e física com o elemento branco e negro, o elemento indígena imprimiria a marca da sua influência na formação da população brasileira, através do “seu papel na formação do tipo nacional, na língua, nos costumes, nas indústrias locais, nas tendências, nas paixões, nas ideias e na religião”¹³⁶.

¹³⁵ Idem, *ibidem*, p. 12.

¹³⁶ GALVÃO, Eduardo Rodrigues, (1988), *Op. Cit.*, nota 24, p. 17.

À semelhança do elemento indígena, o elemento negro procedente de diferentes regiões do Continente Africano – dada a política do colonizador de não concentrar elementos da mesma tribo numa só região para evitar a constituição de *quistos étnicos* – e introduzido no Brasil como mão-de-obra escrava na cultura da cana-de-açúcar primeiro, mineração depois, e por último na cultura do café, apresentava igualmente uma variedade de caracteres antropológicos, psicológicos e diversidade cultural. Este entraria bem mais em contacto com o colonizador do que com o índio nativo, resultando num processo de miscigenação mais intenso com o elemento caucasiano “onde a figura do mulato sobrepujou a de todos os outros mestiços”¹³⁷, contribuindo para o forjar de uma população em que aproximadamente 50% do efectivo é afro-descendente, apresentando enorme variedade nas suas estruturas físicas, mentais e culturais.

Apesar de privado da sua liberdade para que pudesse manifestar plenamente a sua cultura, o elemento negro, dada a maior proximidade com o elemento branco, marcaria indelevelmente a cultura dominante do colonizador através da subtil, porém profunda, influência exercida pela “mãe preta” sobre o filho do senhor branco e da “mucama” sobre as jovens e senhoras das “casas grandes”, exercendo deste modo, um poderoso ascendente sobre os futuros senhores: moldando-lhes hábitos, costumes e mesmo a língua, através da introdução de vocábulos curtos, típicos das línguas africanas, e da diluição dos carregados “erres” da língua portuguesa, suavizando-a e conferindo-lhe uma feição diferente da original falada em Portugal¹³⁸ e hoje designada “português europeu”.

Para além de profundo e inconfundível, o contributo do elemento negro na formação da população e cultura brasileiras não se fez sentir somente na influência exercida sobre a cultura dominante do colonizador branco. Aquele contributo manifestar-se-ia, também, por via da apropriação da cultura dominante, introduzindo-lhe posteriormente elementos característicos das ancestrais culturas africanas, num processo de aculturação do qual resultaria uma nova e distinta expressão cultural, como o ocorrido no domínio religioso, no qual os cultos católico e africanos se fundiriam originando os sincréticos cultos do candomblé, pai-de-santo e umbanda.

¹³⁷ CASTRO, Therezinha de, (1994), *Op. Cit.*, **nota 55**, p. 174.

¹³⁸ FREYRE, Gilberto (1957), *Op. Cit.*, **nota 26**, p. 371.

À semelhança do indígena e do negro africano, também o colonizador português ao aportar a terras brasileiras transportava consigo a marca do contacto estabelecido anteriormente com outros povos europeus e não-europeus, primeiro ainda na Península e posteriormente em África e na Ásia, plasmada na diversidade de traços fisionómicos, características psicológicas e assinalável variedade cultural para o seu exíguo espaço de origem.

Toda aquela diversidade é evidenciada pela variedade ostentada pelo tipo português: um de estatura mais alta e alourada, de instinto nómada, aventureiro e belicoso, descendente da presença germânica, mais acentuada ao Norte da Península: outro de estatura mais baixa e bruno, de instinto mais sedentário, pacífico e laborioso, descendente do celtibero mais frequente nas áreas rurais da sociedade peninsular, a que se acrescenta a marca da presença moura e judaica na Península, de estatura generalizadamente alta, bruna, de instinto reconhecidamente nómada e comerciante.

Da confluência daquelas características físicas e psicológicas, a par da experiência de um *modus vivendi* adaptado a um clima peninsular, mais próximo dos climas de latitudes tropicais do que dos climas típicos do Norte da Europa resultaria, como produto da interacção, o multifacetado biótipo português, portador de uma cultura variada e elástica com apetência ao contacto com o novo e o diferente, o que conferiria ao português uma predisposição para a mobilidade, miscigenação e aclimação, características que confeririam à sua obra colonizadora em geral, e à realizada no Brasil em particular, o cunho específico da integração e da assimilação pela via da miscigenação física e cultural¹³⁹.

Assim, para além da transmissão daquelas três características distintivas do produto da interacção dos elementos indígena, negro e português – as quais representariam vantagem significativa na conquista do vasto e diverso espaço geográfico brasileiro –, o maior contributo lusitano para a formação da população e sociedade brasileiras perpetuar-se-ia no actual grau de relativa homogeneidade étnica – dentro da diversidade, assim como da unidade religiosa em torno do cristianismo e unicidade linguística, conferindo ao caleidoscópio cultural brasileiro a necessária coesão psicossocial.

A estes três elementos básicos estruturantes da complexa formação da população e sociedade brasileiras, há ainda a acrescentar o contributo de uma série de outros elementos como o

¹³⁹ Cfr. Idem, pp. 63-66

holandês em Pernambuco e o francês no Maranhão, ainda no período colonial, e o do: espanhol, italiano, alemão, eslavo, sírio-libanês e japonês no Sudeste e Sul do país, resultante de posteriores vagas migratórias¹⁴⁰, contribuindo todos para o cadinho étnico-cultural brasileiro do qual resultaria o heterogêneo *homem brasileiro*.

Assim, ao fazer sobressair a influência modeladora das raízes histórico-culturais sobre os caracteres e personalidade do *homem brasileiro*, ao mesmo tempo que procurando evitar o equívoco de o dissociar do conjunto de atributos gerais comuns a todos os representantes da grande Família Humana, e sem pretensão à apresentação de conclusões rígidas e dogmáticas, sugerimos que, “em síntese, poderíamos identificar o homem brasileiro como um complexo étnico e com uma cultura relativamente homogênea, paradoxalmente condicionada por culturas heterogêneas, individualista, sentimental, improvisador, cordial, comunicativo, humano e pacifista”¹⁴¹, demonstrando inteligência, capacidade de adaptação e assimilação das novas técnicas, engenho, espírito de iniciativa, gosto pelo desafio e tenacidade¹⁴².

II.2.2.1.2. Número e Densidade Populacional

Quanto ao efectivo populacional, observamos que o índice de habitantes no Brasil aumentou dos 169.799.170 de habitantes registados no ano 2000, para os actuais 190.755.799 alcançados em 2010, representando um crescimento relativo de 12,3% ao longo da última década, traduzido em 20.956.629 de habitantes, equivalente a um crescimento médio geométrico anual de 1,17%, a que corresponde a menor taxa registada, e com tendência para diminuir, desde o primeiro censo realizado em 1872 quando o país tinha 9.930.478, e na sequência do qual apresenta um crescimento de quase vinte vezes desde então¹⁴³.

Constatamos também que, decorrente daquele crescimento populacional absoluto, se registou um aumento da anterior taxa de densidade demográfica de 19 hab./km², para a actual de 22 hab./km², a qual verificamos apresentar um elevado grau de variação em função da área específica, com a Região Sudeste a apresentar-se como área densamente povoada, com mais de 50 hab./km², seguida das Regiões Nordeste e Sul regularmente povoadas, com densidades

¹⁴⁰ Cfr. SCHNEEBERGER, C. A. e FARAGO, L. A. (2003), *Minimanual compacto de geografia do Brasil: teoria e prática*. São Paulo: Rideel Editora, pp. 52-53.

¹⁴¹ GALVÃO, Eduardo Rodrigues (1988), *Op. Cit.*, nota 24, p. 23.

¹⁴² Cfr. MATTOS, Carlos de Meira (1984), *Op. Cit.*, nota 28, p. 87.

¹⁴³ Cfr. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, *Op. Cit.*, nota 23.

entre 30 a 50 hab./km², e as Regiões Norte e Centro-Oeste escassamente povoadas com densidade de menos de 10 hab./km² ¹⁴⁴.

Assim, se os números por um lado apresentam um país distante de uma situação de superpovoamento, por outro, revelam uma distribuição populacional acentuadamente irregular, com os índices de densidade, em algumas áreas dos grandes centros urbanos industrializados, a alcançarem os 5000 hab./km², ao passo que, em vastas áreas das regiões Norte e Centro-Oeste, caem para menos de 5 hab./km² ¹⁴⁵, demonstrando um povoamento periférico, com cerca de 80% da população concentrada na faixa litoral ¹⁴⁶, e uma densidade demográfica diminuindo progressivamente em direcção ao interior ¹⁴⁷.

II.2.2.1.3. Distribuição dos Principais Núcleos Populacionais

A partir dos dados atrás apresentados, que demonstram a irregular distribuição espacial do efectivo populacional, verificamos que a fixação da população sobre a vasta dimensão territorial brasileira se tem vindo a desenvolver sob a forma de núcleos geopolíticos dispersos, permitindo a identificação, grosso modo, de cinco principais regiões ecuménicas no país, assemelhando-se o Brasil, do ponto de vista da rede de vias de circulação, à imagem de um “arquipélago” terrestre, apresentando, porém, uma dinâmica geopolítica tendente a uma mais estreita integração daqueles núcleos num todo nacional.

Assim, ao longo da faixa costeira, cuja penetração em direcção ao interior na generalidade da mesma não ultrapassou ainda os 500 km, é possível observar a existência de três importantes núcleos de concentração demográfica esparsos: um localizado a Nordeste, outro a Sul, e no intermédio destes, um núcleo central, articulado por istmos de circulação, como que penínsulas, com aqueles núcleos nordestino e sulino. Para além daquela linha de 500 km verifica-se, ainda, a existência de dois outros: o centro-oeste, ligado também ao núcleo central como se de uma península se tratasse, e mais a Noroeste, um outro, ainda muito isolado – a Hiléia Amazónica – apresentando-se como vasta “ilha” distante (Ver Mapa XVI).

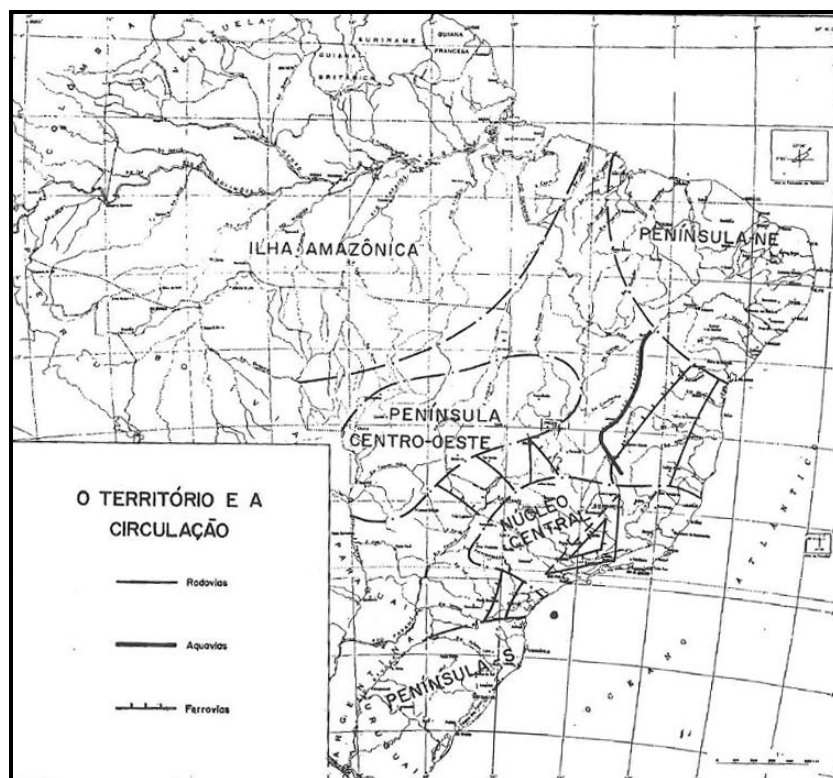
¹⁴⁴ Cfr. SCHNEEBERGER, C. A. e FARAGO, L. A. (2003), *Op. Cit.*, nota 140, p. 49.

¹⁴⁵ Cfr. idem.

¹⁴⁶ Cfr. PEREIRA, Carlos Patrício Freitas (2007), *Op. Cit.*, nota 38, p. 285.

¹⁴⁷ Cfr. SCHNEEBERGER, C. A. e FARAGO, L. A. (2003), *Op. Cit.*, nota 140, p. 49.

Mapa XVI: Arquipélago Ecuménico Brasileiro



Fonte: **SILVA**, Golbery do Couto e, *Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*, p.44.

Constatamos, por conseguinte, que, “nesta pintura do Brasil que quisemos fazer antes sugestiva que precisa, temos grosso modo delimitado o ecúmeno nacional [brasileiro], pouco mais de um terço da área total do país, e a oeste, o simples *domínio*, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado por falta de gente (...)”¹⁴⁸.

Porém, não se tratando esta de uma realidade estanque, antes imbuída de um forte dinamismo geopolítico no sentido da integração das partes no todo territorial, verificamos que aquele núcleo central do Brasil, ancorado em torno do triângulo Rio de Janeiro – São Paulo – Belo Horizonte, abarcando grande parte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, os Estados de Rio de Janeiro e São Paulo por completo, e o Sul do Estado de Goiás com o Distrito Federal incluído, se apresenta como área geopolítica da manobra central da integração territorial, a qual expressa uma dinâmica que “incorporará necessariamente, (...) a totalidade do Estado de Minas Gerais e o restante do Espírito Santo, espalhando-se (...) de modo que o triângulo de potência que já se vai alargando firmemente para o quadrilátero tão bem dotado

¹⁴⁸ **SILVA**, Golbery do Couto e (1981), *Op. Cit.*, **nota 27**, p. 43.

de São Paulo – Rio – Vitória – Belo Horizonte acabará por estirar-se ainda mais a noroeste para fincar seu vértice interior na região de Brasília, possibilitando afinal a articulação que faltava, com a atual ilha amazônica (...)”¹⁴⁹.

Por sua vez, o núcleo da “península nordestina”, apresentando-se como área geopolítica da ala norte, tem vindo a manifestar, igualmente, uma tendência de interiorização, distendendo-se ao Estado do Maranhão e ao núcleo demográfico secundário do recôncavo baiano, “de modo a poder consolidar-se naturalmente a sua esplêndida base diagonal de Salvador [da Bahia] a São Luís [do Maranhão]”¹⁵⁰, podendo mesmo conectar-se posteriormente ao Estado de Minas Gerais, já integrado no núcleo central, via istmo de circulação BR-116, Rio-Baia. A partir daquela dinâmica de integração, “a península nordestina” tenderá a espalhar-se vindo a constituir-se, possivelmente, um escudo nordestino, englobando todo o Grande Nordeste.

Por seu lado, a comprimida “península sulina” composta pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ancorada sobre o reduzido espaço compreendido entre os rios Paranapanema a Norte e Jacuí-Ibicuí a Sul e, depois de convertida em área geopolítica da ala sul, tem vindo a demonstrar uma dinâmica tendente à sua ampliação e que, se a Sul encontra os seus limites políticos, mas não os geopolíticos, definidos pela fronteira com o Uruguai, a Norte, a mesma dinâmica conduzirá à integração desta “península” ecuménica no núcleo central. Já sob o ponto de vista da sua articulação interna, a “península sulina” apenas alcançará “maior organicidade em derredor do quadrilátero de articulação básica, demarcado por Curitiba – Porto Alegre – Santa Maria – e Irati”¹⁵¹.

Já a “península centro-oeste” (com os limites apresentados na figura incluída no Mapa XVI deste documento) após a interiorização da capital do país, situada em Brasília, tem vindo a ceder lenta, porém decididamente, ao constante poder de atracção exercido pelo núcleo central ao longo das últimas cinco décadas (1960-2010), direccionando-se a “península”, num contínuo movimento geopolítico, para a sua integração naquele núcleo. Consequentemente, após a amputação da sua banda oriental agora integrada no núcleo central, e reajustada a “península centro-oeste” aos seus novos contornos desenhados pelos Estados do Mato Grosso e Rondônia, observamos nesta uma nova tendência de dinâmica, reorientando-se a área

¹⁴⁹ Idem, p. 91.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 91.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 91.

geopolítica do Centro-Oeste do anterior sentido Sudeste para o actual sentido Noroeste, em direcção à ainda muito isolada “ilha amazónica”.

Por outro lado, tendo em conta a estrutura física do local onde se desenvolve a nova orientação geopolítica da “península centro-oeste” e a posição central que esta “península” ocupa relativamente ao espaço territorial brasileiro e ao próprio subcontinente, observamos que a área geopolítica do Oeste possibilita o enlace das Bacias hidrográficas Amazónica e Platina, e que a cidade Centro-Oeste de Cuiabá, “no próprio paralelo de equipotência das atracções do norte e do sul, está fadada a ser o grande centro de articulação de toda a área, (...) [que] acabará se tornando (...) na soldadura mais avançada entre o Brasil amazônico e o Brasil platino”¹⁵².

Quanto à “ilha amazónica”, verificamos que, relativamente à original delimitação feita a traço grosso no Mapa XVI, compreendendo os Estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre, se têm vindo a individualizar, no Nordeste da “ilha”, dois núcleos ecuménicos algo comprimidos na região guianense: um em torno do Estado de Roraima, e outro abarcando o Noroeste do Pará e Sudoeste do Amapá. Já um pouco mais a Sul da “ilha”, participando simultaneamente desta e da nova “península centro-oeste” com os contornos reajustados, divisa-se logo o bojo Norte da área ecuménica centro-oeste, participando aquele bojo, de forma algo indecisa e ambivalente, quer da “ilha amazónica”, quer da “península centro-oeste”.

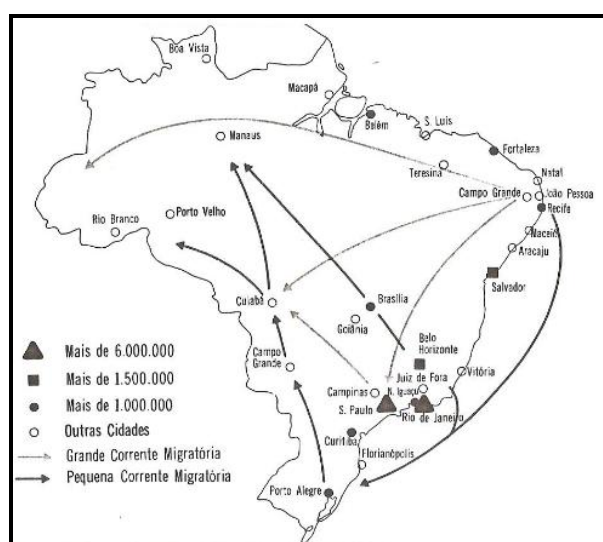
Tendo em consideração o ainda elevado grau de isolamento da “ilha amazónica”, se por um lado a mesma se afigura como vasto *glácis* defensivo capaz de garantir a necessária imunidade a acções externas de conquista e providenciando assim, pelo menos inicialmente, as condições para posterior manobra geopolítica de integração no todo nacional – que podemos considerar que, a concretizar-se será, muito possivelmente, através da ligação à nova “península centro-oeste” e desta ao núcleo central –, por outro, o hiato temporal que tal tarefa ciclópica exigirá, fará com que esta área geopolítica da Amazônia continue, por tempo indefinido, “eixada segundo o leito do rio formidável [Amazonas], onde Manaus permanecerá o fulcro do sistema, por mais que se articule e adense e vitalize o vasto estuário, no triângulo Belém – Amapá – Santarém”¹⁵³.

¹⁵² *Ibidem*, p. 91.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 92.

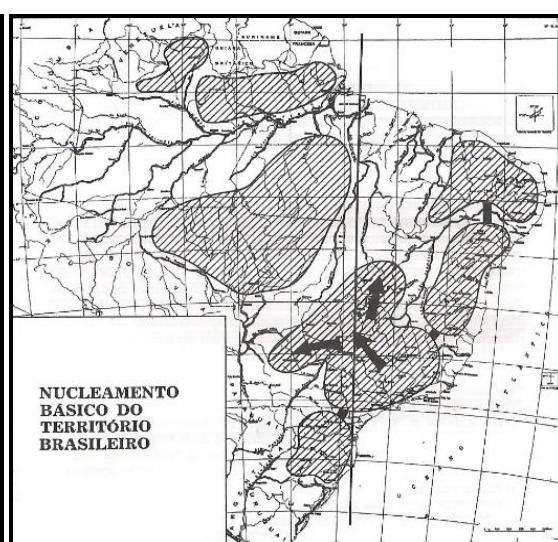
Assim, se ao dinamismo geopolítico impresso ao estático esquema ecuménico apresentado no Mapa XVI (p. 90), se acrescentar as correntes de migração interna provenientes da Região Nordeste com destino às Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte, bem como as provenientes das Regiões Sul e Sudeste com destino ao Centro-Oeste e ao Norte amazónico (Ver Mapa XVII) poder-se-á, então, com maior precisão e sentido de dinâmica, compreender melhor as actuais (bem como prospectivar as futuras) linhas de evolução daquele esquema ecuménico “arquipelágico”, que se movem no sentido da integração num todo nacional articulado na maior parte da sua superfície territorial (Ver Mapa XVIII).

Mapa XVII: Mapa das Correntes de Migração Interna



Fonte: **CASTRO**, Therezinha de, *Retrato do Brasil - Atlas-Texto de Geopolítica*, p.13.

Mapa XVIII: Dinâmica Integradora do Arquipélago Ecuménico Brasileiro



Fonte: **SILVA**, Golbery do Couto e, *Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*, p.111.

II.2.2.2. Estruturas Económicas

II.2.2.2.1. Dimensão Socioeconómica

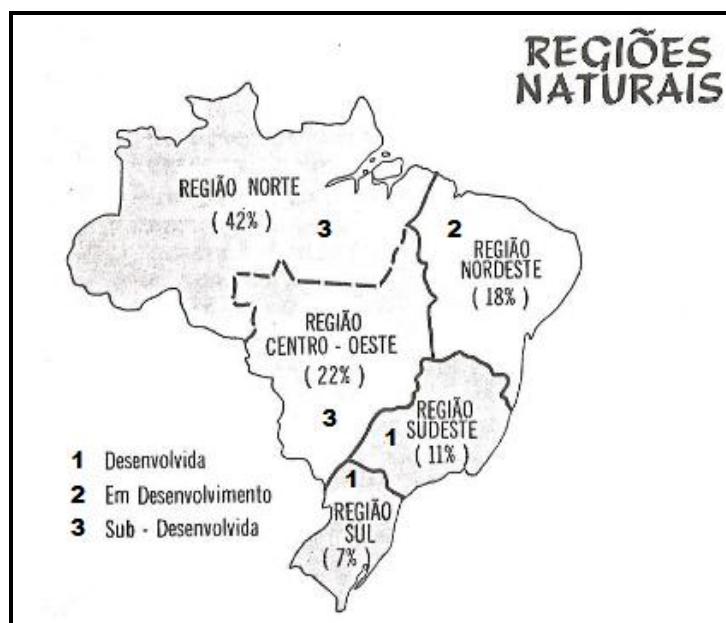
II.2.2.2.1.1. Indicador PIB *per capita*

O esquema “arquipelágico” das cinco regiões naturais, a que anteriormente foi feita referência, do ponto de vista geoeconómico reorganiza-se em três ilhas¹⁵⁴: uma “ilha subdesenvolvida”, formada pelas Regiões Norte e Centro-Oeste, cobrindo 64% da superfície

¹⁵⁴ Cfr. **CASTRO**, Therezinha de (1986), *Op. Cit.*, nota 42, p. 28.

territorial; uma “ilha em desenvolvimento” composta pela Região Nordeste representando 18% do espaço total; e uma “ilha desenvolvida” composta pelas Regiões Sudeste e Sul ocupando os restantes 18% do conjunto espacial (Ver Mapa XIX).

Mapa XIX: Arquipélago Geoeconómico Brasileiro



Fonte: **CASTRO**, Therezinha de, *Retrato do Brasil - Atlas-Texto de Geopolítica*, p. 13.

Não obstante o desequilíbrio regional e considerado no seu todo territorial, o Brasil apresentou no ano de 2010 um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem dos 7,5%, traduzidos em R\$ 3,675 trilhões (correspondentes a US\$ 2,089 trilhões), indicador que quando decomposto em valores *per capita*, se mostra revelador de uma subida do PIB por habitante para os R\$ 19,016 (ou US\$ 10,814), colocando-se assim, no que a este indicador diz respeito, acima da média mundial e entre os quatro mais altos da América Latina – a par do Chile, México e Uruguai¹⁵⁵.

Quando analisada a evolução do indicador PIB *per capita* ao longo dos 14 anos compreendidos entre 1995 e 2009, verificamos que aquele indicador tem vindo a apresentar uma tendência de crescimento contínuo, subindo de R\$ 4. 441 em 1995, para R\$ 5. 405 em 2009, com o indicador a flutuar ligeiramente entre os R\$ 4. 400 e os R\$ 4. 600 entre os anos de 1995 a 2003, disparando de 2003 a 2009 daqueles R\$ 4. 600 para os R\$ 5. 405 por

¹⁵⁵ Cfr. **CARDEAL**, Regina (04/Mar./2011), “Renda *per capita* do Brasil supera a do México em 2010”, Brasil: Agência Estado, disponível em: <http://www.ig.com.br/>. Acesso a: 22/Out./2011; 17:43.

habitante, traduzindo um significativo aumento de 21,7% ao longo do período considerado mas sem que, no entanto, os números apresentados expressem necessariamente uma mais equitativa distribuição da riqueza quer pelas Regiões, Unidades da Federação ou por habitante¹⁵⁶.

Com efeito, é possível observar que aquela tendência de crescimento do indicador PIB *per capita*, apesar de contínuo, tem vindo a processar-se de forma desigual pelas Unidades da Federação. A Região Nordeste tem vindo, neste contexto, a apresentar o índice de PIB *per capita* mais baixo da Federação com R\$ 6. 759, seguida da Região Norte com R\$ 9. 135, a Região Centro-Oeste a alcançar um índice de R\$ 17. 844, que ultrapassa o da Região Sul com R\$ 16. 564 e, por fim, com o índice mais elevado do conjunto territorial situado em R\$ 19. 277 na Região Sudeste¹⁵⁷. Por conseguinte, é possível constatar que as mencionadas evoluções no ranking do crescimento do PIB estatal têm vindo a suscitar, ainda que discretamente, uma alteração da posição relativa das Unidades da Federação no que ao indicador do PIB *per capita* diz respeito e que se têm apresentado como reveladoras de uma crescente interiorização da actividade económica no Brasil.

Por outro lado, tal como a evolução dos indicadores PIB e PIB *per capita* não têm vindo a efectuar-se de forma homogénea nas Regiões e Unidades da Federação que as compõem, também a repartição da riqueza pela população revela uma distribuição desigual.

II.2.2.2.1.2. Indicador Índice de Gini

Acompanhando a evolução do índice de Gini¹⁵⁸, indicador utilizado para medir a distribuição da riqueza pela população, no Brasil os dados disponíveis apontam para que entre 1992 e 1993 aquele tenha crescido 4,9%, para a partir do ano de 1995 inaugurar uma fase de ligeiro decréscimo contínuo até ao ano limite da série (2008), saldando-se numa média anual apenas 0,97% inferior ao aumento médio anual do PIB *per capita*, tendo atingido no ano de 2008 o ainda elevado valor de 0,531% apesar do crescimento do PIB. Na década de 1996-2006, e em paralelo com a apenas aparente tendência de redução da desigualdade existente na

¹⁵⁶ Cfr. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2010), *Op. Cit.*, nota 29, p. 291.

¹⁵⁷ Cfr. Idem, p. 294.

¹⁵⁸ De acordo com o IBGE o índice de Gini expressa-se por um valor que varia de 0 (zero) a 1 (um), significando 0 uma situação de perfeita igualdade, e 1, uma situação de desigualdade máxima, considerando-se 0,5 um valor representativo de fortes desigualdades. Para conferir este parâmetro estabelecido pelo IBGE, ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2010), *Op. Cit.*, nota 29, p. 208.

distribuição da riqueza pela população, também o desfasamento na relação entre o aumento do PIB *per capita* cifrado em 11,2% e a redução do índice de Gini em apenas 7,1% confirmam essa realidade¹⁵⁹.

Quanto à distribuição da riqueza pela população ao nível das Regiões, o índice de Gini apresenta-se igualmente revelador das diferenças regionais, com aquele a atingir no ano de 2008 o valor mais elevado no Centro-Oeste (0,558%), e o mais baixo (0,498%) nas Regiões Norte e Sul. Já ao nível dos Estados, os valores mais elevados do índice de Gini ter-se-ão registado no Distrito Federal com 0,618% e no Piauí com 0,579% destacando-se das demais Unidades da Federação pela acentuada desigualdade na distribuição da riqueza, ao passo que os Estados do Amapá, Santa Catarina e Rondônia, se terão destacado pelos menores índices de desigualdade com 0,442%, 0,475% e 0,484%, respectivamente¹⁶⁰. Por conseguinte, parece ser possível confirmar que “a desigualdade na distribuição de renda e a pobreza estão entre os problemas mais graves do país [e que] em alguns casos, os dois encontram-se juntos, como no Piauí, Paraíba e Alagoas, que estão entre os estados com os maiores índices de Gini do país e com proporções elevadas de famílias com rendimento mensal familiar *per capita* inferior ½ salário mínimo (44,1%, 42,2% e 47,6%, respectivamente)”¹⁶¹.

II.2.2.2.1.3. Indicador Rendimento Familiar Mensal *per capita*

A desigualdade na distribuição do rendimento também pode ser aferido pelo indicador do rendimento familiar mensal *per capita*, medido através da apropriação de salários mínimos. Assim, no ano de 2008, apenas 26,4% da totalidade das famílias terão podido dispor de um rendimento mensal familiar *per capita* cuja ordem de grandeza se situaria num intervalo situado entre um valor igual ou superior a ½ e 1 salário mínimo – sugerindo uma tendência de redução do número de agregados familiares a disporem de um rendimento tão baixo (que havia tido início em 1992, quando o índice de famílias a auferir aquele nível de rendimentos se situava nos 43%). Por outro lado, a possibilidade de dispor de mais de cinco salários mínimos mensais está ao alcance de apenas 5,5% dos agregados familiares, o que revela uma ainda muito acentuada desigualdade na distribuição da riqueza tendo por base de referência o

¹⁵⁹ Cfr. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2010), *Op. Cit.*, nota 29, p. 209.

¹⁶⁰ Cfr. *idem*, p. 210.

¹⁶¹ *Idem*, *ibidem*, p. 209.

rendimento familiar mensal *per capita*, pelo que apenas uma pequena minoria dispõe de rendimento mensal significativamente elevado¹⁶².

Ao nível das Regiões, aquela desproporção torna-se ainda mais evidente no Norte e Nordeste, que apresentam, respectivamente, uma percentagem de 2,4% e 2,6% de famílias com rendimentos superiores a cinco salários mínimos; e 29,5% e 29,4% de famílias com rendimentos situados no intervalo de mais de ½ a 1 salário mínimo. No mesmo ano de 2008, também quanto à proporção de famílias com rendimento familiar *per capita* de até ½ salário mínimo, verificamos que os valores mais elevados se registaram igualmente naquelas duas Regiões, com 41,5% na Nordeste, e 32,6% naquela situada a Norte, ao passo que as Regiões Sul e Sudeste apresentaram as menores proporções registadas no país, com 1,4% e 1,9%, respectivamente. Já ao nível das Unidades da Federação, também no mesmo ano de 2008 e para o mesmo patamar de rendimentos de até ½ salário mínimo por agregado familiar, terão sido os Estados de Alagoas e Maranhão a possuírem as maiores proporções, com o primeiro a situar-se nos 47,6%, e o segundo nos 45,8%, ao passo que as menores caberiam aos Estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, com 9,6%, 10,6% e 13,4%, respectivamente¹⁶³.

Não obstante a desigualdade na distribuição da riqueza que os números expressam, constatamos também que a tendência desde o ano de 1992 a 2008, para o conjunto da Federação, é de diminuição deste indicador, tendo este apresentado entre os anos de 2004 a 2008, a maior redução entre as famílias com rendimentos mensais *per capita* de até ½ salário mínimo, passando de 31,6% em 2004 para 22,8% em 2008.

II.2.2.2.1.4. Indicador Rendimento Médio Mensal

Apesar de já bastante nítido, consideramos que o quadro que dá forma ao modo como se processa a desigual apropriação de riqueza produzida no Brasil não estaria completo se não se atendesse ao indicador que dá conta do rendimento médio mensal, uma vez que este indicador, ao invés de abordar a população brasileira como um todo indistinto, efectua uma abordagem àquele universo mais precisa, desagregando-o por género e cor/raça¹⁶⁴, permitindo

¹⁶² Cfr. *ibidem*, p. 215.

¹⁶³ Cfr. *ibidem*, pp. 215-216.

¹⁶⁴ Nas suas pesquisas o IBGE define cinco categorias que utiliza no seu sistema de classificação da cor/raça da população: branca, preta, parda, amarela e indígena. Dado que apenas 6% da população se autodeclara preta, e também a proximidade de resultados dos autodeclarados pardos, é critério do IBGE agrupar as informações relativas às populações pretas e pardas.

assim uma análise mais rigorosa da questão relativa à apropriação da riqueza produzida no país.

Assim, se para a globalidade da população com 10 ou mais anos de idade o rendimento médio mensal aumentaria de R\$ 773 em 1992, para R\$ 1. 019 em 2008, traduzindo um aumento de 32%, verificamos que, quanto à distribuição do rendimento em relação à composição por cor ou raça aquela se terá processado de forma bastante desigual, com a população de cor negra¹⁶⁵ e parda a dispor de rendimentos inferiores em cerca de 44% quando comparados com os correspondentes à da população branca para a mesma faixa etária¹⁶⁶.

Aquela disparidade tem produzido consequências que se têm vindo a repercutir sobre outros indicadores, traduzindo-se numa taxa de alfabetização situada nos 86% para os indivíduos negros e pardos com 15 ou mais anos de idade, ao passo que entre os indivíduos brancos a mesma se situa nos 93,8%, bem como numa taxa de escolaridade inferior em dois anos para os indivíduos negros e pardos com 25 ou mais anos de idade, por comparação com a taxa correspondente para a população branca, podendo considerar-se que aquela disparidade, a manter-se, tenderá a contribuir para o perpetuar da desigualdade. Constatamos, também, que aquela disparidade na distribuição do rendimento também se reflecte sobre as questões de género, com a população feminina com 15 ou mais anos de idade – apesar de haver alcançado melhores indicadores educacionais que a população masculina – a receber, em média, rendimentos inferiores em cerca de 33% aos auferidos pela masculina¹⁶⁷.

A disparidade na média dos rendimentos mensais também se expressa na desigualdade verificada entre as Unidades da Federação, manifestando-se paralelamente no seio destas a disparidade entre as componentes cor/raça e género. Verificamos assim que, entre as Unidades da Federação, os habitantes do Centro-Oeste auferem dos rendimentos mais elevados, com R\$ 1. 248 mensais, dado que a média é influenciada pelo rendimento apresentado pelo Distrito Federal com R\$ 2. 177, o mais elevado do país, ao passo que os habitantes da Região Nordeste auferem dos rendimentos mais baixos com R\$ 600 mensais. Tem sido possível observar também que, na dimensão racial, a desigualdade de rendimentos

¹⁶⁵ Embora o IBGE no seu sistema de classificação da cor/raça da população utilize a terminologia “preta”, sempre que nos referirmos ao sector da população designado por aquele termo, utilizaremos antes o termo “negra”, sem que esta opção acarrete qualquer prejuízo para o rigor científico dos dados apresentados por aquele Instituto e por nós utilizados na presente dissertação.

¹⁶⁶ Cfr. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2010), *Op. Cit.*, nota 29, p. 220.

¹⁶⁷ Cfr. *idem*, p. 221.

se apresenta maior do que na de género, com a desigualdade absoluta no Estado do Acre a variar na primeira dimensão em R\$ 247 mensais, e no Estado de São Paulo em R\$ 688, e na segunda dimensão, a variar em R\$ 143 mensais no Estado do Amazonas e em R\$ 499 no Estado de Goiás¹⁶⁸.

II.2.2.2.1.5. Indicador Taxa de Escolarização

Apesar da desigualdade na média dos rendimentos mensais se fazer repercutir negativamente sobre outros indicadores correlacionados, como as taxas de escolarização e de alfabetização quando decompostas por cor/raça e género, também é verdade que, quando apreciadas na globalidade, as mesmas demonstram que “o acesso da população à escola vem aumentando gradativamente no Brasil nos últimos anos em todos os grupos de idade”¹⁶⁹.

Com efeito, a percentagem de crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos de idade a frequentarem a escola terá atingido, no ano de 2008, os 97,9%, e na faixa de jovens entre os 15 e os 17 anos de idade a percentagem, no mesmo ano, terá alcançado os 84,1%. Estes dados traduzem uma melhoria significativa do índice de escolarização sobretudo quando, no caso do grupo etário dos 15-17 anos, no ano de 1992 o seu valor, não ultrapassava os 59,7%. Verificamos também que, na faixa etária dos 7 aos 14 anos de idade, independentemente da cor/raça ou género, a percentagem de escolarização apresenta pouca variação mas estando próxima da média nacional (97,9%), o que sugere que a universalização do ensino fundamental se encontra prestes a ser alcançada. No entanto, ainda é possível especificar que nestes índices as populações branca e feminina apresentam geralmente maiores proporções. Do mesmo modo, é possível observar também que, para a mesma faixa etária, a diferença na taxa de escolarização entre a população branca e a negra/parda se tem vindo a reduzir acentuadamente ao longo do tempo, passando a diferença de 8,8% registada em 1992, para 0,7% em 2008. Na faixa etária dos 15-17 anos de idade, a diferença de 10,3% entre a população branca (64,8%) e a negra/parda (54,5%) registada em 1992, terá caído para 4,3% em 2008, ano em que a população branca apresentaria uma taxa de escolarização na ordem dos 86,6% e a negra/parda de 82,3%¹⁷⁰.

¹⁶⁸ Cfr. *idem*, *ibidem*.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 254.

¹⁷⁰ Cfr. *ibidem*.

II.2.2.2.1.6. Indicador Taxa de Alfabetização

No que ao indicador da taxa de alfabetização da população com 15 ou mais anos de idade diz respeito, apesar de em 2008 ainda registrar 10% de analfabetismo, correspondendo a cerca de 14,2 milhões de pessoas, o mesmo tem vindo a apresentar uma ligeira tendência de aumento, passando dos 89,6% registados entre os anos de 1992 a 2006, para os 90% da população no ano de 2008. Ao decompor-se este indicador com base no critério cor/raça, se por um lado se observa que a população branca apresenta uma taxa de alfabetização superior à negra/parda; por outro, é possível observar-se igualmente que a diferença tem vindo a diminuir ao longo do tempo, passando de 15% em 1992, para 7,4% em 2008. Já quando decomposto por género, aquele indicador, entre 1992 e 1997, apresentava uma taxa de alfabetização da população masculina superior à feminina, para a partir do ano 2001 se verificar uma inversão da tendência, mas sem que a mesma se tenha ainda feito reflectir numa mudança de paradigma da condição da população feminina no que se refere às questões de género nos âmbitos social, profissional ou político¹⁷¹.

Quanto ao indicador considerado por Unidades da Federação, o mesmo revela uma disparidade entre aquelas, com os Estados da Região Nordeste – Alagoas, Piauí e Paraíba – a apresentarem em 2008 as taxas de alfabetização mais baixas da Federação com 74,3%, 75,5% e 76,5% respectivamente, enquanto que em Estados como Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal, a mesma se situa acima dos 95%¹⁷². Esta disparidade Regional e Estatal tem vindo a manifestar-se também quando observada pelo prisma da cor/raça, com a população branca a apresentar taxas de alfabetização mais elevadas quando comparadas com as da negra/parda em todas as Unidades da Federação.

II.2.2.2.1.7. Indicador Taxa de Escolaridade

Já quanto ao indicador dos anos de escolaridade, que expressa a média de anos de estudo por pessoa com 25 ou mais anos de idade, este revela por seu lado, para os anos compreendidos entre 1992-2008, uma média inferior a 8 anos de estudo, insuficiente até para a conclusão do

¹⁷¹ Cfr. *ibidem*, p. 263.

¹⁷² Cfr. *ibidem*.

ensino fundamental, quando idealmente as pessoas daquela faixa etária deveriam possuir no mínimo 11 anos de estudo, correspondentes à conclusão do ensino médio¹⁷³.

A desfasagem de 4 anos entre a média real de escolaridade de 7,0 anos registrada em 2008, e a ideal de pelo menos 11 anos, “reflete um passado de exclusão de grande parte da população do sistema educacional, ou das altas taxas de reprovação e evasão escolar”¹⁷⁴. A mesma revela também que a evolução se tem processado a um ritmo lento, já que para os 10 anos mediados entre 1998 e 2008, se registou um aumento de apenas 1,4 anos à média, prevendo-se que “se continuar neste ritmo, o Brasil levará cerca de 30 anos para alcançar o indicador esperado”¹⁷⁵.

Se considerado por Regiões, este indicador chega a ser inferior aos 7 anos de média nacional, com as mais baixas taxas de anos de estudo a registarem-se na Região Nordeste, variando entre os 5 no Estado de Alagoas e os 6,3 anos no Estado de Sergipe para, no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Amapá e São Paulo, se apresentarem iguais ou superiores aos 8 anos de estudo necessários à conclusão do ensino fundamental. Quando desagregado por género, o indicador aponta o ano 2001 como o ponto de viragem no período temporal entre 1992 e 2008, e a partir do qual a população feminina com 25 ou mais anos de idade superaria a média de anos de estudo da população masculina, evidenciando uma tendência que se repete na maioria das Unidades da Federação. Contudo, apesar desta conquista feminina, é a população masculina a que continua a auferir de um rendimento médio mensal superior em todas as Unidades da Federação, atingindo em 2008 o valor de R\$ 1. 204, ao passo que o rendimento médio mensal da população feminina no mesmo ano não ultrapassaria os R\$ 814, disparidade que no Distrito Federal chega a alcançar a diferença de R\$ 856¹⁷⁶.

Também quando desagregado por cor/raça, o mesmo indicador demonstra que “há desigualdade entre brancos, pretos e pardos, e [que] esta diferença se alterou muito pouco”¹⁷⁷ durante o período considerado, com as populações negras e pardas, com 25 ou mais anos de idade, a apresentarem em 1992 uma média de escolaridade inferior à da população branca em 2,3 anos de estudo, para em 14 anos de lapso temporal essa diferença apresentar uma quebra de apenas 0,3 anos, fixando uma diferença positiva para a população branca em 2 anos de

¹⁷³ Cfr. *ibidem*, p. 269.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 269.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 269.

¹⁷⁶ Cfr. *ibidem*.

¹⁷⁷ Cfr. *ibidem*.

estudo em 2008. Uma vez que “pretos e pardos têm um ‘rendimento médio mensal’ que corresponde praticamente à metade daqueles da população de cor ou raça branca”¹⁷⁸, fica estabelecida a correlação negativa entre baixa escolaridade e baixos rendimentos, válida para a população em geral, e para a negra e parda em particular.

Aquela diferença positiva para a população branca de 2 anos na média de estudos registada em 2008 pelo indicador de escolaridade para a média nacional, apresenta-se igualmente válida para todas as Unidades da Federação e, mesmo entre a população branca, com médias mais elevadas, a maioria dos Estados, à razão de 17, apresenta uma média de escolaridade inferior aos necessários 8 anos de estudo para conclusão do ensino fundamental. Este quadro diferencial de desempenho dos Estados apresenta-se mais agudo entre as populações negras e pardas, uma vez que somente no pouco representativo Distrito Federal aquelas populações alcançam a média de anos de estudo necessária à conclusão do ensino fundamental, com a média de anos de estudo mais baixa em 2008, a registar-se na Região Nordeste com apenas 5,3 anos e a baixar ainda mais no Estado de Alagoas para os 4,4 anos de média¹⁷⁹.

Consequentemente (e não obstante a evolução positiva que também expressam), os números dos indicadores económicos acima apresentados não só reflectem um complexo geoeconómico desequilibrado no seu conjunto, como também exprimem, com elucidativa especificidade e precisão, a forma como as assimetrias regionais e sociais se traduzem por Região, Unidades da Federação, população e seus segmentos, revelando desta feita uma vulnerabilidade com implicações directas sobre dois dos factores de poder do nosso modelo de avaliação de poder e de potencial de poder, a saber: a coesão social e a capacidade económica. Com as implicações sobre o primeiro a poderem vir a assumir a forma de agitação social, elevados níveis de criminalidade, enfraquecimento dos laços de lealdade para com o Estado e elite dirigente e, até mesmo, a de pulsões secessionistas (podendo por em causa a estabilidade interna e a integridade territorial do país) e, sobre o segundo, a traduzirem-se numa diminuição do potencial do mercado interno e em dificuldades de financiamento da segurança social (questão que abordaremos mais adiante com maior propriedade).

Todavia, se os números que os indicadores económicos expressam não põem em causa a consolidação do Brasil como Potência Regional (dado que, apesar de tudo, em termos de PIB

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 269.

¹⁷⁹ Cfr. *ibidem*, pp. 269-270.

per capita, o Brasil se encontra entre os três países da América do Sul com os índices mais elevados neste indicador – a par do Chile e do Uruguai), os mesmos, ao repercutirem negativamente sobre os indicadores das Taxas de Escolarização, Alfabetização e de Escolaridade (em concreto sobre os segmentos da população negra/parda), poderão fazer com que estes últimos venham, por sua vez, a produzir efeitos negativos sobre o factor de poder capacidade tecnológica e científica, e este sobre os factores capacidade industrial, capacidade económica e coesão social, provocando um efeito em cadeia que se traduza num capital humano menos apto a explorar plenamente os recursos naturais que o espaço físico brasileiro coloca à disposição da comunidade sobre ele organizada. Um tal efeito cumulativo negativo, a ocorrer, obriga a que se equacione, pelo menos enquanto possibilidade, o cenário do Brasil poder vir a não ser bem-sucedido na mobilização do potencial associado ao estatuto de Superpotência Emergente (entendida esta como um “Estado considerado com potencial para alcançar a condição de superpotência, ou próxima de superpotência, ao longo do século XXI”¹⁸⁰).

II.2.2.2.2. Dimensão Demográfica

II.2.2.2.2.1. Eventuais Efeitos Positivos do “Bónus Demográfico”

Apesar da tendência para o aumento das desigualdades relativas, acompanhada de uma outra indicativa da diminuição absoluta da desigualdade na distribuição da riqueza, quando equacionadas as potencialidades resultantes da transição demográfica em curso no Brasil para a tendência de evolução económica do país, verificamos que a actual situação de “bónus demográfico”, se bem aproveitada, poderá “ser o grande fator propulsor do crescimento nas três primeiras décadas do novo milénio”¹⁸¹, alavancando a melhoria da qualidade de vida da população.

Ao longo dos primeiros cinco séculos da história do Brasil, o crescimento económico do país foi sendo superado, e até mesmo anulado em determinados períodos, por uma expansão populacional muito mais acelerada que o ritmo de expansão económica. Mesmo nas três décadas compreendidas entre 1950 e 1980 – o melhor período de crescimento económico de toda a história brasileira, com taxas de crescimento médio em torno dos 7% – quando o crescimento populacional ascendeu a 2,8% ao ano, quase metade daquela percentagem de

¹⁸⁰ **SILVA**, Carlos Alberto Pinto, *Op. Cit.*, **nota 2**, p. 65.

¹⁸¹ **ALVES**, José Eustáquio Diniz, *Op. Cit.*, **nota 34**, p. 1.

crescimento económico foi absorvida, concorrendo para um desfasamento de quase 3% entre os 7% de crescimento e o aumento anual da riqueza *per capita* de apenas 4,2%. Por outro lado, diminuiu também a capacidade de geração de excedentes passíveis de utilização como capital de investimento, dada a pressão do “ónus demográfico” a exigir investimento estatal em hospitais, escolas e serviços públicos em geral.

Com efeito, o período de crescimento económico ocorrido em 1950-1980, marcado pela urbanização e industrialização do país, lançaria as bases para a actual transição demográfica em curso no Brasil, a qual se iniciaria por uma redução das taxas de mortalidade e de natalidade, com a primeira a cair mais cedo e rapidamente do que a segunda, dando assim origem ao período de maior crescimento demográfico na história do país – em 1964, no auge da explosão demográfica, o Brasil apresentava taxas anuais de crescimento populacional de 3,4% e uma fecundidade de 6,2 filhos por mulher. Por conseguinte, ao longo deste período, o Brasil apresentaria uma taxa de pessoas dependentes em idade não-produtiva de cerca de 80% em relação à população em idade activa, traduzida numa proporção de 82 pessoas dependentes por cada 100 em idade activa¹⁸².

No entanto, a partir do auge registado em 1964, a taxa demográfica viria a cair de 3,4% para menos de 1% com tendência a diminuir ainda mais, e a taxa de fecundidade a apresentar uma redução dos 6,2 para 2,1 filhos por mulher em 2003, número que se aproxima do valor da mera reposição populacional, resultando numa das “mais drásticas reduções de fecundidade registradas sem a ajuda de qualquer programa explícito de limitação de natalidade”¹⁸³.

Consequentemente, a partir do ano de 2003, o Brasil começou a beneficiar da drástica desaceleração do aumento populacional, estimando-se que para nos trinta anos subsequentes, a proporção do número de dependentes por cada 100 potenciais pessoas em idade activa, desça para 48 em idade não-produtiva, significando aquele número uma redução para cerca de metade dos 82 dependentes registados ao longo do período 1950-1980, transitando assim o país da passada situação de “ónus demográfico”, para a actual de “bónus demográfico”. Além disso, e apesar do facto de aquela “janela de oportunidade” tender a fechar-se no futuro devido à redução da população infantil por um lado, e ao aumento da esperança média de vida dos actuais 70 anos para os estimados 77 em 2030 por outro – fazendo com que o crescimento

¹⁸² Cfr. RICUPERO, Rubens (Mar./Abr./Mai./2011), *Op. Cit.*, nota 127, p. 6.

¹⁸³ Idem, p. 6.

da população idosa compense a redução da infantil, resultando assim num aumento do número de dependentes pelo lado da população idosa –, calcula-se, porém, que o “bónus” manter-se-á positivo ao longo dos próximos cerca de quarenta anos, período durante o qual o Brasil beneficiará de uma “população mais urbanizada; idade mediana mais produtiva; menor analfabetismo e maiores anos de estudo; maior esperança de vida; maior proporção de mulheres no mercado de trabalho; melhores condições de saúde e maior e melhor capital humano”¹⁸⁴.

Adicionalmente, outro dos efeitos que a actual transição de “ónus” para “bónus” demográfico poderá vir a exercer sobre a futura evolução económica do Brasil será que, enquanto o saldo do “bónus” se mantiver positivo, para que se obtenha o mesmo resultado em termos de rendimento *per capita*, actualmente apenas alcançável com taxas de crescimento anuais de 7%, bastará ao país assegurar um crescimento económico na ordem dos 5%.

II.2.2.2.2. Eventuais Efeitos Negativos do “Bónus Demográfico”

Pelo acima exposto, constatamos que “a transição demográfica é um dos fenômenos estruturais mais importantes que tem marcado a economia e a sociedade brasileiras desde a segunda metade do século passado”¹⁸⁵, e que as continuará a moldar de forma determinante nas próximas quatro décadas. Porém, dada a superior importância que aquele fenómeno tenderá a exercer de modo contínuo sobre a economia e a sociedade brasileiras no médio e longo prazo, e para que a influência do mesmo possa ser aferida em toda a sua dimensão, a sua apreciação exigirá que se considere que “a originalidade da transição demográfica no Brasil está definida pelas particularidades históricas onde ela se insere, permeadas pelos fortes desequilíbrios regionais e sociais”¹⁸⁶. Consequentemente, a transição demográfica em curso “está longe de ser considerada neutra”¹⁸⁷, podendo “tanto criar possibilidades demográficas que potencializem o crescimento da economia, aumentando o bem-estar social, quanto potencializar as adversidades económicas e sociais, ampliando as graves desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira”¹⁸⁸.

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*, pp. 6-7.

¹⁸⁵ BRITO, Fausto (Jan./Jun./2008), *Op. Cit.*, nota 35, p. 3.

¹⁸⁶ Idem, p. 3.

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 3.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 3.

Como se tem vindo a observar, apesar de ser um fenómeno que se estende por décadas, a transição demográfica no Brasil tem evidenciado um ritmo acelerado com um rápido declínio do nível de fecundidade e do ritmo de crescimento demográfico. No entanto, e apesar da já muito significativa redução do ritmo do crescimento populacional, o mesmo ainda será expressivo ao longo da primeira metade do século XXI como resultado do efeito cumulativo do aumento absoluto da população brasileira ao longo das décadas do auge demográfico, estimando-se que o país venha a apresentar uma população de 253 milhões de habitantes no ano de 2050, a quinta maior do mundo, inferior apenas à da Índia, China, EUA e Indonésia. Por conseguinte, em função do número populacional estimado, o mesmo remete para uma “primeira grande questão a ser considerada na formulação de políticas públicas: devido ao ritmo diferenciado de crescimento dos diversos grupos sociais, a probabilidade maior é que a maioria dos nascidos na primeira metade desse século seja pobre”¹⁸⁹.

Com efeito, apesar da tendência para a diminuição das desigualdades absolutas anteriormente identificada, sabe-se que a mesma se faz igualmente acompanhar de uma tendência para o aumento das desigualdades relativas, particularmente evidenciada pelo indicador do rendimento mensal familiar *per capita*. Aquele, se por um lado dava conta de uma diminuição da percentagem de famílias a dispor de rendimentos situados no intervalo de mais de ½ salário mínimo até 1 (de 43% em 1992, para 26,4% em 2008), por outro também identificava um limite percentual de apenas 5,5% de agregados familiares a usufruírem de um rendimento mensal *per capita* superior a 5 salários mínimos. Consequentemente, “não é surpreendente que a distribuição da população brasileira, segundo a renda domiciliar *per capita*, revele uma profunda desigualdade social”¹⁹⁰ e que “evidentemente, essa distribuição é função não só dos diferenciais de fecundidade, mas, também, da mobilidade social entre os diferentes estratos”¹⁹¹, sendo que a “rigidez estrutural da sociedade brasileira não é favorável à mobilidade social”¹⁹².

Por conseguinte, dada a estreita correlação acima implícita entre reprodução populacional estritamente demográfica e a reprodução social da mesma, quando se pretenda aferir da totalidade do potencial do fenómeno “bónus demográfico” para o alavancar do crescimento económico do país e da melhoria da condição de vida da população, faz-se sentir a exigência

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 5.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 7.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 7.

¹⁹² *Ibidem*, p. 7.

de que aquelas duas reproduções sejam consideradas conjuntamente, especialmente no que ao segmento da população pobre diz respeito, uma vez que, apesar do declínio do nível de fecundidade, qualquer aumento da ampla dimensão da mesma adquirirá significativas proporções. Além disso, mesmo “quando a taxa de crescimento da população pobre alcançasse seu nível de reprodução, se as condições sociais atuais se mantivessem, ela estaria apenas se reproduzindo, mas como uma população pobre”¹⁹³.

A par do segmento da população pobre no seu conjunto, ter-se-á ainda de considerar o subsegmento da população jovem daquele grupo que, apesar de apresentar uma significativa tendência para a diminuição ao longo da última década, no ano de 2000 o percentual de jovens pertencentes a famílias com rendimento domiciliar *per capita* inferior a 1 salário mínimo ainda se situava acima dos 70%, equivalendo a 32 milhões de jovens.

Não obstante o segmento da população jovem composto por indivíduos de até 15 anos de idade ter vindo a diminuir, o mesmo ainda alcançaria os 53 milhões de indivíduos em 2010, registrando-se nesse ano o maior volume daquele segmento na história do país, tendo permanecido mais ou menos constante desde 1990, estimando-se que assim se manterá até ao ano de 2030. Consequentemente, dado que até 2020 só o subsegmento jovem compreendido entre os 5 e os 19 anos de idade ainda crescerá, alcançando nesse ano o seu volume máximo com 53,3 milhões de indivíduos, a pressão demográfica exercida por aquela faixa etária sobre o sistema de educação ainda se fará sentir, não só ao nível do ensino fundamental, mas especialmente sobre “o ensino médio [que] enfrentará, dessa forma dois grandes desafios: atender a toda a demanda e aumentar a qualidade do ensino, sem se beneficiar, no curto e médio prazos, com a redução da população-alvo”¹⁹⁴.

Por conseguinte, verificamos assim que “a situação demográfica favorável, por si só, pouco significará se não for aproveitada com eficiência, (...) e com objectivo social de ampliar, (...) a capacidade de mobilidade social da maioria da população pobre, reduzindo, desse modo, as desigualdades sociais”¹⁹⁵, através do contributo que um sistema de ensino público, gratuito, universal e de qualidade poderia oferecer ao segmento populacional jovem em geral e pobre em particular, dotando o país no futuro de maior e melhor capital humano.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 8.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 9.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 10.

Por outro lado, para o aferir das possíveis vantagens e desvantagens que a actual situação da transição demográfica em curso poderá implicar, ter-se-á de considerar igualmente o segmento da população idosa e a sua situação social.

De facto, o segmento da população idosa, composto por indivíduos com 65 ou mais anos de idade, ao ter vindo a apresentar um ritmo de aumento absoluto superior ao da população total, associado a um aumento de longevidade da mesma, traduzido numa esperança média de vida que no ano de 2005 já alcançava os 72,1 anos, tem vindo a fazer com que “o envelhecimento da população (...) [seja] uma característica marcante da transição da estrutura etária brasileira”¹⁹⁶, apesar deste segmento da população em 2010 não ter ultrapassado 7,0% do efectivo populacional total, representando um grupo com menos 40 milhões de indivíduos quando comparado com o dos jovens.

No entanto, se ao longo da última década a população idosa tem vindo a aumentar a uma média de apenas 387 mil indivíduos por ano, estima-se que para a década de 2040-2050 a média anual corresponda a mais de 1 milhão de pessoas, alcançando a população idosa naquele ano aproximadamente 49 milhões de indivíduos, o que representará um aumento de cerca 3,7 vezes por comparação à registada no ano 2000, acarretando este significativo aumento enormes consequências para a situação social deste segmento da população brasileira e para a política de segurança social do país¹⁹⁷.

Assim, relativamente à situação social deste segmento, se no ano 2000 12% da população idosa dispunha de um rendimento domiciliar *per capita* inferior a ½ salário mínimo e 35% de um rendimento até 1 salário, correspondendo a cerca de um terço da população idosa em situação de pobreza, traduzido em cerca de 3,5 milhões de indivíduos, ao longo da última década tem-se vindo a verificar uma diminuição da população idosa mais pobre em termos absolutos, apenas possível graças a políticas de transferência de rendimento. Contudo, “por outro lado, aumentaram aqueles com renda domiciliar entre meio e um salário mínimo e, fundamentalmente, o grupo entre um e dois salários mínimos, em que se situavam, em 2000, 57% dos idosos, contra 38% em 1991”¹⁹⁸.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 11.

¹⁹⁷ Cfr. *ibidem*.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 12.

Porém, verificamos que a actual tendência de diminuição da população idosa em situação de pobreza, graças a políticas de transferência do rendimento, poderá, a prazo, tornar-se difícil de manter. De facto, ao fazer-se o simples exercício prospectivo em que se equaciona a evolução (*ceteris paribus*) do cenário dos 57% de idosos que no ano 2000 usufruíam destes programas de transferências (equivalentes a 5,6 milhões de indivíduos), encontrar-nos-emos, de acordo as estimativas do IBGE, perante 28 milhões em 2050. A confirmar-se tal estimativa, a consequência espectável é que “a situação social de parte da população idosa do Brasil será insustentável no futuro, se continuar a depender, como agora, de transferências maciças de renda originárias do orçamento”¹⁹⁹, bem como o será a da sustentabilidade da própria segurança social.

Contudo, a eventual insustentabilidade futura da segurança social não se verificará pelo lado das relações intergeracionais dada a actual situação demográfica favorável que em 2010 apresentava uma relação de eventuais contribuintes quase 10 vezes superior ao da população idosa, podendo o desequilíbrio ocorrer antes pelo lado da população em idade activa que não contribua para o financiamento da segurança social. Tendo em conta que “o Censo de 2000 mostra uma relação entre população ocupada e população contribuinte muito desfavorável à política previdenciária: praticamente, a metade dos ocupados não contribuía para a Previdência”²⁰⁰, causando grandes dificuldades ao seu financiamento no futuro, caso se mantenha o número de não-contribuintes em idade activa verificado no ano 2000, o que dependerá em última análise da capacidade de crescimento da economia e consequente geração de postos de emprego formais que aumentem o número de contribuintes. Por outro lado, se o aumento da população em idade activa a incorporar ao mercado de trabalho na última década tem vindo a ser negativo, o mesmo tenderá a ser positivo no período entre 2010-2030, com os números da população jovem em busca de um lugar no mercado de trabalho a variar em cada uma das décadas compreendidas entre 2000-2050, de 32 a 34,7 milhões de jovens. Estes são números “extremamente grandes, distantes de aliviar a economia de uma grande necessidade de geração de emprego”²⁰¹, impondo a necessidade de se considerar a possibilidade de que as “estimativas para um futuro próximo não podem, propriamente, ser entendidas como um benefício demográfico”²⁰², sem que as adequadas

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 13.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 13.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 16.

²⁰² *Ibidem*, p. 15.

políticas públicas que garantam a efectividade daqueles potenciais benefícios sejam tomadas atempadamente, caso contrário “a abertura das janelas de oportunidades demográficas pode passar despercebida e o crescimento da população em idade activa não terá o retorno económico e social desejado”²⁰³.

Consequentemente, sem ignorar os potenciais benefícios que o actual ponto da transição demográfica a ocorrer no Brasil poderá representar e ainda que as adequadas políticas públicas de diminuição das desigualdades que marcam a sociedade brasileira não sejam desenhadas e implantadas atempadamente, a redução do número de dependentes jovens ocorrerá. Porém, não tendo estes acesso a um ensino público, gratuito, universal e de qualidade que potencialize a sua inserção no mercado de trabalho formal e contribuindo para a sustentabilidade das políticas de transferência de rendimentos intergeracionais, não só a situação social da actual população dependente idosa se degradará, como os jovens pobres de hoje a necessitar do apoio de políticas sociais, serão a população em idade activa não contribuinte e os idosos pobres de amanhã que permanecerão carentes das mesmas. Onerando dessa forma os cofres da segurança social e diminuindo em grande medida, ou mesmo anulando, as vantagens que a actual situação de “bónus demográfico” poderá trazer para a evolução da economia e melhoria da condição de vida da população brasileira.

II.2.2.2.3. Dimensão Militar

II.2.2.2.3.1. Investimento em Percentual do PIB

No domínio militar, apesar de nos 12 anos compreendidos entre 1998 e 2010 a indústria nacional de armamentos no Brasil ter vindo a ser desarticulada, apostando na aquisição de material e equipamento junto das Grandes Potências militares, com o consequente desestímulo do desenvolvimento de tecnologia de base nacional; na redução das dotações orçamentais que levariam à dispensa de reservistas do Exército, na incapacitação da Força Aérea e no atracar forçado de navios de guerra²⁰⁴, os factos apontam para que nos três anos mediados entre 2008-2009 e 2010-2011 o Brasil tenha vindo a aumentar a dotação orçamental para a Defesa Nacional²⁰⁵.

²⁰³ *Ibidem*, p. 17.

²⁰⁴ Cfr. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2010), *Op. Cit.*, nota 39, p. 22.

²⁰⁵ Cfr. THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (2011), *Op. Cit.*, nota 36, p. 344.

Assim, dos US\$ 23,3 bilhões de dólares equivalentes a 1,5% do PIB alocados para a Defesa Nacional no período 2008-2009, o Brasil passaria para os US\$ 28 bilhões em 2009-2010, correspondentes a 1,8% do PIB. Estes dados passariam, em 2010-2011 (e apesar da descida em termos de valor do PIB para os 1,7%) a registar uma subida para os US\$ 34,7 bilhões de dólares²⁰⁶ (Ver Anexo C), apesar de esse valor ficar, no entanto, ainda aquém do mínimo desejável, uma vez que “o projecto de inserção do Brasil na América do Sul e no Mundo deve considerar uma concepção de segurança e defesa que admita os gastos necessários para uma estratégia dissuasória, nunca inferiores a 2% do PIB”²⁰⁷.

Consequentemente, o projecto de inserção do Brasil no Mundo, em termos de Segurança e Defesa, poderá vir a ressentir-se pelo facto de o país não ter alcançado ainda aquele patamar mínimo de dotação orçamental para a Defesa Nacional equivalente a 2% do PIB, na medida em que tal significa que permanece atrás de actores considerados determinantes na cena internacional como os EUA, a China, o Reino Unido, o Japão, a França, a Alemanha, a Arábia Saudita, a Rússia e a Índia, em termos de montante investido²⁰⁸. Contudo, considerando apenas a dimensão América do Sul, o projecto de inserção do Brasil não tem vindo a sofrer contestação, e o país tem vindo a consolidar a sua posição – pelo menos desde a década de 1980 – como a principal potencia militar de âmbito regional, possuindo um poderio bélico quantitativo e qualitativo superior, quer em termos humanos quer materiais, relativamente a outros centros de poder regional igualmente relevantes como a Argentina, o Chile, a Colômbia, a Venezuela, o Peru e o México, se se alargar o escopo à América Latina para incluir aquele último centro.

II.2.2.2.3.2. Forças Armadas

II.2.2.2.3.2.1 Exército

No ano de 2010/2011, o Brasil possuía as Forças Armadas mais bem equipadas e numerosas do subcontinente, com um efectivo humano de 318.480 soldados no activo, dos quais 190.000 estavam afectos ao Exército, 69.000 à Força Aérea e 59.000 à Marinha. Além destes, contava ainda com 395.000 afectos a funções paramilitares, cumprindo um serviço militar obrigatório

²⁰⁶ Cfr. *idem*.

²⁰⁷ Cfr. **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, **nota 38**, p. 331.

²⁰⁸ Ver Anexo C.

de 12 meses, podendo o mesmo ser estendido até período de 18 meses. Finalmente contava com 1.340.000 reservistas (Ver Anexo C)²⁰⁹.

Quando consideradas por Ramo e respectiva organização, observamos que no seio das Forças Armadas o Exército – cujo efectivo de 190.000 militares a servir nas suas fileiras é constituído por 120.000 militares profissionais e 70.000 conscritos – apresenta uma organização por critério de função que é composta por 7 Comandos-Gerais com hierarquia sobre 12 Regiões Militares, cada uma constituída por 7 divisões, e cada qual com um Quartel-General, sendo que 2 das divisões possuem Quartel-General Regional. Na organização deste Ramo contam-se 2 brigadas de blindados; 4 brigadas de cavalaria mecanizada; 8 brigadas de infantaria motorizada; 2 brigadas de infantaria ligeira; 5 brigadas de infantaria especializada em combate em ambiente de selva; 1 brigada de forças especiais; 1 brigada de pára-quedistas; 6 grupos de artilharia média e 4 de artilharia automatizada; 1 brigada de artilharia antiaérea; 2 grupos de engenharia, 1 brigada de segurança e, por último, 1 brigada de helicópteros²¹⁰.

No que se refere a equipamento, o mesmo Ramo contava em 2010/2011 com: 267 tanques pesados, 128 dos quais modelo *Leopard* 1A1BE e 48 modelo *Leopard* 1A5BR, com mais 172 destes últimos em carteira de encomenda, e 91 de modelo M-60A3/TTS; 152 tanques ligeiros de modelos M-41B/M-41C; 408 veículos blindados de reconhecimento de modelo EE-9 *Cascavel*; 807 veículos blindados ligeiros para transporte de pessoal, 584 dos quais de modelo M-113 e 223 de modelo EE-11 *Urutu*, estes últimos possuindo já capacidade de combate; 1.805 peças de artilharia, 109 das quais com sistema de mobilidade próprio, 431 de projectil guiado por infravermelhos, 20 de lançamento múltiplo de *rockets*, 1.245 de lançamento de morteiros; 30 mísseis portáteis antitanque de operação manual; 345 lanchas de desembarque anfíbio dotadas de lança *rockets*; 63 helicópteros, 51 dos quais de reconhecimento marítimo, sendo 32 destes de modelo AS-365 *Dauphin* e 19 de modelo AS-550U2 *Fennec*, 12 helicópteros de transporte modelos AS-532 *Cougar*, S-70A-36 *Blackhawk* e AS-350 *Ecureuil*; 53 lança mísseis portáteis antiaéreos de operação manual; 66 peças de artilharia anti-aérea guiadas por infravermelhos; e 5 radares de integração em sistema de defesa antiaérea de baixa altitude²¹¹ (Ver Galeria I).

²⁰⁹ Cfr. **THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES** (2011), *Op. Cit.*, nota 36, p. 361.

²¹⁰ Cfr. *idem*.

²¹¹ Cfr. *idem*, *ibidem*.

GALERIA I

Exército: equipamento

Tanques

(Tanques Pesados [MBT])



Figura n.º 1: Modelo: *Leopard 1A1BE*
(128 unidades)

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Leopard>
Acesso a: 11/Abr./2013; 09:21.



Figura n.º 2: Modelo: *Leopard 1A5BR*
(48 + 172 em encomenda)

Fonte: <http://www.tecnodefesa.com.br>
Acesso a: 11/Abr./2013; 09:29.

Tanque Ligeiro

(Light Tank [LT TK])



Figura n.º 3: Modelo: *M-60A3/ TTS*
(91 unidades)

Fonte: <http://www.areamilitar.net>
Acesso a: 11/Abr./2013; 09:38.



Figura n.º 4: Modelo: *M-41B/M-41C*
(152 unidades)

Fonte: <http://www.panoramio.com>
Acesso a: 11/Abr./2013; 09:46.

Veículos Blindados Ligeiros

(Veículo de Transporte de Pessoal [APC])



Figura n.º 5: Modelo: M-113
(584 unidades)

Fonte: <http://www.brasilemdefesa.com>
Acesso a: 11/Abr./2013; 09:53.



Figura n.º 6: Modelo: EE-11 *Urutu*
(223 unidades)

Fonte: <http://www.military-today.com>
Acesso a: 11/Abr./2013; 09:59.

Veículo Blindado de Reconhecimento (RECCE)



Figura n.º 7: Modelo: EE-9 *Cascavel* (408 unidades)

Fonte: <http://www.military-today.com>
Acesso a: 11/Abr./2013; 10:02.

Helicópteros de Reconhecimento Marítimo
(Helicópteros de Reconhecimento Marítimo [MRH])



Figura n.º 8: Modelo: AS-365 *Dauphin*
(32 unidades)

Fonte: <http://www.cavok.com.br>
Acesso a: 11/Abr./2013; 10:11.



Figura n.º 9: Modelo: AS-550U
(19 unidades)

Fonte: <http://7thson3.tripod.com/choppers/EuFennec.html>
Acesso a: 11/Abr./2013; 10:19.

Helicópteros de Transporte



Figura n.º 10: Modelo: AS-532 *Cougar*
(8 unidades)

Fonte: <http://wwwcommons.wikimedia.org/wiki/File>
Acesso a: 11/Abr./2013; 11:04.



Figura n.º 11: Modelo: S-70A-36 *BlackHawk*
(4 unidades)

Fonte: <http://www.airliners.net/photo/Brazil---Army>
Acesso a: 11/Abr./2013; 11:10.



Figura n.º 12: Modelo: AS-350 *Ecureuil* (18 unidades)

Fonte: <http://www.helis.com/database/modelorg/1272>
Acesso a: 11/Abr./2013; 11:19.

II.2.2.2.3.2.2. Marinha

A Marinha, por sua vez, e tendo como referência os dados relativos ao ano de 2010/2011, contava com um efectivo de 59.000 militares, apresentando uma organização estruturada em 9 distritos, com o Quartel-General nº 1 sediado no Rio de Janeiro, o nº 2 em Salvador da Bahia, o nº 3 em Natal (Rio Grande do Norte), o nº 4 em Belém (Pará), o nº 5 em Rio Grande (Rio Grande do Sul), o nº 6 em Ladário (Corumbá - Mato Grosso do Sul), o nº 7 em Brasília (Distrito Federal - Goiás), o nº 8 em São Paulo, e por último o nº 9 sediado em Manaus (Amazonas)²¹².

Quanto a equipamento, em 2010/2011 o Ramo contava com 5 submarinos tácticos convencionais, 4 da classe *Tupi* e 1 da classe *Tikuna*, com capacidade para desenvolver operações de assalto e equipados com mísseis superfície-superfície; 1 porta-aviões bem reparado e operacional; 3 *Destroyers* dotados de hangar e equipados com mísseis anti-navio e superfície-ar; 11 fragatas, 6 das quais da classe *Niteroi*, dotadas de hangar e equipadas com mísseis anti-navio e superfície-ar enquanto, as restantes 5 eram constituídas por 4 da classe *Inhauma* e 1 da classe *Barroso*, equipadas com mísseis anti-navio; 42 navios de patrulha e combate de costa; 6 navios limpa-minas costeiros; 2 navios anfíbios dotados de doca; 3 navios e 46 barcos de desembarque; e 39 navios de logística e apoio, entre os quais figuram corvetas e navios patrulha fluviais, navios hospital, hidrográficos e de investigação científica²¹³.

Quanto à fileira da Aviação Naval daquele Ramo, a mesma estava organizada tendo por base o critério de função e contava um efectivo de 2.500 militares distribuídos por 1 esquadrão de ataque terrestre, constituído por aeronaves modelo *Skyhawk*; 1 esquadrão de combate de superfície marítima, composto por helicópteros *Super Lynx MK21A*; 1 esquadrão de combate anti-submarino, constituído por helicópteros *SH-3G/H Sea King*; 1 esquadrão de helicópteros de transporte armados, modelos *AS-332 Super Puma* e *AS-350 Ecureuil* e 1 de treino, constituído por aeronaves modelo *Bell 206B3 Jet Ranger*. No ano em causa contava, ainda, com 12 aviões de ataque; 64 helicópteros, 16 dos quais anti-submarino e os restantes 48 de transporte, com 26 destes últimos possuindo capacidade de fogo; e no seu inventário contavam-se também mísseis ar-superfície anti-navio teleguiados²¹⁴ (Ver Galeria II).

²¹² Cfr. *ibidem*.

²¹³ Cfr. *ibidem*, pp. 361-362.

²¹⁴ Cfr. *ibidem*, p. 362.

GALERIA II

Marinha: equipamento

Submarinos Táticos

(Submarino de ataque com capacidade *hunter-killer* equipado com mísseis terra-terra
[SSK/SSM])



Figura n.º 13: Modelo: Classe *Tupi*
(GER T-209/1400) (4 unidades)

Fonte: <http://www.naval.com.br>

Acesso a: 11/Abr./2013; 11:29.



Figura n.º 14: Modelo: Classe *Tikuna*
(GER T-209/1400) (1 unidade)

Fonte: <http://www.naval.com.br>

Acesso a: 11/Abr./2013; 11:34.

Porta-Aviões

(CV)



Figura n.º 15: Modelo: *São Paulo*
(FRA Clemenceau) (1 unidade)

Fonte: <http://www.aramilitar.net>

Acesso a: 11/Abr./2013; 11:40.

Destroyer

com mísseis anti-navio, hangar e
mísseis terra-ar (DDGHM)



Figura n.º 16: Modelo: *Greenhaigh*
(UK Broadsword) (3 unidades)

Fonte: <http://www.brasilmergulho.com>

Acesso a: 11/Abr./2013; 11:44.

Fragatas

com mísseis anti-navio, hangar e
mísseis terra-ar (FFGHM)



Figura n.º 17: Modelo: *Niterói*
(6 unidades)

Fonte: <http://www.naval.com.br>
Acesso a: 11/Abr./2013; 11:49.

com mísseis anti-navio, hangar e
mísseis terra-ar (FFGHM)



Figura n.º 18: Modelo: *Inhaúma*
(4 unidades)

Fonte: <http://www.naval.com.br>
Acesso a: 11/Abr./2013; 11:51.

com mísseis anti-navio, hangar e
mísseis terra-ar (FFGHM)



Figura n.º 19: Modelo: *Barroso*
(1 unidade)

Fonte: <http://www.mar.mil.br>
Acesso a: 11/Abr./2013; 11:55.

Aviação Naval

Aeronaves capacidade de combate [ATK]



Figura n.º 20: Modelo: *Skyhawk* (1 Esquadrão)

Fonte: <http://www.mar.mil.br>.

Acesso a: 11/Abr./2013; 12:12.

Helicópteros Combate Anti-Submarino (ASW)



Figura n.º 21: Modelo: MK 21A *Super lynx*
(12 unidades)

Fonte: <http://www.naval.com.br>

Acesso a: 11/Abr./2013; 12:17.



Figura n.º 22: Modelo: SH-3G/H *Sea King*
(4 unidades)

Fonte: <http://www.mar.mil.br>

Acesso a: 11/Abr./2013; 12:21.

Transporte (TPT)



Figura n.º 23: Modelo: AS-332 *Super Puma*
(7 unidades)

Fonte: <http://www.mar.mil.br>

Acesso a: 11/Abr./2013; 12:26.



Figura n.º 24: Modelo: *Ecureuil* AS-350
(26 unidades)

Fonte: <http://www.militaryphotos.net>

Acesso a: 11/Abr./2013; 12:30.

Relativamente à fileira dos Fuzileiros, estava dotada de um efectivo de 15.000 homens e uma organização por critério de função que compreendia 1 divisão anfíbia, composta por 1 batalhão de comando, 1 grupo de artilharia e 3 batalhões de infantaria, 1 batalhão de forças especiais, 8 grupos de fuzileiros agrupados em 3 batalhões, e 1 batalhão de engenharia que contava no ano de referência com 18 tanques ligeiros; 42 veículos blindados de transporte; 25 veículos de assalto anfíbios; 59 peças de artilharia, 41 das quais de projectil teleguiado e 18 de tiro ligeiro; mísseis portáteis anti-tanque; lança-*rockets*; e baterias anti-aéreas²¹⁵.

II.2.2.2.3.2.3. Força Aérea

Já o Ramo da Força Aérea, com um efectivo de 69.480 militares, apresentava uma estrutura de organização que apresentava o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA) no topo da cúpula hierárquica, tendo como subordinados três outros comandos-gerais: o Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR), o Comando-Geral de Apoio (COMGAP), e o Comando-Geral do Pessoal (COMGEP). A missão de soberania é exercida sobre um espaço aéreo dividido em sete regiões aéreas, cada uma das quais com competência de poderes sobre as bases aéreas da respectiva circunscrição²¹⁶.

De acordo com o delineado pela estrutura do Ramo, a divisão dos meios aéreos segue o critério da especificidade de operações atribuídas a cada um dos cinco agrupamentos existentes, sendo que o quarto se encontra temporariamente desactivado. A partir do agrupamento Força Aérea I, com Quartel-General sediado em Natal, operam três grupos de aviação (1º/5º, 2º/5º e 1º/11º) e o Grupo de Treino Tático, prestando este último formação em combate aéreo aos comandos das aeronaves EMB-314 *Super Tucano* e EMB-312 *Tucano*. A partir deste agrupamento operam ainda as aeronaves C-95 *Bandeirante* e os helicópteros AS350.

Com Quartel-General sediado no Rio de Janeiro, o agrupamento Força Aérea II encontra-se organizado em 3 grupos de aviação: o sétimo, oitavo, e o décimo. O sétimo grupo de aviação, operando a partir de quatro bases aéreas, tem sob sua responsabilidade a tarefa de patrulhamento costeiro, dispondo para o efeito de aeronaves P-95A/B *Bandeirulhas* equipado para combate anti-submarino. Por sua vez, os oitavo e décimo grupos, dispondo de helicópteros H-60L *Blackhawk*, Bell 205, AS-332 *Super Puma* e AS350/AS355 *Ecureuil*,

²¹⁵ Cfr. *ibidem*.

²¹⁶ Cfr. *ibidem*.

dedicam-se a tarefas de busca e salvamento, transporte de operacionais e participação/execução de operações especiais.

Já o agrupamento Força Aérea III, com o Quartel-General sediado em Brasília, alberga o Grupo de Defesa Aérea número um equipado com aeronaves *Mirage* 2000B/C, encontrando-se igualmente estacionada no mesmo, a principal força ligeira de ataque/reconhecimento armado com funções de combate às actividades de narcotráfico e terrorismo, composta por 6 grupos aéreos dispondo de aeronaves do tipo EMB-314 *Super Tucano*, AT-26 *Xavante* e AMX. Com funções de vigilância electrónica, anti-guerra electrónica e reconhecimento, encontra-se ainda estacionado neste agrupamento o sexto Grupo de Aviação, dispondo para o cumprimento daquelas tarefas de cinco aeronaves do tipo EMB-145 aparelhadas com equipamento anti-guerra electrónica, 3 *Learjet* 35 A, e de quatro aeronaves de reconhecimento electrónico.

Por último, o agrupamento Força Aérea V, com Quartel-General sediado no Rio de Janeiro, dispõe de cerca de 160 aeronaves de transporte e reabastecimento aéreo, modelos C-295M; ERJ-145; EMB-190; C/KC-130E/H *Hercules* de transporte/auto-tanque de reabastecimento de combustível; e KC-137 autotanque de reabastecimento de combustível, distribuídas por seis grupos de transporte aéreo a operarem a partir de cinco bases aéreas²¹⁷.

Relativamente à organização dos meios de acção por critério de função, o Ramo Força Aérea apresentava em 2010/2011, para operações de ataque: 1 grupo de caças *Mirage* 2000B/C e 2 esquadrões de caças F-5EM/FM *Tiger* II; 2 esquadrões de jactos vocacionados para ataque terrestre modelo AMX e 4 esquadrões de caças vocacionados para ataque ligeiro e operações de contra-subversão de modelo EMB-314 *Super Tucano*. Para missão de patrulhamento marítimo: 4 esquadrões, constituídos por aeronaves modelo EMB-110. Para operações de recolha de informação, vigilância e reconhecimento: 2 esquadrões, um composto por modelos AMX-R e outro por modelos *Learjet* 35. Para função de alerta aéreo antecipado e controlo: 1 esquadrão composto por aeronaves modelos EMB-145RS e EMB145SA. Para reabastecimento de combustível: 2 esquadrões, um constituído por aeronaves de modelo KC-130H e outro por modelo KC-137. Para missões de transporte contava com 14 esquadrões – um constituído por aeronaves modelos A-319, EMB-135 e *Learjet* 35; dois compostos por aeronaves C-295M; sete constituídos por aeronaves modelos *Cessna* 208, EMB-110, EMB-

²¹⁷ Cfr. *ibidem*.

120; um composto por modelos ERJ-145; e um outro constituído por aeronaves de modelos EMB120 e EMB121. Para função de treino dispunha de 4 esquadrões: um constituído por modelos EMB-110, dois compostos por modelos EMB-312 *Tucano* e outro constituído por modelos T-25. Para missões que requeiram transporte por helicóptero contava com 5 esquadrões: um composto por modelos AS-332 *Super Puma* e EC-135, outro constituído por modelos AS350 *Ecureuil* e AS350 *Ecureuil II*, dois compostos por modelos *Bell 205*, e um último constituído por modelos UH-60L *Blackhawk*²¹⁸.

Quanto a equipamento, no ano de referência, a Força Aérea Brasileira contava com: 57 caças de ataque; 61 jactos vocacionados para ataque terrestre; 9 de combate anti-submarino, com o processo de entrega a decorrer: 19 de patrulhamento marítimo; 8 de recolha de informação, vigilância e reconhecimento; 22 de recolha de informação por via electrónica; 5 de alerta aéreo antecipado e controlo; 5 de transporte/reabastecimento; 178 de transporte, 19 das quais de capacidade média e as restantes 156 de capacidade ligeira; 3 de transporte de passageiros; 271 de treino e, ainda, de 6 helicópteros de ataque e 70 de transporte. Dispunha também, de mísseis convencionais, mísseis ar-ar com e sem sistema de perseguição do alvo por infravermelhos, mísseis ar-ar guiados para o alvo por radar, encontrando-se a desenvolver mísseis anti-radiação²¹⁹ (Ver Galeria III).

²¹⁸ Cfr. *ibidem*, p. 363.

²¹⁹ Cfr. *ibidem*.

GALERIA III

Força Aérea: equipamento

Agrupamento I

Aeronaves



Figura n.º 25: Modelo: EMB-314 *Super Tucano*
(3 grupos de aviação)

Fonte: http://www.en.wikipedia.org/wiki/Embraer_EMB_314_Super_Tucano
Acesso a: 11/Abr./2013; 12:37.



Figura n.º 26: Modelo: C-95 *Bandeirante*

Fonte: <http://www.fab.mil.br>
Acesso a: 11/Abr./2013; 12:41.

Helicópteros



Figura n.º 27: Modelo: AS-350 *Ecureuil*

Fonte: <http://www.radarfs.blogspot.com>
Acesso a: 11/Abr./2013; 12:45.

Agrupamento II

Aeronaves

Com capacidade de combate Anti-Submarino (ASW)



Figura n.º 28: Modelo: P-95A/B *Bandeirulhas*

Fonte: <http://www.freepages.military.rootsweb.ancestry.com>

Acesso a: 11/Abr./2013; 14:17.

Helicópteros



Figura n.º 29: Modelo: H-60L *Blackhawk*

Fonte: <http://www.cavok.com.br>

Acesso a: 11/Abr./2013; 14:22.



Figura n.º 30: Modelo: AS-332 *Super Puma*

Fonte: <http://www.flickr.com>

Acesso a: 11/Abr./2013; 14:26.



Figura n.º 31: Modelo: *Bell 205*

Fonte: <http://www.uh1iroquois.blogspot.pt>

Acesso a: 11/Abr./2013; 14:30.



Figura n.º 32: Modelo: AS355 *Ecureuil*

Fonte: <http://www.flickr.com>

Acesso a: 11/Abr./2013; 14:34.

Agrupamento III

Aeronaves



Figura n.º 33: Modelo: *Mirage 2000B/C*

Fonte: <http://www.avioesemusicas.com>

Acesso a: 11/Abr./2013; 15:32.



Figura n.º 34: Modelo: AMX A-1A/B

Fonte: <http://www.pt.wikipedia.org>

Acesso a: 11/Abr./2013; 15:39.



Figura n.º 35: Modelo: AT-26 *Xavante*

Fonte: <http://www.noticiasaviacao.blogspot.pt>

Acesso a: 11/Abr./2013; 15:43.

Funções de vigilância electrónica, alerta aéreo e reconhecimento



Figura n.º 36: Modelo: EBM-145 (8 unidades)

Fonte: <http://www.aereo.jor.br/2012/12/05>

Acesso a: 11/Abr./2013; 15:50.



Figura n.º 37: Modelo: *Learjet 35^a*

Fonte: <http://www.flickr.com>

Acesso a: 11/Abr./2013; 15:56.

Agrupamento V

Aeronaves de Transporte (TPTS)



Figura n.º 38: Modelo: C-295M

Fonte: <http://www.saorbats.com.ar>
Acesso a: 12/Abr./2013; 15:12.



Figura n.º 39: Modelo: EMB-190

Fonte: <http://www.fl410.wordpress.com>
Acesso a: 12/Abr./2013; 15:18.

Aeronaves de Transporte (TPTS) e Reabastecimento (TKR)



Figura n.º 40: Modelo: C/KC-130E/H
Hercules

Fonte: <http://www.flickr.com>
Acesso a: 12/Abr./2013; 15:23.



Figura n.º 41: Modelo: KC-137

Fonte: [http://www.segurancaedefesa.com/
FAB_Seculo21.html](http://www.segurancaedefesa.com/FAB_Seculo21.html)
Acesso a: 12/Abr./2013; 15:29.



Figura n.º 42: Modelo: EMB-110

Fonte: <http://www.airliners.net/photo/Brazil>
Acesso a: 12/Abr./2013; 15:33.



Figura n.º 43: Modelo: EMB-145SA

Fonte: <http://www.aereo.jor.br/2012/12/05>
Acesso a: 12/Abr./2013; 15:41.

Aeronaves



Figura n.º 44: Modelo: F-5E *Tiger II*
(57 unidades)

Fonte: joaocienciaegeografiaaeronaves.blogspot.com
Acesso a: 12/Abr./2013; 15:51.



Figura n.º 45: Modelo: AMX A-1A/B

Fonte: <http://www.pt.wikipedia.org>
Acesso a: 12/Abr./2013; 15:57.



Figura n.º 46: Modelo: EMB-314 *Super Tucano*

Fonte: http://www.en.wikipedia.org/wiki/Embraer_EMB_314_Super_Tucano
Acesso a: 12/Abr./2013; 16:12.

II.2.2.2.3.3. Desenvolvimento Científico-Tecnológico

Para além do poderio militar evidenciado pelo número de efectivos, meios de acção e equipamento, com parte significativa deste já desenvolvido e fabricado endogenamente pela indústria nacional de armamento, os dados e a informação disponível parecem apontar no sentido de as Forças Armadas Brasileiras, a médio prazo, virem a estar em condições de engrandecer o seu poderio bélico dado o patamar de desenvolvimento científico-tecnológico actualmente alcançado pelo país e passível de aplicação à investigação no campo militar.

Com efeito, a partir da assinatura do Acordo Nuclear com a ex-Alemanha Ocidental, o Brasil tem vindo a desenvolver a sua capacidade científica no domínio da tecnologia nuclear desde 1975 para fins civis, nomeadamente energéticos. Porém, a Marinha Brasileira, dominando já a tecnologia de fabrico de submarinos convencionais vem desenvolvendo, desde 1979, o

Projecto Chalana visando a construção e equipamento do primeiro submarino nuclear brasileiro. No mesmo sentido, desde 2006 e a partir da central nuclear de Resende, o Brasil alcançou a capacidade de produção de urânio enriquecido em grande quantidade²²⁰, atingindo assim mais um importante estágio para o completo domínio do ciclo nuclear, sendo certo que “não resta dúvida que o domínio completo do ciclo da tecnologia do átomo irá permitir o desvendamento do segredo de fabricação de bombas”²²¹.

Também no domínio aeroespacial o Brasil tem vindo a alcançar assinaláveis progressos tecnológicos, tendo a engenharia espacial do país conquistado em 1993 o patamar de construção de satélites, ano em que colocaria em órbita o primeiro, seguido de um segundo em 1998, encontrando-se actualmente a desenvolver um veículo lançador de satélites. Este veículo lançador, quando alcançado, representará o último estágio do programa Missão Espacial Completa Brasileira²²², colocando o país na posse da tecnologia necessária para o desenvolvimento de satélites militares ou de mísseis balísticos.

No entanto, apesar do patamar científico-tecnológico alcançado, susceptível de aportar um contributo decisivo para a consolidação do Brasil como Potência Regional, podendo mesmo impulsionar um processo de emergência à categoria de potência mundial, o país, ao aderir ao Regime de Controlo de Tecnologias de Mísseis (1994) e ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (1998), “aderiu a tratados militares desiguais, i.e., tratados que permitem às Grandes Potências manter e desenvolver seus estoques e sua capacidade tecnológica em armas de destruição em massa ou em tecnologia dual”²²³. E, “com essas atitudes de submissão, o Brasil resignou-se à condição de nação de segunda linha”²²⁴ entre as potências de estatuto mundial, ao mesmo tempo que “renuncia a seu direito inalienável de defesa e ao princípio da igualdade soberana entre Estados em nome de um pacifismo subserviente ou utópico”²²⁵.

Consequentemente, tendo em conta que “o século atual indica que a ciência e a tecnologia estabelecem a diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento”²²⁶, a “política nacional [do Brasil] (...) não deve se abster do direito de escolha em qualquer área da ciência

²²⁰ Cfr. **ALBUQUERQUE**, Edu Silvestre de (2006), *Op. Cit.*, **nota 125**, p. 23.

²²¹ **MATTOS**, Carlos de Meira (1975), *Op. Cit.*, **nota 37**, p. 91.

²²² Cfr. **ALBUQUERQUE**, Edu Silvestre de (2006), *Op. Cit.*, **nota 125**, pp. 23-25.

²²³ **GUIMARÃES**, Samuel Pinheiro (2010), *Op. Cit.*, **nota 39**, p. 22.

²²⁴ **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, **nota 38**, p. 292.

²²⁵ **GUIMARÃES**, Samuel Pinheiro (2010), *Op. Cit.*, **nota 39**, p. 22.

²²⁶ **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, **nota 38**, p. 292.

e da tecnologia”²²⁷, nomeadamente na área militar, uma vez que, para autores como Hans Morgenthau e Ray Cline²²⁸, a capacidade e eficiência militar constitui um dos factores de poder dos Estados, registando-se que entre o grupo das economias emergentes – Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) –, “the Federative Republic of Brazil is the only BRIC state with no nuclear weapons”²²⁹.

II.2.2.3. Estruturas Políticas

II.2.2.3.1. Evolução da Estrutura Político-Administrativa

A forma da estrutura político-administrativa do Brasil tem vindo a evoluir, em grande medida, em função dos estímulos induzidos pelos eventos históricos ocorridos ao longo dos seus cinco séculos de existência.

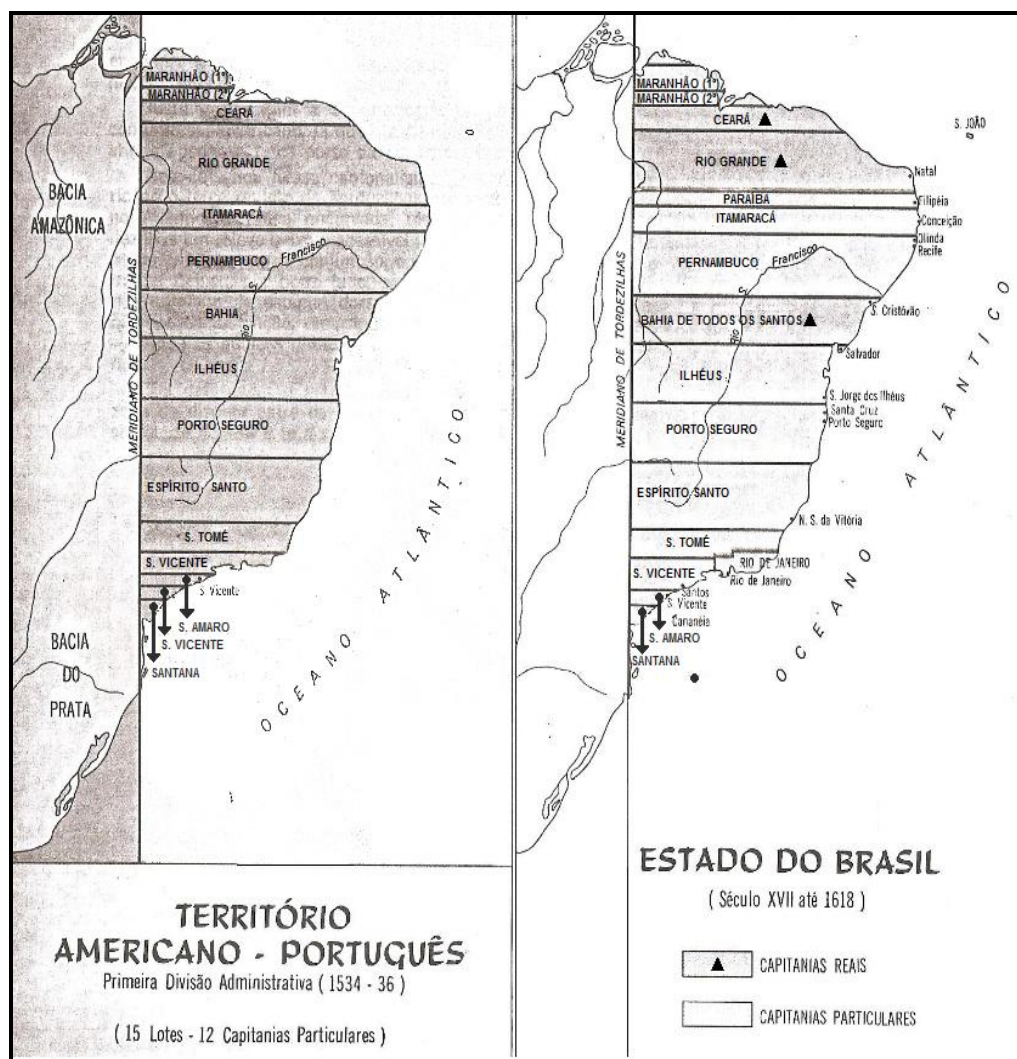
Movido pela necessidade de defesa de seu território americano imprecisamente delimitado pelo Tratado de Tordesilhas, face ao rival espanhol primeiro e ao assédio francês depois, o governo português instituiria em 1532 o sistema das donatarias, o qual consistia numa estrutura administrativa sob a forma de 12 Capitanias Hereditárias assente numa divisão em linhas paralelas da faixa costeira em 15 lotes de terras de dimensões desiguais. Apesar de esta política ter sido posta em prática aquando do despontar do absolutismo na Europa, marcado pela tendência de concentração de poderes na figura do monarca, os donatários gozavam de vários poderes majestáticos, bem como de inúmeros outros privilégios, concedidos pelo Rei através das Cartas de doação, transpondo assim para o Continente Americano, em contraciclo com a Europa, um modelo de organização administrativa tipicamente feudal. No entanto, posteriormente e depois de verificar que a inexistência de comunicação terrestre entre as Capitanias as impelia “a viver dentro de um consenso geopolítico de Estados estrangeiros que impossibilitava qualquer ação coletiva”²³⁰, o governo de D. João III optaria em 1549 pela centralização do poder com a criação de um governo-geral sediado na cidade de São Salvador, localizada na recém-criada Capitania Real da Bahia (Ver Mapa XX).

²²⁷ Idem, p. 292.

²²⁸ Ver, em anexo, o documento intitulado: Evolução e Requisitos do Conceito de Poder (Anexo E II e IV, pp. 271 e 273).

²²⁹ GRANGER, David, “Brazil’s Hemispheric Geopolitics”, p. 1, disponível em: www.scrib.com/doc/65212690/Brazil-s-Hemispheric-Geopolitics. Acesso a: 30/Jun./2013; 18:30.

²³⁰ CASTRO, Therezinha de (1986), *Op. Cit.*, nota 42, p. 5.

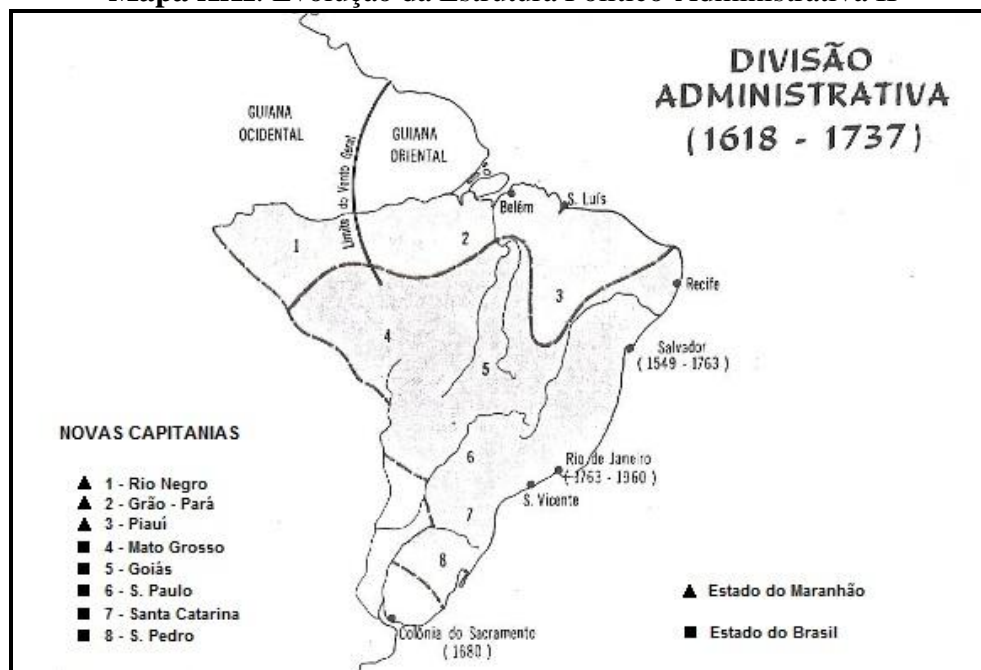
Mapa XX: Evolução da Estrutura Político-Administrativa I

Fonte: **CASTRO**, Therezinha de, *Retrato do Brasil - Atlas-Texto de Geopolítica*, p.5.

Posteriormente, sob a directriz de uma geopolítica de descentralização por razões de conquista e defesa do espaço, ciclos económicos e outros desafios conjunturais, o governo português ver-se-ia impelido por três ocasiões a dividir o Brasil em duas áreas administrativas. Nas duas primeiras ocasiões, mediadas por breves períodos entre 1572-1578 e 1608-1613, a Colónia seria dividida em duas porções, com o governo da porção Norte sediado em Salvador, e o governo daquela situada a Sul, sediado no Rio de Janeiro. Aquando da terceira, dividido uma vez mais o Brasil em duas porções, um dos dois governos administrativos seria inicialmente sediado em Salvador e posteriormente transferido para o Rio de Janeiro em 1763 por este último núcleo litoral se encontrar melhor posicionado para dirigir a massa compacta das Capitánias Gerais e das Capitánias Subalternas formadas pelas três ilhas dependentes, e além

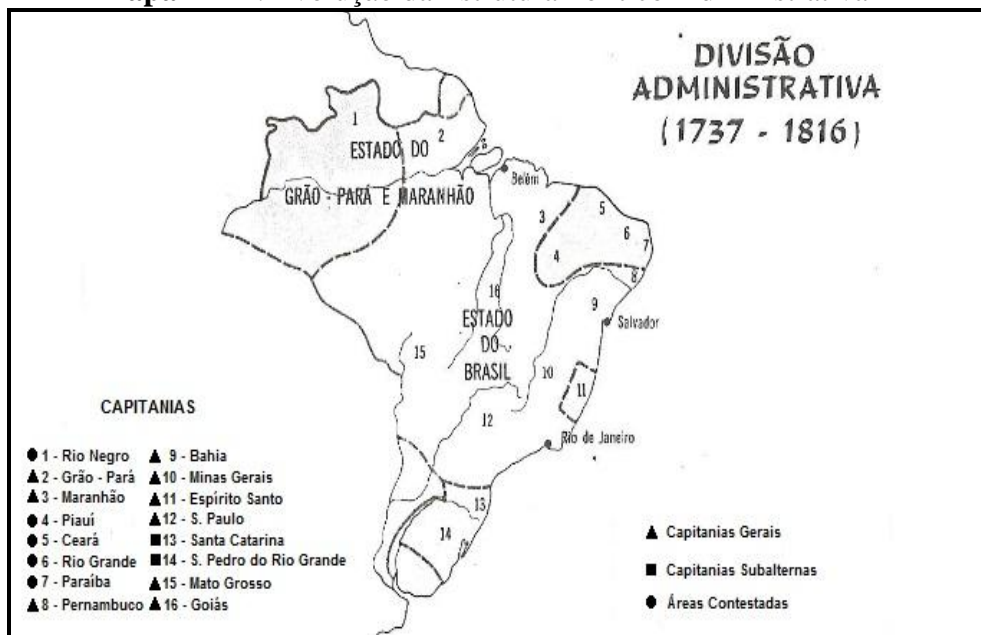
de estar localizado num ponto mais próximo do teatro de operações militares no Prata. Por seu lado, a criação do segundo governo, o do Estado do Grão-Pará e Maranhão, inicialmente sediado em São Salvador e posteriormente transferido para Belém, seria determinado pelo agente natural das correntes marítimas das Guianas e Brasileira, perdurando entre 1621 a 1760 (Ver Mapas XXI e XXII).

Mapa XXI: Evolução da Estrutura Político-Administrativa II



Fonte: CASTRO, Therezinha de, *Retrato do Brasil - Atlas-Texto de Geopolítica*, p.7.

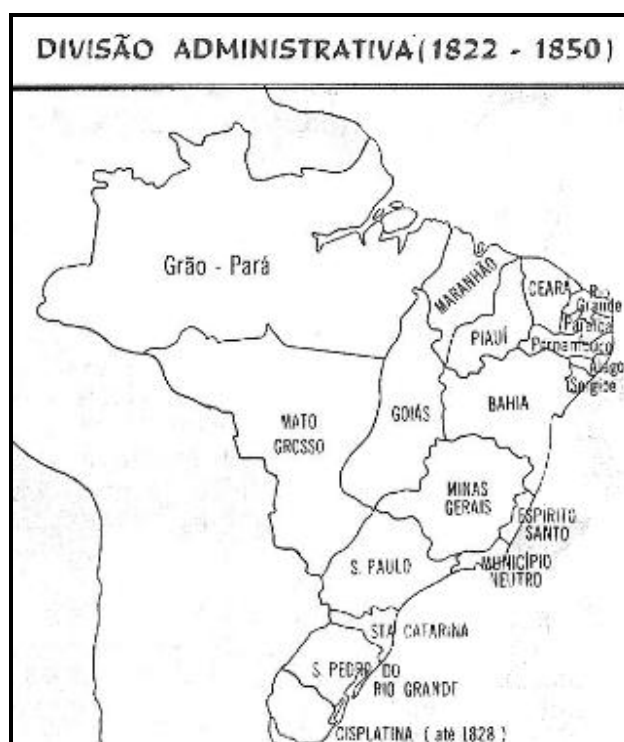
Mapa XXII: Evolução da Estrutura Político-Administrativa III



Fonte: CASTRO, Therezinha de, *Retrato do Brasil - Atlas-Texto de Geopolítica*, p.7.

Contudo, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil e a elevação da Colônia à condição de Vice-Reino, em 1816 assegurar-se-ia a manutenção da unidade do Império e a autoridade da metrópole no Rio de Janeiro forjando-se, assim, os vínculos que permitiriam o anular da coexistência do Estado do Grão-Pará e Maranhão com o governo sediado no Rio de Janeiro, regressando-se desta feita à fórmula da centralização administrativa. No entanto, uma vez que o processo de independência haveria de ser conduzido pela classe dominante, com o próprio herdeiro do trono português a proceder à proclamação daquela, as instituições coloniais ainda perdurariam ao longo do século XIX, conservando-se a monarquia e a divisão do território em Capitânicas, não obstante a redesignação das mesmas por Províncias. Aquelas, apesar de favoráveis às cortes de Lisboa na expectativa de maior autonomia, ainda subsistiriam no domínio da administração interna, porém já não com os mesmos limites dos séculos anteriores, tendo perdido a sua inicial forma artificial traçada a linhas paralelas, para passarem a assumir, aos poucos, as formas adequadas moldadas pelo decorrer do processo de expansão territorial (Ver Mapa XXIII).

Mapa XXIII: Evolução da Estrutura Político-Administrativa IV



Fonte: **CASTRO**, Therezinha de, *Retrato do Brasil - Atlas-Texto de Geopolítica*, p. 9.

Do ponto de vista político-ideológico, com a proclamação da independência e a opção pela fórmula monárquica de signo imperial que num subcontinente fragmentado em várias unidades geopolíticas aumentaria a desconfiança das vizinhas repúblicas hispânicas para com o gigante lusófono, o Império Brasileiro estabelecido em 1822 esperava-se liberal e constitucional. Porém, D. Pedro I, ao dissolver a Assembleia Constituinte e outorgar a Constituição de 1824, actuaria como um monarca absolutista.

Ao longo da sua existência (1822-1889), o Império, caracterizado por uma estrutura bicamaral, bipartidarista, com os dois partidos – conservador e liberal – revezando-se alternadamente no poder num circuito rotativista, assim como por um regime eleitoral censitário, capacitário e sexista, mostrar-se-ia “profundamente conservador e centralizador”²³¹, reprimindo “com muita energia os movimentos populares que ameaçavam a unidade do país”²³², com as “reivindicações autonomistas locais (...) quase sempre reprimidas ou esquecidas”²³³, e mesmo as “províncias, apesar de possuírem assembleias legislativas, tinham grandes limitações de competência e eram governadas por presidentes nomeados pelo imperador”²³⁴. Tendo sido criadas, no domínio político-administrativo, em quase sete décadas de existência do Império, apenas duas Províncias: a do Amazonas, desmembrada do Estado do Grão-Pará, e a do Paraná, desmembrada do Estado de São Paulo, ambas em 1850, persistindo as grandes unidades administrativas, especialmente no interior (o qual havia sido conquistado, mas não de todo integrado, permanecendo essencialmente área de geopolítica neutra).

As Capitanias que a monarquia imperial havia transformado em Províncias, com a proclamação da República em 1889 seriam elevadas à categoria de Estados, passando estes a usufruir da autonomia que até então não lhes havia sido concedida e a deter o poder de eleição dos respectivos presidentes e/ou governadores estatais. Estes últimos, por sua vez, a partir do governo de Campos Sales, passariam a escolher os presidentes, os quais apoiavam os governadores, num ciclo de poder vicioso que passou a ser designado como “política dos governadores” que, por outro lado, viria a prestar auxílio à consolidação do poder local na figura do despótico “coronel”. Contudo, após 1930, excluindo-se o breve período constitucional entre 1935-1937, os Estados perderiam novamente a sua autonomia, passando a

²³¹ **ANDRADE**, Manuel Correia de (2007), *Op. Cit.*, **nota 43**, p. 47.

²³² *Idem*, p. 47.

²³³ *Idem, ibidem*, p. 47.

²³⁴ *Ibidem*, p. 47.

ser governados por interventores nomeados pela ditadura, num sistema intromissor que se consolidaria com a instalação do modelo corporativista, o qual extinguiria a autonomia estatal ao longo dos anos de vigência do Estado Novo (1937-1946).

Com a Constituição de 1946 restaurar-se-ia formalmente a sua autonomia, “mas o sistema tributário fazia com que os estados, sobretudo os mais pobres, ficassem na dependência econômica e financeira do governo federal”²³⁵ eliminando praticamente essa autonomia, a qual “desapareceu completamente, em razão do controle tributário e da pressão política”²³⁶, exercidos pelo regime autoritário da junta militar instalada por golpe de estado em 1964 e vigorando por mais de vinte anos. Com o processo de redemocratização iniciado em 1980, abrir-se-ia caminho à elaboração da nova Constituição de 1986, a qual consagrou formalmente o país como uma federação. Porém, na prática, a República Federativa do Brasil, “de fato funcionava como uma república unitária, na qual estados fracos estavam praticamente à mercê do governo federal”²³⁷, mitigando o alcance da descentralização operada com aquela Constituição e cerceando a autonomia estatal.

Já quanto à estrutura político-administrativa do país ao longo dos cem anos mediados entre a implementação da República em 1889 e a Constituição de 1988, a mesma conheceria diversas alterações com a criação e extinção de vários Estados e Territórios. Logo em 1903, com a aquisição pelo Tratado de Petrópolis de uma área de 152.859 km² de território boliviano, seria anexado ao conjunto da União, área que viria a constituir o Território do Acre, permanecendo enquadrado nesta categoria político-administrativa até 1964, ano em que seria elevado à categoria de Estado.

Ao longo do período do Estado Novo, atendendo aos princípios geopolíticos de Everardo Backheuser e Teixeira de Freitas – que iam no sentido da anulação das fronteiras estatais existentes à época e à redivisão do território brasileiro em unidades configuradas por linhas geométricas ou fronteiras naturais – Getúlio Vargas estaria na origem da criação de seis Territórios.

Assim, no ano de 1942, em plena II Guerra Mundial, seria criado o Território do Arquipélago de Fernando de Noronha envolvendo os rochedos S. Pedro e S. Paulo. Uma vez que as ilhas

²³⁵ *Ibidem*, p. 48.

²³⁶ *Ibidem*, p. 48.

²³⁷ **ANDRADE**, Manuel Correia de (2007), *Op. Cit.*, **nota 43**, p. 49.

que compõem o Arquipélago representam um bastião avançado no Atlântico, distando apenas 345 km do Estado do Rio Grande do Norte e constituindo-se no ponto do território brasileiro mais próximo dos Continentes Europeu e Africano, dominando pelo seu posicionamento o ponto de estrangulamento do Oceano Atlântico, o Arquipélago seria, por motivos geoestratégicos, desmembrado do Estado de Pernambuco e transformado em território militar entre 1942-1987, sendo novamente incorporado no Estado de origem pela Constituição de 1988²³⁸.

Prolongando-se aquele conflito, em 1943 seriam criados outros cinco Territórios em pontos seleccionados na área geopolítica neutra do território brasileiro, com intuito de colmatar o contraste litoral-interior, cuja área e localização, coincidem, genericamente, com o cinturão de fortalezas erigido no período do Brasil-Colonial. Assim, por motivos geoestratégicos de domínio daqueles pontos em área geopolítica neutra criar-se-ia, na região do bastião avançado do Forte de Macapá, o Território do Amapá desmembrado do Estado do Pará. Na região do forte de S. Joaquim, desmembrado do Estado do Amazonas, criar-se-ia o Território do Rio Branco, actual Estado de Roraima. Na região do sítio avançado do Forte Príncipe da Beira instituir-se-ia, em área dos Estados do Amazonas e Mato Grosso, o Território do Guaporé, hoje Estado de Rondônia. Do Estado de Mato Grosso, seria ainda desmembrada outra área para dar lugar à criação do Território de Ponta Porã, numa região onde Iguatemi integrava a defesa do Estado do Brasil no período colonial, ao passo que os Estados do Paraná e Santa Catarina cediam as suas áreas de fronteira para o estabelecimento do Território do Iguaçu. No entanto, estes dois últimos Territórios teriam existência efémera, tendo sido restituídos pela Assembleia Constituinte de 1946 aos respectivos Estados a partir dos quais tiveram origem, ao passo que os restantes Territórios, com excepção do de Fernando de Noronha, seriam mais recentemente elevados à categoria de Estado, ficando pelo caminho o projecto de criação de um Território de Tabatinga.

Já durante a regência da junta militar seria extinto um Estado e criado um outro a partir da divisão do Estado do Mato Grosso. Assim, foi criado em 1977 o Estado do Mato Grosso do Sul centrado na cidade de Campo Grande e gravitando na esfera de influência da Bacia do Prata, ao passo que o redimensionado Mato Grosso, mantendo a capital em Cuiabá,

²³⁸ Cfr. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**, disponível em: http://pt.wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_1988_da_Rep%C3%ABlica_Federativa_do_Brasil. Acesso a: 15/Jan./2013; 14:12.

permaneceria na esfera de influência da Bacia Amazônica, manifestando-se assim, uma vez mais, a influência daquelas Bacias hidrográficas no domínio geopolítico da divisão territorial e administrativa do país. Por seu lado, após a transferência em 1960 da capital federal para Brasília, cidade construída de raiz no Estado de Goiás para esse efeito, constituir-se-ia no seio daquele Estado o novo Distrito Federal, ao passo que o antigo Distrito Federal seria transformado no Estado de Guanabara, o qual, passado alguns anos, seria integrado ao circundante Estado do Rio de Janeiro, passando a formar uma única unidade política (Ver Mapa XXIV).

Mapa XXIV: Evolução da Estrutura Político-Administrativa V



Fonte: **CASTRO**, Therezinha de, *Retrato do Brasil - Atlas-Texto de Geopolítica*, p.12.

Em 1987, na Assembleia Constituinte desse ano, manifestar-se-iam uma vez mais, pressões de várias regiões almejando constituírem-se em novos Estados. No entanto, regiões como Juruá no Amazonas, Tapajós no Pará, Tocantins em Goiás, Santa Cruz na Bahia e o Triângulo Mineiro em Minas Gerais, não veriam as suas pretensões atendidas dadas as “pressões dos grandes estados contra um possível desmembramento, as despesas que teriam de ser feitas para a sua instauração e a força da tradição”²³⁹, com somente Tocantins, a alcançar a elevação à condição de Estado com a sua desagregação do Estado de Goiás definido pela Constituição de 1988, ao passo que as demais regiões obteriam apenas um fortalecimento da autonomia regional.

Sendo uma República Federativa actualmente composta por 26 Estados e o Distrito Federal de Brasília (Ver Mapa XXV), a discussão em torno da estrutura político-administrativa mais adequada às necessidades de um país com dimensões continentais continua em aberto no Brasil, com as propostas resultantes do debate entre os estudiosos a dividirem-se entre as fórmulas de sistema unitário, federação, ou mesmo confederação, na qual as diversas regiões usufruíssem de maior autonomia política e económica.

²³⁹ ANDRADE, Manuel Correia de (2007), *Op. Cit.*, nota 43, p. 52.

Mapa XXV: Actual Estrutura Político-Administrativa

Fonte: <http://www.revistaescola.abril.com.br/geografia/fundamentos/como-funciona-processo-criacao-novos-estados-476160.shtml>. Acesso a: 12/Nov./2011; 11:17.

Contudo, o debate quanto à fórmula não deverá desconsiderar a variável do crescente desnível de desenvolvimento entre as regiões, que tem vindo, como já tivemos oportunidade de salientar anteriormente neste trabalho, a despertar rivalidades e preconceitos regionais aconselhando à implementação de uma política que atenuie os desequilíbrios existentes. Nesse sentido, o projecto das superintendências de desenvolvimento criadas pelo governo federal, como a Sudam para a região amazónica, a Sudene para a Nordeste, a Sudeco para a Centro-Oeste e a Sudesul para a Região Sul, tem-se demonstrado uma experiência útil e inspiradora. Não possuindo competências político-administrativas por um lado, mas tendo porém grande impacto económico por outro, “essas superintendências poderão ser o gérmen de unidades intermediárias entre a federação e os estados”²⁴⁰, promovendo o desenvolvimento, obviando aos efeitos perniciosos resultantes dos desequilíbrios regionais e conciliando os interesses entre Estados, Regiões e Federação.

²⁴⁰ Idem, p. 53.

Assim, atendendo aos preceitos geopolíticos, e considerando o acima exposto, o referencial orientador do desenho de qualquer estrutura política-administrativa, deverá ser o de que a conquista e ocupação do espaço territorial seja complementada por uma formação e robustecimento de uma consciência nacional e promoção de um nível de bem-estar que confirmem unidade à comunidade nacional, integrando harmonicamente no todo da Federação as várias Regiões, Estados e classes sociais.

II.2.2.3.2. Localização da Capital

Representando a capital um elemento vital para a sobrevivência do próprio Estado, na medida em que, como um sistema vivo, representa a cabeça pensante do mesmo, uma localização eventualmente desajustada deste centro congregador das funções político-administrativas vitais para a vida política nacional poderá vir a aumentar o grau de vulnerabilidade daquele centro nervoso nacional determinante para o prevalecer ou perecer do Estado num conflito, bem como poderá igualmente dificultar a integração física, populacional, económica e/ou a valorização do espaço político nacional, diminuindo assim a capacidade de irradiação do poder e influência do centro para as demais regiões do território, especialmente as periféricas, dando espaço a eventuais impulsos de secessão.

A localização das duas primeiras capitais do Brasil em centros urbanos ao longo da linha litoral constituiu, na génese, uma incontestável marca da vocação marítima imprimida pelo colonizador português, tendo a primeira estado sediada em Salvador e, depois, sido transferida em 1763 para o Rio de Janeiro, acompanhando o deslocamento da linha de tensão para a Bacia Platina. A terceira assentaria, por sua vez, numa posição interiorizada cuja localização foi amplamente debatida desde o período imperial²⁴¹ tendo, no entanto, ganho novo e maior fôlego com a determinação – inscrita na Constituição Republicana de 1891 – da transferência da capital para o Planalto Central (ou Brasileiro), numa cidade a construir de raiz na área de formação das três grandes Bacias hidrológicas brasileiras: a Amazónica, a Platina e a do rio São Francisco.

Após mais de cinquenta anos de adiamento devido a dificuldades de transporte para a área e interesses contrários à transferência da capital, Brasília foi construída em tempo recorde, e inaugurada em 21 de Abril de 1960 cumprindo-se assim o – entretanto – esquecido

²⁴¹ Cfr. *idem, ibidem*, p. 49.

dispositivo constitucional. Uma vez transferida a capital para a cidade de Brasília sob o mandato de Jucelino Kubitschke (1956-1961), a recém-construída urbe, para além de contribuir para a valorização de terras a serem utilizadas na actividade agrícola, viria a estimular a abertura de uma série de vias de comunicação de elevado valor geopolítico, as quais asseguravam a ligação do novo centro nevrálgico do país aos mais diversos pontos fronteiriços por via rodoviária como as auto-estradas Brasília-Acre e a Brasília-Fortaleza, bem como daqueles entre si – como sucedeu no caso da até aí isolada e economicamente deprimida Amazônia, depois ligada ao vibrante parque industrial da Região Sudeste, através da auto-estrada Belém-Brasília.

Findo o mandato de Kubitschke, o programa de construção de vias rodoviárias prosseguiria com os presidentes militares²⁴² que, influenciados pela produção intelectual da Escola Superior de Guerra e da doutrina edificada por membros destacados daquela como o Gen. Golbery do Couto e Silva e o Gen. Meira Mattos acabariam por levar a cabo a construção de auto-estradas como a Transamazônica, a Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho e Manaus-Boa Vista, entre as de maior vulto para o desígnio geopolítico de integração do território brasileiro e deste com os países condóminos da Bacia Amazônica, marcando assim posição numa das fronteiras mais remotas do país em área geopolítica neutra.

Não obstante o significativo estímulo à construção de vias de comunicação, induzido pela transferência da capital para Brasília, como se confirmaria posteriormente, “a cidade nunca desempenhou exatamente todas as funções que a ela estavam destinadas”²⁴³, primeiro porque a “ocupação do território nacional [brasileiro] foi feita de forma desordenada, não obedecendo aos princípios geopolíticos”²⁴⁴ apropriados a transformar o Planalto Central (ou Brasileiro) na área propulsora do desenvolvimento e ocupação dos espaços vazios da região amazônica. Segundo, porque a “cidade não serviu como local para a fixação definitiva não só dos parlamentares (...), como também as principais actividades financeiras localizam-se ainda nos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro”²⁴⁵. Terceiro, ainda que consideradas as motivações de ordem geoestratégica quanto à escolha da localização da nova capital, mesmo excluindo-se a possibilidade de uma agressão com armas nucleares, tendo em

²⁴² Os presidentes militares e os anos de exercício dos respectivos mandatos são: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Garrastazu Medici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979), e João Figueiredo (1979-1985).

²⁴³ MIYAMOTO, Shiguenoli (1995), *Op. Cit.*, nota 44, p. 169.

²⁴⁴ Idem, p. 169.

²⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 169.

conta a capacidade de alcance dos modernos mísseis balísticos, a questão do nível de segurança providenciado pela localização de Brasília no Planalto Central (ou Brasileiro), terá sempre de ter em consideração os limites daquilo que o Planalto tem para oferecer em termos de Segurança, não podendo este substituir-se a Forças Armadas capazes e a um sistema de defesa aérea eficiente, mas somente complementá-los.

II.2.2.3.3. Arquitectura do Sistema Político Brasileiro

Uma vez explanada a evolução da divisão político-administrativa do Brasil até à sua actual configuração, para uma melhor compreensão da mesma e obtenção de uma visão global das estruturas políticas e seu funcionamento, passaremos a abordar as principais características do sistema de governo, a relação de competências entre os níveis de poder, assim como o sistema partidário e o sistema eleitoral, retendo os efeitos e consequências produzidas pelas opções assumidas na arquitectura do sistema político brasileiro, para propormos em seguida algumas sugestões para mitigação dos efeitos que identificamos como mais perniciosos para a governabilidade do país.

Assim, o sistema político brasileiro apresenta-se como uma democracia liberal – que se apresenta sob a forma de República Federativa composta por 26 Estados, um Distrito Federal e 5.565 Municípios, organizados em três níveis de poder, o Federal, Estatal e Municipal, com o primeiro e o segundo nível possuindo Constituição, poder Executivo e Legislativo próprios, e o terceiro possuindo Conselho Municipal – com separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judicial, situação que permite o exercício de mecanismos de *checks and balances* entre aqueles poderes. A Federação apresenta uma organização bicameral, com uma câmara baixa – onde têm assento os Deputados em representação da nação – e uma alta, onde se encontram os Senadores em representação dos Estados da Federação que possuem, cada um, o mesmo número de representantes, independentemente da dimensão, população e PIB do Estado. As duas câmaras, deliberando em conjunto, formam o Congresso Nacional. Ao atribuir aos Municípios, a par dos Estados e Distrito Federal, o estatuto de ente federado, a Constituição de 1988 conferiu características singulares à arquitectura do sistema político brasileiro quando comparada com as demais federações, onde somente os Estados ou Províncias gozam de autonomia político-administrativa.

De facto, a opção do Brasil por uma estrutura do tipo Federação, que foi assumida ainda na Constituição de 1891²⁴⁶ pela *República Velha* (1889-1930), terá ficado a dever-se à enorme dimensão da superfície territorial do país²⁴⁷. Actualmente, dada a dimensão populacional, a opção por uma estrutura federativa parece encontrar sustentação adicional por favorecer, à partida e em teoria, uma maior proximidade entre o cidadão e os governantes, possibilitando assim, o exercício de mecanismos de *accountability*, capazes de permitir um maior controlo e fiscalização dos primeiros sobre o exercício das funções públicas por parte dos segundos, acção facilitada, por sua vez, pela descentralização político-administrativa que caracteriza a estrutura federativa.

A despeito da heterogeneidade e diversidade da composição da sociedade brasileira, consideramos relevante destacar ainda o facto de no Brasil se ter optado por uma Federação territorial, e não por um federalismo não-territorial ou sociológico – correspondente à ideia de comunidades culturais autónomas não territoriais -, opção indiciadora da inexistência de tensões entre a identidade nacional e identidades regionais, étnicas, raciais, religiosas e linguísticas no Brasil.

II.2.2.3.3.1. Relação entre Federação, Estados e Municípios

Por outro prisma, porque as circunstâncias em função das quais se opta pela adopção de um arranjo federativo numa determinada sociedade acarretam repercussões no domínio das relações entre os estados e a federação – nomeadamente na atribuição de poderes e competências –, as federações formadas a partir das partes constitutivas para o todo tendem a apresentar uma maior propensão para a transferência de poderes das unidades estatais para a federação, enquanto as que se formam do todo para as partes tendem a demonstrar uma maior vocação descentralizadora. Neste contexto, o processo de construção da Federação no Brasil caracterizou-se, ao longo da sua história, por momentos de alternância entre períodos de centralização e períodos de descentralização, com os primeiros habitualmente identificados com fases de autoritarismo e os segundos com avanços democráticos.

De qualquer modo, a alternância desses períodos não deixou de produzir repercussões no arranjo federativo brasileiro quanto à capacidade deste “dar processamento institucional às

²⁴⁶ Cfr. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1891**, disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_1891_dos_Estados_Unidos_do_Brasil. Acesso a: 15/Jan./2013; 15.41.

²⁴⁷ **AVELAR**, Lúcia e **CINTRA**, Antônio, *Op. Cit.*, **nota 45**, p. 2.

heterogeneidades e às desigualdades que atravessam a sociedade brasileira e que se manifestam de diferentes maneiras no âmbito dos estados e das regiões”²⁴⁸, contribuindo para um federalismo de carácter bastante assimétrico, no seio do qual vinte dos 26 Estados detêm apenas 22% da riqueza nacional, com o Estado mais próspero a deter 35% e os três mais ricos a concentrarem 60% da riqueza ao passo que os doze Estados mais carentes detêm no máximo, cada um, apenas 1% do PIB²⁴⁹.

Tais clivagens socioeconómicas entre os Estados que compõem a Federação Brasileira não estão, de todo, dissociadas da divisão de poderes, competências e recursos entre a Federação, os Estados e os Municípios. Assim, a Constituição de 1988²⁵⁰, ao estabelecer no artigo 21º as competências da União e no artigo 22º as áreas em que legislar é uma competência privada da União, acabaria por atribuir aos Estados-membros apenas “competências remanescentes”, reservando-lhes somente as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal. Por conseguinte, “a leitura deste conjunto de dispositivos constitucionais permite concluir que a legislação reserva pouco espaço de autonomia aos Estados-membros, haja vista o reduzido número e escopo de suas competências exclusivas”²⁵¹, resumindo-se estas ao que sobrou da repartição das competências entre a União e os Municípios.

Já no que à gestão e implementação de políticas sociais diz respeito, a distribuição de atribuições e funções governativas entre os três níveis de poder – Federal, Estatal e Municipal –, encontram-se enquadradas pelos artigos 23º e 24º inscritos na Constituição de 1988, estabelecendo no primeiro as competências comuns da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e no segundo, sobre as competências legislativas concorrentes entre os três níveis de poder. Simultaneamente, aquela Constituição estabelece que “a gestão das políticas sociais deverá ter um carácter democrático e descentralizado, através da participação dos atores sociais nelas interessados”²⁵².

Consequentemente, “embora a Constituição não atribua aos estados nenhuma competência exclusiva relativa às políticas sociais”²⁵³, aquele dispositivo constitucional determinando um

²⁴⁸ Idem, p. 3.

²⁴⁹ Cfr. idem, *ibidem*, p. 5.

²⁵⁰ Cfr. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**, disponível em: http://pt.wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_1988_da_Rep%C3%BAblica_Federativa_do_Brasil. Acesso a: 15/Jan./2013; 14:12.

²⁵¹ **AVELAR**, Lúcia e **CINTRA**, Antônio, *Op. Cit.*, **nota 45**, p. 6.

²⁵² Idem, pp. 15-16.

²⁵³ Idem, *ibidem*, p. 15.

carácter democrático e descentralizado da gestão das políticas sociais, supostamente deveria reforçar a participação dos Estados e Municípios, tendo vindo a surgir nestes últimos a figura dos conselhos sectoriais de políticas públicas, os quais representam uma interessante novidade institucional comportando significativo potencial democratizante.

Porém, contrastando com o Municipal, no âmbito do Legislativo Estatal não se tem vindo a observar semelhante progresso, permanecendo ainda um significativo número de Assembleias Legislativas que não contam com comissões permanentes relacionadas com temas do âmbito das políticas sociais, ausência essa que “pode ser mais um fator explicativo da persistência do quadro de carências e de desigualdades socioeconômicas que atravessa a federação brasileira”²⁵⁴.

Tendo emergido da estrutura da República Federativa do Brasil um federalismo assimétrico caracterizado por enormes desigualdades de diferentes tipos a manifestarem-se com maior intensidade em alguns Estados e Regiões do que em outras, as quais são “muitas vezes agravadas pela competição predatória entre os estados membros”²⁵⁵, para o combate eficaz e eficiente às “perversas condições socioeconômicas (...) [que] constituem ameaça para o regime democrático”²⁵⁶, impõe-se o reforço das competências e atribuições dos Estados e Municípios no domínio das políticas sociais, através da transferência de maiores poderes do nível Federal para os níveis mais próximos do problema, os quais, por conseguinte, se encontram em melhores condições de o atalhar.

Caso não se opere uma maior descentralização na hierarquia dos níveis de poder existentes na Federação Brasileira, mantendo-se o actual *status quo* na divisão de poderes e competências entre os níveis de poder Federal, Estatal e Municipal, particularmente no que à implementação e gestão de políticas sociais e de distribuição de riqueza diz respeito, a tendência será para que o actual arranjo federativo no Brasil continue a concorrer para o quadro geral de assimetrias existentes entre as várias Regiões e Estados da Federação. Tal poderá mesmo contribuir para o aprofundar das desigualdades socioeconômicas das respectivas populações e seus segmentos específicos, e das quais temos vindo a dar registo desde do tópico II.2.2.2. ao subtópico II.2.2.2.2.2.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 16.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 16.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 16.

Da perspectiva da análise geopolítica, a persistência de tal quadro de desequilíbrios no seio da composição da Federação Brasileira e seu eventual agravamento, não só contribui para um subaproveitamento do potencial humano brasileiro de tais Regiões e Estados, com a consequente subexploração das potencialidades em recursos naturais que os mesmos contenham, como também poderá conduzir a um afrouxamento dos laços de solidariedade e pertença à comunidade nacional. Isto poderá por em causa a própria integridade territorial da Federação, uma vez que “são os fatores relacionados com as desarmonias internas, da falta de coesão nacional, que resultam na ruptura da unidade geográfica do território”²⁵⁷.

II.2.2.3.3.2. Sistema Partidário e Sistema Eleitoral

Uma vez explanada a arquitetura do sistema político brasileiro e os efeitos por ela produzidos sobre as relações entre os três níveis de poder no que às assimetrias socioeconômicas entre as Regiões e Estados diz respeito, passamos agora a abordar os problemas do sistema partidário brasileiro ao nível Federal, bem como a explorar as suas repercussões no que se refere à relação entre os poderes Executivo e Legislativo, os quais se encontram estreitamente relacionados com o sistema eleitoral.

Assim, sendo o sistema político brasileiro caracterizado pela coexistência do presidencialismo, multipartidarismo e representação proporcional com lista aberta e voto transferível, a “combinação desses elementos em um mesmo sistema político torna a sustentação da democracia extremamente difícil”²⁵⁸, por conduzir a uma fragmentação e infidelidade partidária, as quais concorrem para o moldar de um processo de difícil formação de maiorias legislativas comprometendo a aplicação e o êxito das medidas propostas pelo poder Executivo.

Por conseguinte, o poder Executivo é frequentemente confrontado com a necessidade de “recorrer a apelos plebiscitários e a instrumentos extraordinários de governo para fazer valer suas preferências, gerando assim frequentes crises nas relações Executivo-Legislativo”²⁵⁹ servindo-se mesmo, por vezes, de expedientes ilegais como o suborno de parlamentares das bancadas opostas para garantir a aprovação das suas propostas, como o “caso mensalão”

²⁵⁷ MATTOS, Carlos de Meira (1990), *Geopolítica e Teoria de Fronteiras - Fronteiras do Brasil*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 114.

²⁵⁸ MORAIS, Thais de Freitas, *Op. Cit.*, nota 46, p. 2.

²⁵⁹ Apud. NETO, O. Amorim; TAFNER, P., “Governos de Coalizão e Mecanismos de Alarme de Incêndio no Controle Legislativo das Medidas Provisórias”, *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, pp. 5-38, 2002, in MORAIS, Thais de Freitas, *Op. Cit.*, nota 46, p. 2.

ilustra. Àquela dificuldade, acresce ainda a pouca flexibilidade do sistema presidencialista, causada pelo facto de, nestes sistemas, o presidente ser eleito por um período de tempo que não poderá ser interrompido, característica esta que, em caso de impasse entre Executivo e um Legislativo politicamente adverso ao primeiro, não contempla a possibilidade de antecipação do acto eleitoral, excepto na circunstância extrema de *impeachment*.

Consequentemente, da confluência de um sistema eleitoral proporcional de lista aberta e voto transferível estimulante à fragmentação do sistema partidário – fenómeno a que também não será alheio o efeito de certa diversidade da sociedade brasileira, bem como à indisciplina partidária e migração de deputados para os demais partidos depois de eleitos por um outro –, desagua num presidencialismo de coligação sem sustentação estável por força da dificuldade em obter maioria no órgão representativo. A par da impossibilidade de dissolução – quer do Executivo quer do Legislativo – e de convocação de eleições antecipadas que desfaçam o impasse em que frequentemente os Executivos de sistemas políticos com estas características caem, o resultado é um imobilismo político prejudicial à governabilidade do país, por muito representativo e democratizante que tal sistema seja.

Para além da dificuldade de sustentação do sistema democrático – sustentação já de si difícil pelo quadro de profundas assimetrias socioeconómicas anteriormente identificado entre as Regiões e os Estados da Federação –, do ponto de vista geopolítico, a consequência mais evidente de um tal imobilismo político traduz-se na diminuição da capacidade do Estado Federal em actuar sobre a base física do território sobre o qual se constituiu, ferindo a sua capacidade de mobilizar os factores geopolíticos que se apresentam disponíveis para a dinamização do seu espaço, acabando por contribuir assim, inadvertidamente, para o avolumar das já preocupantes assimetrias existentes entre as unidades políticas – que poderão por em causa a harmonia interna do país e até ameaçar a integridade territorial da Federação.

II.2.2.3.3. Propostas de Alteração

Na nossa perspectiva, parte da solução para ultrapassar os impasses que frequentemente ocorrem no sistema político brasileiro, poderia passar pela mudança do sistema eleitoral proporcional para o sistema eleitoral maioritário, estimulando a concentração do voto em dois partidos principais, a qual aumentaria a probabilidade de obtenção de maioria no órgão representativo, dispensando-se também por essa via as coligações no Executivo presidencial.

Por sua vez, o cerco ao fenómeno da infidelidade partidária, por indisciplina partidária e/ou migração de deputados, poderia ser mais facilmente ultrapassável através da adopção do sistema de lista partidária fechada sem voto transferível, deslocando-se assim a ênfase da pessoa do candidato para a instituição do partido, fazendo com que o programa e a proposta política do partido se constituam como decisivos para a eleição do parlamentar, justificando-se dessa feita a invalidação do voto contrário deste às deliberações do partido, por fraude do mandato que o eleitor lhe confiou movido pelo programa partidário. Esta proposta, pela nossa parte, afigura-se-nos possivelmente como a mais equilibrada entre a total impunidade do parlamentar e a excessiva alternativa de perda de mandato, a qual permitiria inclusive manter o sistema eleitoral proporcional, conjugando-se assim representatividade com governabilidade. O facto é que, “a conjugação entre o sistema proporcional com voto transferível e a possibilidade de troca de partido durante a legislatura é uma configuração que deturpa os pressupostos de legitimação da democracia representativa”²⁶⁰, pelo que, caso se opte por manter este sistema, a solução poderia passar, em alternativa à perda de mandato por troca de partido, pela possibilidade de troca de partido somente em caso de fundação de outro partido, previsão que permitiria manter uma flexibilidade equilibrada no sistema, conferindo uma certa liberdade ao parlamentar de se desvincular de um partido, em caso de mudança drástica no programa partidário por exemplo, no qual o parlamentar já não se revisse.

Assim, a introdução das alterações acima propostas, poderia contribuir para uma nova configuração do sistema político brasileiro, no qual o processo de obtenção de maiorias sairia favorecido, dispensando a exigência de coligações frequentemente instáveis e criadoras de impasses políticos entre os poderes Executivo e Legislativo, tornando também desnecessário o recurso a expedientes ilegais por parte do Executivo para os desbloquear, e assim obter uma maior fluidez nas relações entre aqueles dois poderes, evitando-se também o indesejado imobilismo político comprometedor da governabilidade do país. Desta feita, a nova configuração do sistema político resultante das alterações propostas, não só criaria um contexto mais propício à mobilização e dinamização dos factores geopolíticos do espaço brasileiro, como também contribuiria, por essa via, para uma organização mais harmónica do espaço geopolítico da Federação como um todo, estimulando assim também o reforço dos laços sociais que asseguram a coesão nacional.

²⁶⁰ INSTITUTO IDEIAS – INSTITUTO DE DIREITO DO ESTADO E AÇÕES SOCIAIS, *Op. Cit.*, nota 47, p. 16.

II.2.2.3.4. Modernidade e Ideologia

No plano ideológico, observa-se actualmente no Brasil, como em boa parte do mundo uma penetração ideológica que visa diluir os conceitos de Estado-nação²⁶¹ e de soberania²⁶², intentando a substituição daqueles por conceitos de soberania limitada²⁶³ e internacionalismo²⁶⁴ de propósitos duvidosos. Estes últimos, “servidos” sob a forma de nobres

²⁶¹ Conceito de *Estado-nação*: “A ideia de Estado-nação nasceu na Europa em finais do século XVIII e inícios do século XIX. A ideia de pertença a um grupo com uma cultura, língua e história próprias, a uma nação, [gerou] um efeito psicológico na emergência do Estado-nação, pois a pertença do indivíduo a tal estrutura, confere-lhe segurança e certeza, enquadramento e referência civilizacional. O Estado-nação afirma-se por meio de uma ideologia, uma estrutura jurídica, a capacidade de impor uma soberania, sobre um povo, num dado território com fronteiras, com uma moeda própria e forças armadas próprias também”. In: [http://www.infopedia.pt/\\$estado-nacao](http://www.infopedia.pt/$estado-nacao). Acesso a: 15/Jan./2013; 11:11.

²⁶² Segundo o jurista Jónatas Machado, “o conceito jurídico-político moderno de soberania, desde sempre controverso e difícil de precisar, é geralmente caracterizado pelas notas típicas de estadualidade, publicidade, independência, autodeterminação, autonormação, centralização, hierarquia, jurisdição, indulto e autoridade coerciva, monetária, tributária, penal e militar”, sendo que na dimensão interna “a soberania consiste na ausência de qualquer dependência orgânica relativamente a qualquer outra entidade dentro do respectivo marco territorial”, tratando-se assim “da existência de uma estrutura de autoridade estadual dentro de um determinado território, aliada à capacidade efectiva de exercer essa autoridade”. Por sua vez, na dimensão externa, “a soberania traduz-se na capacidade de estabelecer relações com outros Estados em condições de igualdade e simetria de reconhecimento”. Àquelas duas dimensões, prossegue o referido autor, “acrescenta-se a capacidade de estruturar normativamente a vida dentro de suas fronteiras, sem interferências de terceiros Estados” In: **MACHADO** (2006), *Op. Cit.*, **nota 87**, pp. 213 e 215.

²⁶³ Apesar do conceito de *Soberania* ser “geralmente concebido em termos absolutos, o atributo da soberania tem sido objecto de críticas e reconceptualização”, fazendo com que “o presente momento do conceito, ainda de contornos imprecisos, [seja] referido com expressões como *pós-soberania*, *soberania limitada*, *soberania partilhada*, *soberania globalizada*, *soberania imperial* (...)”. Esta “reconceptualização da soberania, limitando algumas das suas dimensões (...)”, decorre das novas exigências colocadas pela “globalização da economia, dos transportes e das tecnologias da comunicação, [d]a dimensão planetária dos problemas com que a humanidade se defronta e [d]as contradições existentes entre a igualdade formal entre os Estados, por um lado, e as enormes desigualdades materiais, geográficas, demográficas, políticas, económicas, sociais e culturais entre eles, por outro”. Neste novo contexto das Relações Internacionais “a globalização implicou o incremento da interdependência dos Estados e o colapso da distinção entre questões de direito internacional e questões de direito interno (...)”, fazendo com que a soberania seja “hoje entendida como instrumental, menos autónoma (...)” e, por conseguinte, mais limitada e relativa. Assim, se esta “relativização da soberania não significa, de forma alguma, o fim do Estado (...)”, a mesma não deixa de exigir “a necessidade de se adequar a soberania tradicional à emergência de instituições e esquemas (des)regulatórios de ‘governança global’ (...)”, com o consequente alargamento do objecto e dos sujeitos do direito internacional e a compressão da esfera de actuação estadual”. Face ao que fica dito sobre o tradicional entendimento do conceito de *Soberania* e o sentido e alcance que a evolução do mesmo lhe tem vindo a conferir na actualidade, servimo-nos das palavras do jurista Jónatas Machado para sublinhar que, “tanto na teoria como na prática, a compreensão da soberania no direito internacional apresenta-se ainda caracterizada por contradições, paradoxos e ambiguidades”. Sobre esta problemática, ver: **MACHADO** Jónatas (2006), *Op. Cit.*, **nota 87**, pp 213, 220, 221.

²⁶⁴ Segundo a académica Sandra Balão, “o termo Internacionalismo começou a fazer parte do vocabulário político na segunda metade do século XIX e (...) inicialmente utilizado para designar movimentos de ideias e fenómenos políticos muito diversos, mas que tinham em comum o facto de se caracterizarem, de um modo geral, pela preponderância que atribuíam à comunidade de interesses das nações, à solidariedade política e económica de todos os povos e ao seu desejo de cooperação mútua – considerando-os, claramente, superiores aos interesses e motivações nacionais e ou estatais. Por isso (...) o *Internacionalismo* descentra (...) [o] cidadão uma vez que advoga a inexistência de pátrias, transformando-o em mais um *cidadão do mundo*, mais um número no meio de tantos outros, indiferenciado e sem referências definidas”. In: **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues (2011), *Op. Cit.*, **nota 22**, p. 51.

e generosas teses universalistas²⁶⁵, não contemplam, ou preferem silenciar, que “o internacionalismo concebido em antítese às pátrias é uma ilusão perigosa, que só serve para enfraquecer certos estados, deixando-os à mercê dos que se arvoram ideológicos do alardeado de universalidade”²⁶⁶, constituindo grave ameaça à preservação do Poder Nacional.

Com efeito, na modernidade, ou na globalização se se preferir, os factores espaço e tempo têm vindo a sofrer profundas alterações em função dos extraordinários progressos tecnológicos, os quais produzem novos espaços, encurtam distâncias e volatilizam o tempo. Assim, as alterações sobre o binómio espaço-tempo têm vindo a fazer-se sentir na construção de novos espaços e num novo funcionamento do território²⁶⁷, operando-se sobre estes em dois planos: no horizontal e no vertical²⁶⁸.

Deste modo, as relações de interacção social realizadas no plano horizontal processam-se no domínio físico da contiguidade territorial, ao passo que as realizadas no plano vertical, ocorrem no domínio do imaterial dos “locais em rede”, isto é, em “espaços descontínuos ligados por fluxos eletrônicos e informáticos que criam sistemas solidários políticos, económicos e técnicos”²⁶⁹, acrescentando ao domínio do território uma dimensão extra, passando a noção de território a englobar, na actualidade, os planos material e imaterial²⁷⁰.

Esta noção mais sofisticada de território faz-se acompanhar de novas formas de controlo do espaço político, através das quais, em determinados casos, a produção e difusão de informação pelos fluxos electrónicos e informáticos é feita sobre a base de um quotidiano local, sobre a observância das regras locais, para partilha da comunidade local e sobre seu controlo, exercendo nessa comunidade uma força de coesão. Noutros casos, essa produção e difusão de informação é feita a partir “de um cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder”²⁷¹ exercendo um efeito de

²⁶⁵ Segundo César Arruda Castanho, *Universalismo* poderá ser conceptualizado como uma “doutrina filosófica para a qual a realidade é um todo orgânico, uno e inseparável. Opondo-se ao atomismo e ao individualismo, o universalismo não admite que as coisas ou os indivíduos sejam vistos isoladamente ou independentes do conjunto universal, pois todos os seres são inter-relacionados e interligados. Assim, a realidade forma um todo único, onde os indivíduos não podem ser separados a não ser por meio da abstracção”. In: **CASTANHO**, César Arruda (1972). *Dicionário Universal das Idéias*. São Paulo: Editora Meca Ltda, p. 452.

²⁶⁶ Apud. **REALE**, Miguel (1998). *Pluralismo e Liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, in **MATTOS**, Carlos de Meira (2002), *Geopolítica e Modernidade - A Geopolítica Brasileira*, p. 37.

²⁶⁷ Cfr. **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues (2011), *Op. Cit.*, **nota 22**, pp. 217-280.

²⁶⁸ Cfr. **GIDDENS**, Anthony (2009), *Op. Cit.*, **nota 48**, p. 477.

²⁶⁹ **MATTOS**, Carlos de Meira (2002), *Op. Cit.*, **nota 51**, p. 31.

²⁷⁰ Cfr. **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues, *Op. Cit.*, **nota 50**.

²⁷¹ **MATTOS**, Carlos de Meira (2002), *Op. Cit.*, **nota 51**, p. 32.

dispersão, alienador da identidade nacional no limite, e diminuindo a capacidade preventiva do Estado de preservação da sua soberania nacional.

Assim, “sobre estes mesmos territórios, o homem tecnocrônico moderno adquiriu novos e extraordinários instrumentos de ação”²⁷² e, “através dos modernos meios de comunicação, ele invade o espaço de todos os quadrantes do planeta com suas mensagens faladas e escritas”²⁷³, realidade que possibilita “a invasão territorial inevitável pela informação de todo o tipo”²⁷⁴ situação que, com “a abertura ao capital estrangeiro dos meios de comunicação ampliou a possibilidade de influência externa sobre a formação do imaginário brasileiro e sobre o próprio cotidiano político”²⁷⁵.

Consequentemente, a vulnerabilidade ideológica no Brasil tem vindo a aumentar ao longo do período 1998-2010 através da promoção de uma campanha de descrédito das instituições, da difusão de teorias do “fim das fronteiras” e de globalização inevitável, desvalorizadoras dos conceitos de nação e país, auxiliada por uma “penetração esmagadora em todas as mídias do produto ideológico estrangeiro, desde filmes de cinema e televisão até o espaço conferido na imprensa a artigos de ideólogos estrangeiros”²⁷⁶. Ao condicionar deste modo o processo de construção da visão do mundo da sociedade brasileira em geral, e das suas elites intelectual e dirigente em particular, a penetração ideológica externa não só corrói a auto-estima do povo, como acaba por, via co-optação das elites brasileiras, exercer uma influência altamente perigosa sobre a própria orientação estratégica de desenvolvimento e da política externa do país²⁷⁷.

²⁷² Idem, p. 50.

²⁷³ Idem, *ibidem*, p. 51.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 38.

²⁷⁵ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2010), *Op. Cit.*, **nota 39**, p. 23.

²⁷⁶ Idem, pp. 22-23.

²⁷⁷ Para uma visão mais extensa e aprofundada destas questões à escala global ver: BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2011), *Op. Cit.*, **nota 22**, pp. 249-255 e 296-302.

CAPÍTULO III – Geopolítica da Amazônia

III.1. Amazônia Global, Amazônia Brasileira e Amazônia Legal

III.1.1. Factores Estáveis: extensão, configuração, posição, estrutura fisiopolítica e clima

Ao abarcar dentro das suas fronteiras o complexo amazónico quase que por inteiro, a percepção de uma Floresta Amazónica associada exclusivamente ao Brasil é uma visão iconoclasta que surge com naturalidade. No entanto, tal visão em que Brasil e Amazônia surgem percebidos como sendo uma e a mesma unidade geográfica, apenas contribui para a construção de uma imagem mental que não coincide com a realidade fisiográfica e fisiopolítica daquela unidade geográfica.

Com efeito, a Amazônia Global constitui uma unidade geográfica que extravasa para além dos limites das fronteiras brasileiras, ultrapassando-as e cobrindo uma enorme extensão de superfície terrestre calculada em 7.275.000 km² – equivalente à vigésima parte da superfície terrestre do globo e a 35% dos 18.000.000 de km² da superfície do subcontinente Sul-Americano –, correspondendo a uma área apenas um pouco menor que a do Continente Europeu (Ver Mapas XXVI e XXVII).

Mapa XXVI: A Amazônia Global no Subcontinente Sul-Americano



Fonte: **MATTOS**, Carlos de Meira, *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, contra-cap.

Mapa XXVII: Amazônia Global, Amazônia Brasileira e Amazônia Legal



Fonte: http://www.pinonfriaes.com/page_25.html.
Acesso a: 21/Nov./2011; 22:03.

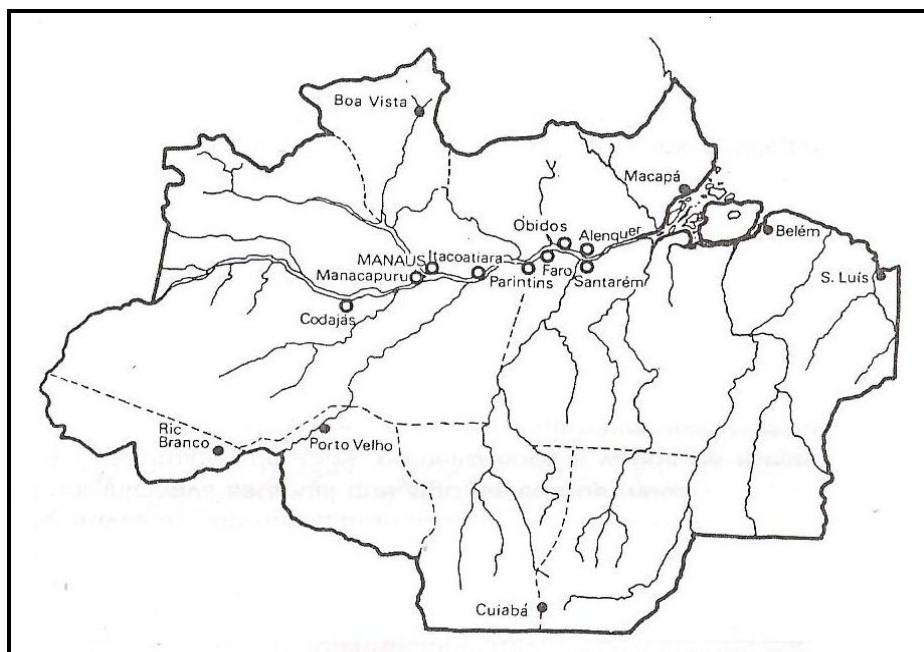
Abrangendo uma área imensa sob a forma oval, a Amazónia Global ao abrir-se em leque de Leste para Oeste, delimita-se a Norte pelo maciço das Guianas, a Sul pelos degraus do Planalto Central (ou Brasileiro) e a Oeste pela Cordilheira Andina, posicionando-se assim simultaneamente ao Norte e Centro do subcontinente Sul-Americano. Constituindo uma grande planície coberta em 70% por uma espessa floresta tropical de grande extensão e homogeneidade, com os restantes 30% compostos por florestas mistas de transição, cerrados e savanas, a Amazónia Global forma uma macrounidade geográfica caracterizada por um espaço físico, clima, vegetação e características socioeconómicas semelhantes nas suas várias latitudes, na qual predomina um acentuado vazio demográfico como marca característica.

Fisiopoliticamente, o complexo da Amazónia Global apresenta-se como um condomínio repartido desigualmente por nove unidades geopolíticas, com o Brasil a abarcar, dos 7 milhões de km², 4.871.500 km² daquela macrounidade geográfica, representando cerca de 70% da mesma, com os restantes 30% a serem repartidos por diversas áreas: o Peru com 764.200 km², Colômbia com 504.600 km², Bolívia com 391.600 km², Guiana com 215.000 km², Venezuela com 175.700 km², Suriname com 143 km², Equador com 128 km² e Guiana Francesa com 81.000 km². Com aqueles números a representarem, no entanto, em proporção à superfície do território nacional de cada um dos condóminos, valores distintos da extensão da respectiva parcela da Amazónia Global, com a amazónia venezuelana a representar 54% do território nacional venezuelano, a peruana 51%, a guianense mais de 50%, a boliviana 48%, a brasileira 45,4%, a colombiana 43% e a equatoriana 37% da superfície total do território nacional deste Estado.

Ao abarcar dentro das suas fronteiras cerca de 70% da superfície da Amazónia Global e apresentando um total de fronteiras terrestres contabilizado em 15.719 km, o gigante brasileiro acaba por partilhar com os países condóminos daquela macrounidade geográfica, sete das dez fronteiras internacionais que estabelece com os demais vizinhos Sul-Americanos. Aquelas sete fronteiras perfazem uma linha de fronteira amazónica com 12.967 km, repartindo-se estes em 655 km que são partilhados com a Guiana Francesa, 593 km com o Suriname, 1.606 km com a Guiana, 1.495 km com a Venezuela, 1.669 km com a Colômbia, 2.995 km com o Peru e 3.126 km com a Bolívia, ao longo dos quais é internacionalmente delimitada a Amazónia Brasileira daqueles países e suas respectivas parcelas amazónicas.

Enquanto unidade considerada como um todo natural predominantemente homogêneo, a Amazônia Brasileira ocupa (como atrás já tivemos oportunidade de salientar) uma área equivalente a 45,4% do território brasileiro, numa área denominada “Região Norte”, que é, por sua vez, fisiopoliticamente dividida entre os Estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins. No entanto, com base num critério misto, simultaneamente político, fisiográfico e geográfico, criar-se-ia por via do artigo 199º da Constituição de 1946, regulamentado pela Lei 1.806 de 1956²⁷⁸, o Território da Amazônia Legal, o qual passaria a estender-se para além dos limites da Amazônia Brasileira enquanto unidade fundada exclusivamente sobre critérios físico-geográficos. Assim, a Amazônia Legal, para além de compreender a Amazônia Brasileira, constituir-se-ia numa unidade geopolítica abrangendo a região de transição do Estado do Maranhão a Oeste do meridiano de 44º, a parte ao Norte do paralelo 16º do Estado do Mato Grosso e a do Estado de Goiás ao Norte do paralelo 13º, passando a ocupar 58,9% da superfície do território nacional brasileiro que, quando transpostos para o espaço do Continente Europeu, cobririam uma área equivalente à formada pela Europa Ocidental, Central e Balcânica (Ver Mapa XXVIII).

Mapa XXVIII: Amazônia Legal



Fonte: **MATTOS**, Carlos de Meira,
Uma Geopolítica Pan-Amazônica, p. 70.

²⁷⁸ Cfr. **CARTA CONSTITUCIONAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL de 1946**, disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Anexo:imprimir/Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_1946-dos-Estados_Unidos_do_Brasil. Acesso a: 15/Jan./2013; 16:20.

Situada entre o Maciço das Guianas e os primeiros degraus descendentes do Planalto Central (ou Brasileiro), a Amazônia Legal caracteriza-se fisicamente por uma extensa depressão de terras sob a forma de enorme planície, onde predomina um clima regular do tipo quente-húmido, com as temperaturas médias a variarem em torno dos 24°C no inverno e os 32°C no verão, enquanto a humidade relativa do ar se situa, em média, em torno dos 89%, registando-se índices pluviométricos com médias anuais em torno dos 2.500 a 3.000 mm, com a época das maiores chuvas a ocorrer no inverno, diminuindo no verão.

Rasgando a vasta planície de ponta a ponta, desde que se forma no Peru a partir das águas resultantes do degelo andino a 4.000 metros de altitude no Pico Huagro, e penetrando no Brasil pela cidade de Tabatinga ao quilómetro 3.825, a partir da qual percorre em território brasileiro mais 3.200 km até chegar à foz atlântica, transcorre o Amazonas uma distância total de 7.025 km ao longo dos quais convergem mais de 500 afluentes a contribuir para um volume de águas estimado em 80.000 m³, constituindo-se “o rio Amazonas, pela quantidade de água que transporta, [n]o mais importante do mundo”²⁷⁹, apresentando “um débito que ultrapassa o de todos os outros rios juntos (200000 m³/s)”²⁸⁰. Afirmando-se por aquelas características como o principal eixo da Bacia Amazónica, com profundidades a variar entre os 20 e os 130 metros, e as larguras máxima e mínima do seu curso a oscilarem entre os 96 km e o 1,5 km respectivamente, o rio Amazonas representa uma via fluvial de permanente navegação ao longo de 19.000 km, dos quais, 3.580 se apresentam permanentemente navegáveis até Iquitos no Peru, com o número de quilómetros potencialmente navegáveis a multiplicar-se várias vezes – se se considerar os inúmeros pequenos cursos de água que durante as enchentes unem lagos e rios entre si, bem como os pequenos braços de rios que contornam as muitas ilhas formadas no período das cheias.

A par destas características únicas, dada a disposição da sua calha quase que paralela ao Equador Terrestre, o Amazonas apresenta ainda a particularidade de receber afluentes de ambos os Hemisférios, nos quais as estações se alternam, dando assim origem a uma compensação estabelecida entre as enchentes dos rios, provindos do Hemisfério Norte, e aquelas dos rios provenientes do Hemisfério Sul, fenómeno este que está na génese da formação de várias quedas de água com enorme potencial hidroeléctrico (Ver Tabela 1), conferindo mais um factor de riqueza potencial à rede fluvial amazónica que “tem todas as

²⁷⁹ ALMEIDA, Políbio F. V. (2008), *Op. Cit.*, nota 71, p. 339.

²⁸⁰ Idem, p. 339.

características para se transformar no caminho natural de mais alto valor econômico e social”²⁸¹.

Tabela 1: Potencial Hidroelétrico da Bacia Amazônica

Bacias	Potencial Hidroelétrico (energia firme em NW/Ano)
Afluentes da Margem Esquerda-norte do Amazonas	7.770
Afluentes da Margem Esquerda-sul do Amazonas	28.393
Amazônica (Total)	36.163
Rio Xingu	10.454
Rio Tapajós	9.610
Rio Madeira	8.170
Rio Tocantins	12.660

Fonte: CASTRO, Therezinha de, “Amazônia – Geopolítica do Confronto e Geoestratégia da Integração”, p. 71.

Na Amazônia Legal, a conjugação dos elementos clima, topografia e hidrografia contribuiria, ainda, para a formação de um vasto conjunto florestal que não se estende ao todo do complexo amazônico, nem se apresenta completamente homogêneo ou contínuo, intercalando no conjunto matas ciliares, campinas nas várzeas e extensos campos de vegetação nativa. Por outro lado, a conjugação de vários fenômenos físico-químicos conferiria também, à formação desta unidade geopolítica, uma variedade de ambientes geológicos na qual se encontram representadas todas as eras geológicas em quase todos os seus estágios²⁸².

III.1.2. Factores Variáveis

III.1.2.1. População

Acentuadamente miscigenada e exibindo a predominância de traços indígenas, a população da Amazônia Legal, mais do que quintuplicou ao longo das últimas quatro-cinco décadas, tendo atingido em 2007 os 20 milhões de habitantes, o que ainda assim perfaz uma densidade populacional de apenas 3,5 hab./km², permitindo aferir o acentuado vazio demográfico que

²⁸¹ CASTRO, Therezinha de (Jan./Mar./1992), “Amazônia – Geopolítica do Confronto e Geoestratégia da Integração”, Rio de Janeiro: A Defesa Nacional/Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, nº 755, p. 71.

²⁸² Idem, 71.

caracteriza a região. Este número de 20 milhões de “amazónidas”, se por um lado representa um potencial humano nada despreciando, por outro – tendo sobretudo em conta a inexistência ou insuficiência de serviços básicos como saneamento, tratamento e distribuição de água potável ao dispor das populações ribeirinhas e da periferia das maiores cidades, bem como as limitações existentes em todos os níveis de ensino – resulta muito diminuído pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano²⁸³.

III.1.2.2. Recursos Naturais

III.1.2.2.1. Recursos Vegetais e Animais

Paralelamente ao perigoso vazio demográfico que se verifica existir na Amazônia Legal, a mesma – e apesar de ainda muito desconhecida – apresenta também como marca característica um enorme potencial em recursos naturais de toda a ordem: vegetais, animais, agro-pecuários, hídricos e minerais.

Habitat natural de enorme biodiversidade, a Amazônia Legal apresenta uma extraordinária variedade de espécies vegetais expressa em 4.000 tipos de árvores catalogadas até hoje, encontrando-se aproximadamente 200 a 300 espécies diferentes por hectare de mata, quando nas florestas europeias estudadas, a variedade não excede as 200 espécies²⁸⁴. Representando esta enorme variedade uma riqueza incalculável, estimando-se que somente as reservas de madeira de alta qualidade como o mogno, cedro, imbuia, pau-amarelo e castanheiro ascendam a um valor próximo de US\$ 1,7 trilhões, “a Amazônia apresenta todos os requisitos para ser a maior fornecedora de madeira certificada do mundo”²⁸⁵.

O significado económico da variedade vegetal amazónica ganha ainda outra dimensão quando se leva em conta que 3.400 espécies de plantas, várias delas endémicas, possuem aplicação medicinal, sendo portadoras das substâncias activas presentes em cerca de 25% dos medicamentos prescritos nos Estados Unidos. Dasquelas, 1.300 contêm as substâncias activas básicas para a produção de antibióticos, narcóticos, anticoncepcionais, antidiarréicos, anticoagulantes, abortivos, fungicidas, anestésicos, antivirais e relaxantes musculares, com as

²⁸³ Cfr. PEREIRA, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, nota 38, p. 285.

²⁸⁴ Cfr. SMICELATO, Jorge Antônio (26/Mai./2003), “O Brasil e a Estratégia de Segurança da Amazônia”, Lisboa: *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, nº 57, p. 118.

²⁸⁵ PEREIRA, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, nota 38, p. 327.

restantes 2.100 espécies, a figurarem no catálogo do Instituto Nacional do Câncer norte-americano, como potencialmente utilizáveis no tratamento da doença²⁸⁶.

Àquela variedade de flora e respectivo potencial subjacente, acresce ainda o potencial de uma fauna igualmente diversificada, na qual, somente entre as catalogadas, se contabilizam 1.300 espécies de aves, 300 espécies de mamíferos, 100 espécies de anfíbios, 3.000 espécies de peixes e 30 milhões de espécies de insectos²⁸⁷, fazendo do ecossistema amazónico o maior banco de biodiversidade do planeta, equivalente a 30% do stock genético mundial, constituindo-se assim na maior fonte potencial conhecida de produtos farmacêuticos, bioquímicos e agronómicos do mundo²⁸⁸. Esta incomparável riqueza biológica tem vindo a motivar a prática cada vez mais comum da biopirataria e de acordo com a qual, empresas multinacionais, tendo tido acesso ao património genético de uma determinada espécie vegetal ou animal e/ou a conhecimento desenvolvido por uma determinada comunidade tradicional, desenvolvem em seguida toda uma gama de produtos registando a patente em seu nome, espoliando o legítimo proprietário daquele património, ao negar-lhe uma fatia justa dos lucros, bem como a possibilidade de concorrer com aquelas empresas fazendo uso do seu próprio potencial biológico e conhecimento²⁸⁹.

III.1.2.2.2. Recursos Agrícolas

A Amazônia Legal não é única e exclusivamente floresta, verificando-se também nesta unidade geopolítica a existência de milhões de hectares livres de conjuntos florestais, passíveis de utilização agro-pecuária, sem que haja sequer a necessidade de derrubar uma única árvore.

²⁸⁶ Cfr. **ALMEIDA**, Carlos Wellington Leite de (Mai./Jun./Jul./Ago./2002), “Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, perspectivas da economia de defesa”, Rio de Janeiro: **A Defesa Nacional**/Escola de Comando e Estado-Maior, Ano 88, nº 793, p. 43.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Cfr. **SMICELATO**, Jorge Antônio (26/Mai./2003), *Op. Cit.*, **nota 284**, p. 118.

²⁸⁹ Cfr. “Biopirataria na Amazônia”, disponível em: ambientes.ambientebrasil.com.br/floresta_amazonica/biopirataria_na_amazonia.html. Acesso a: 18/Abr./2013; 12:10. Segundo o conceito estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Direito do Comércio Internacional da Tecnologia e da Informação de Desenvolvimento, a “Biopirataria consiste no ato de aceder a ou a transferir recurso genético (animal ou vegetal) ou conhecimento tradicional associado à biodiversidade, sem a expressa autorização do Estado de onde fora extraído o recurso ou da comunidade tradicional que desenvolveu e manteve determinado conhecimento ao longo dos tempos (prática esta que infringe as disposições vinculantes da Convenção das Organizações das Nações Unidas sobre diversidade biológica). A biopirataria envolve ainda a não repartição justa e equitativa entre Estados, corporações e comunidades tradicionais dos recursos advindos da exploração comercial ou não dos recursos e conhecimentos transferidos”. Ver: “Biopirataria na Amazônia”, disponível em: ambientes.ambientebrasil.com.br/floresta_amazonica/biopirataria_na_amazonia.html. Acesso a: 18/Abr./2013; 12:10.

Apesar do solo amazónico ser genericamente considerado inadequado para a prática da agricultura, com a camada fértil a não ultrapassar os 15 cm de solo, as várzeas formadas em período geológico mais recente, correspondem a cerca de 30 milhões de hectares de solo generosamente fértil por acção dos rios, apresentando um enorme potencial agrícola suficiente para se transformarem em cerca de 60% da actual fonte agrícola brasileira. Complementarmente, os 70 milhões de campos naturais desocupados apresentam-se como “os melhores, entre os melhores do mundo, para a criação de búfalos”²⁹⁰, demonstrando a importância de todo um potencial propício à complementaridade entre actividades económicas como a agro-pecuária.

III.1.2.2.3. Recursos Hídricos

Quanto aos recursos hídricos, possuindo a Amazônia Global uma reserva de água doce equivalente a um quinto da disponibilidade mundial²⁹¹, distribuída pela gigantesca Bacia hidrográfica na qual o rio Amazonas é artéria central e principal receptor de águas, este, ao percorrer cerca de metade do seu curso em território da Amazônia Legal, confere a esta unidade geopolítica uma significativa reserva de água doce, a qual contém em si, também, um considerável potencial hidroeléctrico, e cujo presente contexto de crescimento da população mundial com a consequentemente crescente procura de água para consumo, produção de alimento e energia, reforça o elevado valor deste recurso vital à existência humana – sobretudo porque as suas reservas apresentam sérias tendências de escassez.

III.1.2.2.4. Recursos Minerais

Relativamente ao potencial mineral da Amazônia Legal, apesar do relativo desconhecimento do subsolo desta unidade geopolítica, os programas de prospecção geológica levados a cabo nas últimas décadas, têm vindo a revelar a existência de diversos ambientes que apresentam potencial para a ocorrência de depósitos de minerais vários, desde os de utilização intensiva pela indústria moderna até aos mais valiosos.

Sabendo-se que a existência de jazidas minerais não ocorre aleatoriamente, estando antes relacionadas com a sequências de rochas que ao longo do seu processo de formação e/ou evolução beneficiaram de um conjunto de condições físico-químicas favoráveis à

²⁹⁰ CASTRO, Therezinha de (Jan./Mar./1992), *Op. Cit.*, **nota 281**, p. 78.

²⁹¹ Cfr. MATTOS, Carlos de Meira (1980), *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 23.

concentração e retenção de minerais com valor económico, “a seleção dos ambientes geológicos com potencialidade mineral corresponde ao primeiro cuidado de qualquer programa de prospecção”²⁹² a realizar na Amazônia Legal, para que se possa aferir o significado económico do seu potencial mineral.

Assim, tendo em conta que ao nível mundial a maioria das jazidas de minerais metálicos se localiza em ambientes geológicos formados na era Pré-cambriana²⁹³, e que parte significativa dos depósitos minerais associados a rochas pré-cambrianas se formam através de processos de enriquecimento ocorridos nos períodos do Terciário e Quaternário, observa-se que cerca de 80% da totalidade do território da Amazônia Legal apresenta a conjugação daquelas duas condições para que a existência de “uma grande variedade de depósitos minerais [metálicos], tais como ferro, manganês, alumínio, cobre, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, prata, platina, paládio, ródio, estanho, tungstênio, nióbio, tântalo, zircônio, terras-raras, urânio e diamante”²⁹⁴, se verifique.

Por outro lado, observa-se também que, dos restantes 20% da área amazônica formada nas eras do Paleozóico²⁹⁵ e Mesozóico²⁹⁶, os 10% relativos à era do Paleozóico, apresentam-se particularmente propícios à formação de depósitos minerais não metálicos de elevado significado económico, entre os quais se destacam os muito procurados petróleo e gás. Assim,

²⁹² **SANTOS**, Breno Augusto dos (Mai./Ago./2002), “Amazônia Brasileira - Recursos minerais da Amazônia”, São Paulo: Estud. av. vol. 16, nº 45, p. 5. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200009>. Acesso a: 10/Dez./2011;14:43.

²⁹³ Ainda antes de passarmos à formulação do conceito de *Pré-cambriano*, para um melhor entendimento do mesmo, faz-se necessário, antes de mais, procedermos a estratificação simplificada da formação e evolução da história geológica do planeta. Esta apresenta-se dividida em quatro grandes eras geológicas: 1ª- a Pré-cambriana, compreendida entre os cerca de 4600 milhões de anos e os cerca de 541 milhões de anos; 2ª- a Paleozóica, compreendida entre os cerca de 541 milhões de anos e os cerca de 252 milhões de anos; 3ª- a Mesozóica, compreendida entre cerca de 201 milhões de anos e os cerca de 66 milhões de anos; e a 4ª- a Cenozóica, compreendida entre os cerca de 66 milhões de anos e a actualidade, sendo que as mesmas se subdividem em vários Sistemas/Períodos. Ver: Cfr. **COHEN**, K. M., **FINNEY**, S., e **GIBBARD**, P.L. (2012), “International Chronostratigraphic Chart”, © International Commission on Stratigraphy. Assim, tendo em conta o que fica dito, quando nos referimos à era *Pré-cambriana* e aos ambientes geológicos formados durante esta, estamos a referir-nos a “all geologic time, and its corresponding rocks, before the beginning of the Paleozoic; it is equivalent to about 90% of geologic time”, e a qual “has been divided according to several different systems, all of which use the presence or absence of evidence of life as a criterion”. Ver: **BATES**, Robert L., e **JACKSON**, Julia A. (1980), *Glossary of Geology*, Falls Church - Virginia: American Geological Institute, p. 495.

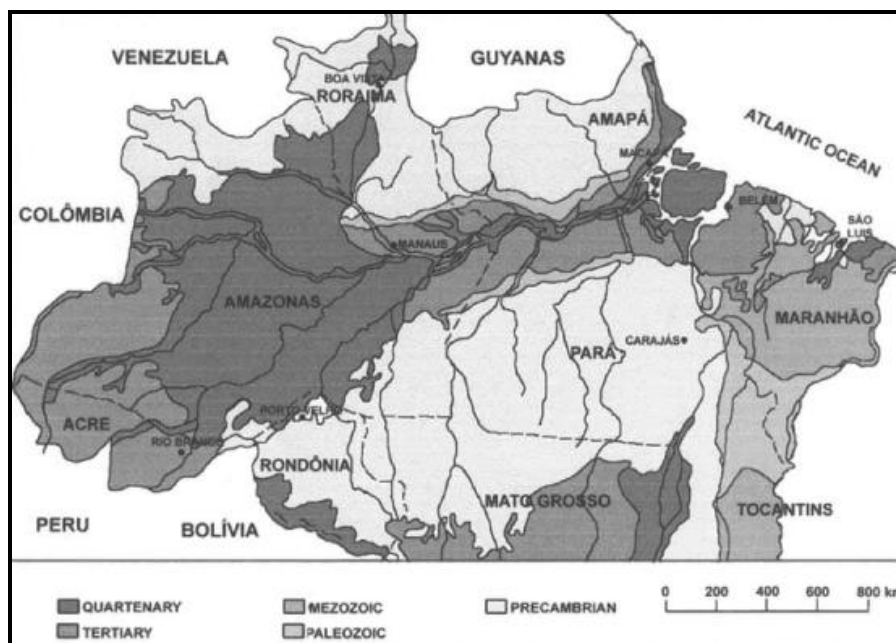
²⁹⁴ **SANTOS**, Breno Augusto dos (Mai./Ago./2002), *Op. Cit.*, **nota 292**, p. 6.

²⁹⁵ Tendo em conta a estratificação geológica anteriormente apresentada, por *Paleozóico* estamos a referir-nos a uma “era of geological time, from the end of the Precambrian to the beginning of the Mesozoic, or from about 570 to about 225 million years ago”, e aos ambientes geológicos formados no decorrer desta era geológica. Ver: **BATES**, Robert L., e **JACKSON**, Julia A., (1980), *Op. Cit.*, **nota 293**, p. 452.

²⁹⁶ Tendo em conta, uma vez mais, a estratificação geológica anteriormente apresentada, por *Mesozóico* estamos a referir-nos a uma “era of geological time, from the end of the Paleozoic to the beginning of the Cenozoic, or from about 225 to about 65 million years ago”, assim como aos ambientes geológicos formados durante a referida era geológica. Ver: **BATES**, Robert L., e **JACKSON**, Julia A., (1980), *Op. Cit.*, **nota 293**, p. 392.

de uma área equivalente a 58,9% do gigantesco território brasileiro, apenas os 10% formados na era do Mesozóico, não apresentam potencial mineral digno de registo (Ver Mapa XXIX).

Mapa XXIX: Mapa Geológico da Amazônia Legal



Fonte: **SANTOS**, Breno Augusto dos, “Amazônia Brasileira – Recursos minerais da Amazônia”, <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200009>. Acesso a: 10/Dez./2011; 14:43.

Paralelamente àquele potencial, estimado com base nos ambientes geológicos identificados na Amazônia Legal, verifica-se também a existência comprovada de várias jazidas de diversos minerais actualmente em fase de exploração, as quais poderão aumentar significativamente no curto médio prazo com o início de novos empreendimentos decorrentes dos vários programas de prospecção realizados sob o estímulo induzido pela actual, e previsivelmente futura, alta de preços generalizada – expectável para várias categorias de minerais.

Após a descoberta, na década de 1940, das concentrações residuais de minério manganês na Serra do Navio – actual Estado do Amapá – inaugurar-se-ia a primeira mineração industrial na Amazônia Legal. Porém, na actualidade, as jazidas daquele minério com maior expressão económica encontram-se localizadas na rica região mineira de Carajás, no Estado do Pará, sendo conhecidas também há várias décadas, ocorrências menores na região do rio Sucunduri, no Estado do Amazonas.

Embora actualmente esgotadas, foi na região de Carajás que se verificou a descoberta das primeiras jazidas de cobre. Contudo, no início da década de 2000, dar-se-ia nova descoberta deste mineral, desta feita no extremo noroeste do Estado do Mato Grosso nas proximidades de

Aripuanã, quando ao descobrir-se significativa ocorrência de zinco, se verificaria a existência de cobre e ouro subordinados àquele minério.

Já a ocorrência e exploração de ouro na Amazônia Legal constitui facto conhecido desde o século XIX, quando a actividade do garimpo daquele minério começou por se desenvolver nas regiões do Amapá e do rio Gurupi. No entanto, a exploração de ouro na Amazônia só adquiriria importância produtiva após a descoberta dos aluviões do Distrito Aurífero na região de Tapajós na década de 1960, e muito especialmente a partir da década de 1980, quando a descoberta de ouro na região de Carajás deu início a uma “corrida do ouro” que extravasaria as fronteiras da Amazônia Brasileira, atraindo cerca de um milhão de garimpeiros. Posteriormente, na década de 1990, a exploração de ouro expandir-se-ia a toda a Amazônia, mesmo a áreas onde a ocorrência deste minério se apresenta mais rara, contudo economicamente viável dada a alta de preços registada à época. Verificando-se actualmente semelhante tendência de alta de preços e devido à segurança que o investimento no minério ouro oferece, face à volatilidade dos mercados financeiros, a prospecção e exploração deste minério poderá expandir-se novamente um pouco por toda a Amazônia Legal.

Contudo, com a exaustão dos actualmente conhecidos depósitos superficiais mais ricos, na região de Tapajós, restam naquela região, para garimpo, apenas depósitos auríferos secundários, porém associados a jazidas primárias com aparente potencial que parece ser suficiente para manter os geólogos brasileiros divididos quanto à verdadeira potencialidade da região na medida em que: “uns acreditam que os indícios são muito fortes para a existência de grandes depósitos; outros lembram que (...) uma infinidade de pequenos depósitos primários podem dar origem a concentrações residuais muito ricas”²⁹⁷. Independentemente da possibilidade que venha a verificar-se, ambas asseguram a viabilidade da exploração económica do minério ouro naquela região.

Para além da intensa actividade garimpeira na reserva de Tapajós, desenvolvida em mais de mil locais distribuídos por uma área de 80.000 km², e cujo saldo da exploração entre 1970 a 2000 se cifrou em 400 toneladas, a mesma actividade teria significativa prática no Sul da região de Carajás (concretamente na Serra das Andorinhas, Tucumã e Cumarú), na região do rio Gurupi, no Estado do Amapá, no Norte do Estado de Mato Grosso (particularmente em Juruena e Teles Pires), na região do alto rio Negro (na cabeça do cachorro), no Estado de

²⁹⁷ SANTOS, Breno Augusto dos (Mai./Ago./2002), *Op. Cit.*, nota 292, p. 9.

Rondônia (no curso do rio Madeira) e no Estado de Roraima (na Serra de Surucucus e redondezas).

No Sul da região de Carajás, a ocorrência de ouro encontra-se associada a sequências de rochas do tipo greenstone belts, formação geológica do mais elevado potencial mineral, com a Serra das Andorinhas e proximidades, a apresentarem ainda hoje forte probabilidade de ocorrência de ouro em quantidade e qualidade que justifique a sua exploração económica. A par da Província Mineral de Carajás, apresentam também elevado potencial de ocorrência de ouro, as tradicionais regiões de garimpo situadas ao longo do rio Gurupi e as localizadas no Estado do Amapá.

Também a exploração do minério estanho na Amazônia Legal teria início na década de 1960, com a descoberta dos ricos aluviões estaníferos no Estado de Rondônia, dando origem à primeira “corrida garimpeira” que envolveria mais de 10 mil garimpeiros na produção de cassiterita, a qual terminaria no final da década com a proibição decretada pelo governo federal, passando a produção a ser desenvolvida pelo sector empresarial.

Com as descobertas de depósitos nas proximidades do rio Xingú, a Oeste da Província Mineral de Carajás, e na Serra de Surucurus, no extremo oeste do Estado de Roraima junto à fronteira com a Venezuela, surgiram na década de 1970, novos distritos estaníferos na Amazônia Legal. No entanto, somente no início da década de 1980, é que os depósitos mais expressivos de cassiterita viriam a ser descobertos na Amazônia, com a jazida do Pitinga, no Estado do Amazonas, e as situadas no Estado de Roraima, presentemente em actividade. Para além destas, dada a actual e previsível futura alta de preços no mercado internacional deste e de outros minerais, a abertura de novas minas, bem como a prospecção de novos depósitos de estanho, afiguram-se como cenários expectáveis que trarão novas oportunidades de exploração deste minério em ambiente geológico favorável à sua ocorrência.

Ao avultado potencial já elencado, acresce ainda que os corpos graníticos presentes na formação geológica de 80% da área Amazónica Legal, correspondentes à era Pré-cambriana e aos períodos Terciário e Quaternário, apresentam igualmente potencialidade para a ocorrência de depósitos de zircónio, nióbio, tântalo, tungsténio e terras-raras, verificando-se também na mina do Pitinga, a extracção de minérios associados a Colúmbia-tantalita, zirconita e criolita. Este ambiente geológico com corpos graníticos presentes no subsolo favorecerá ainda a ocorrência de pequenos depósitos de volframita no Sudeste do Estado do Pará, encontrando-se

os mesmos apenas parcialmente explorados, podendo a actividade garimpeira ser retomada devido ao importante significado deste mineral para a indústria militar.

É também conhecida naquele ambiente geológico da Amazônia Legal a existência de três complexos alcalino-ultrabásicos com potencial para a ocorrência de depósitos de titânio, fosfato, nióbio e terras-raras, situados nas regiões de Seis Lagos, no Estado do Amazonas, e Maicuru e Maracanaí, no Estado do Pará. A região de Seis Lagos apresenta grande potencial em nióbio, ao passo que o complexo de Maicuru, associado a um corpo de carbonitito, possui significativas reservas de fosfato, além de um considerável potencial em titânio.

O mesmo ambiente geológico com corpos graníticos favorecerá igualmente a existência de vários complexos básico-ultrabásicos com potencial para a ocorrência de depósitos de níquel, cromo, platina, e platinóides, encontrando-se em actividade a exploração de uma pequena mina de cromita destinada à produção de ferro-liga nas redondezas do rio Vila Nova no Estado do Amapá.

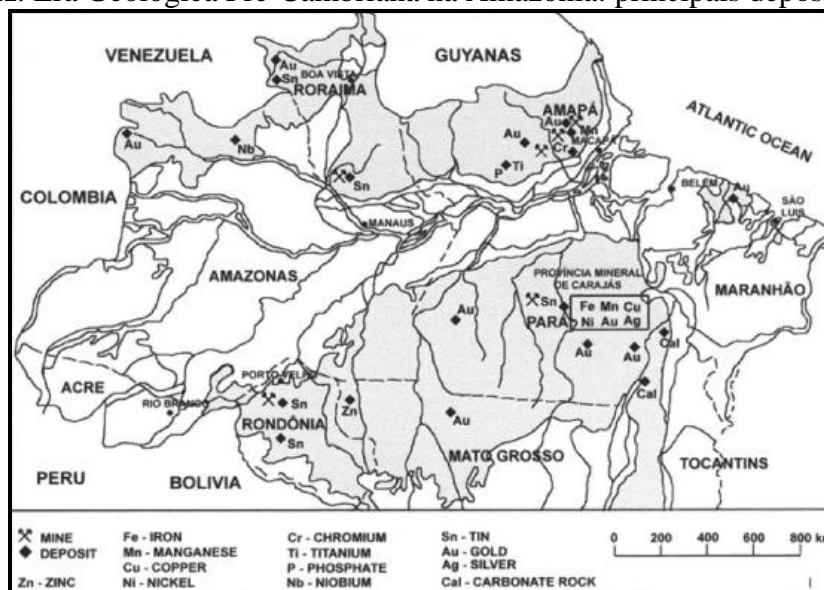
Por outro lado, uma vez que o processo de enriquecimento em rochas pré-cambrianas decorre principalmente ao longo dos períodos Terciário e Quaternário, verifica-se ainda na Amazônia Legal, a ocorrência de depósitos de minério bauxita associada a rochas graníticas e básicas, potencial que até recentemente não tem sido objecto de maior interesse económico devido à existência de jazidas de minério de alumínio de excelente qualidade, localizadas ao longo da maior parte do curso do rio Amazonas, o qual se estende por inteiro em área de formação geológica ocorrida nos períodos Terciário e Quaternário.

Já a exploração do minério diamante na Amazônia começaria por se desenvolver sob a forma de garimpo no rio Tocantins, nas redondezas da cidade de Marabá, estando actualmente a produção deste valioso minério assente essencialmente na actividade garimpeira realizada no Norte do Estado de Roraima, junto à fronteira com a Venezuela, e à extracção mineira desenvolvida no Estado de Mato Grosso, havendo, contudo, conhecimento de ocorrências de mineralizações primárias de diamantes associadas a kimberlitos.

Aqueles corpos graníticos apresentam também características físicas que viabilizam a sua exploração como rocha ornamental ou de revestimento, minério este actualmente muito valorizado no florescente mercado internacional dada a sua enorme procura, especialmente pelas economias emergentes.

É também conhecida a existência de depósitos de calcário, formados na era geológica Pré-cambriana, no Norte do Estado de Tocantins e no Sudeste do Estado do Pará, nas redondezas do rio Araguaia. Apresentando aqueles uma composição calcítica e dolomítica, a sua utilização para a indústria cimenteira, metalúrgica e fabrico de fertilizantes destinado à correcção de solos, torna a sua exploração economicamente viável (Ver Mapa XXX).

Mapa XXX: Era Geológica Pré-Cambriana na Amazônia: principais depósitos minerais



Fonte: SANTOS, Breno Augusto dos, “Amazônia Brasileira – Recursos minerais da Amazônia”, <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200009>. Acesso a: 10/Dez./2011; 14:43.

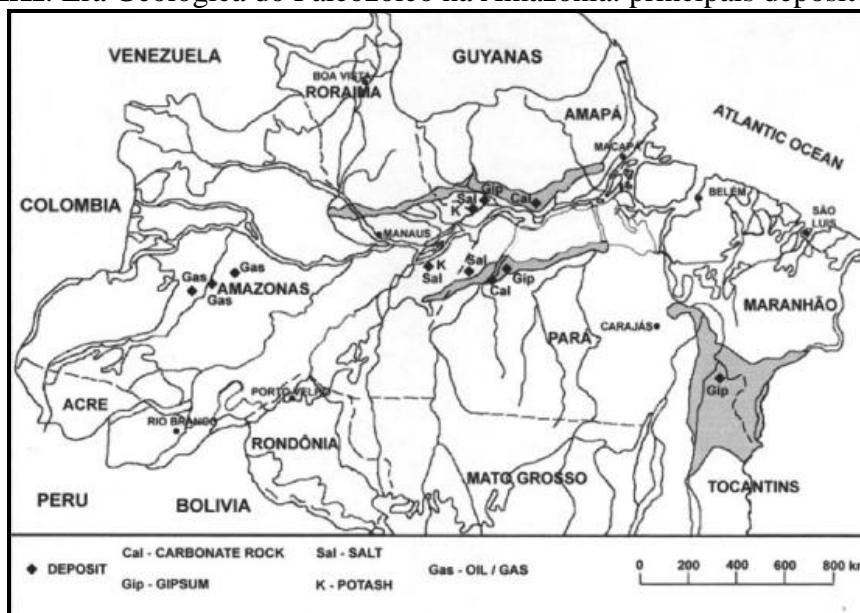
Já na área da Amazônia Legal formada na era do Paleozóico (cerca de 10%) (correspondendo grosso modo à parte central da Bacia do Amazonas e ao extremo ocidental da Bacia do rio Parnaíba) – e apesar da forte probabilidade de ocorrência de depósitos de carvão habitualmente associada ao ambiente geológico formado naquela era – a evolução das duas Bacias não reuniria as condições físico-químicas necessárias à formação de expressivas jazidas de carbono fóssil.

Por outro lado, programas de prospecção levados a cabo pela empresa Petrobras viriam a revelar a existência de petróleo e gás natural neste ambiente geológico formado na era do Paleozóico, com as descobertas mais expressivas a ocorrerem na sub-bacia do alto Amazonas, na região dos rios Juruá (gás) e Urucu (gás e petróleo), havendo ainda forte possibilidade de novas descobertas, principalmente de gás natural. Além disso, e para além daquelas ocorrências comprovadas na região da sub-bacia do alto Amazonas, dada a existência de condições particularmente propícias à geração e acumulação de hidrocarbonetos naquele

ambiente geológico, alguns especialistas em prospecção “chegam a ampliar a possibilidade de sucesso inclusive para as sub-bacias do médio e baixo Amazonas”²⁹⁸.

O ambiente geológico formado na era do Paleozóico, quer na Bacia do rio Amazonas, quer na Bacia do rio Parnaíba, contribuiu também para gerar as condições necessárias para a igualmente comprovada existência de consideráveis depósitos de gipsita e calcário, com os deste último mineral associados a sequências de rochas formadas no período Carbonífero. Estas sequências, por sua vez, apresentam elevado potencial para a formação dos minerais sal-gema, sais de potássio, anidrita e gipsita, comprovadamente existentes na sub-bacia do médio Amazonas, tanto na margem norte – na região dos rios Nhamundá e Trombetas – como na margem sul, nas regiões de Maués, Tapajós e Nova Olinda em Fazendinha (Ver Mapa XXXI).

Mapa XXXI: Era Geológica do Paleozóico na Amazônia: principais depósitos minerais



Fonte: SANTOS, Breno Augusto dos, “Amazônia Brasileira – Recursos minerais da Amazônia”, <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200009>. Acesso a: 10/Dez./2011; 14.43.

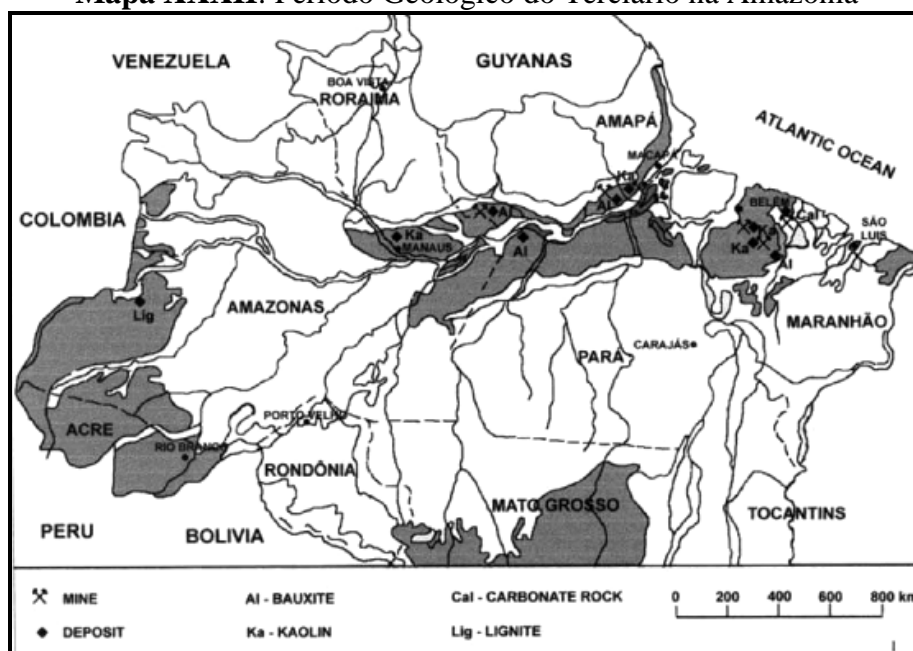
A área amazônica formada exclusivamente no período Terciário, correspondente à totalidade do Estado do Acre, ao extremo sudoeste do Estado do Amazonas, às sub-bacias do médio e baixo Amazonas, ao extremo nordeste do Estado do Pará e à zona de transição no Norte de Mato Grosso, daria também origem a extensos depósitos de bauxita. Estes, concentrados nos distritos de Trombetas (no médio Amazonas), Almeirim (no baixo Amazonas) e Paragominas-Tiracambú (na plataforma bragantina) “são responsáveis pelo terceiro maior potencial em

²⁹⁸ Idem, p. 12.

bauxita do mundo”²⁹⁹, apesar da mineração estar a ser realizada somente na jazida de Trombetas. Por sua vez, devido à especificidade das suas características químicas, parte dos depósitos de bauxita localizados nos distritos de Almeirim e Paragominas-Tiracambú, apresentam baixo teor de ferro – facto que permite a sua utilização pela indústria de refractários e justificou a abertura de duas minas nas cidades de Almeirim e Paragominas para a sua exploração.

A área amazónica formada no período Terciário “também tem importância económica pelos seus expressivos depósitos de Caulim”³⁰⁰, concentrados principalmente em três distritos; Manaus no médio Amazonas, Almeirim no baixo Amazonas e Capim na plataforma bragantina. Contando já com três minas activas na extracção deste minério (uma nas proximidades do rio Jari no Estado do Amapá e duas no distrito de Capim), considera-se que “há previsões de que, em breve, a Amazônia, em particular a região do Capim, venha a se transformar no principal centro mundial de produção de Caulim”³⁰¹, pelo facto de este mineral se apresentar com um nível de qualidade excepcional naquela região (Ver Mapa XXXII).

Mapa XXXII: Período Geológico do Terciário na Amazônia



Fonte: SANTOS, Breno Augusto dos, “Amazônia Brasileira – Recursos minerais da Amazônia”, <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200009>. Acesso a: 10/Dez./2011; 14:43.

²⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 14.

³⁰⁰ *Ibidem*, p. 14.

³⁰¹ *Ibidem*, p. 15.

Por sua vez, as áreas mais representativas do período Quaternário na Amazônia, (como, de resto, em todo o país) encontram-se maioritariamente localizadas na sub-bacia do alto Amazonas, e a sua importância económica encontra-se essencialmente relacionada com os aluviões mineralizados ali existentes, particularmente os de ouro e cassiterita (de entre outros de apreciável valor).

De entre as áreas de ambiente geológico formadas na era Pré-cambriana, dada a sua evolução ter sido beneficiada por um conjunto de eventos geológicos muito favoráveis à formação de depósitos minerais, destaca-se pela sua fertilidade a Província Mineral de Carajás. Com cerca de 40.000 km², e uma geologia com características próprias e irrepetíveis em todo o mundo, a Província Mineral de Carajás apresenta um “conjunto expressivo de jazimentos minerais de interesse económico”³⁰² no qual avulta em quantidade e qualidade, uma variedade de minerais tais como manganês, ferro, ouro, níquel, cromo, platina, platinóides e cobre³⁰³.

A actividade extractiva nesta rica região mineral teve o seu início na década de 1960 aquando da descoberta de depósitos de manganês nas proximidades de Marabá e Burutirama, encontrando-se os mesmos ainda hoje em exploração. A seguir à descoberta destes, dar-se-ia, uma década depois, a localização da jazida do Igarapé Azul a qual tem vindo a apresentar uma produção anual de cerca de um milhão de toneladas, uma vez que as características do minério de manganês possibilitam uma aplicação diversificada em indústrias tão distintas quanto a siderúrgica, a electrolítica e a química³⁰⁴.

Igualmente descobertas na década de 1960, as fabulosas jazidas de ferro da Província Mineral de Carajás, “com seus 18 bilhões [quantidade equivalente a 18 mil milhões em Portugal] de toneladas de minério, correspondem à maior concentração de alto teor já localizada no planeta”³⁰⁵, distribuindo-se por quatro principais sectores localizados nas Serras Norte, Sul, Leste, e Serra de São Félix no extremo oeste da Província, com a Companhia Vale do Rio Doce a realizar na região uma produção próxima de 50 milhões de toneladas anuais³⁰⁶, destinada quase na totalidade ao mercado externo sempre ávido por este mineral.

³⁰² *Ibidem*, p. 15.

³⁰³ Cfr. *ibidem*, pp. 15-16.

³⁰⁴ Cfr. *ibidem*, p. 17.

³⁰⁵ *Ibidem*, pp. 16-17.

³⁰⁶ Cfr. *ibidem*, p. 17.

Também o primeiro depósito de cobre com significado económico a ser descoberto na Amazônia Legal seria localizado na Província de Carajás, nas proximidades do Igarapé do rio Salobo, seguindo-se a localização de depósitos menores nas proximidades do Igarapé do rio Pojuca. Por seu lado, a mais recente e expressiva descoberta deste mineral naquela região dar-se-ia nas cabeceiras do Igarapé Bahia, tendo sido seleccionados “mais de cem alvos com potencialidade para ocorrências de cobre”³⁰⁷, apresentando este depósito, em particular, a associação com magnetita e ouro.

Quanto ao potencial desta região em minério de cobre, pesquisadores e técnicos de empresas presentes no terreno não têm dúvida em afirmar “que a província de Carajás apresenta um considerável potencial, podendo vir a ser um importante pólo de produção de cobre no (...) século XXI”³⁰⁸, considerando-se apenas a possibilidade de ser ultrapassada pelos Andes chilenos.

Dada a particularidade da associação de ouro ao cobre contido no depósito de Igarapé Bahia, a descoberta daquele acabaria também por conduzir à “mais importante jazida de ouro pesquisada até o presente na Amazônia”³⁰⁹ Legal. Tendo sido descoberta em 1985 e o respectivo processo de exploração iniciado em 1991, a maior mina de ouro do Brasil possuía, à época, uma reserva total avaliada em cerca de 100 toneladas, a qual, a um ritmo de extracção de 10 toneladas anuais, entrou na fase final de exploração no início da década de 2000.

No Leste da Província de Carajás, entre as jazidas de manganês do Sereno e as de ferro na Serra Leste, “situa-se expressivo depósito de ouro”³¹⁰ de impressionante concentração. Tendo a sua exploração sido iniciada em 1980, durante seis anos foram produzidas cerca de 50 toneladas deste mineral através de meios artesanais de exploração como a actividade garimpeira. Com o decretar do fim desta actividade, as pesquisas geológicas seriam retomadas para aferir da viabilidade de uma exploração empresarial neste promissor depósito, apontando tais pesquisas para “a recuperação de 8 toneladas de ouro”³¹¹, na jazida do rio Salobo.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 19.

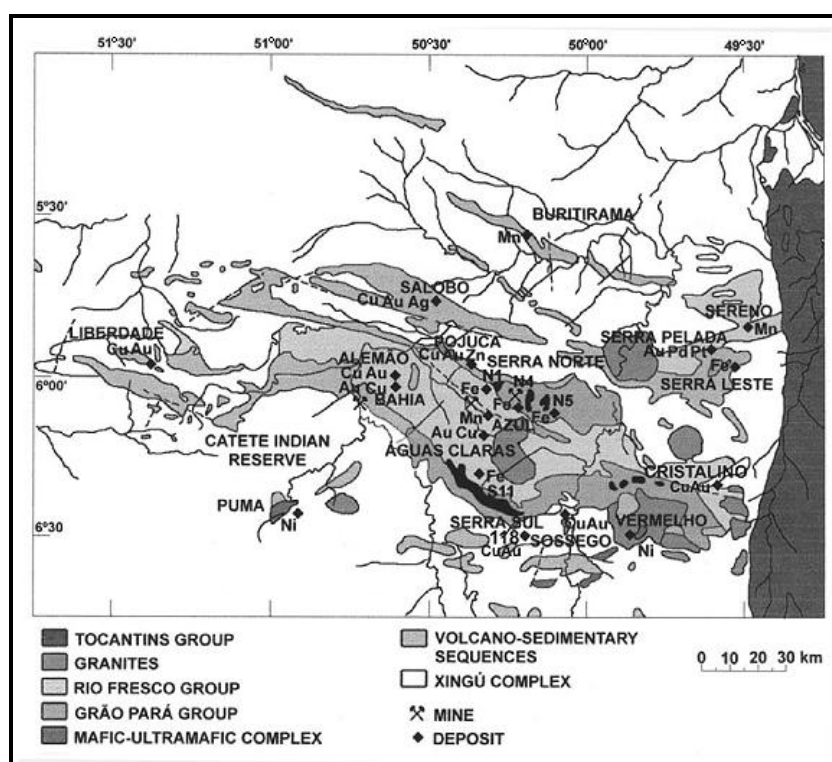
³⁰⁸ *Ibidem*, p. 20.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 20.

³¹⁰ *Ibidem*, p. 20.

³¹¹ *Ibidem*, p. 20.

Mapa XXXIII: Província Mineral de Carajás: mapa geológico simplificado e principais depósitos minerais



Assim, apesar do conhecimento geológico da Amazônia Legal ainda ser bastante insuficiente, poder-se-á desde logo considerar a Província de Carajás uma formação geológica que se apresenta como das mais férteis do planeta, somente “comparável em potencial mineral e econômico, às regiões do Abitibi Belt, no Canadá, e de Witerwatersrand, na África do Sul”³¹², apresentando uma produção de minério de ferro, manganês e ouro, superior “a um valor bruto da ordem de US\$ 1 bilhão por ano”³¹³. Contextualizando aquela região no todo mais amplo

³¹² *Ibidem*, p. 21.

³¹³ *Ibidem*, p. 21.

em que se insere, caracterizado por uma elevada fertilidade de seus ambientes geológicos e dotado de jazidas de classe mundial, antevê-se que “a Amazónia deverá ocupar posição de destaque na produção de alguns bens minerais, tais como minério de ferro, alumínio, cobre, ouro, manganês, caulim, estanho e, eventualmente, gás”³¹⁴.

III.2. Interferências Externas

Dado o enorme potencial em recursos naturais de toda a ordem e a antevisão da futura escassez de recursos minerais, energéticos e hídricos no mundo, a Amazónia Global e as respectivas parcelas nacionais que a compõem, particularmente a Amazónia Brasileira, não podiam deixar de despertar a atenção e, conseqüentemente, suscitar a cobiça internacional das Grandes Potências (com os EUA à cabeça) que, empenhadas em obter acesso a fontes de recursos naturais estratégicos, fariam da Floresta Amazónica alvo de várias tentativas de internacionalização que chegam até aos nossos dias³¹⁵.

De facto, aquelas foram iniciadas ainda no século XIX, especialmente a partir de 1850 quando os EUA, aproveitando o envolvimento do Brasil nas questões do Prata, procuraram pressionar o governo brasileiro para que este permitisse a internacionalização da navegação no rio Amazonas. A esta tentativa seguir-se-ia outra através da exigência de concessão de direitos de extraterritorialidade por parte de um pool de empresas, de capitais norte-americanos, ingleses e alemães, agregadas no *Bolivian Syndicate*, a qual quase resultaria no estabelecimento de um “quisto de colonização estrangeira na vulnerável região acreana”³¹⁶.

³¹⁴ *Ibidem*, p. 21.

³¹⁵ A propósito da cobiça internacional das Grandes Potências por recursos naturais, e sobre os que se encontram na Amazónia em particular, leiam-se as ilustrativas palavras da académica Sandra Balão: “Ao invés de os maiores poderes mundiais manterem (...) uma certa *dependência* dos países mais pequenos e com menor peso na cena política internacional (...) procura-se *calmamente* (quase que sub-repticiamente para a maioria dos cidadãos estupidificados pelo entretenimento sensacionalista e mediático fornecido pelos meios de comunicação de massas) orientar as vontades (outrora) soberanas dos Estados no sentido de obter deles a *autorização* (legitimação) para, em seu nome, regular e explorar os recursos que, historicamente, sempre a eles pertenceu sem que, em algum momento, tivessem sentido a necessidade de que um qualquer poder externo, supranacional, surgisse com o objectivo de assegurar a gestão daquilo que, na verdade, lhes foi usurpar”. Prosseguindo no seu raciocínio, a referida académica acrescenta que “nestas matérias o Brasil não é excepção: veja-se a Amazónia com a tentativa sistemática por parte dos EUA que, exercendo diversos tipos de pressão junto da comunidade internacional, nomeadamente através da Assembleia-geral da ONU (...) procura assegurar a classificação de toda aquela área do território brasileiro e sobre a qual o Brasil detém, formalmente, a soberania, como *património comum da humanidade*”. In: BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2011), *Op. Cit.*, **nota 22**, pp. 264-265.

³¹⁶ CASTRO, Therezinha de (Jan./Mar./1992), *Op. Cit.*, **nota 281**, p. 73.

Com a assinatura do “Acordo de Iquitos” em 1948, no qual figuravam como signatários potências extra-regionais como EUA, Inglaterra, França, Itália e Países Baixos, assistir-se-ia à primeira de muitas campanhas desenvolvidas no século XX com vista à internacionalização da Amazônia e que procuravam justificar-se com base na existência de projectos de carácter científico que importava desenvolver e concretizar. Mobilizada a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para o efeito, pretendia esta organização com o Acordo atrás referenciado a criação de um Instituto Internacional da Hiléia Amazónica a partir do qual se levariam a cabo pesquisas científicas naquela região para posterior centralização e difusão dos resultados. Porém, dada a recusa de ratificação do Acordo por parte do Brasil e de outros países da região, os quais, também em nossa perspectiva “acertadamente, viram nessa iniciativa de aparente cunho científico uma porta aberta para o conhecido projeto de internacionalização da Amazônia, embalado pelas grandes potências”³¹⁷, o mesmo não se viria a concretizar.

Contudo, logo na década de 1960, as tentativas de interferência externa manifestar-se-iam uma vez mais, desta feita sob a forma de um projecto para a construção de um grande sistema lacustre artificial, apresentado pelo norte-americano Hudson Institute. Este projecto, sugerindo a ligação das Bacias Amazónica e Platina através da construção de grandes lagos, visando a facilitação da navegação e escoamento da extracção minéria realizada por empresas multinacionais a operarem na região, transformaria o núcleo central da Amazônia num “mar interior” às expensas da inundação de uma vasta área de território brasileiro, com a consequente perda das riquezas naturais nele contidas. O ousado projecto viria a motivar a reunião de grupos de intelectuais e políticos brasileiros numa Associação de Defesa da Amazônia para a denúncia do mesmo e consciencialização da sociedade brasileira para as consequências desastrosas que aquele projecto acarretaria, acabando “enterrado” para alívio dos países da região e lamento dos seus promotores³¹⁸.

Rejeitado o Acordo, e assim evitado o perigo de “entregar a gestão de assuntos amazônicos a europeus, norte-americanos e asiáticos”³¹⁹, o que representaria uma “autêntica desapropriação da região em benefício de programas extranacionais e supranacionais”³²⁰, e denunciado o megalómano projecto do Hudson Institute, estas tentativas de interferência externa e

³¹⁷ **MATTOS**, Carlos de Meira (1980), *Op. Cit.*, **nota 291**, p. 124.

³¹⁸ Cfr. **ANDRADE**, Manuel Correia de (2007), *Op. Cit.*, **nota 43**, p. 61.

³¹⁹ **MATTOS**, Carlos de Meira (1980), *Op. Cit.*, **nota 291**, p. 124.

³²⁰ *Idem*, 124.

internacionalização da Amazônia, teriam a virtude de fazer soar o sinal de alerta entre os países condôminos do complexo amazônico, para a necessidade da conjugação de esforços com vista à promoção da ocupação, vertebração, e integração das respectivas parcelas amazônicas marginalizadas face aos núcleos dos seus territórios nacionais, nomeadamente através da aposta da sua articulação simultânea.

Assim, impelidos pelas manobras das Grandes Potências visando a internacionalização da Amazônia Global, os países condôminos da região (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) e com excepção da Guiana francesa viriam, sob a liderança do Brasil, a assinar o “Tratado de Cooperação Amazônica”³²¹ em 1978. Neste, orientados pelo critério de desenvolvimento da Bacia hidrográfica Amazônica como unidade geográfico-económica, os países signatários reservariam para si a competência exclusiva do desenvolvimento e protecção da Amazônia, bem como a soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais nela contidos, fazendo para tanto uso de uma cooperação regional que facilitasse a realização daqueles dois objectivos e inaugurando, assim, a constituição de um espaço geopolítico Pan-Amazônico³²² que se esperava capaz de impermeabilizar a região de influências externas.

No entanto, passados mais de trinta anos, poder-se-á afirmar com segurança que o referido Tratado não logrou alcançar o objectivo do desenvolvimento equilibrado e harmónico da região, “visto que os países signatários, com seus ecúmenos estatais afastados, têm diretrizes difundentes para o Pacífico, Caribe e Atlântico”³²³ sem que, em alternativa, a Bacia fluvial Amazônica tivesse tido a esperada capacidade de exercer um papel centrípeto como grande via hídrica de comunicação regional dentro, e entre, as respectivas áreas marginais amazônicas dos países condôminos. Por outro lado, também não realizaria o objectivo de pôr fim às veladas tentativas de internacionalização, com tais manobras a ressurgirem nos finais da década de 1980, inícios de 1990 – como atrás já tivemos oportunidade de referir.

Com efeito, a partir daquela fase em que o antagonismo bipolar assente no eixo Leste-Oeste apresentava os seus primeiros indícios de falência, começava a despontar no Sistema Internacional um novo eixo de relacionamento no sentido Norte-Sul, no qual “o setentrião

³²¹ O referido Tratado encontra-se disponível para consulta, sob a forma de anexo, in **CASTRO**, Therezinha de (1986), *Op. Cit.*, **nota 42**, pp. 43-45.

³²² Cfr. **MATTOS**, Carlos de Meira (1980), *Op. Cit.*, **nota 291**, pp. 120-123.

³²³ **CASTRO**, Therezinha de (Jan./Mar./1992), *Op. Cit.*, **nota 281**, p. 69.

desenvolvido, industrializado, via que só poderia sobreviver à custa de uma região meridional subdesenvolvida, simples fornecedora de matérias-primas”³²⁴ impelindo, assim, os países desenvolvidos e principais actores do Sistema Internacional a retomar as tentativas de internacionalização, tendo por alvo principal o país líder entre os condóminos amazónicos – o Brasil.

Para a consecução de tal objectivo, os actores internacionais mais expressivos em termos de posse e exercício do poder, viriam a criar “toda uma indústria da mistificação”³²⁵, através de campanhas mediáticas sensacionalistas difundidas em larga escala, apelando à preservação ambiental e cultural das tribos indígenas, legitimando posteriores declarações e pressões políticas para a preservação da Floresta Amazónica como “património comum da humanidade” (Ver Anexo D). Naquelas campanhas, a Amazónia é apresentada como o “pulmão do mundo”, as queimadas na região como a causa do buraco na camada de ozono, e as tribos indígenas como vítimas de um etnocídio, supostamente devido a alegadas acções cometidas por sociedades impreparadas e desprovidas de qualquer consciência ambiental que, para além de destruírem o seu próprio património natural, não dão conta das consequências “catastróficas” que seus actos implicam para toda a Humanidade.

No entanto, se se resgatar a origem do popular e apelativo mito da “Amazónia Pulmão do Mundo”, é possível verificar-se que este terá resultado de um equívoco (eventualmente propositado) cometido por um repórter norte-americano na redacção de uma reportagem feita na sequência da entrevista realizada ao biólogo alemão Harald Sioli em Novembro de 1971. Nessa entrevista o biólogo afirmava estimar que a Floresta Amazónica tivesse capacidade para absorver cerca de 25% do CO² (dióxido de carbono) da atmosfera terrestre. Posteriormente, na reportagem, o jornalista substituíra CO² por O² (oxigénio), transformando assim os 25% de dióxido de carbono absorvidos em 25% de oxigénio, fazendo da Amazónia o “pulmão do mundo”³²⁶.

Por outro lado, para além do equívoco sobre o qual terá sido criado o mito da “Amazónia Pulmão do Mundo”, é do conhecimento público que o órgão pulmonar realiza função exactamente oposta à sugerida pela analogia, uma vez que, em vez de absorver dióxido de

³²⁴ Idem, p. 71.

³²⁵ Idem, *ibidem*, p. 72.

³²⁶ Cfr. OLIVEIRA, Ney Coe de (Jan./Mar./1992), “Temas Amazônicos”, Rio de Janeiro: **A Defesa Nacional**/Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, nº 755, p. 51.

carbono e expelir oxigénio, o pulmão absorve oxigénio e expelle dióxido de carbono. Ora, sendo o aporte benéfico de qualquer floresta exactamente o inverso, absorvendo dióxido de carbono e expelindo oxigénio, a analogia mais correcta seria a da “Amazónia Filtro do Mundo”. Contudo, apesar da função de filtro que a Floresta Amazónica de facto desempenha, a mesma não só não produz oxigénio, como também não contribui para a libertação de um excedente de oxigénio na atmosfera, ocorrendo somente um fenómeno de compensação³²⁷.

Para além daquele fenómeno de mera compensação, é igualmente do conhecimento científico que a capacidade de absorção de dióxido de carbono da Floresta Amazónica se situa abaixo dos 9%, sabendo-se também que o total de superfície terrestre coberta por florestas corresponde a 37 milhões de km², dos quais menos de 9% se encontra em território brasileiro, equivalendo a não mais de 3,3 milhões de km² daquele total. Posta a real capacidade de absorção e as devidas proporções das áreas florestais mundial e amazónica, mesmo aceitando a suposição errónea de que o total de oxigénio produzido no mundo se deve única e exclusivamente àquele total de superfície florestado (37 milhões de km²)³²⁸, impõe-se a seguinte pergunta: Poderá a Amazónia, ou parcela brasileira desta, ser considerada o “pulmão do mundo”, quando aporta somente 9% do oxigénio disponível no Planeta?!

Não sendo o “pulmão do mundo”, também não é certamente o “filtro do mundo”, no sentido em que liberte excedente de oxigénio na atmosfera. De facto, sabe-se que a vegetação somente durante o dia sintetiza a matéria orgânica através do processo de fotossíntese, absorvendo dessa forma mais dióxido de carbono e consequentemente libertando mais oxigénio, e que durante a noite ocorre fenómeno inverso, mesmo desconsiderando que quer de dia, quer de noite, a vegetação respira, consumindo assim oxigénio, no fim do ciclo de 24 horas, os dois processos equilibram-se, compensando-se mutuamente, não dando por isso lugar a uma libertação de excedente de oxigénio, uma vez que o produzido de dia, é consumido à noite pela própria vegetação. A este fenómeno cíclico acresce, ainda, o facto de que o processo de fermentação da vasta massa de resíduos orgânicos que se depositam no solo amazónico é, ele próprio, consumidor de oxigénio e libertador de dióxido de carbono, para além da evidência que os milhões de animais e microorganismos que têm na Floresta

³²⁷ Cfr. *idem*, p. 51-52.

³²⁸ Cfr. *idem*, *ibidem*, p. 52.

Amazónica o seu habitat, respiram, consumindo por essa via oxigénio e expelindo dióxido de carbono³²⁹.

Assim, e ao contrário da mistificação que, acima, procurámos demonstrar, o facto cientificamente comprovado é a acção central e decisiva de algas e fitoplânctons marinhos na produção e acumulação de oxigénio, os quais vivendo e desenvolvendo-se nos mares, “constituem não só o grande filtro dos mares e do ar atmosférico, como o grande abastecedor de O² [oxigénio] na atmosfera terrestre”³³⁰, não cabendo esse papel à Floresta Amazónica, muito menos à sua parcela brasileira, como falsamente se lhes pretende atribuir, pois as “evidências fósseis e geológicas indicam que o O² [oxigénio] teve mesmo origem nos oceanos, que continuam a reciclá-lo e fornecê-lo”³³¹.

Já quanto à questão da conservação das tribos e cultura indígena, utilizada como argumento na variante antropológica das teses preservacionistas³³², aquela tem vindo a ser instrumentalizada para uma estratégia de “balcanização” de extensas parcelas da superfície territorial da Amazônia Legal, através da promoção do estabelecimento de “quistos indígenas” disfarçados de reservas, com base num pretenso reconhecimento do direito de autodeterminação às tribos indígenas em se constituírem em “nações indígenas”³³³.

Com inúmeras Organizações Não Governamentais (ONG's), organismos da mais variada natureza, e não raro de missionários a animarem os eventos no terreno, os quais “se alapardam nas pregações religiosas para esconder a tese da internacionalização”³³⁴, aquela estratégia utiliza um *modus operandi*, que consiste numa longa e incessante acção psicológica prévia sobre a sociedade civil, internacional e brasileira, realizada através de campanhas mediáticas que apresentam a questão indígena na Amazônia Brasileira, ao mundo e ao país, de modo a sugerir contornos hiperbólicos de um *etnocídio* em marcha³³⁵.

Cooptadas as consciências e moldada a opinião pública internacional e nacional, as sociedades civis e suas associações, passam ingenuamente a defender uma causa de nobreza inatacável sem que, porventura, se dêem conta dos verdadeiros interesses geopolíticos por de

³²⁹ Cfr. *ibidem*.

³³⁰ *Ibidem*, p. 53.

³³¹ *Ibidem*, p. 53.

³³² PEREIRA, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, nota 38, p. 330.

³³³ CASTRO, Therezinha de (Jan./Mar./1992), *Op. Cit.*, nota 281, pp. 79-80.

³³⁴ PEREIRA, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, nota 38, p. 310.

³³⁵ Cfr. *idem*, pp. 289-290.

trás da mesma, fornecendo assim às Grandes Potências promotoras de tais campanhas, o pretexto esperado para que, a coberto de um humanitarismo faccioso, possam exercer pressão política sobre os sucessivos governos brasileiros³³⁶, no sentido destes criarem extensas reservas indígenas e naturais, “congelando” assim vastas áreas de território com enorme potencial económico³³⁷.

O facto é que, com efeito, tais pressões e movimentações, elementos integrantes da manobra estratégica de “balcanização” da Amazónia Brasileira, viriam a surtir efeito. Em 1988, com o antagonismo do eixo Leste-Oeste a dar sinais de falência eminente e o processo de redemocratização do Brasil em curso, os constituintes brasileiros iriam consagrar na constituição daquele mesmo ano, a atribuição de “reservas com milhões de hectares a uma minoria, altamente dispersa, de 150 mil indígenas de diferentes etnias”³³⁸, demonstrando uma “preocupação em responder às pressões internacionais”³³⁹. O facto é que, se aquela determinação constitucional fosse efectivamente cumprida a mesma inviabilizaria a existência de três Estados da Amazónia, passando a “ser reserva indígena 68% do Estado de Roraima,

³³⁶ Sobre o recurso à pressão política e outras para condicionar o processo de tomada de decisão dos Estados relativamente ao uso a dar aos seus respectivos territórios, isto é, pressões de cariz geopolítico, e as insidiosas formas que os novos meios tecnológicos colocam aos dispor dos que das pressões se socorrem, leiam-se as esclarecedoras palavras da autora Bertha K. Becker: “A geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo o tipo (...). Inicialmente, essas acções tinham como sujeito fundamental o Estado (...). Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território (...). Verifica-se o fortalecimento do que se chama coerção velada. Pressões de todo o tipo para influir na decisão dos Estados sobre o uso de seus territórios. Essa mudança está ligada intimamente à revolução científico-tecnológica e às possibilidades criadas de ampliar a comunicação e a circulação no planeta através de fluxos de rede que aceleram o tempo e ampliam as escalas de comunicação e de relações, configurando espaços-tempo diferenciados. (...) E hoje, na acentuação de diferentes espaços-tempos reside uma das raízes da geopolítica contemporânea. As redes são desenvolvidas nos países ricos, nos centros do poder, onde o avanço tecnológico é maior e a circulação planetária permite que se seleccionem territórios para investimentos, selecção que depende também das potencialidades dos próprios territórios. Ocorre que ao se expandirem e sustentarem as riquezas circulante, financeira e informacional, as redes se sociabilizam. E essa sociabilização está gerando movimentos sociais importantes, os quais também tendem a se transnacionalizarem”. Resulta daqui que “há, hoje, portanto, dois movimentos internacionais: um em nível do sistema financeiro, da informação, do domínio do poder efectivamente das potências; e outro, uma tendência ao internacionalismo dos movimentos sociais. Todos os agentes sociais organizados, corporações, organizações religiosas, movimentos sociais etc., têm as suas próprias territorialidades, acima e abaixo da escala do Estado, suas próprias geopolíticas, e tendem a se articular (...)”. Após percorrer sobre os expedientes de que os mais variados actores dispõem na geopolítica contemporânea, a mesma autora concluiria que “a Amazónia é um exemplo vivo dessa nova geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos”. Ver: **BECKER**, Bertha K. (2005), “Geopolítica da Amazônia”, *Estud. Av.* Vol. 19, nº 53, p. 1., São Paulo, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?_arttex&pid=5010340142005000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso a: 07/Mar./2011; 11:00.

³³⁷ Cfr. **CASTRO**, Therezinha de (Jan./Mar./1992), *Op. Cit.*, **nota 281**, p. 76.

³³⁸ **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, **nota 38**, p. 284.

³³⁹ *Idem*, p. 284.

65% do Acre e 48% do Amazonas”³⁴⁰, impossibilitando que a fronteira económica integrasse aquelas áreas de enorme potencial económico.

Logo em seguida, em 1991, com a implosão da URSS consumada e a dissolução do eixo Leste-Oeste a dar lugar a um eixo Norte-Sul, a estratégia de “balcanização” prosseguiria com o envolvimento da Igreja Católica através do Conselho Indigenista Missionário, animando aquela instituição a esfera internacional via Movimento dos Jovens Católicos da Áustria, concretizando-se assim mais uma etapa daquela estratégia com a criação de uma reserva indígena binacional destinada à conservação da população indígena de etnia Ianomami³⁴¹.

Criada aquela reserva em área de fronteira entre o Noroeste do Estado Brasileiro de Roraima e área venezuelana contígua, a mesma passaria a reservar, para uma população de 9.000 elementos, vivendo em tribos nómadas de 50 a 120 índios, uma área total de 17,7 milhões de hectares, dos quais, só do lado da fronteira brasileira, se contam 94.000 km², a que se somam os 8,3 milhões de hectares do lado venezuelano, representando a parcela brasileira, área superior à extensão de Portugal e três vezes maior que as da Holanda e Bélgica³⁴².

Curiosamente, ou não, só as tribos de etnia Ianomami, vivendo numa área rica em ouro, diamante, estanho, zinco, cobre, chumbo e urânio, seriam merecedoras da atenção preservacionista cultural dispensada pela Igreja Católica, tendo sido ignorada toda uma série de outras tribos indígenas que, no seu conjunto, à época, perfaziam um total de aproximadamente 97.700 almas, distribuídas espacialmente um pouco por toda a Amazónia Brasileira (Ver Tabela 2).

³⁴⁰ CASTRO, Therezinha de (Jan./Mar./1992), *Op. Cit.*, **nota 281**, p. 80.

³⁴¹ Cfr. Idem, p. 76.

³⁴² Cfr. idem, *ibidem*.

Tabela 2: Regiões Amazônicas e Respectivas Populações Indígenas

Área	População Aproximada
Nordeste Amazônico	14.500
Roraima e Norte do Amazonas	26.000
Amapá e Norte do Pará	5.000
Alto Solimões	20.000
Javari	3.200
Juruá-Jutaí-Purus	7.200
Sudeste do Pará	4.900
Acre	8.200
Rondônia	5.700
Total	97.700

Fonte: **CASTRO**, Therezinha de, “Amazônia - Geopolítica do Confronto e Geoestratégia da Integração”, p. 76.

Com efeito, “o complô internacional defende só o índio da Amazônia Brasileira”³⁴³, ignorando-o nas parcelas amazônicas dos demais países condôminos do complexo amazônico, assim como o ignora se pertencer a etnias estabelecidas nas restantes regiões do Brasil, ou noutros países, como por exemplo o índio norte-americano que, nos EUA e apresentando um total populacional de cerca de 800.000 elementos, está afecto a uma área de apenas 165 km², ao passo que o índio amazônico brasileiro, totalizando um número de cerca de 150.000, disfruta de um total de área com 800.000 km², ocupando área equivalente a 10% do território nacional brasileiro, o que o coloca entre os maiores latifundiários do mundo.

Comprovadamente, a estratégia posta em prática pelas Grandes Potências na década de 1990, era “a de ‘balcanizar’ a região para melhor poder controlá-la”³⁴⁴, através de pressões de todo tipo para influir na decisão do Estado Brasileiro quanto ao uso a dar ao seu território, procurando impedir que a décima economia mundial à época (contando para isso com o contributo de apenas 18% de seu território) integrasse dentro da sua fronteira económica uma área equivalente a 58,9% do todo territorial, impossibilitando a exploração do potencial económico que a região possui e tendo como objectivo o retardar da consolidação do Brasil

³⁴³ *Ibidem*, p. 80.

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 79.

como Potência Regional, bem como inviabilizar um futuro processo de emergência à categoria de Superpotência.

Tendo aquelas tentativas de coerção velada cessado, pelo menos aparente e momentaneamente, dada a actual estagnação económica e perda relativa de poder por parte das Grandes Potências, a par da emergência de um conjunto de novas potências com aspirações a uma dimensão mundial, entre as quais se conta o Brasil na condição de oitava economia mundial em 2010³⁴⁵, segunda do conjunto continental americano e primeira da América do Sul, e com a questão das alterações climáticas na agenda política internacional, verifica-se que o actual contexto do Sistema Internacional se apresenta particularmente propício para o retomar das investidas de internacionalização e interferência na Amazônia Legal, reunindo aquele a causa e o pretexto necessários para o reiniciar das manobras das Grandes Potências nesse sentido.

III.3. Integração da Amazônia Legal

Na certeza de “que é o fator económico a causa principal da pretensa defesa ecológica e preservação da cultura indígena”³⁴⁶, para repelir e prevenir futuras tentativas de bloqueio económico a coberto de protecção ambiental e humanitarismo faccioso, deverá o Brasil proceder ao mapeamento económico e ecológico para o delinear e efectivar de uma estratégia de integração da região Amazônia Legal ao todo do conjunto territorial brasileiro, aproximando-a dos centros de poder político e económico nacional, bem como das parcelas amazónicas dos demais países condóminos do complexo constitutivo da Amazônia Global.

Para tal, será necessário fazer do desafio da integração da Amazônia um Objectivo Nacional Permanente, com a consequente adopção de políticas e estratégias de ocupação aplicadas com continuidade, incidindo as mesmas no levantar de uma rede de vias de comunicação que vertebre internamente a região em causa, ao mesmo tempo que a articula com a totalidade do conjunto nacional e complexo amazónico – nomeadamente através da construção de estradas, utilização dos muitos quilómetros navegáveis que a rede hidrográfica oferece naturalmente, bem como com a sua optimização tendo por base a realização de obras que possibilitem a

³⁴⁵ No ano de 2010 as 10 maiores economias do mundo foram: 1º- EUA, 2º- China, 3º- Japão, 4º- Alemanha, 5º- França, 6º- Itália, 7º- Reino Unido, 8º- **Brasil**, 9º- Espanha, e 10º- Canadá. Ver: Cfr., “As 10 maiores economias do mundo em 2010”, disponível em: <http://girouniversal.wordpress.com/2010/08/19/as-10-maiores-economias-do-mundo-em-2010/>. Acesso a: 17/Jan./2013; 17:30.

³⁴⁶ **CASTRO**, Therezinha de (Jan./Mar./1992), *Op. Cit.*, **nota 281**, p. 77.

multiplicação dos quilômetros navegáveis vencendo as quedas de água que interrompem a transitoriedade do curso dos rios com potencial para se transformarem em vias hídricas de conexão intra-regional, regional, nacional e inter-regional.

Tal estratégia de integração deveria contemplar também uma política de estímulo à migração interna de populações oriundas de áreas demográficas mais saturadas, para a região amazônica, com prioridade para as sub-regiões da Amazônia Ocidental e da Calha Norte, uma vez que a humanização da Calha Sul, ao Leste do meridiano de Manaus, se apresenta bem adiantada³⁴⁷. Em simultâneo, a região terá que ser igualmente dotada de um conjunto de infra-estruturas básicas capazes de promover as condições necessárias à elevação do Índice de Desenvolvimento Humano da população local de forma a otimizar a sua capacidade de produção. O mesmo se pode afirmar quanto à necessidade de criação das infra-estruturas necessárias à exploração do potencial energético conhecido e prospectado que, a existir, poderiam permitir dotar a região do indispensável suporte energético para estabelecimento de uma base industrial de transformação dos recursos naturais nesta existentes.

Assim, no plano da integração inter-regional, o Brasil, enquanto detentor da maior parcela do complexo amazônico e maior potência regional³⁴⁸, deveria assumir a liderança na reabilitação do Pacto Amazônico, procurando promover a superação da falta de consenso entre os países signatários, para que possam ser estabelecidas as conexões terrestres que facilitem as comunicações e permitam a integração inter-regional das respectivas parcelas amazônicas marginalizadas, que fazem da região um alvo vulnerável aos interesses das Grandes Potências e das suas empresas multinacionais.

Do ponto de vista dos interesses do Brasil, a prioridade da aposta num sistema de comunicação inter-regional amazônico passaria, muito especialmente, pelo estabelecimento de ligações com os países andinos, através dos quais poderia vir a ter acesso aos portos da vertente sul-americana banhada pelo Oceano Pacífico, o que possibilitaria a redução das distâncias e dos preços de transporte de mercadorias para o *macro mercado* do Oriente.

³⁴⁷ Cfr. **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, **nota 38**, p. 285.

³⁴⁸ Segundo a académica Sandra Balão, “o Brasil é hoje a potência regional da América do Sul”, sendo que “essa classificação não resulta apenas da sua localização geográfica ou da sua reserva de recursos mas, sobretudo, da sua capacidade de comércio e do seu posicionamento na cena política internacional”. In: **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues, (2011), *Op. Cit.*, **nota 22**, p. 265.

De entre as ligações possíveis, perfilam-se como geopoliticamente mais vantajosas para o Brasil, a conclusão/modernização da ligação ferroviária Santos-Arica, ligando o Brasil ao Chile, e aos portos deste no Pacífico, assim como a preferencial opção pela conclusão da auto-estrada BR-364 acordada entre o Brasil e o Peru na década de 1960, o que permitiria a concretização da chamada ligação norte com o Peru, tendo o assunto sido retomado em contactos bilaterais ocorridos em 2005. O traçado daquela via rodoviária, que ao longo do segmento brasileiro estabelece a conexão Cuiabá – Porto Velho – Rio Branco – Cruzeiro do Sul, desenhar-se-ia preferencialmente no sentido de ir ao encontro do segmento peruano via Pucallpa, transpondo aí o rio Ucayali, continuando de seguida em direcção ao porto de Callao por uma via terrestre já existente. Tal traçado teria a vantagem de, conjuntamente com a construção da auto-estrada Transacoreana, possibilitar a integração do Estado do Acre no processo produtivo brasileiro, assim como reduziria em milhares de quilómetros a distância entre a Amazônia e o Oceano Pacífico, deixando o escoamento da produção brasileira para o grande mercado oriental, via porto Callao, a cerca de 17.000 km de distância.

Contudo, enquanto se mantiver o boicote norte-americano à ligação do segmento brasileiro com o peruano, (que já dura há cerca de cinquenta anos), o transporte das mercadorias brasileiras com destino ao mercado oriental continuará a ser expedido a partir do porto de Santos no Sudeste brasileiro, percorrendo uma distância que assim se mede em cerca de 25.000 km.

Por outro lado, dada a continentalidade do principal pólo de desenvolvimento da Amazônia Brasileira – Manaus –, muito distante dos principais portos das vertentes oceânicas do Pacífico e do Atlântico, a integração da unidade geopolítica Amazônia Legal com a macrounidade Amazônia Global também teria, na perspectiva brasileira, de tomar a direcção de uma saída para as Caraíbas. Nesse sentido, a auto-estrada brasileira BR-174, partindo de Manaus, no Estado do Amazonas, e cruzando o Estado de Roraima, possibilitaria o escoamento da produção local pelas Caraíbas, via portos da Venezuela e das Guianas, atenuando a continentalidade de Manaus.

Já no plano da integração intra-regional, o processo daria um passo decisivo com a realização da via hídrica Araguaia-Tocantins no Estado do Pará, a qual, estendendo-se por 2.800 km, transformar-se-ia na via de integração dos Estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Pará, agregando assim a sub-região da Amazônia Central, assegurando

igualmente a existência, à continental Brasília, de um porto para escoamento dos produtos locais.

III.4. Segurança³⁴⁹ e Defesa³⁵⁰ da Região

Tendo em conta que “a geopolítica demonstra que a segurança e o desenvolvimento de uma nação são interdependentes”³⁵¹, é possível admitir como hipótese que, no médio-longo prazo, não se garanta a Segurança da Amazônia Legal se não se promover simultaneamente o desenvolvimento económico e social da mesma, através da aplicação de uma estratégia de ocupação e integração da região às várias escalas, particularmente entre os litorais dos Oceanos Atlântico e Pacífico, como a “arma” mais eficaz para a Segurança da região.

Por outro lado, e considerando-se ainda que sem “a vertente da segurança (...) não há desenvolvimento económico nem político”³⁵², também tenderá a ser difícil alcançar o

³⁴⁹ A Política de Defesa Nacional (PDN) do Brasil “define segurança como a condição que permite ao país a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais”. No seguimento daquela definição de *Segurança* estabelecida pela PDN do Brasil, esta mesma política passa a considerar que a “segurança está relacionada à percepção de ameaças que, eventualmente, podem se transformar em agressões”, acrescentando que “tais ameaças podem ter origem e implicações no âmbito externo ou interno de um Estado-Nação e manifestarem-se como agressões ao Poder Nacional em todos ou parte dos seus campos”. Consequentemente, para a PDN do Brasil, “prover segurança implica, pois, proporcionar as condições que neutralizem os efeitos dessas ameaças, para garantir o progresso e o desenvolvimento das nações”. Ver: **MINISTÉRIO DA DEFESA, SECRETARIA DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ASSUNTOS INTERNACIONAIS** (2007), “Doutrina Militar de Defesa”, disponível em: www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/doutrina_militar_de_defesa.pdf, pp. 17-18. Acesso a: 10/Mar./2013; 10:25.

³⁵⁰ Para a PDN do Brasil “Defesa é o ato ou o conjunto de atos realizados para obter, resguardar ou recompor a condição reconhecida como de segurança”. No seguimento daquele conteúdo atribuído ao termo *Defesa*, a “PDN [do Brasil] define Defesa Nacional como o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”. No entanto, e “embora as Forças Armadas sejam vocacionadas prioritariamente para a defesa externa”, a PDN do Brasil também considera que “algumas ameaças de origem interna devem constituir-se em objectos de estudo” no âmbito da Defesa Nacional. Independentemente da origem interna ou externa da ameaça, ao colocar a ênfase na expressão militar que o conjunto de medidas e acções do Estado assumirá na defesa do território, soberania e interesses nacionais, a PDN do Brasil assume claramente que “a capacidade militar é a essência da Defesa Nacional” do país, “devido ao seu poder de coacção e efeito dissuasório” a exercer sobre as ameaças potenciais ou manifestas. Do que fica exposto da conceptualização que a PDN do Brasil faz de *Segurança* e de *Defesa*, em jeito de conclusão, poder-se-á afirmar que “a Defesa guarda correspondência com os níveis de segurança”, evidenciando a estreita correlação que se estabelece entre *Segurança* e *Defesa*. Ver: **MINISTÉRIO DA DEFESA, SECRETARIA DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ASSUNTOS INTERNACIONAIS** (2007), *Op. Cit.*, nota 349, pp. 18-19.

³⁵¹ PEREIRA, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, nota 38, p. 302.

³⁵² MOREIRA, Adriano (2002), *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra: Livraria Almedina, 4ª edição, p. 448.

desenvolvimento³⁵³ daquela região sem que, no curto prazo, se garanta um nível mínimo de segurança que permita ganhar o tempo necessário para pôr em marcha uma estratégia de ocupação, integração e crescimento³⁵⁴, a qual se perspectiva seguramente longa em face da gigantesca dimensão do desafio, e suas inerentes exigências de toda a ordem.

Assim, a par da implementação da estratégia de ocupação, integração e desenvolvimento, será imperativo que o Brasil disponha de uma capacidade militar adequada às ameaças que possam vir a pender não só, mas também, sobre a Amazônia Legal, respaldando a força do seu aparelho bélico com a participação em alianças regionais.

Não obstante o Brasil possuir as Forças Armadas mais numerosas e bem equipadas no contexto regional do subcontinente Sul-Americano, há que ter em consideração que as ameaças poderão emanar de Grandes Potências provenientes de outras geografias. O Brasil terá de colmatar um conjunto de lacunas no seu aparelho militar de forma a assegurar um eficaz poder de dissuasão compatível com uma hipotética ameaça colocada por Grandes Potências.

Devido a orçamentos reduzidos³⁵⁵, especialmente quando comparados com os das principais potências militares do mundo³⁵⁶, os três ramos das Forças Armadas Brasileiras apresentam

³⁵³ Por conceito de *Desenvolvimento* dever-se-á entender a “transformação das estruturas demográficas, económicas e sociais que, geralmente, acompanha o crescimento. A noção [de desenvolvimento] põe a tónica no aspecto estrutural (industrialização, urbanização, assalariamento, institucionalização etc.) e qualitativo (transformação das mentalidades, dos comportamentos, etc.) da evolução a longo prazo”. No entanto, a concepção de desenvolvimento poderá assumir uma feição mais normativa, como por exemplo “quando os economistas «terceiro-mundistas» falam de crescimento sem desenvolvimento ou de «desenvolvimento do subdesenvolvimento», [os quais] procuram mostrar que o crescimento não se traduz, nos países dominados da periferia, por um autêntico progresso económico e social”. Outro exemplo de uma concepção mais normativa de desenvolvimento dá-se “quando outros economistas ou sociólogos preconizam um desenvolvimento sem crescimento, [os quais] procuram mostrar que a transposição do modelo de desenvolvimento ocidental encerra os países do Terceiro Mundo na armadilha da dependência, enquanto que um verdadeiro desenvolvimento pressupõe que cada país conserve o controlo das condições materiais da reprodução da sua sociedade e da sua cultura”. Do que fica dito sobre o conceito de *Desenvolvimento*, conclui-se que “não existe, portanto, uma definição unívoca deste termo”. Ver: **ECHAUDÉMAISON**, Claude-Danièle (1998), *Dicionário de Economia e Ciências Sociais*, Paris: Editions Nathan, p. 101.

³⁵⁴ Já por sua vez o conceito de *Crescimento* coloca a tónica no “aumento sustentado da produção de um país [ou região] durante um período longo”, tomando-se geralmente “o PIB (...) como indicador de crescimento” e, de um modo muito geral, “podem apontar-se como principais factores de crescimento: o aumento da população activa e da qualificação da mão-de-obra, a acumulação de capital a melhoria da divisão e da organização do trabalho, o progresso técnico e as inovações”. Consequentemente, no seguimento do que fica dito sobre os conceitos de *Crescimento* e *Desenvolvimento*, destacamos que “alguns autores qualificam o crescimento de fenómeno quantitativo e o desenvolvimento de fenómeno qualitativo”, distinguindo-se assim um do outro. Ver: **ECHAUDÉMAISON**, Claude-Danièle (1998), *Op. Cit.*, **nota 353**, p. 87.

³⁵⁵ Cfr. **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, **nota 38**, p. 303.

³⁵⁶ Para uma comparação entre os orçamentos das principais potências militares, ver: **THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES** (2011), *Op. Cit.*, **nota 36**, p. 344.

determinadas lacunas que contribuem para a diminuição da sua capacidade de intervenção, com oportunidade, em qualquer região da Amazônia Legal³⁵⁷. No ramo da Marinha, “o quadro é de carência de recursos financeiros para seu programa prioritário”³⁵⁸ de reforço e modernização da Esquadra, fazendo-se sentir na substituição de navios apropriados às exigências da região amazônica, afectando também o ritmo de desenvolvimento do programa nuclear, retardando assim a construção do primeiro submarino nuclear brasileiro, o qual conferiria ao país assinalável poder de dissuasão³⁵⁹.

Por sua vez, o ramo da Força Aérea, dispondo de uma rede de bases aéreas, aeródromos e pistas de aterragem adequadamente distribuída pelas capitais estatais e principais cidades da região por um lado, não possui, por outro, os meios aéreos necessários e suficientes para fazer pleno uso daquela infra-estrutura, uma vez que se apresentam em número escasso, obsoletos e baseados principalmente na sub-região da Amazônia Leste, ferindo a capacidade de prontidão e a interoperacionalidade entre as forças dos três ramos³⁶⁰.

Quanto ao Exército, as Forças de Acção Rápida, concentradas no triângulo Goiânia – Rio de Janeiro – São Paulo, encontram-se dependentes de meios de transporte aéreo, ao passo que as forças dispostas ao longo da linha de fronteira carecem de mobilidade, limitando-se estas a missões de presença, vigilância, informação e colonização, reflectindo-se sobre este ramo a insuficiência da Força Aérea em meios aéreos de transporte. Estas forças de fronteira, em caso de agressão, dada a impossibilidade de coordenação e apoio mútuo entre si, serão facilmente batidas por partes ou simplesmente evitadas, fazendo-se necessária a revisão desta ordem de batalha, assim como a de todo um dispositivo dispendioso mas ineficaz³⁶¹.

Em termos práticos, o Exército Brasileiro encontra-se confrontado com a dicotómica questão entre a adopção de uma estratégia de presença³⁶² ou, pelo contrário, uma estratégia de

³⁵⁷ Cfr. **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, **nota 38**, p. 303.

³⁵⁸ Idem, p. 303.

³⁵⁹ Sobre o alcance e significado que a construção do primeiro submarino nuclear teria para o Brasil, nomeadamente no que à capacidade de dissuasão do país diz respeito, leiam-se as seguintes palavras do General brasileiro Carlos Pereira: “Quando mostrarmos tecnologia que se concretize na construção de um submarino nuclear, teremos logrado apreciável poder de dissuasão e conquistado o prestígio de nação desenvolvida nos campos militar e da ciência e tecnologia”. In: **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, **nota 38**, p. 303.

³⁶⁰ Cfr. **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, **nota 38**, p. 303.

³⁶¹ Cfr. idem, pp. 303-304.

³⁶² De acordo com o significado que o General Carlos Pereira atribui à expressão *Estratégia de Presença*, a mesma poderá ser conceptualizada como uma estratégia assente numa significativa e visível presença das Forças Armadas Brasileiras na região amazônica, materializada através de toda uma estrutura e infra-estrutura militar

dissuasão³⁶³ para a Amazônia³⁶⁴. Porém, sabendo-se que o Comando Militar da Amazônia, responsável pela Segurança e Defesa de uma região equivalente a 58,9% do território nacional dispõe de um efectivo correspondente a apenas 10% do total disponível³⁶⁵, e considerando-se que “na atual conjuntura, qualquer ameaça à consecução da soberania só poderá advir (...) sob liderança de potência nuclear”³⁶⁶, para defesa da Amazônia Legal, actualmente não restará ao Brasil “alternativa diferente da adoção da guerrilha de longo prazo”³⁶⁷, a exemplo da experiência vietnamita, pois “somente realizaremos [i.e. o Brasil e as suas Forças Armadas] a dissuasão estratégica se formos capazes de mostrar aos possíveis agressores, mesmo aos mais poderosos, nossa vontade férrea de lutar e nossa capacidade militar de oferecer uma resistência longa e que exigirá, do adversário, um preço alto, em vidas e em recursos materiais”³⁶⁸.

Numa estratégia de dissuasão que terá, necessariamente, que se basear numa capacidade efectiva de manter uma guerra de guerrilha de longo prazo, o Brasil teria as vantagens do conhecimento do terreno e da adaptação do combatente ao meio ambiente amazónico, tendo este vindo a receber instrução para a condução de uma guerra de guerrilha em ambiente de selva em centros criados para o efeito, os quais têm recebido prioridade. Para conservar tal

que contemple um Comando Militar estruturado sobre uma densa rede de bases militares amplamente distribuídas pelo espaço daquela região, cobrindo-o convenientemente. Tal rede de bases militares teria, por sua vez, de dispor de todo um conjunto de meios materiais e humanos adequados a uma tal estratégia de presença, com particular destaque para um numeroso efectivo de soldados que permitisse marcar presença em toda a amplitude da vasta região amazónica. Assim, uma estratégia de presença com tais características permitiria preencher os vazios de poder gerados pela ausência da presença do Estado Brasileiro em determinadas áreas da sua região amazónica, obviando desta feita, por antecipação, aos questionamentos que tais vazios de poder têm vindo a levantar relativamente à autoridade e soberania do Estado Brasileiro sobre aquela sua parcela territorial.

³⁶³ O conceito de *Estratégia de Dissuasão* refere-se a uma estratégia que visa dissuadir, isto é, inibir potenciais agressores de desencadearem uma eventual agressão militar, tendo por objectivo evitar que a grande prova de força venha efectivamente a ocorrer. Para tanto, para que a operacionalização de uma estratégia de dissuasão possa ser bem-sucedida, será necessário que quem a adopte disponha de um aparelho bélico credível, dotado dos meios materiais e humanos necessários para infundir na mente do potencial agressor um forte sentimento de dúvida quanto às suas probabilidades de sucesso no conflito ou que, mesmo em caso de projecção de um cenário de vitória, o potencial agressor possa vir a considerar que os ganhos a obter não compensarão o elevado preço a pagar em vidas e recursos materiais. Ver: Cfr. **CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO** (Set./Out./Nov./Dez./2002), “Dissuasão não-nuclear: limites e aplicabilidade”, Rio de Janeiro: **A Defesa Nacional**/Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, vol. 88, nº 794, pp. 5 e 6. Assim, com base no conteúdo do conceito de *Estratégia de Dissuasão* apresentado e no significado que Carlos Pereira lhe atribui quando o utiliza por oposição ao conceito de *Estratégia de Presença*, entendemos que aquele autor se está a referir à possibilidade de se poder alcançar o desejado efeito dissuasor sobre um potencial agressor, sem que o aparelho bélico credível tenha de estar, necessariamente, presente, a tempo inteiro e em toda a força, na região amazónica, podendo o mesmo vir a ser mobilizado para a região posteriormente, em caso considerado de necessidade.

³⁶⁴ Cfr. **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, **nota 38**, p. 304.

³⁶⁵ Cfr. *idem*.

³⁶⁶ **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, **nota 38**, p. 304.

³⁶⁷ *Idem*, p. 304.

³⁶⁸ **MATTOS**, Carlos de Meira (2002), *Op. Cit.*, **nota 51**, p. 103.

vantagem, deverá o Brasil “evitar a ingenuidade de instruir militares de nações amigas, potencialmente agressoras, em todos os estágios dos cursos de guerra na selva”³⁶⁹, uma vez que por esse meio, não só adquirem aqueles a formação, como obtêm informações sobre as lacunas, carências e resultantes vulnerabilidades da estratégia e dispositivo brasileiro, diluindo, se não mesmo anulando, aquela vantagem a preservar.

De um modo geral, dada a exigência que a dimensão continental do país já coloca ao Exército poderá ser do interesse do Brasil abster-se, ainda, de desviar efectivos deste Ramo da sua actividade-fim para participação em missões de Força de Paz e missões de Guarda e Polícia do Exército, de modo a evitar prejudicar quer a preparação quer o grau de prontidão para o combate regular, uma vez que “essa confusão entre defesa nacional com segurança pública (...) é incompatível com a estatura estratégica do Brasil”³⁷⁰, pelo que a prioridade do Brasil estará, conseqüentemente, associada à opção pela edificação de um Exército moderno com a dimensão adequada ao seu fim último – a guerra.

Na Amazônia Legal, a sub-região da Calha-Norte que representa 14% do total do conjunto territorial e 24% da Amazônia Brasileira, localizada em área de fronteira-faixa (despovoada), deverá constituir a prioridade para as Forças Armadas Brasileiras uma vez que, para além de se apresentar como a área mais carente da presença de forças, ainda se encontra separada da área central do Brasil pela calha do rio Amazonas. Para obstar a este vácuo geopolítico, o Ministério da Defesa Brasileiro, aprovou a transferência da Brigada de Infantaria de Niterói, proveniente do Estado do Rio de Janeiro, para São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amapá, resguardando este núcleo e o de Boa vista no Estado de Roraima³⁷¹. No entanto, desprovidas que se encontram estas forças, dos meios de transporte necessários para servir tão extensa área, os batalhões de Infantaria de Selva estacionados em Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, ainda contam com a dificuldade resultante da demarcação de macro reservas indígenas, sobretudo em áreas de fronteiras internacionais – limitação à acção das Forças Armadas que não se colocaria se o legislador brasileiro tivesse decidido, a par da criação da reserva, pela manutenção de uma faixa de segurança sob a jurisdição da União Federal³⁷².

³⁶⁹ PEREIRA, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, **nota 38**, p. 304.

³⁷⁰ *Idem*, p. 305.

³⁷¹ Cfr. *Idem*, *ibidem* p. 306.

³⁷² Cfr. *ibidem*, pp. 308-309.

Em suma, para garantir a Segurança e Defesa de uma região equivalente a 58,9% do total territorial – e que ainda está por ocupar, assim como por integrar na totalidade do conjunto nacional, rica nos mais variados recursos naturais, e por isso objecto da cobiça internacional das Grandes Potências – face ao superior poderio militar destas, e não possuindo o poder nivelador que a arma nuclear confere, o mais provável é que o Brasil continue a apostar numa estratégia de dissuasão baseada na capacidade de conduzir uma guerra de guerrilha de longa duração. Tal estratégia deverá assentar num dispositivo flexível de forças combinadas entre os Ramos das Forças Armadas, dotadas de elevada mobilidade e poder de fogo, localizadas em cidades da região que ofereçam o conjunto de infra-estruturas necessário à prestação de apoio logístico, e com uma estrutura organizativa de comando que estabeleça a ligação entre as forças isoladas distribuídas pela linha de fronteira, facilitando a coordenação e cooperação entre as mesmas, obtendo assim uma capacidade de actuação em qualquer região da Amazônia Legal em tempo oportuno.

Concomitantemente, será necessário sensibilizar a classe política para a importância de dotar o Ministério da Defesa de um orçamento compatível com a estatura do Brasil nos contextos regional e mundial que permita ao país manter um poder militar com efectiva capacidade de dissuasão, escorado numas Forças Armadas com os três Ramos bem equipados, instruídos e dotados de um bom nível tecnológico, em estado de prontidão permanente, e preferencialmente distantes das missões complementares desvinculadas do objectivo maior – a defesa da soberania nacional.

No entanto, quanto à opção brasileira por uma estratégia de Segurança e Defesa da Amazônia Legal baseada numa dissuasão a alcançar através de uma capacidade militar de condução de uma guerra de guerrilha de longa duração, uma advertência tem de ser feita: uma estratégia de dissuasão assente em meios militares não-nucleares tem limites quanto à sua eficácia.

A História testemunha que o valor estratégico da dissuasão por meios militares não-nucleares se tem revelado incerto, com Estados fortemente armados a envolverem-se em conflitos militares aos longo dos séculos sem que, por mais poderoso que o adversário se apresentasse, se tenham deixado dissuadir, facto que encontra nos dois conflitos mundiais o mais sólido argumento “para reconhecer a inconsistência do argumento de que é possível evitar a guerra simplesmente ao se dispor de uma força militar [não-nuclear] que represente sólida

capacidade de revide, ou que faça o adversário não ter certeza do seu sucesso”³⁷³. Por outro lado, os quarenta anos de Guerra Fria entre os EUA e a URSS, representando o mais longo período de confrontação entre duas potências, sem que nenhuma das duas se tivesse arriscado a entrar em conflito directo com a outra, demonstram a eficácia da dissuasão com base na arma nuclear.

Com a História a comprovar a diferença dos efeitos produzidos entre a dissuasão não-nuclear e a nuclear, parece-nos ser imperativo compreender o fundamento da distinção entre as duas. Esta distinção é importante para que se evite o equívoco de considerar para a primeira, caso brasileiro, características que são específicas da segunda, e assim vir a optar por uma estratégia de dissuasão com base em meios militares não-nucleares, com todos os limites de que estes sofrem, esperando-se obter o efeito de Segurança e Defesa que somente uma estratégia de dissuasão nuclear poderia fornecer – conduzindo, desse modo, a uma falsa sensação de segurança a evitar.

Assim, a estabilidade a que a dissuasão nuclear tende a conduzir – e que os quarenta anos de Guerra Fria parecem comprovar – resulta mais do efeito psicológico produzido pela ameaça do uso da arma nuclear do que propriamente da verdadeira intenção de utilizá-la efectivamente. Esta constitui a primeira distinção entre os dois tipos de dissuasão, sendo duvidoso que uma estratégia de dissuasão com base em meios militares não-nucleares venha a produzir o mesmo efeito psicológico, levando a que o recurso ao uso da força não-nuclear seja admitido com maior facilidade e frequência.

Àquela distinção, acresce outra fundamental, que consiste na disparidade do risco inerente a um conflito nuclear e a um conflito não-nuclear, uma vez que em face do primeiro corre-se o risco de destruição física imediata (consequência esta com enorme efeito psicológico dissuasor), ao passo que no segundo, o risco não assume proporções tão vastas, limitando-se à possibilidade de derrota e, por isso, não exercendo aquela um efeito dissuasor tão intenso quanto a destruição física imediata. Assim, existindo um contendor mais poderoso, que considere ter melhores probabilidades de vitória, o risco de derrota num conflito não-nuclear pode mesmo ser considerado aceitável, partindo aquele para a guerra, disponibilidade essa que torna o ambiente de conflito não-nuclear particularmente instável.

³⁷³ CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (Set./Out./Nov./Dez./2002), *Op. Cit.*, nota 363, p. 5.

Tendo assim em conta a diferença dos efeitos produzidos pelas estratégias de dissuasão nuclear e não-nuclear, ainda que o Brasil reúna todas as condições dissuasivas passivas consideradas vantajosas num ambiente de conflito não-nuclear, como contexto fisiográfico caracterizado por clima adverso, relevo acidentado, floresta espessa e vastidão geográfica, bem como os aspectos psicossociais e económicos, tais como coesão nacional, número populacional, popularidade da causa em questão (defesa da soberania, da integridade territorial e seu património), fé religiosa, capacidade industrial, auto-suficiência energética e alimentar, “a conclusão imediata e óbvia é que a dissuasão não-nuclear tem alcance limitado e resultados mais incertos quanto a objetivo de evitar conflitos armados”³⁷⁴.

Contudo, ao rejeitar voluntariamente a obtenção da arma atômica, consagrando essa renúncia em sede constitucional e tratados internacionais desiguais destinados a preservar o poder de algumas poucas Grandes Potências, não restou ao Brasil alternativa se não enveredar por uma estratégia de dissuasão baseada em meios militares não-nucleares, a qual garanta por um lado a capacidade para conduzir uma guerra regular em condições de superioridade bélica face a potências do seu patamar militar, e que por outro permita a condução de uma guerra de guerrilha de longa duração que torne os custos materiais e humanos extremamente caros face a uma potência militar superior.

Consequentemente, uma vez que as suas “atuais capacidades especificadas para as Forças Armadas orientam-se prioritariamente para o continente sul-americano”³⁷⁵ e tendo em conta que “seus interesses de defesa (...) terão de ter alcance extracontinental”³⁷⁶, o Brasil, para exercer uma efectiva dissuasão nessa nova abrangência geoestratégica, terá de desenvolver “capacidades de natureza bem diferentes das atualmente requeridas”³⁷⁷, e que terão que passar pelo desenvolvimento das potencialidades necessárias ao domínio completo do ciclo da tecnologia nuclear, a par do desenvolvimento da “arma” da ocupação, integração e desenvolvimento económico e social da Amazônia Legal, como forma de garantir a Segurança e Defesa da região e do país.

³⁷⁴ Idem, p. 8.

³⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 17.

³⁷⁶ *Ibidem*, p. 71.

³⁷⁷ *Ibidem*, p. 71.

CAPÍTULO IV - Brasil Potência

IV.1. Factores do Poder

Tendo sido consideradas várias propostas de diversos autores sobre conceitos de poder, hierarquias de poder e modelos de avaliação de poder e potencial de poder (Ver Anexo E), optámos por assumir como referência de modelo de avaliação de poder e potencial de poder para submeter o Brasil a exame, o modelo desenvolvido e aperfeiçoado por Carlos de Meira Mattos (1913-2007) nas obras *Brasil – Geopolítica e Destino*³⁷⁸ e *Geopolítica e Trópicos*³⁷⁹, por nos parecer ser aquele que melhor sintetiza os atributos básicos de poder (e potencial para o mesmo) transversais às várias propostas de modelos consideradas, consistindo o referido modelo de avaliação em seis requisitos fundamentais: dimensão e posição geográfica, população, recursos naturais, capacidade económica, industrial, tecnológica e científica, capacidade militar e coesão interna.

IV.1.1. Dimensão e Posição Geográfica

Quanto à dimensão geográfica, o Brasil, com os seus 8.547.403 km², possui a quinta maior extensão territorial do mundo (quarta em área contígua), superado somente pela Rússia, Canadá, China e EUA; a terceira maior do conjunto continental americano, e a maior da América do Sul, ocupando uma área equivalente a 47,3% da superfície desta, correspondente a cerca de metade da dimensão do subcontinente.

Contando com a presença da Superpotência do Sistema Internacional na porção setentrional do conjunto continental americano – EUA –, reclamando esta o conjunto continental como sua esfera de influência imediata e exercendo sobre o mesmo inquestionável domínio, situa-se o Brasil na porção meridional do mesmo conjunto continental, localizada no Hemisfério Sul e vinculando-se, por força da sua posição geográfica, a duas grandes áreas: a do Continente Americano e a do Atlântico Sul.

Localizando-se, na sua maior parte, na parcela Oriental do subcontinente Sul-Americano, e apresentando uma linha de fronteira com um total de 23.127 km, dos quais 15.719 km respeitam ao segmento terrestre daquela, confina o Brasil com dez dos restantes doze países

³⁷⁸ Cfr. **MATTOS**, Carlos de Meira (1975), *Op. Cit.*, **nota 37**, p. 71.

³⁷⁹ Cfr. **MATTOS**, Carlos de Meira (1984), *Op. Cit.*, **nota 28**, p. 77.

que compõem a América do Sul, sem que com estes mantenha qualquer disputa de fronteiras, constituindo-se na unidade geopolítica com a maior fronteira terrestre do subcontinente e, por conseguinte, como múltiplo vector do mesmo. Preponderando assim no subcontinente pelo factor presença, e constituindo-se os restantes doze países Sul-Americanos em unidades geopolíticas de dimensão média ou pequena, sem que nenhum possua território ou população superior a 20% daquelas do gigante lusófono – com excepção da Argentina –, beneficia o Brasil de uma posição que o insere num entorno estratégico no qual predomina face às vizinhas Repúblicas hispânicas.

Paralelamente, ao posicionar-se em sua maior extensão ao Norte do Cone Sul do subcontinente, e apresentando uma configuração do tipo triangular com a base voltada para Norte e o vértice para Sul, com as parcelas de maior amplitude no sentido das longitudes a registarem-se ao Norte e Centro do território brasileiro, coincidindo estas com a maior parte da área do subcontinente coberta pela Floresta Amazónica, o Brasil beneficia da posição e configuração mais vantajosas sobre o conjunto da Amazônia Global, possuindo uma área equivalente a 70% daquela, com os restantes 30% a serem repartidos pelos restantes oito países integrantes da Bacia Amazónica, detendo assim o Brasil a maior parcela nacional entre os condóminos do complexo amazónico.

Dada a sua localização no “hemisfério líquido” e a posição que ocupa na vertente atlântica do subcontinente Sul-Americano, com uma imensa fronteira marítima de 7.367 km sobre o Atlântico Sul, representando a mais extensa e melhor posicionada linha costeira nacional de ambas as margens ribeirinhas do sector sul do Oceano Atlântico, disfruta o Brasil de amplo e directo acesso ao alto-mar, o qual permite a articulação directa do Brasil com 20 países posicionados na costa atlântica da África, com cerca de 50 países em toda a Bacia Sul Atlântica, e uma articulação indirecta com o resto do planeta, conferindo ao país uma situação geopolítica de grande relevância estratégica e um potencial de acção política internacional correspondente.

Dada a respectiva posição determinar a inclusão da maior parte do seu espaço territorial abaixo da linha do Equador Terrestre e acima da linha do Trópico de Capricórnio, do total de extensão territorial que possui, o Brasil, apresenta uma área de 7.915.188 km² inserida na zona intertropical, equivalente a cerca de 92% do território brasileiro. Os restantes 8% apresentam-se divididos entre os escassos 598.656 km² situados a Norte da linha do Equador

Terrestre, e os poucos três Estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) situados na zona de clima temperado, a Sul da linha do Trópico de Capricórnio.

No entanto, não constituindo as linhas do Equador Terrestre e do Trópico de Capricórnio critério com significado climatológico absoluto, devendo considerar-se a acção moderadora exercida conjuntamente pela altitude do relevo, regime de ventos e correntes marítimas – a qual amplia a área com características subtropicais a 30% do território brasileiro –, nem se apresentando as condições climáticas na zona intertropical de dureza repulsiva generalizada, o território brasileiro não apresenta climas extremos nem é atingido por catástrofes naturais cíclicas que impossibilitem deterministicamente a fixação e a acção criadora do homem em tal zona.

IV.1.2. População

Relativamente ao efectivo populacional, com o número de 190. 755. 799 habitantes, o Brasil possui actualmente (2010) a quinta maior população mundial, a segunda do conjunto continental americano e a maior do subcontinente Sul-Americano, sendo superado em contingente humano somente pela China, Índia, Indonésia e EUA, com as estimativas para o ano de 2050 a apontarem para os 253 milhões de habitantes, mantendo-se atrás daqueles mesmos países³⁸⁰.

Tendo em conta que a quantidade tanto pode acrescentar como subtrair poder, ao ter ficado aquém dos 275 milhões de habitantes estimados pelos estudos do Departamento de Estudos Económicos da ONU para o ano 2000 e próximo dos 201 milhões previstos pelo IBGE para o mesmo ano, atingindo o número de 190.755.799 habitantes somente em 2010, o Brasil não só conseguiu efectuar um dos mais rápidos processos de desaceleração do ritmo de aumento populacional sem recurso a uma política de controlo de natalidade, como também ficou muito perto daquele número considerado por Kenneth Organsky (1923-1998) na obra *Population and World Power*, de 1961, como o mínimo populacional necessário para que um Estado possa aspirar ao estatuto de Grande Potência – os 200 milhões³⁸¹.

³⁸⁰ Sobre os dados relativos às estimativas da evolução demográfica do Brasil até ao ano 2050 consultar p. 106 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

³⁸¹ Apud. **ORGANSKY**, Kenneth, *Population and World Power*, in **MATTOS**, Carlos de Meira (1975), *Brasil - Geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, p. 71.

Com uma densidade de 22 hab./km², o Brasil não apresenta, em termos absolutos, densidade demográfica que o aproxime de uma situação de superlotação e, em termos relativos, ao ter registado um número de 2,1 filhos por mulher no ano 2003, perto do valor da mera reposição populacional, apresenta uma actual e futura tendência de crescimento demográfico compatível com a taxa de crescimento económico recentemente mantida - facilitando o alcançar do equilíbrio entre um efectivo populacional de perto de 200 milhões de habitantes de um lado, com desenvolvimento económico, bem-estar social e Segurança do país, do outro.

Por outro lado, aquele número de perto de 200 milhões de habitantes assegura também ao Brasil uma força de trabalho de grande dimensão com capacidade para desenvolver todas as actividades produtivas em larga escala, estimulando por essa via a criação de riqueza nacional, possibilitando a articulação de um mercado interno de consumidores com dimensão continental, menos susceptível às flutuações da economia e mercado internacionais, favorece a sustentabilidade das contas públicas através de um alargado e jovem universo de contribuintes de impostos, fornecendo também o poder humano necessário à manutenção das numerosas Forças Armadas Brasileiras.

Assim, mesmo no actual estágio civilizacional em que a ciência, a tecnologia e a máquina se afirmam como o mais relevante entre os principais factores possibilitantes de poder para um Estado, o Brasil, ao possuir uma população numerosa, tem ao seu dispor um recurso que possibilita o colmatar parcial, pela força do número de braços, de algumas das insuficiências que possa sofrer no campo tecnológico, recurso que tenderá a revelar a plenitude de seu potencial à medida que as conquistas da tecnociência se forem tornando acessíveis à generalidade dos países.

Pelo lado da qualidade da população, “a miscigenação racial brasileira não produziu os factores genéticos negativos previstos por tantos sociólogos e antropólogos racistas”³⁸², antes pelo contrário, o *homem brasílico*, na sua maioria mestiço, demonstra inteligência, capacidade de adaptação e assimilação das novas técnicas, engenho, espírito de iniciativa, gosto pelo desafio e tenacidade.

No entanto, pelo lado da qualificação da população brasileira, o potencial que as qualidades do *homem brasílico* oferecem ainda não se encontra optimizado em toda a sua plenitude.

³⁸² MATTOS, Carlos de Meira (1984), *Op. Cit.*, nota 28, p. 87.

Apesar de nos últimos anos o acesso da população à escola, no Brasil, ter vindo a aumentar progressivamente em todos os grupos de idade, com o percentual da taxa de escolarização das crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos a frequentar o ensino fundamental ter atingido em 2008 os 97,9%, e o de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos a frequentar o ensino médio tenha alcançado os 84,1% no mesmo ano, com ambos os indicadores a evoluírem decididamente no sentido da universalização destes níveis educacionais. Em 2008, o Brasil apresentava ainda uma taxa de analfabetismo de 10%, correspondendo a cerca de 14,2 milhões de pessoas.

Por sua vez, a taxa de escolaridade, que expressa a média de anos de estudo por indivíduo com 25 ou mais anos de idade, apresenta uma média de 7 anos de estudo, ficando esta abaixo dos anos de estudo necessários para a conclusão do nível de escolaridade mínima obrigatória, o ensino fundamental, quando os indivíduos desta faixa etária deveriam, idealmente, possuir 11 anos de estudo, os necessários à conclusão do ensino médio. Tendo a evolução neste indicador vindo a processar-se a um ritmo lento, com um aumento de apenas 1,4 anos à média entre o decénio de 1998-2008, prevê o IBGE que, se o Brasil continuar neste ritmo, levará cerca de 30 anos para atingir o indicador esperado.

Quanto à população da Região Norte (amazónica), esta atingiu em 2007 o número de 20 milhões de habitantes. Perfazendo uma densidade populacional de apenas 3,5 hab./km², caracterizadora do acentuado vazio demográfico existente na Região, aqueles milhões de “amazónidas” representam um potencial humano a considerar. Porém, face à inexistência ou insuficiência de serviços básicos e às limitações existentes em todos os níveis de ensino, plasmadas nas taxas de escolarização, alfabetização e escolaridade mais baixas de entre todas as Regiões e Unidades da Federação, acompanhadas somente pelas da Região Nordeste e respectivas Unidades Federais, o potencial humano daqueles 20 milhões de “amazónidas”, resulta muito diminuído pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano³⁸³.

IV.1.3. Recursos Naturais

Quanto a recursos naturais, o Brasil, ocupando um território de 8,5 milhões de km², acrescido de 3 milhões de km² de águas sul atlânticas, possui uma extensa base física abrangendo diversificadas regiões naturais que, a par de um clima e solo favoráveis, reúne as condições

³⁸³ Quanto à situação do Índice de Desenvolvimento Humano da população da região amazónica consultar p. 156 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

naturais que possibilitam a posse de um leque de variados recursos naturais em quantidade e qualidade, que possibilitam géneros de vida e actividades económicas complementares, conferindo ao país um conjunto de vantagens comparativas face aos países concorrentes no domínio da agro-pecuária, silvicultura e pescas, indústria e agro-indústria.

No domínio da agro-pecuária, sendo reconhecido como a “quinta do mundo”³⁸⁴, possui o Brasil um potencial avaliado em 120 milhões de hectares de terras com potencial agrícola e com capacidade de produção alimentar para 600 milhões de pessoas, complementado pelo segundo maior rebanho bovino do mundo (205 milhões de cabeças)³⁸⁵, por uma enorme variedade de espécies animais, vegetais e silvícolas, dispondo todo este potencial da maior fonte de água doce do planeta, a qual se constitui também no rio mais piscoso do mundo, em quantidade e variedade. A estes recursos hídricos e haliêuticos soma ainda o Brasil todo o potencial contido nos 3 milhões de km² de águas sul atlânticas, sobre as quais detém direitos de exploração económica exclusivos.

Espraiando-se por um território de dimensões continentais, apresentando uma assinalável diversidade de ambientes geológicos, condição *sine qua non* para a ocorrência de jazidas minerais diversas e férteis, possui o Brasil um enorme potencial mineral em quantidade e qualidade, conferindo este ao país significativa vantagem comparativa no domínio da indústria.

De entre aquele potencial avultam os 11% das reservas mundiais de bauxita, os 8,4% das de ferro, os 7,8% das de estanho, a sexta maior reserva de urânio do mundo³⁸⁶, a expressiva reserva de minério caulim (com potencial para vir a fazer da região amazónica o principal centro mundial produtor deste minério)³⁸⁷, a significativa reserva de cobre (com potencial para vir a fazer da região amazónica um importante pólo de produção deste minério, suplantado apenas pelos Andes chilenos)³⁸⁸, assim como as reservas e potencial em minérios

³⁸⁴ SANTOS, José Loureiro dos (2006), *O Império Debaixo de Fogo – Ofensiva Contra a Ordem Internacional Unipolar – Reflexões sobre Estratégia V*, Mem Martins: Publicações Europa-América, p. 145.

³⁸⁵ Cfr. “Brasil tem segundo maior rebanho de bovinos”, disponível em: www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2010/11/24brasil-tem-segundo-maior-rebanho-de-bovinos. Acesso a: 15/Jan./2011; 14:50.

³⁸⁶ Sobre os dados apresentados consultar p. 83 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

³⁸⁷ Sobre os dados apresentados consultar p. 166 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

³⁸⁸ Sobre os dados apresentados consultar pp. 159, 167, 168, 169 e 170 do documento, nas quais consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

de elevado valor como diamantes, ouro, prata e platina³⁸⁹, entre os minerais metálicos. Entre os minerais carboníferos o Brasil possui, actualmente, uma capacidade de produção de 2,1 milhões de barris de petróleo diários, com perspectivas de ascender aos 6,1 milhões diários em 2020 com a exploração das recém-descobertas jazidas do pré-sal na Bacia de Santos, e de 58 milhões de metros cúbicos diários de gás natural, com as estimativas a apontarem para os 142 milhões em 2020. A confirmarem-se tais expectativas, não só o Brasil se tornará auto-suficiente em energia fóssil, como também se converterá num exportador líquido de, pelo menos, médio porte no prazo de dez anos, cenário este que representaria uma significativa fonte de receita³⁹⁰, assegurando a liquidez necessária para a importação de tecnologia, assim como permitiria ao parque industrial aceder a um fornecimento energético a preços mais competitivos, conferindo significativa vantagem comparativa ao sector industrial brasileiro.

Ainda no respeitante ao potencial energético, beneficiando da vantagem comparativa de contar com 11% das reservas de água doce do mundo, possui ainda o Brasil um elevado potencial hídrico, tendo actualmente em funcionamento mais de 140 hidroeléctricas, entre as quais se inclui a maior do mundo em geração de energia – a Hidroeléctrica de Itaipu. Complementada aquela vantagem comparativa pelas respeitantes aos meses de sol por ano, regime de ventos e capacidade de produção agrícola, detém o Brasil enorme potencial na área da energia solar, eólica e do biocombustível, representando estas fontes de energia limpa, renovável e alternativa, uma considerável parcela da sua matriz energética do país³⁹¹.

De entre todas as regiões a contribuir para o formidável potencial brasileiro em recursos de toda a ordem, destaca-se a Região Norte. Representando a Amazónia Legal uma considerável reserva de água doce, contendo também um enorme potencial hidroeléctrico³⁹², e o maior banco de biodiversidade do planeta, equivalente a 30% do stok genético mundial³⁹³, englobando cerca de 100 milhões de hectares de terras com potencial agro-pecuário³⁹⁴, detém

³⁸⁹ Sobre os dados apresentados consultar pp. 159, 161, 162, 163, 168, 169 e 170 do documento, nas quais consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

³⁹⁰ Sobre os dados apresentados consultar pp. 83-84 do documento, nas quais consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

³⁹¹ Sobre os dados apresentados consultar p. 84 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

³⁹² Sobre os dados apresentados consultar pp. 154-155 e 158 do documento, nas quais consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

³⁹³ Sobre os dados apresentados consultar pp. 83, 156 e 157 do documento, nas quais consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

³⁹⁴ Sobre os dados apresentados consultar p. 158 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

o Brasil na sua parcela Amazônica, a maior fonte potencial do planeta em produtos farmacêuticos, bioquímicos e agronômicos do mundo³⁹⁵.

Contendo igualmente uma enorme variedade de recursos minerais em quantidade e qualidade, tais como ferro, alumínio, cobre, estanho, zinco, titânio, cromo, níquel, urânio, manganês, fosfato, paládio, ródio, nióbio, tungstênio, zircônio, tântalo, terras-raras, diamante, ouro, prata, platina³⁹⁶ e bauxita (detendo o terceiro maior potencial do mundo neste mineral)³⁹⁷, entre os minerais metálicos, e calcário³⁹⁸, caulim, gipsita, sal-gema, sais de potássio e anidrita³⁹⁹ entre os minerais não metálicos, com particular destaque para os minerais carboníferos petróleo e gás natural⁴⁰⁰, tem o Brasil na Amazônia Legal, um enorme reservatório de recursos minerais com jazidas de classe mundial, o qual tenderá a ocupar posição de destaque mundial ao longo do século XXI⁴⁰¹.

IV.1.4. Capacidade Económica, Industrial, Tecnológica e Científica

O Brasil tem vindo a demonstrar uma capacidade económica de enorme vigor, galgando, nos últimos 46 anos (1964-2010), 40 posições no ranking mundial das economias⁴⁰².

Com taxas de crescimento médio na ordem dos 7% ao ano, o Brasil viria a conhecer o primeiro grande arranque na escalada para a oitava posição da economia mundial, ao longo das duas décadas conhecidas como o período do milagre económico brasileiro, içando-se da

³⁹⁵ Sobre os dados apresentados consultar p. 157 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

³⁹⁶ Sobre os dados apresentados consultar p. 159 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

³⁹⁷ Sobre os dados apresentados consultar pp. 163, 165, 166 do documento, nas quais consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

³⁹⁸ Sobre os dados apresentados consultar pp. 164 e 165 do documento, nas quais consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

³⁹⁹ Sobre os dados apresentados consultar pp. 165, 166 e 170 do documento, nas quais consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

⁴⁰⁰ Sobre os dados apresentados consultar pp. 160, 164-165 e 170 do documento, nas quais consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

⁴⁰¹ Sobre os dados apresentados consultar p. 170 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

⁴⁰² De 1964 a 1984 a economia brasileira passou da 48ª para a 8ª economia do mundo. Ver: Cfr. **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, **nota 38**, p. 265. Vinte anos depois, em 2004, a economia brasileira havia caído sete posições, situando-se na 15ª posição da economia mundial. Ver: Cfr. **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007). *Op. Cit.*, **nota 38**, p. 283. No entanto, seis anos depois, em 2010, a economia brasileira tinha subido sete posições, recuperando a 8ª posição entre as economias do mundo. Ver: Cfr, “As 10 maiores economias do mundo em 2010”, disponível em: <http://girouniversal.wordpress.com/2010/08/19/as-10-maiores-economias-do-mundo-em-2010/>. Acesso a: 17/Jan./2013; 17:30. De acordo com estes dados, poder-se-á então concluir que, nos 46 anos compreendidos entre 1964 e 2010, a economia do Brasil passou da 48ª posição para a 8ª – galgando dessa feita 40 posições.

quadragésima oitava posição registada em 1964, para a oitava alcançada no ano de 1984⁴⁰³, com a economia brasileira nesse ano a responder por 1,35% do PIB mundial⁴⁰⁴. Interrompido aquele vertiginoso ciclo de crescimento económico pelas chamadas “décadas perdidas”, mediadas entre 1984-2004, em que o Brasil atravessaria 20 anos de baixo crescimento económico, recuando da oitava para a décima quinta posição mundial, passando a economia brasileira nesse período a representar apenas 0,9% do PIB mundial⁴⁰⁵, o Brasil retomaria o fulgor económico em 2005, ano em que, com um PIB avaliado em US\$ 1,585 triliões, passaria a representar 2,88% da economia mundial⁴⁰⁶, saltando para a décima posição mundial, mantendo a posição em 2006⁴⁰⁷.

Em 2007, o PIB do Brasil subiria para os US\$ 1,849 triliões, ultrapassando, no âmbito do conjunto continental americano, o México (com o PIB estimado nesse ano em US\$ 1,353 triliões), o Canadá (com US\$ 1,271 triliões), e a Argentina (US\$ 526 biliões em 2005). Nesse mesmo ano, no âmbito mundial, igualaria a Itália (US\$ 1,8 triliões), aproximando-se do Reino Unido (US\$ 2,13 triliões), da Rússia (US\$ 2,097 triliões) e da França (US\$ 2,075 triliões)⁴⁰⁸, mantendo a décima posição no ranking da economia mundial no ano 2008, para no ano seguinte conquistar 2 lugares, passando a ocupar a oitava posição entre as economias mundiais.

Mantendo o dinamismo económico e a rota de ascensão entre as maiores economias mundiais, em 2010, ao apresentar um crescimento do PIB de 7,5%, equivalente a US\$ 2,089 triliões, o Brasil manteria a oitava posição entre as economias mundiais, ao mesmo tempo que, representando aquele valor um PIB *per capita* de US\$ 10,814, o país colocar-se-ia acima da média mundial e entre os quatro países da América Latina com os valores mais elevados no que a este indicador diz respeito, a par do Chile, México e Uruguai⁴⁰⁹.

No entanto, apesar da dinâmica de crescimento contínuo apresentada pelo Brasil, particularmente evidenciada a partir do ano de 2005, o crescimento do PIB não tem vindo a

⁴⁰³ Cfr. **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, **nota 38**, pp. 265 e 267.

⁴⁰⁴ Cfr. *idem*, p. 283.

⁴⁰⁵ Cfr. *idem*, *ibidem*.

⁴⁰⁶ Os dados apresentados encontram-se disponíveis para consulta em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/utl91u355967.shtml>. Acesso a: 15/Jan./2012; 20:19.

⁴⁰⁷ Cfr. **ANDRADE**, Rui Miguel Vasconcelos de (2008), *A Geopolítica do Brasil*, Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, p. 4.

⁴⁰⁸ Cfr. **BANDEIRA**, Luiz Alberto Moniz (2008), *Op. Cit.*, **nota 71**, p. 2.

⁴⁰⁹ Sobre os dados apresentados consultar p. 94 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

realizar-se de forma homogênea pelas Unidades da Federação, com a Região Norte a apresentar um crescimento superior ao da média nacional. Porém, quando observada aquela Região sob o prisma do PIB *per capita*, apesar de este indicador apresentar uma tendência de crescimento contínuo, a região amazônica apresenta o segundo valor mais baixo do todo da Federação com R\$ 9. 135, superando somente a Região Nordeste com R\$ 6. 759, quedando-se em menos de metade do PIB *per capita* registado pela região com o valor mais elevado – a Região Sudeste com R\$ 19. 277.

Tendo ultrapassado 40 posições no ranking das economias mundiais nos últimos 46 anos, içando-se da quadragésima oitava posição à oitava entre as maiores economias mundiais, a economia brasileira tem demonstrado uma significativa dinâmica de crescimento, traduzindo-se numa marcada acumulação de capital e disponibilidade financeira para o desenvolvimento de capacidade tecnológica própria ou adquirida.

Possuindo o segundo maior parque industrial do conjunto continental americano, e o primeiro do subcontinente Sul-Americano, ele caracteriza-se por ser industrialmente relevante e sofisticado, com o respectivo tecido empresarial a realizar forte investimento no desenvolvimento e aquisição de tecnologia e equipamentos, particularmente na área da informática e da electrónica. De entre a actividade industrial tecnologicamente mais sofisticada destaca-se, naquele país, a indústria automóvel, reunindo as dez maiores empresas de montagem do sector⁴¹⁰. No domínio da indústria naval, domina a tecnologia de construção de submarinos convencionais⁴¹¹; na indústria aeronáutica, sector em que a empresa Embraer se afirma como líder mundial na fabricação de aviões até 120 lugares⁴¹², evoluindo esta indústria para o domínio aeroespacial, é a área no domínio da qual o país já domina a tecnologia de construção de satélites, e vem desenvolvendo um veículo lançador de satélites⁴¹³.

O país tem vindo a desenvolver, desde 1975, a tecnologia nuclear, dominando a tecnologia de produção de energia a partir da fissão do átomo, perseguindo o objectivo de desenvolver o

⁴¹⁰ Cfr. “Economia do Brasil”, disponível em: www.ccibra.com.br/website/economia_brasil.php. Acesso a: 28/Abr./2013; 09:32.

⁴¹¹ Cfr. ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (2006), *Op. Cit.*, **nota 125**, p. 23.

⁴¹² Cfr. “Embraer e AgustaWestland cancelam acordo no Brasil”, disponível em: www.efe.com/efe/noticias/portugal/economia/embraer-agustawetland-cancelam-acordo-brasil/6/62019/2020130. Acesso a: 28/Abr./2013; 12:08.

⁴¹³ Sobre os dados apresentados consultar p. 128 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

primeiro submarino nuclear de base tecnológica nacional desde 1979, tendo alcançado em 2006 a capacidade de produção de urânio enriquecido em grande quantidade, realidades conquistadas que representam patamares tecnológicos que, a prazo, poderão permitir o domínio completo do ciclo da tecnologia do átomo, implicando um salto qualitativo no campo militar⁴¹⁴.

Dadas as vantagens comparativas de clima e solo, que fazem do Brasil o país a beneficiar da mais extensa área dotada dos mais elevados níveis de fotossíntese do mundo e da maior reserva de biomassa vegetal do planeta, o país desenvolveu e possui a mais avançada tecnologia de agricultura tropical do mundo. Aquelas mesmas condições, a par do estímulo induzido pelo choque petrolífero vivido na década de 1970, levariam o Brasil a assumir-se como país pioneiro no desenvolvimento de tecnologia viabilizadora de fontes de energia alternativas, como o biocombustível etanol, desenvolvido a partir da cana-de-açúcar e do óleo de dendê e babaçu⁴¹⁵, assim como com as descobertas das jazidas petrolíferas do pré-sal, o país apostaria no desenvolvimento de tecnologia de ponta no domínio da pesquisa e exploração de petróleo em águas profundas⁴¹⁶.

Relativamente à região amazónica, aquele surto de desenvolvimento económico acelerado iniciado em 1964, forneceria a disponibilidade financeira para a realização de um conjunto de empreendimentos visando a valorização económica da região, através da implementação de uma estratégia assente na criação de pólos de desenvolvimento, os quais haveriam de conduzir a um certo nível de industrialização da Amazônia e à transferência e desenvolvimento de tecnologia adequada às particulares necessidades e exigências da região.

Seria assim criado, em 1974, o Banco da Amazônia, destinado a fornecer os recursos financeiros à concretização dos projectos de desenvolvimento como a Zona Franca de Manaus, com o objectivo de criar um pólo de desenvolvimento industrial, comercial e agro-pecuário na Amazônia Ocidental. Este destina-se à captação de investimentos económico-financeiros, como a Poloamazônia, para o desenvolvimento de pólos Agro-pecuários e Agro-minerais, e a implementação de projectos de levantamento das potencialidades do solo e subsolo através de sensores remotos, tais como o RADAM, captando imagens de radar e

⁴¹⁴ Sobre os dados apresentados consultar pp. 127-128 do documento, nas quais consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

⁴¹⁵ Cfr. **MATTOS**, Carlos de Meira (1984), *Op. Cit.*, **nota 28**, pp. 91-92.

⁴¹⁶ Cfr. “Economia do Brasil”, disponível em: www.ccibra.com.br/website/economia_brasil.php. Acesso a: 28/Abr./2013; 09:32

fotografias aéreas através de um sistema de infravermelhos, e o LANDSAT e o ERTZ, que captam imagens fotográficas a partir de satélites⁴¹⁷.

No campo energético realizar-se-ia a construção de um conjunto de centrais hidroeléctricas como a de Tucuruí, o maior centro de geração de energia hidroeléctrica do Brasil (suplantado na América Latina apenas pela binacional hidroeléctrica de Itaipu), a hidroeléctrica do Paredão, no Estado do Amapá, a de Santarém, a de Elvira, no Estado de Rondônia, a de Balbina – para acorrer à crescente demanda da Zona Franca de Manaus por energia –, e ainda à construção e posterior ampliação de duas estações termoeléctricas em Manaus.

No domínio das telecomunicações, estando toda a região amazónica completamente isolada do resto do Brasil na década de 1960, implantar-se-ia a infra-estrutura de um sistema telefónico regional, integrando a região na rede nacional telefónica, quebrando o isolamento a que a Amazônia se encontrava votada em termos de comunicações à distância.

IV.1.5. Capacidade Militar

O Brasil possui as Forças Armadas mais poderosas do subcontinente Sul-Americano, as segundas mais poderosas do conjunto continental americano, suplantadas pelas da Superpotência EUA, perdendo poder militar comparativamente à Rússia, China, Índia, Reino Unido e França, poderes detentores de Forças Armadas sofisticadas com capacidade de projecção e possuidores da arma atómica.

Contando com um orçamento equivalente a 1,7% do PIB, o Brasil, apesar de ter ficado aquém do percentual mínimo desejável de 2% daquele indicador, tem vindo a aumentar a dotação orçamental para a Defesa nacional, passando dos US\$ 23,3 biliões atribuídos no ano 2008-2009, para os US\$ 34,7 biliões de dólares atribuídos para o ano 2010-2011. No entanto, apesar do aumento em termos absolutos, o investimento realizado em Defesa pelo Brasil, tem colocado o país atrás dos valores investidos por actores internacionais chave como EUA, China, Reino Unido, Japão, França, Alemanha, Arábia Saudita, Rússia e Índia, quer em termos absolutos, quer em percentual do PIB⁴¹⁸.

⁴¹⁷ Cfr. **MATTOS**, Carlos de Meira (1980), *Op. Cit.*, **nota 291**, pp. 98, 100 e 102.

⁴¹⁸ Sobre os dados apresentados consultar p. 111 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

Não comprometendo aquele valor de US\$ 34,7 bilhões de dólares, o projecto de inserção do Brasil no âmbito regional do subcontinente – possuindo o país um diferencial de poder quantitativo e qualitativo muito superior aos demais centros de poder regionais como Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela, Peru e México -, a nível mundial pensamos poder considerar que, se o país não aumentar a dotação orçamental para um mínimo equivalente a pelo menos 2% do PIB, o diferencial desfavorável ao Brasil tenderá a aumentar face às restantes potências militares mundiais já consolidadas como EUA, Rússia, China, Reino Unido, França e Índia.

Porém, o país conta com um efectivo de 318.480 soldados no activo, e 1.340.000 reservistas, destacando-se no Exército o efectivo de 190.000 militares, dispondo o Ramo de 267 tanques pesados, 152 tanques ligeiros e outros veículos blindados, 1,805 peças de artilharia e 63 helicópteros, secundado por uma Força Aérea constituída por 69.000 militares, sobressaindo entre os meios do Ramo, 57 caças de ataque, 61 jactos de ataque terrestre, destacando-se entre estas aeronaves, o caça a jacto modelo *Mirage* 2000, caças a jacto modelos F-5 e AMX, e helicópteros modelos *Blackhawk* e *Super Puma*. Estes Ramos são complementados por uma Marinha constituída por 59.000 militares, na qual se destacam entre os meios disponíveis 1 porta-aviões, 5 submarinos, 3 *Destroyers*, 11 fragatas, auxiliados por uma Aviação Naval contando com aeronaves de modelo *Skyhawk* e helicópteros de modelo *Blackhawk*, *Sea King*, *Super Lynx* e *Super Puma*⁴¹⁹. O Brasil possui, assim, as Forças Armadas mais numerosas e melhor equipadas do subcontinente Sul-Americano, respaldadas por uma indústria nacional tecnologicamente sofisticada, dotada do know-how necessário à construção de satélites (procurando desenvolver também o já referido veículo lançador de satélites), submarinos convencionais (desenvolvendo ainda o seu primeiro submarino nuclear – também já mencionado) e aeronaves, representando tal conhecimento um potencial passível de ser mobilizado no sentido de fortalecer o poder bélico das Forças Armadas Brasileiras.

Com um aparelho bélico assim constituído, apesar das lacunas identificadas relativamente à região amazónica, pensamos ser possível considerar que o Brasil possui uma efectiva capacidade de desdobramento sobre a sua extensa base física e um eficaz controlo marítimo sobre a Bacia do Atlântico Sul, garantindo assim a manutenção de um poderio bélico não-nuclear superior no âmbito regional do subcontinente Sul-Americano.

⁴¹⁹ Sobre os dados apresentados consultar pp. 111-127 do documento, nas quais consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

No entanto, tendo o Brasil assumido a autolimitação constitucional quanto à posse da arma atômica, e aderido posteriormente a tratados internacionais de controlo de armamento desiguais, destinados a preservar o poder de umas poucas Grandes Potências e, sob forte pressão externa, ter acabado por renunciar (pelo menos formalmente) ao poder nivelador que a arma nuclear confere às Pequenas-Médias Potências⁴²⁰, pensamos poder considerar que o Brasil terá de colmatar um conjunto de lacunas no seu aparelho militar para poder assegurar um eficaz poder de dissuasão face a uma potência militar extra-regional com um poderio bélico convencional superior àquele de que dispõe – especialmente se essa potência militar extra-regional for também uma potência nuclear.

Quanto à Segurança e Defesa da região amazónica, tendo em conta a opção pela renúncia à arma atômica por um lado, assim como a decisão de dotar o Comando Militar da Amazônia com um contingente militar correspondente a apenas 10% do efectivo total (apesar de responsável pela Segurança e Defesa de uma região equivalente a 58,9% da superfície territorial do país) por outro⁴²¹, pensamos poder considerar que o Brasil terá optado por uma estratégia de Segurança e Defesa para a região amazónica assente na dissuasão, em detrimento de uma estratégia de presença baseada num dispositivo militar numeroso, a alcançar por via de meios militares não-nucleares, na impossibilidade de uma estratégia de dissuasão nuclear.

Em face de tais constrangimentos e opções estratégicas, o Brasil parece ter optado pela adopção de uma estratégia de dissuasão baseada em meios militares não-nucleares, vocacionada para a condução de uma guerra de guerrilha de longa duração face a um poder militar superior, capaz de projectar a imagem de um custo extremamente caro em termos materiais e humanos a pagar pelo potencial agressor. Neste sentido as Forças Armadas Brasileiras têm vindo a privilegiar a instrução para a condução de uma guerra de guerrilha prolongada em ambiente de selva em centros criados para o efeito, dispondo actualmente de 5 brigadas de infantaria de selva, apostando na optimização da vantagem estratégica do

⁴²⁰ Cfr. **GUIMARÃES**, Samuel Pinheiro (2010), *Op. Cit.*, **nota 39**, p. 22.

⁴²¹ Sobre os dados apresentados consultar p. 185 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

conhecimento do terreno e aclimação do *homem brasílico* ao ambiente dos trópicos húmidos⁴²².

Porém, conhecidos os limites de eficácia de uma estratégia de dissuasão baseada em meios militares não-nucleares, possuindo o Brasil Forças Armadas direccionadas prioritariamente para o subcontinente Sul-Americano, e considerando que actualmente eventuais ameaças à soberania brasileira sobre a região amazónica só poderão emanar de potências extra-regionais possuidoras da arma nuclear e capacidade militar convencional superior à do Brasil, o país, para se afirmar militarmente no contexto geoestratégico extracontinental, terá de desenvolver capacidade militar distinta da que actualmente possui, para que possa assegurar um verdadeiro e eficaz efeito dissuasório perante qualquer potencial agressor.

IV.1.6. Coesão Interna

O Brasil, ao ser dotado de uma população que é fruto de um intenso e amplo processo de miscigenação biológica e cultural, que se vem realizando ao longo de cinco séculos, falante de uma só língua, com unidade religiosa, consequentemente sem margem para albergar conflitos étnicos e religiosos, tendo forjado uma identidade cultural nacional de grande plasticidade, capaz de absorver e diluir no todo a heterogeneidade dos elementos compósitos, possui efectivamente uma unidade espiritual congregadora do todo, sendo que “a ninguém é lícito, de boa fé, duvidar da existência um espírito nacional”⁴²³ brasileiro.

Porém, aquelas condições estruturais prévias à construção e fortificação dos laços de solidariedade societal que o Brasil de facto possui encontram-se sujeitas a forte erosão devido às profundas assimetrias regionais e sociais que os indicadores socioeconómicos expressam inequivocamente.

Apresentando do ponto de vista geoeconómico uma configuração arquipelágica, composta por três ilhas com diferentes níveis e ritmos de desenvolvimento, na qual somente a “ilha” formada pelas Regiões Sudeste e Sul poderá ser considerada economicamente desenvolvida, representando apenas 18% do conjunto espacial brasileiro, com as restantes duas “ilhas” em estado de desenvolvimento (Região Nordeste) e subdesenvolvimento (Regiões Norte e

⁴²² Sobre os dados apresentados consultar pp. 185-186 do documento, nas quais consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada. Sobre as 5 brigadas de infantaria especializada em combate em ambiente de selva, consultar p. 112 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

⁴²³ MATTOS, Carlos de Meira (1975), *Op. Cit.*, nota 37, p. 86.

Centro-Oeste) a representarem 18% e 64% respectivamente do espaço territorial, o Brasil revela-se um país com profundas clivagens regionais que se repercutem sobre o tecido social e a coesão interna do mesmo.

Aquelas assimetrias de desenvolvimento económico entre as Regiões acarretam, por sua vez, reflexos sobre a distribuição da riqueza pelas respectivas populações, com o indicador do PIB *per capita* a revelar uma acentuada disparidade entre as partes que compõem o todo no ano de 2009, com a Região Nordeste a apresentar os valores mais baixos da Federação (R\$ 6. 759), seguida pelas Regiões Norte (R\$ 9. 135), Sul (R\$ 16. 564), Centro-Oeste (R\$ 17. 844), e, por último, com o valor mais elevado do conjunto federal, a Região Sudeste (R\$ 19. 277)⁴²⁴, demonstrando uma ampla heterogeneidade na distribuição da riqueza entre as populações das Regiões, que pouco faz pela coesão interna.

Aquela desigual distribuição da riqueza encontra ainda expressão no indicador do índice de Gini, revelando este, que no ano de 2008, o maior diferencial na distribuição ocorria na Região Centro-Oeste (0,558%) e o mais baixo (0,498%) nas Regiões Norte e Sul, com o mesmo indicador, a exprimir semelhante disparidade entre os Estados da Federação, revelando-se o diferencial mais elevado no Distrito Federal (0,618%) e no Estado do Piauí (0,579%), e mais baixo nos Estados do Amapá (0,442%), Santa Catarina (0,475%), e Rondônia (0,484%)⁴²⁵.

Por outro lado, quando aferida a apropriação da riqueza nacional pelo indicador do rendimento familiar *per capita*, para o todo do conjunto da Federação, o Brasil, entre os anos 1992 e 2008, apresentaria assinaláveis progressos, com o percentual de famílias a dispor de rendimento familiar *per capita* de mais de ½ a 1 salário mínimo, a recuar significativamente entre o ano de 1992 (43%), e o ano de 2008 (26,4%), apesar de neste último ano, se haver registado uma pequena minoria de agregados familiares (5,5%) a usufruir da exclusividade de um rendimento mensal *per capita* superior a 5 salários mínimos.

Apesar dos valores encorajadores para o todo da Federação, as assimetrias de desenvolvimento económico entre as regiões, manifestar-se-iam sobre este indicador, revelando que as Regiões Nordeste e Norte, apresentavam no ano de 2008, o maior percentual

⁴²⁴ Sobre os dados apresentados consultar p. 95 do presente documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

⁴²⁵ Sobre os dados apresentados consultar p. 96 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

de famílias a disporem de rendimento familiar *per capita* de até ½ salário mínimo (41,5% e 32,6% respectivamente), não obstante serem as mesmas a registarem o menor diferencial entre o percentual de famílias a disporem de rendimentos de mais de ½ salário a 1 salário mínimo (29,5% Região Norte e 29,4% Região Nordeste), e aquelas a disporem de mais de 5 salários mínimos (2,4% Região Norte e 2,6 Região Nordeste). Simultaneamente, o desnível de desenvolvimento económico entre as Regiões, reflecte inevitavelmente sobre os Estados que as compõem, com os Estados de Alagoas e Maranhão, a apresentarem no ano de 2008, o maior percentual de agregados familiares a disporem de rendimentos mensais *per capita* de até 1 salário mínimo (47,6% e 45,8 respectivamente), por contraste com os Estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, registando estes a menor percentagem de famílias a disporem de tão modesto rendimento (com 9,6%, 10,6% e 13,4% respectivamente)⁴²⁶.

Já o indicador do rendimento médio mensal, relativo ao ano de 2008, expressa que a desigual distribuição da riqueza ocorre também entre segmentos específicos da sociedade brasileira, com a população de cor negra e parda da totalidade da Federação, a dispor de rendimentos (44%) menores que os da população branca, repercutindo a mesma sobre outros indicadores como a taxa de alfabetização, mais baixa no segmento da população negra e parda (86%) do que no segmento da população branca (93,8%). O mesmo se verifica na taxa de escolaridade, inferior em dois anos entre a população negra e parda, por comparação com o segmento da população branca. O mesmo indicador revela também, para a globalidade da Federação, que a desigual distribuição da riqueza também se reflecte sobre as questões de género, com a população feminina, apesar de haver alcançado melhores indicadores educacionais que a masculina, a auferir de rendimento inferior (à média de 33%) ao da população masculina⁴²⁷.

A desigualdade na distribuição da riqueza, expressa pelo indicador do rendimento médio mensal, também se verifica entre, e no seio, das populações regionais tomadas como um todo indistinto, com os habitantes da Região Centro-Oeste a auferirem dos rendimentos mensais mais elevados (R\$ 1. 248), dada a média resultar influenciada pelo rendimento registado no Distrito Federal (R\$ 2. 177), o mais elevado no Brasil, e os habitantes da Região Nordeste auferirem do rendimento mensal médio mais baixo (R\$ 600) de todas as Regiões brasileiras.

⁴²⁶ Sobre os dados apresentados consultar p. 97 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

⁴²⁷ Sobre os dados apresentados consultar p. 98 do documento, na qual consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

Decomposto este indicador pelos segmentos da cor/raça e gênero, o mesmo exprime uma desigualdade na distribuição da riqueza que se apresenta maior na dimensão racial, do que na de gênero, com essa desigualdade entre a população negra e parda de um lado, e a branca do outro, a atingir o valor mais elevado no Estado de São Paulo (R\$ 688 mensais), e o mais baixo no Estado do Acre (R\$ 247 mensais), com a desigualdade de rendimentos mensais entre as populações masculina e feminina, a atingir os valores mais elevados no Estado de Goiás (R\$ 499 mensais), e o mais baixo no Estado do Amazonas (R\$ 143 mensais), em prejuízo da população feminina⁴²⁸.

Como corolário das assimetrias de desenvolvimento económico entre as Regiões e Estados que as compõem, bem como do desigual modo como se processa a apropriação da riqueza pelas respectivas populações e seus segmentos, o Brasil, país com cerca de 200 milhões de habitantes, conta com “cerca de 50 milhões de brasileiros [que] vivem abaixo da linha de pobreza, dos quais 23 milhões passam fome diariamente”⁴²⁹, os quais “não tiveram e não têm acesso à educação, à saúde, à cultura, ao transporte decente, à justiça e segurança em seu lar, e que são as primeiras vítimas da discriminação e da violência racial, social econômica e política”⁴³⁰. Esta enorme massa constitui um potencial explosivo de ruptura dos laços de coesão interna, passível de ser explorado por qualquer Grande Potência que deseje promover a desintegração de uma grande unidade geopolítica concorrente, não obstante a inexistência de conflito entre as identidades nacional, regionais e locais, dada a inexistência de clivagens étnicas, religiosas e linguísticas passíveis de motivarem conflitos desta natureza.

IV.2. Síntese das Condições Geopolíticas do Brasil e *Status* de Potência

Alinhados os diversos conceitos de potência e identificados os factores de poder enunciados pelos vários autores (Ver Anexo E), verifica-se que o Brasil, possuindo a quinta maior extensão territorial mundial, a terceira do conjunto continental, e a primeira do subcontinente Sul-Americano, com uma presença incontornável sobre um entorno estratégico composto por pequenos e médios países, quer em dimensão quer em população, dispõe da maior e melhor posicionada linha de costa sobre o sector sul de ambas as margens do Atlântico Sul,

⁴²⁸ Sobre os dados apresentados, consultar pp. 98-99 do documento, nas quais consta a respectiva fonte bibliográfica devidamente referenciada.

⁴²⁹ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2010), *Op. Cit.*, nota 39, p. 20.

⁴³⁰ Idem, p. 22.

usufruindo de directo e amplo acesso ao alto-mar. Dispondo de um território que não é atingido por catástrofes naturais cíclicas ou temperaturas extremas, que conferem ao país vantagens comparativas de clima e solo fértil, rico em recursos naturais de toda a ordem – energéticos, minerais, hídricos, vegetais e animais – tem na sua parcela Amazónica a maior fonte potencial conhecida de produtos farmacêuticos, bioquímicos e agronómicos do mundo. Contando com a quinta maior população do mundo, a segunda do conjunto continental americano, a maior do subcontinente, falante de uma só língua, larga e intensamente miscigenada – biológica e culturalmente –, com uma unidade religiosa e rejuvenescida, representa um vasto mercado interno de cerca de 200 milhões de consumidores e um enorme potencial humano, contribuinte decisivo para a condição de oitava economia mundial em 2010, segunda do conjunto continental americano e primeira do subcontinente. Além disso, com um parque industrial relevante e sofisticado, com capacidade tecnológica e científica em áreas como a biotecnologia⁴³¹, a nuclear, a aeronáutica, a informática e a militar⁴³², detendo as Forças Armadas mais numerosas e melhor equipadas do subcontinente, segundas do conjunto continental americano, o Brasil, possui, de facto, os requisitos geopolíticos que lhe conferem uma capacidade de projecção de poder sobre o seu entorno estratégico, permitindo ao país competir com as Super e as Grandes Potências na sua área regional geopolítica, afirmando-se assim, como uma Potência Regional.

Tendo em conta os atributos acima elencados por um lado, e o conceito de Potência Regional enquanto “termo usado para descrever um país com poder e influência suficientes para exercer determinado controle sobre sua região geográfica”⁴³³ por outro, consideramos que, com base no poder efectivamente detido no momento presente, “o Brasil é a potência regional na América do Sul”⁴³⁴. Com base ainda naqueles mesmos atributos e o seu potencial de poder, bem como no conceito de Superpotência Emergente, o qual é utilizado para fazer referência a um “Estado considerado com potencial para alcançar a condição de superpotência, ou próxima de superpotência, ao longo do século XXI”⁴³⁵, consideramos que o Brasil (conjuntamente com a Rússia, Índia e China) integra aquele grupo de “quatro nações

⁴³¹ Cfr. **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues (2011), *Op. Cit.*, **nota 22**, p. 265.

⁴³² Cfr. **GUIMARÃES**, Samuel Pinheiro (2010), *Op. Cit.*, **nota 39**, p. 18.

⁴³³ **SILVA**, Carlos Alberto Pinto (Jan./Fev./2008), *Op. Cit.*, **nota 2**, p. 63.

⁴³⁴ *Idem*, p. 63.

⁴³⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 65.

emergentes (...) (os BRIC's) consideradas como detentoras desse potencial"⁴³⁶, podendo-se-lhe atribuir, assim, o estatuto de Superpotência Emergente.

Porém, sendo que “a geopolítica estabelece que o reconhecimento do Brasil como potência mundial somente poderá ser atingido quando for concretizada a integração de sua Amazônia (...) no processo econômico produtivo”⁴³⁷, para efectivamente alcançar o estatuto de Superpotência o Brasil terá de continuar a promover a integração da Amazônia Legal nos complexos brasileiro e amazónico. Para tal, como já anteriormente foi por nós explorado e afirmado, terá que ser feita e concretizada uma séria aposta na edificação de um conjunto de vias de comunicação, rodo, ferro e hidroviárias, promover uma política de migração planeada, nomeadamente de populações das áreas demograficamente mais saturadas para as áreas amazónicas de vazio demográfico, dar continuação à estratégia de valorização económica assente no estabelecimento de pólos irradiadores de desenvolvimento, com a manutenção do suporte aos existentes e criação de novos, dotando-os de infra-estruturas que providenciem o necessário suporte energético à sua sustentação, para que o país possa explorar o imenso potencial da região em recursos naturais de toda a ordem em toda a plenitude.

Por outro lado, uma vez que a natureza nada mais oferece que possibilidades, e que só o Homem faz História, para que o país possa explorar o imenso potencial colocado à sua disposição pela enorme base física, terá o Brasil de apostar impreterivelmente na formação da sua população para gerar os quadros profissionais necessários ao desenvolvimento do conhecimento científico-tecnológico. Trata-se de um factor determinante para a criação de riqueza e sua equitativa redistribuição, integrando no tecido social e produtivo os milhões de cidadãos excluídos, obtendo assim um reforço dos laços de coesão interna e optimização do enorme potencial humano por um lado, bem como para erguer um aparelho bélico dimensionado e dotado do equipamento necessário a uma verdadeira capacidade de projecção de poder no âmbito mundial por outro para, desse modo, o país poder almejar alcançar o estatuto de Superpotência, não mais Emergente, mas sim consolidada.

⁴³⁶ *Ibidem*, p. 65.

⁴³⁷ **PEREIRA**, Carlos Patricio Freitas (2007), *Op. Cit.*, **nota 38**, p. 315.

CONCLUSÃO

Chegados à fase de proceder à conclusão da presente dissertação, em jeito de fecho de ciclo, recordamos a pergunta de partida que a ela deu início: “Detém o Brasil, no período abrangido pelos anos 1995-2010, os requisitos geopolíticos que lhe valem a classificação (aparentemente generalizada) de Potência Regional, assim como a de Superpotência Emergente?”

Analizados os factores geopolíticos do nosso objecto de estudo no contexto do espaço em que o mesmo se insere, verificamos que, numa América do Sul fisiográfica e humanamente dividida em duas vertentes longitudinais opostas e quatro regiões naturais homogêneas, com as unidades geopolíticas existentes no subcontinente voltadas para a respectiva linha de costa e região natural em que se inserem, vivendo assim de costas voltadas umas para as outras em dissociação psicossocial, o Brasil, pela sua extensão, posição, configuração, estrutura física do território e população, não só predomina no entorno estratégico em que se insere, como também possui o potencial para se constituir na plataforma geográfica e humana de conexão do subcontinente Sul-Americano, e de aproximação à margem ribeirinha Sul-Atlântica do Continente Africano.

Verificámos também que, à maior extensão, à maior população, à maior e melhor posição sobre o Atlântico Sul e à configuração e estrutura física de plataforma de soldadura do subcontinente, o país objecto do nosso estudo soma ainda àqueles, os atributos de maior economia, do maior e mais sofisticado parque industrial, assim como de possuidor das Forças Armadas mais numerosas e bem equipadas da América do Sul. Reune assim um conjunto de condições que lhe abre a possibilidade de projecção geopolítica sobre o subcontinente e a Bacia Sul-Atlântica, tendo-se identificado quatro linhas de projecção: uma direccionada a Sul para o rio Prata, estendendo-se até à Antárctida; outra direccionada à Amazónia e Andes, passando pelos países amazónicos vizinhos; uma terceira direccionada às Caraíbas, passando pela Venezuela, Guianas e Antilhas; e uma última voltada para o Atlântico, especialmente para o sector sul deste Oceano, embora não exclusivamente.

Seguindo por um prisma mais cauteloso, apurámos que o Brasil apresenta a maior extensão territorial, a maior população e a posição, configuração e estrutura física que lhe conferem uma centralidade incontornável no subcontinente Sul-Americano, reforçada pela maior economia, maior indústria e Forças Armadas mais poderosas, a par da existência de unidades

geopolíticas Sul-Americanas na sua vizinhança e que, individualmente consideradas, não possuem extensão territorial e população superior a 20% das do Brasil, à excepção da Argentina. Por outro lado, foi-nos igualmente possível observar que a respectiva posição geográfica, coloca o país objecto do nosso estudo num entorno estratégico composto por um conjunto de nações unidas, acima de quaisquer divergências, pela mesma origem hispânica, tradições histórico-culturais semelhantes e idioma, as quais, no seu cômputo geral, constituem superfície e população superiores à do país objecto de nosso estudo.

Do entorno estratégico brasileiro assim perspectivado, identificámos destacarem-se como centros de poder subcontinentais a *Gran Colombia*, espaço geohistórico englobante das actuais unidades geopolíticas Colômbia, Venezuela e Equador, posicionado ao Norte e a Noroeste do Brasil; o Peru a Noroeste, a Argentina a Sul, e o Chile a Oeste, no âmbito regional Sul-Americano. Por seu lado, no flanco Leste, na margem sul atlântica do Continente Africano, constituem-se como centros de poder regional a Nigéria, a Nordeste; a África do Sul a Sudeste, e, mais recentemente, Angola a Este, com a Argentina a figurar também como centro de poder regional na margem sul-americana da Bacia Sul Atlântica.

Observada a propensão do Brasil para a projecção geopolítica e identificadas as respectivas linhas de tendência, com uma direccionada para o Atlântico Sul e as restantes três para o espaço do subcontinente Sul-Americano, constatámos que a segurança e estabilidade interna daquele depende por um lado, e em boa medida, da estabilidade existente nos frequentemente convulsionados países da margem ribeirinha sul-atlântica do Continente Africano. Além disso, o subcontinente Sul-Americano constitui-se num espaço marcado por antigos e persistentes antagonismos geopolíticos, os quais se estendem de Norte a Sul, ao longo das duas vertentes longitudinais, cruzando-as de Leste a Oeste, ao Norte, Centro e Sul do subcontinente, numa emaranhada teia de tensões geopolíticas que a todas as unidades geopolíticas presentes no espaço Sul-Americano envolve, originando um ambiente estratégico sensível e inflamável a projecções geopolíticas.

Uma vez colocado o foco sobre o país objecto do nosso estudo, analisada a extensão territorial de 8.547.403 km², ocupando cerca de 47,3% da massa terrestre do subcontinente Sul-Americano, acrescida de aproximadamente 3 milhões de km² de águas sul-atlânticas, apresentando uma configuração simultaneamente compacta e alongada, sugerindo uma vocação mista marítimo-continental, a estrutura física ancorada na placa de soldadura do

território nacional – Planalto Brasileiro –, conferindo unidade ao conjunto territorial pela sua permeabilidade, relevo peneplanado, vegetação e clima homogêneos, a par do efectivo populacional, pirâmide etária do mesmo e sua coesão, foi possível verificar que o Brasil possui uma extensa base física, rica em recursos naturais de toda a ordem. Tal permite uma variedade de actividades económicas complementares e vantagens comparativas, dispondo de uma população numerosa, rejuvenescida e unida pela língua e religião, capaz de assegurar o poder humano necessário à exploração das imensas riquezas naturais de um país, cuja estrutura física e clima não colocam barreiras inultrapassáveis à circulação do Factor Humano, possibilitando assim a expansão da fronteira económica à amplitude do território.

Por outro prisma, foi-nos igualmente possível verificar que, se a vasta extensão territorial, a dualidade marítimo-continental e o clima caracterizadamente tropical, conferem ao Brasil um conjunto de potencialidades por um lado, por outro verificámos também que, as mesmas características geopolíticas, têm vindo a colocar uma série de dificuldades à organização e utilização do espaço territorial, particularmente em matéria de ocupação, integração e valorização económica das várias parcelas do território nacional, que mesmo a adopção de uma estrutura político-administrativa descentralizada do tipo federal, e os assinaláveis esforços de povoamento e vertebração do território já realizados, ainda não lograram debelar. Como consequência, o Estado Brasileiro vê-se incapacitado de explorar, na sua plenitude, as enormes potencialidades postas à disposição pela natureza, repercutindo-se este subaproveitamento na incapacidade do mesmo em promover um desenvolvimento económico e social mais harmonioso entre as Regiões, Estados, classes sociais e segmentos da população, causando erosão sobre os laços de coesão interna da comunidade nacional. Por sua vez, verificámos que o consequente afrouxamento dos laços de solidariedade societal têm vindo a reflectir-se sobre a capacidade do Estado Brasileiro em mobilizar o poder humano para a sua estratégia de engrandecimento do Poder Nacional, diminuindo, por um lado, uma potencialidade ao seu dispor e, por outro, possibilitando o surgimento de uma vulnerabilidade que, se no imediato se traduz num enfraquecimento do sentido de lealdade e fidelidade dos cidadãos para com a entidade Estado e elite dirigente, no mediato poderá ser explorada pelas Grandes Potências na sua estratégia de desintegração das grandes unidades geopolíticas da periferia do Sistema Internacional.

Tendo-se constatado uma ocupação do espaço altamente irregular, com cerca de 80% do efectivo populacional concentrado na estreita faixa atlântica, representando esta cerca de 20%

da superfície territorial, com vasto hinterland interior por ocupar, vertebrar, integrar e desenvolver economicamente – dando origem a um conjunto de assimetrias regionais e sociais corrosivo dos laços de coesão interna, com as Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, e os segmentos da população negra/parda e feminina a destacarem-se pela negativa na generalidade dos indicadores socioeconómicos apresentados –, concluímos que das dificuldades colocadas pela geografia física, resultaria uma geografia humana e económica profundamente desequilibrada e limitadora do aproveitamento pleno das potencialidades do Brasil. Por conseguinte, a nosso ver, impõe-se que o Brasil prossiga no esforço da ocupação e integração das várias parcelas do território nacional, promovendo para isso uma política de migração interna das áreas populacionais mais saturadas para as de maior vazio demográfico, de vertebração do espaço com as vias de comunicação necessárias à integração do todo territorial, de criação de pólos de desenvolvimento irradiadores do mesmo, apostando simultaneamente na formação, qualificação e elevação do potencial humano.

Dotado actualmente de capital humano numeroso, rejuvenescido, maioritariamente em idade activa de produção, uma vez optimizado aquele pelo lado da sua formação e qualificação, passaria o Brasil a dispor de todo um conjunto de condições geográficas físicas e humanas, para explorar com maior eficiência as amplas potencialidades que a natureza possibilita ao país por um lado, e aproveitar as potenciais vantagens demográficas que a actual situação de “bónus demográfico” oferece, acautelando ao mesmo tempo também as potenciais desvantagens que a mesma poderá causar, e assim fomentar um nível de desenvolvimento económico e social mais equilibrado, obtendo por essa via maior coesão interna, por outro.

Para maior alcance da política preconizada, talvez o Brasil pudesse beneficiar de uma mais profunda descentralização da estrutura federal, transferindo maiores poderes e competências para os níveis de poder mais próximos e conhecedores dos desafios a vencer no terreno (princípio da subsidiariedade), especialmente em matéria de políticas sociais, assim como pela criação de novos Territórios Federais em áreas de fronteira-faixa e novos Estados, a partir do desmembramento de alguns dos actuais sobredimensionados Estados existentes nas áreas de geopolítica neutra. Paralelamente, este movimento de descentralização da estrutura federal beneficiaria igualmente do facto de ser acompanhado de uma reforma do sistema político que, por sua vez, pudesse conduzir à obtenção de maiorias absolutas com maior frequência ao nível do poder legislativo, libertando dessa feita o executivo da necessidade de formação de coligações governamentais instáveis e do recurso a expedientes de legalidade questionável

para desbloquear os impasses a que a actual configuração do sistema político brasileiro frequentemente tem conduzido. Deste modo, tornar-se-ia possível agilizar os processos de *decision making* e *decision taking*.

Dentro do contexto geral de ocupação do espaço que, como já tivemos oportunidade de referir é extremamente irregular, ao mesmo tempo que se verifica igualmente uma integração deficiente do mesmo, com as assimetrias regionais e sociais daí decorrentes, ferindo a capacidade do Estado em fazer pleno uso das imensas potencialidades oferecidas pela natureza, tem sido possível observar que a Amazónia Legal se apresenta como um espaço geopolítico particularmente representativo de tal realidade, acarretando uma enorme vulnerabilidade para o Estado Brasileiro, dada a cobiça internacional das Grandes potências pelas riquezas naturais da região e sua posição geoestratégica.

Tendo-se constatado que o Brasil possui na Amazónia Legal um enorme reservatório de recursos naturais de toda a ordem: vegetais, animais, agro-pecuários, silvícolas e haliêuticos, hídricos, minerais e energéticos, em quantidade, qualidade e diversidade, com enorme significado económico e correspondente potencial, tem sido possível observar também que aquele espaço, que se considera corresponder a uma dimensão de cerca de 4.871.500 km², correspondente a 58,9% da totalidade da superfície territorial brasileira, conta apenas com 20 milhões de habitantes, perfazendo uma densidade demográfica de apenas 3,5 hab./km², carentes de serviços básicos como saneamento, tratamento e distribuição de água potável, com um sistema de ensino com limitações em todos os níveis escolares e académicos. Com tais privações a traduzirem-se num baixo Índice de Desenvolvimento Humano e contribuindo, consequentemente, para a diminuição do já de si insuficiente poder humano disponível na região, e a respectiva capacidade deste em explorar os abundantes recursos naturais existentes, contribuindo para a fossilização da região como área económica e socialmente subdesenvolvida.

Paralelamente, apesar das repetidas tentativas de internacionalização da Amazónia por parte das Grandes Potências, assim como dos ilícitos a que fronteiras despovoadas e partilhadas com sete dos restantes nove condóminos do complexo amazónico dão origem [podendo tais ilícitos (como os mais variados tráficos, narcotráfico, guerrilhas, narcoguerrilhas e terrorismo) virem a ser explorados como argumentário justificador a uma eventual intervenção externa unilateral sobre alguma(s) das parcelas nacionais que compõem a Amazónia Global, sem que

tal possibilidade de intervenção externa possa excluir à partida a hipótese de a mesma poder vir a incursionar sobre, ou mesmo estender-se, à própria Amazónia Brasileira/Legal], apurámos que o Brasil, para a Segurança e Defesa deste vasto espaço geopolítico de fronteiras porosas, dotou o Comando Militar da Amazónia de apenas 10% do total do efectivo militar actualmente disponível – isto apesar de o país contar com as Forças Armadas mais numerosas e bem equipadas do subcontinente Sul-Americano. A par de tal opção, apurámos ainda que, devido a uma dotação orçamental alocada à defesa inferior a 2% do PIB, o mesmo Comando Militar da Amazónia se debate com carências de meios que afectam a capacidade de interoperacionalidade e de actuação, em tempo útil, dos três ramos das Forças Armadas em qualquer região da Amazónia Legal.

Consequentemente, se tal estado de coisas não coloca em causa a superioridade militar do Brasil face aos centros de poder regionais Sul-Americanos e Sul-Atlânticos, o mesmo poderá inviabilizar a actual estratégia de dissuasão assente em meios militares não-nucleares, a conduzir sob a forma de guerra de guerrilha de longa duração, face a potências extracontinentais dotadas de poderio bélico superior – uma vez que tal modalidade impõe a exigência de um aparelho bélico com elevado nível de prontidão, mobilidade e coordenação, difícil de satisfazer se a interoperacionalidade entre os três ramos das Forças Armadas for posta em causa.

Por conseguinte, concluímos que, enquanto decorrer o previsivelmente longo processo de povoamento e integração da Amazónia Legal no seio da totalidade do conjunto territorial e processo produtivo brasileiro, com a promoção do desenvolvimento económico e social daquele espaço geopolítico, para garantir a Segurança que permita a concretização de tal objectivo, o Brasil terá de, no curto prazo, aumentar a dotação orçamental consignada à defesa para, pelo menos, o valor mínimo de 2% do PIB – de forma a garantir as condições necessárias à consecução eficiente da estratégia de dissuasão mediante condução de uma guerra de guerrilha de longa duração. Deverá, de preferência, fazê-la crescer até um valor que permita ao Brasil dispor de poderio bélico não-nuclear adequado à dissuasão das Grandes Potências extracontinentais no médio prazo, sem deixar de prosseguir com a legítima ambição de desenvolvimento científico em qualquer área do conhecimento, nuclear incluída.

Foi possível observar também que, na qualidade de objectivo nacional brasileiro permanente, a integração da Amazónia Legal constituir-se-á num desafio a realizar às escalas inter-

regional, intra-regional e nacional. Será importante para o Brasil, no que se refere à primeira daquelas escalas, enquanto detentor da maior parcela nacional do complexo amazônico e maior Potência Regional, assumir a liderança da reabilitação do Pacto Amazônico para, num espírito pan-amazônico, criar o contexto propício ao estabelecimento das conexões ferro, hidro e rodoviárias, que permitam a integração das marginalizadas parcelas amazônicas dos países condôminos entre si, estendendo essa integração à conexão das vertentes oceânicas do Pacífico e do Atlântico, beneficiando assim do fluxo de riqueza a circular entre as duas margens oceânicas opostas.

De um ponto de vista dos interesses brasileiros, constatámos que a integração das vertentes do Pacífico e do Atlântico do subcontinente Sul-Americano passa pela conclusão da ligação ferroviária Santos-Arica, ligando o Brasil ao Chile, e pela preferencial conclusão da auto-estrada BR-364, concretizando a ligação do Brasil com o peruano porto de Callao localizado na vertente do Oceano Pacífico, e reduzindo, desse modo, a distância dos produtos brasileiros do grande mercado do Oriente em cerca de 8.000 km. Atendendo à continentalidade da cidade de Manaus, principal pólo de desenvolvimento da Amazônia Legal, foi possível observar também que a conexão da ligação rodoviária brasileira BR-174 aos portos caribenhos da Venezuela e das Guianas constitui, igualmente, uma prioridade no traçar das linhas de comunicação para a integração inter-regional da parcela amazônica brasileira. No respeitante à escala da integração intra-regional da Amazônia Legal, foi-nos possível perceber que a construção, no Estado do Pará, da conexão hidroviária entre os rios Araguaia e Tocantins agregaria a sub-região da Amazônia Central, integrando os Estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Pará, dando um porto fluvial à igualmente continental Brasília, para o escoamento interno da produção local.

Por último, alinhados os conceitos de poder apresentados ao longo dos séculos XIX, XX e primeira década do XXI, os elementos constituintes de poder e as propostas de hierarquização dos Estados em função daqueles e da área de abrangência do exercício do poder, foi possível verificar que o Brasil detém aquele conjunto nuclear de atributos geopolíticos viabilizadores de uma Potência Regional, e com potencial de poder para alcançar o estatuto de Superpotência no decorrer do século XXI.

Em suma: o Brasil possui uma extensa base física, constituindo a quinta maior extensão do mundo, a terceira do conjunto continental americano, e a primeira do subcontinente Sul-

Americano, com uma presença incontornável sobre o seu entorno estratégico Subcontinental, dispondo de amplo e directo acesso ao alto-mar, sobre o qual vigora um clima tropical que nenhuma realização civilizacional impede deterministicamente, rica em recursos naturais de toda a ordem, sobre a qual actua a quinta maior população do mundo, segunda do conjunto continental e maior do subcontinente, rejuvenescida e com unidade linguística e religiosa, a contribuir para a oitava maior economia do mundo, segunda maior do conjunto continental e primeira do subcontinente. Dispondo, ainda, de um parque industrial que responde por cerca de metade da produção da América do Sul, com capacidade tecnológica e científica em áreas como a biotecnologia, a nuclear, a aeronáutica, a informática e a militar, detentor das Forças Armadas mais numerosas e melhor equipadas do subcontinente, segundas do conjunto continental americano, e entre as dez mais poderosas do mundo, concluímos que “o país objecto do nosso estudo – Brasil – possui, de facto, aquele conjunto de factores considerado pela geopolítica como necessário para garantir o recente processo de consolidação do estatuto de Potência Regional”, dando por confirmada a primeira hipótese em que a pergunta de partida se desdobraria.

Dos factores geopolíticos identificados ao longo da presente dissertação, concluímos também que os mesmos possibilitam todo um conjunto de potencialidades ao dispor do Brasil, as quais, “devidamente exploradas e optimizadas, podem alavancar o processo de consolidação daquele país como Potência Regional, bem como sustentar a manutenção do actual processo de emergência em curso, assegurando ao Brasil o estatuto de Superpotência Emergente”, dando também por confirmada a segunda hipótese em que a pergunta de partida se desdobraria.

Pelo lado inverso, a não consecução de uma estratégia de maior e melhor integração de todas as parcelas da vasta superfície territorial brasileira, com especial ênfase para a Amazónia Legal e prioridade para a Calha Norte do rio Amazonas e a Amazónia Ocidental; a não promoção de uma política de migração interna das áreas populacionais mais saturadas para as áreas de maior vazio demográfico, com destaque para as Regiões do Centro-Oeste e Amazónia; a não transferência de maiores poderes e competências do nível Federal para o Estatal e Municipal em matéria de políticas sociais; a não aposta na investigação científica e no desenvolvimento tecnológico através da formação e qualificação do potencial humano, que possibilite uma maior harmonização dos níveis e ritmos de desenvolvimento das várias Regiões brasileiras por um lado, e o erguer de umas Forças Armadas bem equipadas com uma

verdadeira capacidade dissuasória e de projecção de poder a nível mundial por outro, resultam num conjunto de vulnerabilidades para o Brasil. Conclui-se que as mesmas “podem diminuir a capacidade de exploração das enormes potencialidades daquele país na sua plenitude”, retardando assim o processo de consolidação como Potência Regional, bem como estrangular aquele processo de emergência em curso viabilizador do estatuto de Superpotência Emergente, “hipotecando também, dessa forma, uma eventual futura ascensão ao estatuto de Superpotência”, confirmando-se assim a terceira hipótese em que a pergunta de partida se desdobraria.

Confirmadas as três hipóteses de trabalho, podemos, assim, responder afirmativamente à pergunta de partida – “Detém o Brasil, no período abrangido pelos anos 1995-2010, os requisitos geopolíticos que lhe valem a classificação (aparentemente generalizada) de Potência Regional, assim como a de Superpotência Emergente?” -, considerando que actualmente o Brasil possui, de facto, os requisitos que lhe valem a classificação de Potência Regional⁴³⁸, bem como a de Superpotência Emergente⁴³⁹.

Por último, tendo em conta que o Brasil possui “um vastíssimo espaço geográfico marítimo que desloca a fronteira Este (...) muito para dentro do Atlântico, enriquecendo, sobremaneira, o todo brasileiro”⁴⁴⁰, e que “o mar é um dos melhores meios de poder”⁴⁴¹, gostaríamos de deixar a sugestão para que, numa futura investigação de carácter geopolítico sobre o Brasil, se desenvolva um estudo dedicado inteiramente à análise do espaço Sul-Atlântico e sua parcela brasileira (a qual, pela sua dimensão e potencial em recursos naturais, se constitui numa verdadeira “amazónia azul”), no sentido de apreender com maior substantividade o poder e potencial de poder que este espaço poderá aportar ao Brasil.

⁴³⁸ Relembramos aqui o conceito de *Potência Regional* que nos serviu de referência, o qual remete para “um país com poder e influência suficientes para exercer determinado controle sobre a sua região geográfica”, tendo esta classificação sido atribuída ao Brasil, na presente dissertação, com base no poder efectivamente detido por este país na actualidade. Ver: **SILVA**, Carlos Alberto Pinto (Jan./Fev./2008), *Op. Cit.*, **nota 2**, p. 63.

⁴³⁹ Recordamos também o conceito de *Superpotência Emergente* que nos serviu de referência, o qual remete para um “Estado considerado com potencial para alcançar a condição de superpotência, ou próxima de superpotência, ao longo do século XXI”, tendo esta classificação sido atribuída ao Brasil na presente dissertação, não com base no poder efectivamente detido na actualidade por este país, mas antes com base no potencial de poder que se lhe identificou, o qual poderá vir a ser convertido, ou não, em poder efectivo, podendo alcançar, ou não, o estatuto de *Superpotência* ao longo do século XXI. Ver: **SILVA**, Carlos Alberto Pinto (Jan./Fev./2008), *Op. Cit.*, **nota 2**, p. 65.

⁴⁴⁰ **FONTOURA**, Luís (2011), “O Pensamento Geopolítico do General Meira Mattos”, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, p. 13.

⁴⁴¹ Idem, p. 13.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

ALBUQUERQUE, E. S. de (2006), *Geopolítica do Brasil: A construção da soberania nacional*, São Paulo: Atual.

ALMEIDA, Políbio F. V. de (1990), *Do Poder do Pequeno Estado – Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

ALMEIDA, P. F. V. de (1994), *Ensaio de Geopolítica*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto de Investigação Científica Tropical.

ANDRADE, M. C. de (2007), *Geopolítica do Brasil*, Campinas, São Paulo: Papyrus Editora.

ANDRADE, R. M. V. de (2008), *A Geopolítica do Brasil*, Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

BACKHEUSER, E. (1952), *Geopolítica Geral do Brasil*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

BALÃO, S. M. R. (2011), *A Matriz do Poder – Uma Visão Analítica da Globalização e Anti-Globalização*, Lisboa: Edições MGI.

BANDEIRA, L. A. M. (2010), *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BATES, R. L, e **JACKSON**, J. A. (1980), *Glossary of Geology*, Falls Church - Virginia: American Geological Institute.

BÈGARIE, H. C. (1985), *Géostratégie de L'Atlantique Sud*, Paris: Press Universitaires de France.

BESSA, A. M. (2001), *O Olhar do Leviathan - Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

BESSA, A. M. e PINTO, J. N. (2009), *Introdução à Política – O Poder na História*, Lisboa / São Paulo: Editorial VERBO.

BRIANO, J. P. (1977), *Geopolítica y Geoestrategia Americana*, Buenos Aires: Editorial Pleamar.

CASTANHO, C. A. (1972), *Dicionário Universal das Idéias*, São Paulo: Editora Meca Ltda.

CASTRO, T. de (1986), *Retrato do Brasil - Atlas-Texto de Geopolítica*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

CASTRO, T. de (1994), *Nossa América - Geopolítica Comparada*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

DIAS, C. M. M. (2005), *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*, Lisboa: Prefácio.

ECHAUDÉMAISON, C. D. (1998), *Dicionário de Economia e Ciências Sociais*, Paris: Editions Nathan.

FREITAS, J. M. C (1999), *A Escola Geopolítica Brasileira*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

FREYRE, G. (1957), *Casa-Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, Lisboa: Edições Livros do Brasil.

FREYRE, G. (1961), *O Luso e o Trópico – Sugestões Em Torno dos Métodos Portugueses de Integração de Povos Autóctones e de Culturas Diferentes da Europeia Num Complexo Novo de Civilização: O Luso-Tropical*, Lisboa: Comissão Executiva Das Comemorações do V Centenário Da Morte do Infante D. Henrique.

GALVÃO, E. R. (1988), *Estudo de Problemas Brasileiros*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

GIDDENS, A. (2009), *Sociologia*, Lisboa: Edição Calouste Gulbenkian.

LACOSTE, Y. (1995), *Dictionnaire de Géopolitique*, Paris:Édition Flammarion.

LARA, A. de S. (2009), *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

MACHADO, E. M. J. (2006), *Direito Internacional – Do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro*, Coimbra: Coimbra Editora.

MARINI, J. F., (1985), *El Conocimiento Geopolítico*, Buenos Aires: Talleres Gráficos de Errege.

MATTOS, C. de M. (1959), *Projeção Mundial do Brasil*, São Paulo: Gráfica Leal.

MATTOS, C. de M. (1975), *Brasil - Geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro: J. Olympio Editora.

MATTOS, C. de M. (1977), *A Geopolítica e as Projeções do Poder*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

MATTOS, C. de M. (1980) *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

MATTOS, C. de M. (1984), *Geopolítica e Trópicos*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

MATTOS, C. de M. (1990), *Geopolítica e Teoria de Fronteiras - Fronteiras do Brasil*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

MATTOS, C. de M. (2002), *Geopolítica e Modernidade - A Geopolítica Brasileira*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

MENDE, T. (1965), *Entre a Esperança e o Medo – Reflexões Acerca da História de Hoje*, Lisboa: Editorial Estúdios Cor.

MIYAMOTO. S. (1995), *Geopolítica e Poder no Brasil*, Campinas, São Paulo: Papirus Editora.

MOREIRA, A. (2002), *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra: Livraria Almedina, 4ª edição.

MOREIRA, A. (2009), *Ciência Política*, Coimbra: Edições Almedina, 4ª edição.

MOREIRA, A. (2011), *A Circunstância do Estado Exíguo*, Lisboa: Diário de Bordo editores.

MORGENTHAU, J. H. (1993), *Politics Among Nations – The Struggle for Power and Peace*, Caledonia: ComCom, Inc.

OLIVEIRA, H. e LESSA A. (org) (2006), *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*, v.1., São Paulo: Editora Saraiva.

PEREIRA, C. P. F. (2007), *Geopolítica e o Futuro do Brasil - Amazônia Ocidental e Pantanal comunidade Sul-Americana*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

RICARDO, C. (1942), *Marcha Para o Oeste*, Rio de Janeiro: Editora José Olympo.

RODRIGUES, L. (1947), *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro: Biblioteca Militar.

SANTOS, J. A. L. dos (2006), *O Império Debaixo de Fogo – Ofensiva Contra a Ordem Internacional Unipolar – Reflexões sobre Estratégia V*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

SANTOS, J. A. L. dos (2009), *As Guerras que já aí estão e as que nos esperam se os políticos não mudarem – Reflexões sobre Estratégia VI*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

SCHNEEBERGER, C. A. e FARAGO, L. A. (2003), *Minimanual compacto de geografia do Brasil: teoria e prática*, São Paulo: Rideel.

SILVA, G. do C. e (1981). *Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro: J. Olympio Editora.

SOUSA, F. (2008), *Dicionário de Relações Internacionais*, Porto: Edições Afrontamento – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2ª edição

TOYNBEE, A. (1969), *Um Estudo de História*, Lisboa: Editora Ulisseia Limitada, 2ª Edição.

TRAVASSOS, M. (1935), *Projeção Continental do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

VIVENS, J. V. (1950), *Tratado General de Geopolítica*, Barcelona: Editorial Teide.

ARTIGOS e outras fontes documentais

ALBUQUERQUE, J. A. G. (2008), “Os desafios de uma ordem internacional em transição”, in *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*, v.1., São Paulo: Editora Saraiva.

ALMEIDA, C. W. L. de (2002), “Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, perspectivas da economia de defesa”, Rio de Janeiro: **A Defesa Nacional**, Ano 88, nº 793.

ALMEIDA, P. F. V. de (2008), “Breve Esboço Geopolítico da América do Sul”, Aveiro: ISCIA – Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração, **Geopolítica** – derivações semânticas da Geopolítica, nº 2.

CASTRO, T. de (1992), “Amazônia – Geopolítica do Confronto e Geoestratégia da Integração”, Rio de Janeiro: **A Defesa Nacional**/Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, nº 755.

CASTRO, T. de (1999), “América do Sul: Vocação Geopolítica”, Rio de Janeiro: **A Defesa Nacional**/Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, nº 783.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (2002), “Dissuasão não-nuclear: limites e aplicabilidade”, Rio de Janeiro: **A Defesa Nacional**/Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, vol. 88, nº 794.

COHEN, K.M., **FINNEY**, S., e **GIBBARD**, P.L., (2012), “International Chronostratigraphic Chart”, © International Commission on Stratigraphy.

DIAS, C. M. M. (Nov./2011), “Conceitos, Modelo de Análise de Dinâmicas Regionais e CPLP”, Aveiro: ISCIA – Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração. **Geopolítica – Revista do Centro Português de Geopolítica**, nº 4.

FONTOURA, L. (2002). “CPLP – A importância do Brasil no espaço lusófono”, Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Separata do Boletim Nº 28.

FONTOURA, L. (2011), “O Pensamento Geopolítico do General Meira Mattos”, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2010), “Prefácio: Reflexões Sul-Americanas”, in **BANDEIRA**, Luiz Alberto, *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul) 1870-2007*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2010), “Estudos e Pesquisas de Informação Geográfica: Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2010”, Rio de Janeiro: IBGE, nº 7.

MARTU, A. (2002), “A narcoguerrilha na fronteira amazônica: uma questão de soberania e integridade territorial”, Rio de Janeiro: **A Defesa Nacional**/Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, nº 793.

MATTOS, C. de M. (1991), “O Pensamento Estratégico Brasileiro: Projeções das influências de nossa continentalidade”, Rio de Janeiro: **A Defesa Nacional**/Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, nº 751.

OLIVEIRA, N. C. de (1992), “Temas Amazônicos”, Rio de Janeiro: **A Defesa Nacional**/Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, nº 755.

RICUPERO, R. (2011), “O que nos reservam as próximas décadas? O futuro visto de uma perspectiva brasileira”, Lisboa: **Revista de Relações Internacionais**, nº 29.

SARAIVA, J. F. S. (2008), “À busca de uma nova sociedade internacional: teoria e prática das relações internacionais do Brasil, in relações internacionais do Brasil: temas e agendas, v.1., São Paulo: Editora Saraiva.

SILVA, A., **ROSÁRIO**, F., **RODRIGUES** R. (coord), **CYMBRON**, **BORGES**, **FARIA**, R. de, (1987), “O Brasil e as Relações Inter-atlânticas”, Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

SILVA, C. A. P. (2008), “A Estatura Político-Estratégica do Brasil e o Poderio Bélico Nacional: Idéias Para o Planejamento Estratégico”, Kansas: **Military Review**, tomo 88, nº 1.

SMICELATO, J. A. (2003), “O Brasil e a Estratégia de Segurança e Defesa da Amazônia”, Lisboa: **Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares**, nº 57.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (2011), “The Military Balance 2011 – The annual assessment of global military capabilities and defence economics”, Londres: Routledge-Taylor & Francis Group.

INTERNET e outras fontes digitais

“As 10 maiores economias do mundo em 2010”, disponível em: <http://girouniversal.wordpress.com/2010/08/19/as-10-maiores-economias-do-mundo-em-2010/>. Acesso a: 17/Jan./2013; 17:30.

ALVES, J. E. D., “O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil”, disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/Alvez.pdf. Acesso a: 03/Nov./2011; 10:23.

AVELAR, L. e CINTRA, A., “Sistema Político Brasileiro: uma introdução”, São Paulo: Editora Unesp, disponível em: www.rejuma.org.br/wiki/images/3/38/Federacoes_e_relacoes_intergovernamentais.pdf. Acesso a: 17/Dez./2011; 17:32.

BALÃO, S. M. R., “Contributos Para Uma Estratégia da Informação Nacional”, disponível em: <http://www.academiamilitar.pt/proelium-n.o-13/a-geopolitica-e-geoestrategica-nocibersepaco.html>. Acesso a: 07/Set./2012; 19:20.

BANDEIRA, L. A. M., (2008) “O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior”, **Revista Espaço Acadêmico**, nº 91, disponível em: www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.htm. Acesso a: 15/Fev./2012; 13:52.

BECKER, B. K. (2005), “Geopolítica da Amazônia”, *Estud. av.* Vol. 19, nº 53, São Paulo, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142005000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso a: 07/Mar./2011; 11:00.

“Biopirataria na Amazônia”, disponível em: ambientes.ambientebrasil.com.br/floresta_amazonica/biopirataria_na_amazonia.html. Acesso a: 18/Abr./2013; 12:10.

“Brasil tem segundo maior rebanho de gado bovino”, disponível em: www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2010/11/24brasil-tem-segundo-maior-rebanho-de-bovinos. Acesso a: 15/Jan./2011; 14:50.

BRITO, F. (2008), “Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil”, São Paulo: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, vol. 25, nº 1., disponível em: <http://dx.docs.org/10.1590/S0102-30982008000100002>. Acesso a: 05/Nov./2011; 11:42.

CARDEAL, R (04/Mar./2011), “Renda *per capita* do Brasil supera a do México em 2010”, Brasil: Agência Estado, disponível em: <http://www.ig.com.br/> . Acesso a: 22/Out./2011; 17:43.

[Commons.Wikimedia.org/wiki/file: brazil koppenclimatemap_portuguese.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:brazil_koppenclimatemap_portuguese.svg). Acesso a: 02/Nov./2011; 17:24.

CARTA CONSTITUCIONAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1946, disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Anexo:imprimir/Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_1946-dos-Estados_Unidos_do_Brasil. Acesso a: 15/Jan./2013; 16:20.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL 1891, disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_1891_dos_Estados_Unidos_do_Brasil. Acesso a: 15/Jan./2013; 15:41.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, disponível em: http://pt.wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_1988_da_Rep%C3%BAblica_Federativa_do_Brasil. Acesso a: 15/Jan./2013; 14:12.

“Economia do Brasil”, disponível em: [wwwccibra.com.br/website/economia_brasil.php](http://www.ccibra.com.br/website/economia_brasil.php). Acesso a: 28/Abr./2013; 09:32.

“Embraer e AgustaWestland cancelam acordo no Brasil”, disponível em: www.wefe/noticias/Portugal/economia/embraer-agustawestland-cancelam-acordo-brasil/6/62019/2020130. Acesso a: 28/Abr./2013; 12:08.

GALASTRI, Leandro de O., “A Participação Brasileira na Missão de Observadores Militares Equador-Peru (1995-1999)”, disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/SP/download/CD%20XVII/ST%20XV/Leandro%20de%20Oliveira%20Galastri.pdf>. Acesso a: 08/Jan./2013; 10:23.

GRANGER, D., “Brazil’s Hemispheric Geopolitics”, disponível em: www.scribd.com/doc/65212690/Brazil-s-Hemispheric-Geopolitics. Acesso a: 30/Jun./2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, “Primeiros resultados definitivos do Censo 2010: População do Brasil é de 190.755.799. pessoas”, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso a: 18/Out./2011; 12:12.

INSTITUTO IDEIAS – INSTITUTO DE DIREITO DO ESTADO E AÇÕES SOCIAIS, “Sistema Partidário: Fidelidade Partidária e Limitações à Pulverização dos Partidos Políticos”. Rio de Janeiro. Disponível em: www.institutoideias.org.br/. Acesso a: 17/Dez./2011; 23:48.

“Produção de petróleo no Brasil deve atingir 6,1 milhões de barris em 2020”, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011>. Acesso a: 06/Jun./2011; 20:09.

MINISTÉRIO DA DEFESA, SECRETARIA DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ASSUNTOS INTERNACIONAIS (2007), “Doutrina Militar de Defesa”, disponível em: www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/doutrina_militar_de_defesa.pdf. Acesso a: 10/Mar./2013; 10:25.

MORAIS, T. de F., “Neoinstitucionalismo e o sistema Brasileiro”, disponível em: www.cchl.ufrn.br/humanidades/ARTIGOS/GT32/Neoinstitucionalismo%20e%20. Acesso a: 17/Dez./2011; 21:05.

OLIVEIRA, L. K. e **GARCIA**, T. S. L. (2010), “O Conceito de Heartland na Geopolítica Clássica: Funcionalidade e Limites para a análise da Região Central da América do Sul”, disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT17-598-977-20100904053012.pdf>. Acesso a: 07/Jan./2013; 15:13.

SANTOS, B. A. (2002), “Amazônia Brasileira – recursos minerais da Amazônia”, São Paulo: Estud. av. Vol. 16, nº 45, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200009>. Acesso a: 10/Dez./2011; 14:43.

<http://www.7thson3.tripod.com/choppers/EuFennec.html>. Acesso a: 11/Abr./2013; 10:19.

<http://www.aereo.jor.br/2012/12/05>. Acesso a: 11/Abr./2013; 15:41 e 15:50.

<http://www.airliners.net/photo/Brazil>. Acesso a: 12/Abr./2013; 15:33 e 15:41.

<http://www.airliners.net/photo/Brazil---Army>. Acesso a: 11/Abr./2013; 11:10.

<http://www.areamilitar.net>. Acesso a: 11/Abr./2013; 09:38 e 11:40.

<http://www.avioesemusicas.com>. Acesso a: 11/Abr./2013; 15:32.

<http://www.brasilemdefesa.com>. Acesso a: 11/Abr./2013; 09:53.

<http://www.brasilmergulho.com>. Acesso a: 11/Abr./2013; 11:44.

<http://www.cavok.com.br>. Acesso a: 11/Abr./2013; 10:11 e 14:22.

<http://www.commonswikimedia.org/wiki/File>. Acesso a: 11/Abr./2013; 11:04.

http://www.en.wikipedia.org/wiki/Embraer_EMB_314_Super_Tucano. Acesso a: 11/Abr./2013; 12:37 e 16:12.

<http://www.fab.mil.br>. Acesso a: 11/Abr./2013; 12:41.

<http://www.fl410.wordpress.com>. Acesso a: 12/Abr./2013; 15:18.

<http://www.flickr.com>. Acesso a: 11/Abr./2013; 15:23 e 15:56.

<http://www.freepages.military.rootsweb.ancestry.com>. Acesso a: 11/Abr./2013; 14:17.

<http://www.helis.com/database/modelorg/1272>. Acesso a: 11/Abr./2013; 11:19.

[http://www.infopedia.pt/\\$estado-nacao](http://www.infopedia.pt/$estado-nacao). Acesso a: 15/Jan./2013; 11:11.

<http://www.joaocienciaegeografiaaeronaves.blogspot.com>. Acesso a: 12/Abr./2013; 15:51.

<http://www.mar.mil.br>. Acesso a: 11/Abr./2013; 11:55 e 12:12.12:21 e 12:26.

<http://www.militaryphotos.net>. Acesso a: 11/Abr./2013; 12:30.

<http://www.military-today.com> . Acesso a: 11/Abr./2013; 09:59 e 10:02.

<http://www.naval.com.br>. Acesso a: 11/Abr./2013; 11:29 e 11:34., 11:49., 11:51 e 12:17.

<http://www.noticiasaviacao.blogspot.pt>. Acesso a: 11/Abr./2013; 15:43.

<http://www.panoramio.com>. Acesso a: 11/Abr./2013; 09:46.

<http://www.pedagogiccos.blogspot.pt/2012/06/mapa-da-america-do-sul.html>. Acesso a: 27/Out./2011; 15:30.

http://www.pinonfriaes.com/page_25.html. Acesso a: 21/Nov./2011; 22:03.

<http://www.pt.wikipedia.org>. Acesso a: 11/Abr./2013; 15:39 e 15:57.

<http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Leopard>. Acesso a: 11/Abr./2013; 09:21.

<http://www.radarfs.blogspot.com>. Acesso a: 11/Abr./2013; 12:45.

<http://www.revistaescola.abril.com.br/geografia/fundamentos/como-funciona-processo-criacao-novos-estados-476160shtml>. Acesso a: 12/Nov./2011; 11:17.

<http://www.saorbats.com.ar>. Acesso a: 12/Abr./2013; 15:12.

http://www.segurancaedefesa.com/FAB_Seculo21.html. Acesso a: 12/Abr./2013; 15:29.

<http://www.tecnodefesa.com.br>. Acesso a: 11/Abr./2013; 09:29.

<http://www.uh1iroquois.blogspot.pt>. Acesso a: 11/Abr./2013; 14:30.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/utl91u355967.shtml>. Acesso a: 15/Jan./2012; 20:19.

ANEXOS

Conceitos Operacionais Centrais

Tendo em conta que os conceitos operacionais “constituem o primeiro instrumento de organização da realidade a estudar”⁴⁴² e que permitem “ultrapassar o uso comum”⁴⁴³ e impreciso da terminologia científica, mediante uma conceptualização “não casual mas orientada e propositada, que é a atitude específica do investigador”⁴⁴⁴, optámos por apresentar aqui, em anexo, um conjunto de conceitos operacionais contendo as definições daqueles considerados como centrais para o correcto entendimento do nosso estudo, o qual não só permite uma adequada organização de tais conceitos, como também possibilita a sua oportuna classificação e útil comparação⁴⁴⁵, contribuindo desta feita para uma melhor compreensão da presente dissertação.

Conceito de Geopolítica – Segundo o *Dicionário de Relações Internacionais*⁴⁴⁶, elaborado sob a coordenação de Fernando Sousa, a *Geopolítica* é conceptualizada como um “método explicativo que relaciona os factores de poder do Estado com a política internacional e o meio geográfico”⁴⁴⁷, que resulta da “combinação da ciência política e da geografia, [e] que estuda as relações que existem entre a condução da política externa de um país e o quadro geográfico no qual ela se exerce”⁴⁴⁸, constituindo assim “um método da política externa que explica e prevê o comportamento da política internacional em função das variáveis geográficas”⁴⁴⁹. Prosseguindo no encalço da definição que aquela obra apresenta, pode ler-se ainda que a *Geopolítica* “é o estudo diacrónico da política a partir de um ponto de vista geográfico, nas suas relações com os ambientes físico e social, estudo esse orientado para as Relações Internacionais, dedicando especial atenção ao que se relaciona com a geração, a aquisição e o emprego do poder, tentando definir constantes, tendências, limites e condicionamentos”⁴⁵⁰. Em jeito de remate, considera-se no referido dicionário que a *Geopolítica* “constitui um

⁴⁴² MOREIRA, Adriano (2009), *Op. Cit.*, nota 58, p. 128.

⁴⁴³ Idem, p. 129.

⁴⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 129.

⁴⁴⁵ Cfr. *ibidem*, p. 130.

⁴⁴⁶ Cfr. SOUSA, Fernando (2008), *Dicionário de Relações Internacionais*, Porto: Edições Afrontamento/ Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2ª edição.

⁴⁴⁷ Idem p. 92.

⁴⁴⁸ Idem, *ibidem* p. 92.

⁴⁴⁹ *Ibidem* p. 92.

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p. 92.

método de interpretação da fenomenologia política, vocacionado para a percepção e definição de objectivos, de interesses, de condicionantes, e dos factores de poder”⁴⁵¹.

Concordando com alguns aspectos da conceptualização acima reproduzida (nomeadamente com as referências que apontam a *Geopolítica* como uma combinação da Ciência Política e da Geografia que realiza um estudo diacrónico da política a partir de um ponto de vista geográfico, explorando para o efeito as relações da política com os ambientes físico e social de forma a identificar constantes tendências, limites e condicionamentos com implicações para o poder e seus factores, procedendo consequentemente à definição de objectivos, interesses e condicionantes), não podemos deixar de fazer um reparo às passagens daquele dicionário de relações internacionais que apresentam a *Geopolítica* como um “estudo (...) orientado para as Relações Internacionais”⁴⁵² que “constitui um método da política externa que explica e prevê o comportamento da política internacional em função de variáveis geográficas”⁴⁵³, dado que estas reflectem essencialmente a tendência que “les spécialistes des relations internationales [têm para] envisagent la géopolitique plus encore en fonction de leurs préoccupation”⁴⁵⁴.

Porém, e sem que com isso se rejeite a possibilidade da *Geopolítica* poder ser posta ao serviço das Relações Internacionais e constituir um poderoso instrumento de auxílio do Estado na condução da política externa, tomamos partido com Yves Lacoste quando este afirma, no *Dictionnaire de Géopolitique*⁴⁵⁵, que “on parle aussi de géopolitique, (...) à propos de problèmes politiques au sein d’un même État, [tais como] des revendications régionaliste, de la géographie des résultats électoraux, du découpage ou du regroupement de circonscriptions administratives ou des questions d’aménagement du territoire”⁴⁵⁶. Considerado aquele campo de aplicação interna da *Geopolítica*, Yves Lacoste daria ainda como exemplo, por excelência, de linha de pensamento de geopolítica interna, aquela que vem sendo praticada “déjà depuis plusieurs décennies, en Amérique latine, [pelos] milieux dirigeants et surtout [pelos] militaires

⁴⁵¹ *Ibidem*, p. 92.

⁴⁵² *Ibidem*, p. 92.

⁴⁵³ *Ibidem*, p. 92.

⁴⁵⁴ LACOSTE, Yves (1995), *Dictionnaire de Géopolitique*, Paris: Édition Flammarion, p. 10.

⁴⁵⁵ Cfr. *idem*.

⁴⁵⁶ *Idem*, *ibidem* p. 7.

brésiliens, argentins et chiliens [os quais] se réfèrent à la *geopolitica* pour mener des opérations d'aménagement de leurs territoires ou d'organisation de l'espace"⁴⁵⁷.

Assim, no seguimento do que acima fica dito, somos levados a concordar com a chamada de atenção de Yves Lacoste para o facto de que “il y a en effet diverses façons de concevoir la géopolitique, et [que] le term même a pu se voir donner des acceptions très différentes”⁴⁵⁸ e a sublinhar também a natural consequência de que “cada autor conceitua a geopolítica de forma distinta”⁴⁵⁹, situação que se fica a dever, em grande medida, à diversidade das áreas académicas de proveniência dos muitos autores que tem avançado com as suas propostas de conceito desde o final do século XIX, quando o termo foi utilizado pela primeira vez pelo professor sueco Rudolf Kjellén (1824-1922) em 1899⁴⁶⁰, redundando este quadro geral numa crescente dificuldade de conceptualização do termo *Geopolítica*, a qual tende a aumentar na mesma medida em que as propostas se multiplicam.

Para contornar aquela dificuldade acima identificada e ao mesmo tempo obter uma definição de *Geopolítica* o mais abrangente possível, optaremos por apresentar aqui uma definição compósita, que combina o contributo de vários autores, na qual se concebe a *Geopolítica* como: uma disciplina científica que “estudia las mutuas relaciones, influencias, y acciones entre el Estado y el espacio, a fin de aportar conocimientos o soluciones de carácter político”⁴⁶¹, vocacionada “para a percepção e definição de objectivos, de interesses, de condicionantes, e dos factores de poder”⁴⁶², dedicando assim “especial atenção ao que se relaciona com a geração, a aquisição e o emprego do poder [por um lado], [e] tentando definir constantes, tendências, limites e condicionamentos [por outro]”⁴⁶³, a qual apresenta também “um carácter essencialmente dinâmico”⁴⁶⁴, e se constitui “[n]um ramo da Ciência Política que se formou pela interação de três ramos de conhecimento; a Geografia, a Política e a História”⁴⁶⁵.

Por conseguinte, uma definição assim elaborada não só oferece uma conceptualização mais completa e abrangente, como também permite, e acima de tudo, obter um conceito de

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p. 10.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, p. 4.

⁴⁵⁹ MIYAMOTO, Shiguenoli (1995), *Op. Cit.*, nota 44, p. 22.

⁴⁶⁰ Cfr. *idem*, p. 21.

⁴⁶¹ MARINI, Jose Felipe (1985), *Op. Cit.*, nota 6, p. 44.

⁴⁶² SOUSA, Fernando (2008), *Op. Cit.*, nota 446, p. 92.

⁴⁶³ *Idem*, p. 92.

⁴⁶⁴ MIYAMOTO, Shiguenoli (1995), *Op. Cit.*, nota 44, p. 25.

⁴⁶⁵ MATTOS, Carlos de Meira (2002), *Op. Cit.*, nota 51, p. 29.

Geopolítica mais objectivo e isento de particularismos típicos de outras ciências que com a *Geopolítica* se relacionam (mas que com ela não se devem confundir), preservando-se assim a sua essência própria enquanto disciplina científica afecta à Ciência Política.

Conceito de Geoestratégia – Na presente dissertação conceberemos a *Geoestratégia* como “o estudo entre os problemas estratégicos e os factores geográficos, à escala das grandes regiões ou mesmo à escala mundial, procurando deduzir a influência dos factos geográficos (económicos, demográficos, sociais, etc.) nas situações estratégicas, bem como as possíveis consequências, nesses factos geográficos, da aplicação das manobras estratégicas e da consecução dos respectivos objectivos”⁴⁶⁶, constituindo-se, também, num método “vocacionado para a percepção e análise dos conflitos (expressos ou potenciais), bem como dos comportamentos possíveis nesses conflitos”⁴⁶⁷.

Estabelecidos os conceitos de *Geoestratégia* e *Geopolítica* podemos verificar que as duas ciências se apresentam intimamente relacionadas, estabelecendo um tipo de relação na qual “a geoestratégia surge como um elemento, ou parte, da geopolítica”⁴⁶⁸. Porém, dada a «especialização» da *Geoestratégia* no “estudo dos problemas ligados à relação entre a geografia e o uso da coacção em situações de conflito”⁴⁶⁹ através da “construção de modelos ou cenários de emprego da coacção (actual ou potencial) com base no conhecimento geográfico”⁴⁷⁰, consideramos tratarem-se de duas ciências distintas dotadas de método próprio.

Conceito de Potência – Segundo o *Dicionário de Relações Internacionais* já utilizado anteriormente, a noção de *Potência* aparece conceptualizada como um “Estado que define as regras da política internacional ou mundial, dispondo dos recursos necessários para defender tais regras”⁴⁷¹. Seguindo o desenvolvimento que naquela obra se faz do conceito de *Potência*, pode ainda ler-se que “as potências podem ser definidas a partir da dimensão dos seus recursos ou tendo em atenção o papel estruturador que assume em relação aos outros Estados”⁴⁷². Estabelecidos aqueles pressupostos considera-se ainda, no referido dicionário, que “existem vários tipos de potências: a superpotência, a potência hegemónica, a grande

⁴⁶⁶ SOUSA, Fernando (2008), *Op. Cit.*, nota 446, p. 91.

⁴⁶⁷ Idem, p. 91.

⁴⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 91.

⁴⁶⁹ *Ibidem*, p. 91.

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p. 91.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 162.

⁴⁷² *Ibidem*, p. 162.

potência, a potência média e a potência regional”⁴⁷³, e que “a maior parte dos Estados, enquanto pequenos Estados ou Estados minúsculos, estão fora do conceito de potência”⁴⁷⁴.

Avançados os tipos de *Potência* considerados naquele dicionário, a equipa responsável pela sua elaboração passa a apresentar, hierarquicamente, a definição de cada um, recorrendo a exemplos concretos para ilustrar o conteúdo das definições propostas. Assim, considera-se no referido dicionário que uma “*Superpotência* [é o] Estado assim designado devido ao seu poder de dissuasão militar e nuclear, que constitui a base da sua influência mundial e se traduziu pela criação de vastas zonas de influência ou autoridade política – Estados Unidos e União Soviética durante a vigência do sistema bipolar”⁴⁷⁵. No patamar imediatamente a seguir surge a “*Potência hegemónica* [definida como um] Estado com capacidade para determinar ou influenciar fortemente o sistema internacional aos mais diversos níveis – político, militar, económico, tecnológico, etc. – como foi o caso dos Estados Unidos, com o afundamento da União Soviética após 1991”⁴⁷⁶. Àquela categoria segue-se a “*Grande potência* [concebida como um] Estado com interesses e presença mundial como a China, França e Grã-Bretanha, influentes sob o ponto de vista político e militar – armas nucleares, forças convencionais significativas, membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU – ou ainda importantes economicamente, como a Alemanha”⁴⁷⁷. No nível hierárquico seguinte surge a “*Potência média* [como patamar integrado por] Estados que dispõem de importantes recursos – territórios vastos, população numerosa, economia dinâmica, etc. – e que, pela sua diplomacia e influência, podem vir a converter-se em grandes potências, como o Brasil, Canadá, Espanha, Índia e Itália”⁴⁷⁸. No patamar imediatamente seguinte surge a “*Potência regional* [concebida como um] Estado que pela sua dimensão económica, demográfica e militar, desempenha o papel de Grande Potência num determinado âmbito geográfico – Brasil e México na América Latina; Índia e Paquistão na Ásia do Sul; Irão e Egipto no Próximo e Médio Oriente; Marrocos e Argélia na África do Norte”⁴⁷⁹. Abaixo desta última categoria, o referido dicionário consideraria ainda os “*Pequenos Estados* [que] são aqueles que têm uma limitada participação nos assuntos internacionais, não participando na definição das regras do

⁴⁷³ *Ibidem*, p. 162.

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 162.

⁴⁷⁵ *Ibidem*, p. 162.

⁴⁷⁶ *Ibidem*, p. 162.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, p. 162.

⁴⁷⁸ *Ibidem*, p. 163.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. 163.

jogo”⁴⁸⁰, sem deixar de fazer curiosa referência aos “*Estados minúsculos* [que] registam territórios exíguos ou população escassa – menos de 30 000 habitantes”⁴⁸¹.

Exposta a proposta de conceptualização de *Potência* constante no já referido *Dicionário de Relações Internacionais*, com a hierarquia dos tipos de potências que nela se contempla e suas respectivas definições, optámos por não a tomar como referência para o desenvolvimento da nossa dissertação, senão muito parcialmente, e acima de tudo, como mero exemplo de estrutura para a elaboração de um conceito de *Potência* próprio, da nossa autoria, o qual deverá ser tomado como a única referência da presente dissertação.

Feita esta opção admitimos, contudo, tomar como pequeno contributo para o nosso conceito próprio, a genérica definição de *Potência* como um Estado que define as regras da política internacional ou mundial, dispondo dos recursos necessários para defender tais regras, concordando ainda com o princípio básico de que as potências podem ser definidas a partir da dimensão dos seus recursos ou tendo em atenção o papel estruturador que assume em relação aos outros Estados, apesar de demasiado vago.

Porém, no nosso conceito de *Potência* optámos por conferir ao pressuposto dos recursos um conteúdo mais preciso, considerando que a abordagem àqueles terá de ter em conta seis requisitos fundamentais: dimensão e posição geográfica, número populacional elevado, posse de imensos recursos naturais, capacidade económica, industrial, tecnológica e científica, capacidade militar, e coesão interna – os quais constituem as variáveis do modelo de avaliação de poder e potencial de poder da autoria do General e geopolítico Carlos de Meira Mattos, que de resto já tivemos a oportunidade de assumi-lo como nosso e referenciar. Quanto à referência ao papel estruturador que um Estado assume relativamente a outros na sua qualidade de potência, sentimos igual necessidade de dar forma mais concreta a este pressuposto, considerando no nosso conceito que o mesmo se materializa na abrangência geográfica sobre a qual determinada potência tem capacidade de exercer poder ou, por outras palavras, no grau de limitação de que a mesma sofre em termos de amplitude geográfica.

No que aos vários tipos de potência considerados na proposta apresentada por aquele dicionário diz respeito (*Superpotência*, *Potência Hegemónica*, *Grande Potência*, *Potência Média* e *Potência Regional*) optámos também por não a adoptar no nosso conceito, por

⁴⁸⁰ *Ibidem*, p. 163.

⁴⁸¹ *Ibidem*, p. 163.

considerarmos que a mesma não se apresenta como a mais representativa para reflectir a actual hierarquia de poderes na presente fase de reconfiguração da ordem internacional, tendo a nossa preferência recaída sobre a proposta apresentada pelo General Carlos Alberto Pinto Silva, a qual consiste em seis categorias de potência: *Hiperpotência*, *Superpotência*, *Superpotência Emergente*, *Grande Potência*, *Média Potência* e *Potência Regional*⁴⁸², cujas definições passamos a apresentar.

Hiperpotência: termo utilizado para classificar um “Estado dominante em todo o planeta, mantendo considerável superioridade com relação aos demais integrantes do sistema internacional”⁴⁸³, que começou a se usar nos anos 1990 para classificar os Estados Unidos mas que, segundo o autor da proposta, “está caindo em desuso em face da crescente influência exercida pela União Europeia e pela China”⁴⁸⁴, ao que acrescentaríamos pela nossa parte, a Rússia, a Índia e o Brasil.

Superpotência: expressão utilizada para classificar um “Estado com poder para influir decisivamente em eventos à escala mundial”⁴⁸⁵, sendo esse Estado “detentor de grande força económica [e de] capacidade de projectar poder ao redor do mundo e de exercer forte influência cultural (soft power)”⁴⁸⁶, acrescentando o autor da proposta que os Estados Unidos possuem o estatuto de *Superpotência*.

Superpotência Emergente: designação utilizada para classificar um “Estado considerado com potencial para alcançar a condição de superpotência, ou próxima de superpotência, ao longo do século XXI [sendo que] quatro nações emergentes – Brasil, Rússia, Índia e China (os BRIC’s) são considerados como detentoras desse potencial”⁴⁸⁷.

Dada a particular importância que este *status* de potência representa para o desenvolvimento da presente dissertação e a sua devida compreensão, ao procedermos à elaboração deste conceito central fazemos questão de sublinhar que, de acordo com a definição acima apresentada e por nós assumida como nossa, a atribuição do *status* de *Superpotência Emergente* a um determinado Estado é feita, não com base no poder efectivamente detido no momento da avaliação do poder, mas antes com base no potencial de poder identificado num

⁴⁸² Cfr. SILVA, Carlos Alberto Pinto (Jan./Fev./2008), *Op. Cit.*, nota 2, pp. 63-65.

⁴⁸³ Idem, p. 65.

⁴⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 65.

⁴⁸⁵ *Ibidem*, p. 65.

⁴⁸⁶ *Ibidem*, p. 65.

⁴⁸⁷ *Ibidem*, p. 65.

determinado Estado, podendo tal Estado ser bem, ou mal, sucedido na tentativa de conversão desse potencial em poder efectivo, alcançando, ou não, o estatuto de *Superpotência* no decorrer do século XXI.

Grande Potência: termo utilizado para classificar o “Estado que, por seu poderio econômico, político e militar é capaz de exercer o poder acima da diplomacia [uma vez que] a grande potência tem a capacidade de intervir militarmente praticamente em qualquer parte do planeta”⁴⁸⁸.

Média Potência: expressão utilizada para “descrever os Estados que não são superpotências ou grandes potências, mas que possuem algum grau de influência global, embora não tenham, obrigatoriamente, dominância sobre qualquer área geográfica mundial”⁴⁸⁹.

Potência Regional: segundo o autor da proposta que subscrevemos, “é o termo usado para descrever um país com poder e influência suficientes para exercer determinado controle sobre a sua região geográfica”⁴⁹⁰, podendo-se concordar pacificamente com o mesmo quando aponta que “o Brasil é considerado a potência regional na América do Sul”⁴⁹¹, ficando assim definido outro conceito central particularmente relevante para o entendimento da presente dissertação.

Conceito de Poder: Segundo o já mencionado *Dicionário de Relações Internacionais*, “o poder é a capacidade para influenciar e, se necessário, alterar o comportamento de outros para torná-lo possível”⁴⁹², consistindo assim na “habilidade ou capacidade de levarmos outros a fazer o que de outra forma não fariam”⁴⁹³. Por conseguinte, poder-se-á conceber o fenómeno *Poder* como uma relação entre actores em que “A tem poder sobre B se conseguir impor-lhe a sua vontade, independentemente das resistências de B”⁴⁹⁴, caracterizando-se dessa forma “como uma relação desigual que permite a um actor obrigar outro a praticar uma acção que este não realizaria sem interferência do primeiro”⁴⁹⁵.

⁴⁸⁸ *Ibidem*, p. 64.

⁴⁸⁹ *Ibidem*, p. 63.

⁴⁹⁰ *Ibidem*, p. 63.

⁴⁹¹ *Ibidem*.

⁴⁹² SOUSA, Fernando (2008), *Op. Cit.*, nota 446, p. 156.

⁴⁹³ *Idem*, p. 156.

⁴⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 156.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, 156.

Esta relação assimétrica caracterizadora do fenómeno *Poder* está presente e manifesta-se em todas as sociedades humanas e grupos sociais, incluindo os Estados e a sociedade internacional. No seio desta “os Estados têm poder, e este pode variar de Estado para Estado, dependendo dos chamados factores estruturais do poder”⁴⁹⁶, que para efeito da presente dissertação consideramos serem a dimensão e posição geográfica, o número populacional, a posse de recursos naturais, a capacidade económica, industrial, tecnológica e científica, a capacidade militar, e a coesão interna.

Podendo assumir várias formas, “desde a guerra até à pressão económica e à influência cultural e ideológica”⁴⁹⁷, e manifestar-se “através da força, persuasão, autoridade, coacção e manipulação”⁴⁹⁸, o *Poder* apresenta-se como um fenómeno multifacetado no qual se lhe pode distinguir duas faces: a do hard power (poder duro), que consiste em “estímulos ou ameaças para obrigar os outros a fazer aquilo que nós queremos”⁴⁹⁹, e a do soft power (poder suave), “associada a recursos de poder intangíveis como a cultura, a ideologia e instituições [com] tendência a provocar um comportamento cooptativo”⁵⁰⁰, de modo a exercer um efeito de atracção dos outros para as nossas ideias.

A par do conjunto de conceitos centrais acima expostos – os quais decidimos apresentar em anexo (de forma a destacá-los) por constituírem uma parte significativa das traves mestras teóricas sobre as quais o nosso trabalho repousa –, apresentamos ainda outro grupo de conceitos a que chamaremos, por mera facilidade de expressão, de *conceitos auxiliares*. Por considerarmos que estes últimos, ao contrário dos primeiros, não possuem a mesma importância para a compreensão estrutural da presente dissertação, mas tão-somente uma importância circunstancial para a compreensão da matéria que a dado passo esteja a ser abordada em particular, decidimos apresenta-los nas notas de rodapé que acompanham o desenvolvimento do conteúdo do texto, permitindo, desta feita, um acesso instantâneo à sua operacionalização.

⁴⁹⁶ *Ibidem*, p. 156.

⁴⁹⁷ *Ibidem*, p. 156.

⁴⁹⁸ *Ibidem*, p. 156.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 156.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p. 156.

O Pensamento da Escola Geopolítica Brasileira⁵⁰¹

Podendo fazer remontar a génese do pensamento geopolítico brasileiro ao geógrafo e diplomata oitocentista Alexandre de Gusmão, pelo papel desempenhado no esboçar das actuais fronteiras brasileiras ao consagrar o princípio do *uti possidetis* no Tratado de Madrid de 1750, e ao estadista novecentista José Bonifácio de Andrada e Silva pela preocupação manifestada para com a preservação da unidade nacional e a necessidade de interiorização da capital, a estruturação de um pensamento geopolítico brasileiro fundado numa metodologia científica sistematizada, viria a surgir somente nas décadas de 1920 e 1930 pela mão de um conjunto de estudiosos aos quais poderá atribuir-se, justamente, a paternidade da profícua Escola Geopolítica Brasileira⁵⁰², com particular destaque para Everardo Backheuser e Mário Travassos.

Tendo sistematizado um conjunto de informações e desenvolvido um método científico com os estudos realizados em finais da década de 1920, inícios de 1930, posteriormente condensados na sua obra *Geopolítica Geral do Brasil*⁵⁰³, Everardo Backheuser é considerado o precursor dos estudos de geopolítica no Brasil. Do seu trabalho destacam-se como linhas de força o valor atribuído ao imenso espaço geográfico do Brasil e à necessidade da sua valorização, imperativo que o conduziria a reflectir sobre as questões da divisão administrativa, localização da capital e fortalecimento das regiões limítrofes. Tendo concluído que, perante a falta de organização, o regime autoritário constituía a forma mais eficiente de organização política do Estado para assegurar a resolução daquele problema.

Evidenciando uma linha de pensamento determinista, no que se refere à relação do homem com o meio físico, Backheuser procurou demonstrar a influência do clima sobre a acção dos povos, considerando o homem brasileiro da região setentrional “inferior” ao da região meridional, dado aquele encontrar-se determinantemente condicionado por um clima tropical adverso ao desenvolvimento de uma cultura avançada, defendendo que a solução para tal

⁵⁰¹ Para a elaboração do presente documento, seguimos de perto as seguintes obras: **FREITAS**, Jorge Manuel Costa, (1999), *A Escola de Geopolítica Brasileira*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; e **MATTOS**, Carlos de Meira (2002), *Op. Cit.*, **nota 51**, sem que nos tenhamos dispensado da consulta das obras originais dos autores considerados neste documento.

⁵⁰² Cfr. **FREITAS**, Jorge Manuel Costa, (1999), *Op. Cit.*, **nota 501**.

⁵⁰³ Cfr. **BACKHEUSER**, Everardo (1952), *Geopolítica Geral do Brasil*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.

“vulnerabilidade interna” residiria na miscigenação do homem brasileiro com sangue novo de imigrantes europeus por um lado, e a educação da população por outro.

Na sequência dos fundamentos metodológicos estabelecidos por Backheuser, o então Capitão Mário Travassos aplicá-los-ia na sua obra *Projeção Continental*⁵⁰⁴, de 1931, traçando as grandes linhas orientadoras de uma política que, na sua perspectiva, conduziria o Brasil à posição de maior potência Sul-Americana.

Convicto das amplas potencialidades oferecidas pelo vasto território brasileiro e para o aproveitamento das quais defendia uma estratégia de interiorização, assim como do papel que ao Brasil cabia desempenhar no subcontinente Sul-Americano, Travassos começa por destacar a existência de dois grandes antagonismos geográficos inerentes ao complexo geopolítico Sul-Americano: um antagonismo vertical, onde a Cordilheira Andina se constitui no divisor de duas vertentes oceânicas opostas (Atlântico/Pacífico), oferecendo a passagem de uma vertente para a outra através dos “nudos” (pontos de rebaixamento na Cordilheira); e um antagonismo horizontal vinculado à vertente atlântica, materializado na oposição entre as Bacias Amazônica e Platina desaguantes naquela vertente.

Salientando a força convergente do Prata (e da sua rede ferroviária estruturada) em torno de Buenos Aires, responsável por conferir à capital argentina uma influência sobre as Bacias dos rios formadores do Prata (rios Uruguai, Paraná e Paraguai) e os Estados-Tampões posicionados ao longo da Bacia Platina (Bolívia, Paraguai e Uruguai), Mário Travassos identifica no triângulo geopolítico formado pelas cidades bolivianas de Cochabamba, Santa Cruz de La Sierra e Sucre um potencial estratégico capaz de neutralizar a influência argentina sobre a Bacia Platina. Para tanto sugere a construção de uma rede ferroviária capaz de atrair os produtos bolivianos, paraguaios e das regiões interiores do Estado de Mato Grosso para os portos brasileiros do Atlântico – Santos, Paranaguá, São Francisco, Porto Alegre e Rio Grande –, bem como operar a articulação da região platina subsidiária do Atlântico com a região andina subsidiária do Pacífico, pela ligação ferroviária de Santa Cruz de La Sierra na Bolívia até Arica no Chile.

Consciente das potencialidades conferidas pela posição e espaço do território brasileiro, em termos de vertebração da massa continental Sul-Americana, Travassos propõe, ainda, a

⁵⁰⁴ Cfr. **TRAVASSOS**, Mário (1935), *Projeção Continental do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

criação de um sistema subcontinental de vias de comunicação conjugando as redes ferroviária, hidroviária e aérea dos países Sul-Americanos que, em última análise, beneficiaria em maior grau o Brasil.

Contribuindo para a linha de pensamento geopolítico brasileiro com os estudos elaborados ao longo da década de 1940 e condensados na sua obra *Geopolítica do Brasil*⁵⁰⁵, de 1947, o Brigadeiro Lysias Rodrigues defende, também ele, uma política de interiorização, mudança da capital e de redivisão territorial, preocupando-se com as fronteiras terrestres em geral (em particular com as do Norte), e muito especialmente com o futuro das fronteiras brasileiras contíguas com as Guianas e o Suriname, à época todas na posse de potências europeias.

No afã da política de interiorização, como a mais eficiente forma de desenvolvimento das áreas mais longínquas e despovoadas do território brasileiro, Lysias Rodrigues preconiza uma estratégia económica estimulante, dirigida a uma migração planificada sob a direcção do Estado, de modo a que fosse possível oferecer ao homem brasileiro, na sua opinião em nada inferior ao imigrante europeu, as mesmas condições que oferecia a este último, concluindo que o Brasil possuía as potencialidades e a ambição para engrandecer o seu poder.

Ainda na década de 1940, com a sua emblemática obra *Marcha para o Oeste*⁵⁰⁶, Cassiano Ricardo traria novamente para primeiro plano a face continentalista do Brasil. Após analisar a evolução das fronteiras brasileiras à luz do conceito de “fronteira em movimento”, Cassiano Ricardo considera a marcha para o Oeste como uma necessidade vital, vendo no “colonialismo interno” do imenso espaço territorial brasileiro a continuação histórica do “espírito pioneiro” dos desbravadores Bandeirantes, assim como a condição *sine qua non* para o futuro desenvolvimento e progresso do Brasil.

Na década de 1950, emergiria, no panorama do pensamento geopolítico brasileiro, a figura do então Tenente-Coronel Golbery do Couto e Silva, imortalizado na qualidade de vulto maior entre os autores que contribuíram para a Escola Geopolítica Brasileira. De facto, os estudos por si realizados nesta área do saber, ao longo das décadas de 1950 e 1960, seriam condensados pela primeira vez na obra *Geopolítica do Brasil* de 1967 vindo igualmente a ser incluídas, numa posterior compilação dos seus escritos (esta de teor mais amplo, publicada em

⁵⁰⁵ Cfr. **RODRIGUES**, Lysias (1947), *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro: Biblioteca Militar.

⁵⁰⁶ Cfr. **RICARDO**, Cassiano (1942), *Marcha para o Oeste*, Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

1981) sob o título: *Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*⁵⁰⁷.

Da análise dos escritos compilados na obra acima mencionada – que tem por base o pensamento de Golbery do Couto e Silva, a par de um núcleo central de ideias que perpassa a sequência dos seus trabalhos –, sobressai uma linha marcada pela evolução das posições por ele assumidas que, apesar de não alterar, no fundamental, o núcleo duro do seu pensamento procura, ainda assim, reflectir o que o autor percepção como sendo as alterações que vão ocorrendo em território brasileiro e no respectivo contexto regional. O autor cinge-se a efectuar pequenos ajustes de pormenor a uma realidade dinâmica que tenta captar na sua análise.

Assim, ao analisar o espaço territorial brasileiro, a distribuição populacional sobre o mesmo e as vias de comunicação existentes em 1952, Golbery do Couto e Silva formularia uma concepção “arquipelágica” do vasto espaço brasileiro, identificando cinco “ilhas ecuménicas”: uma assente no triângulo Rio de Janeiro – São Paulo – Belo Horizonte [constituindo o “núcleo central” do território brasileiro por se encontrar servida da mais densa rede de comunicações do país e concentrar o maior aglomerado de população, riqueza e dinamismo do Brasil], e relativamente à qual verifica estarem interligadas, por estreitos istmos de circulação, três “penínsulas” – “a península sul”, alicerçada no eixo Santa Catarina – Rio Grande do Sul; a “península centro-oeste”, assente nas regiões de Cuiabá, Campo Grande, Goiânia e Sul de Goiás; a “península nordestina”, estruturada em torno dos núcleos de Recife – Fortaleza e Paraná e, por último, a isolada “ilha amazónica”, tendo por principal núcleo Manaus.

Daquele esquema “arquipelágico” esboçado pelo autor, emergiria na consciência do mesmo a necessidade de realização de uma “manobra geopolítica concêntrica”, objectivando uma maior coesão, integração e valorização do vasto território brasileiro, largamente despovoado e de articulação incipiente.

A primeira e prévia etapa àquela “manobra geopolítica concêntrica” consistiria na vitalização dos istmos de circulação conectantes das “penínsulas”, de forma a solidificar a articulação entre as “penínsulas nordestina e sul” com o “núcleo central” e, depois, deste à interiorizada

⁵⁰⁷ Cfr. **SILVA**, Golbery do Couto e (1981), *Op. Cit.*, **nota 27**.

“península centro-oeste” – lançando, assim, a ponte para posterior avanço da fronteira civilizacional rumo à “ilha amazônica” a partir da Região Centro-Oeste. Ainda no âmbito desta etapa prévia, Golbery do Couto e Silva identificaria a urgência de proceder ao bloqueio das possíveis vias de infiltração em território brasileiro, ao longo do extenso arco de fronteira do hinterland brasileiro.

A segunda etapa, fazendo já parte da própria “manobra concêntrica”, passaria por se combinar o avanço de Sul para Norte, através das vias hídricas em que os afluentes do Amazonas se constituem, com a penetração no hinterland a partir da foz daquele rio, numa acção coordenada de envolvimento das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Por último, a terceira etapa da referida manobra consistiria na desafiante tarefa de “inundar de civilização” a isolada “ilha amazônica”, através de um movimento de envolvimento em que actuariam as bolsas de colonização, já existentes no seio da Amazônia, em coordenação com uma penetração no interior da região a realizar ao longo do curso do rio Amazonas, simultaneamente suportada pela frente avançada da interiorização que o Centro-Oeste representa na manobra de integração do território brasileiro.

Posteriormente, em 1960 e na sequência de uma reanálise à radiografia efectuada ao seu país em 1952, o mesmo passaria a conceber o espaço territorial brasileiro como um vasto e compacto “Império” de dilatada fronteira continental e ampla frente marítima, imbuído de uma dinâmica geopolítica de integração das várias regiões ecuménicas num “todo” nacional. Abandonava, assim, a estanque concepção “arquipelágica” por ele proposta e formalizada oito anos antes.

Nesta nova concepção do espaço territorial brasileiro como um “Império”, os limites do “núcleo central” de 1952 alargavam-se, em 1960, em direcção ao interior para passarem a incluir os Estados de Espírito Santo, Minas Gerais e o Sul de Goiás (com o Distrito Federal incluído neste último), passando a alicerçar-se não mais sobre o triângulo Rio de Janeiro – São Paulo – Belo Horizonte, mas antes sobre o quadrilátero Rio de Janeiro – São Paulo – Belo Horizonte – Brasília. Este núcleo central com nova configuração, agora redesignado de “bloco

metropolitano” na actualizada “manobra concêntrica” de 1960, passaria a representar a “área geopolítica de reserva geral ou de manobra”⁵⁰⁸.

Ao Norte do “núcleo central” (onde em 1952 se encontravam os mais distendidos istmos de comunicação articulando a “península nordestina” àquele), surge agora, numa posição intermédia, o núcleo ecuménico secundário do recôncavo baiano que, conjuntamente com a “península nordestina” de 1952, formariam o Grande Nordeste de 1960. Este Grande Nordeste, estendendo-se do Estado da Bahia ao Estado do Maranhão, constituía-se agora, na “área geopolítica da ala norte”, na nova “manobra” de envolvimento do espaço territorial brasileiro.

Ao Sul do “núcleo central”, a anterior “península sul” – ao incluir em 1960 também o Estado do Paraná, conjuntamente com Santa Catarina e Rio Grande do Sul, abarcando a totalidade dos Estados Sulistas –, é agora apresentada como imbuída de uma maior dinâmica tendente à integração com o “núcleo central”, constituindo-se na “área geopolítica da ala sul” da “manobra concêntrica” de integração.

Mais deslocada para Noroeste, em virtude do reajustamento dos anteriores contornos, surge agora não mais a anterior “península centro-oeste”, mas antes uma “península oeste” correspondendo grosso modo ao Estado de Mato Grosso e àquele que, à época, era o Território de Rondônia, constituindo-se na “área geopolítica do Oeste” nesta “manobra” de envolvimento.

Por último, a isolada “ilha amazónica” de 1952, delineada como um todo ecuménico indistinto, na análise realizada em 1960 dá lugar a uma “área geopolítica da Amazônia” com os espaços ecuménicos individualizados com maior precisão, identificando-se distintamente na fronteira Norte desta área duas bolsas ecuménicas, correspondentes aos à época territórios do Amapá e Roraima, com a restante zona ecuménica a compreender os Estados do Amazonas, Pará e Acre. Esta última participa, de um modo ambivalente, na “área geopolítica da Amazônia”, assim como na “área geopolítica do Oeste”.

Independentemente de uma concepção “arquipelágica” estática ou de uma concepção de “império” imbuída de uma dinâmica de integração, considerando as duas análises realizadas por Golbery do Couto e Silva ao espaço territorial brasileiro, sobressai sempre uma fulcral

⁵⁰⁸ Idem, p.108.

importância atribuída pelo autor ao “núcleo central” ou “bloco metropolitano”. Concentrando a maior massa populacional, assim como os mais fortes núcleos de riqueza, dinamismo, também contavam com o facto de terem assegurado o serviço da mais densa rede de comunicações do país, articulando no seu seio, de Norte a Sul, os ecúmenes localizados ao longo da faixa litoral. Assim, ao mesmo tempo em que se projectavam sobre a Região Centro-Oeste – sobre aquele “núcleo central” ou “bloco metropolitano” –, é-lhe incontornavelmente conferido o papel de peça-chave enquanto centro propulsor, irradiador e dinamizador do movimento de envolvimento dos descontínuos núcleos ecuménicos, com vista à concretização do objectivo de uma mais estreita integração do espaço territorial brasileiro e consequente vitalização da vasta massa continental subjacente àquele.

No que à análise da posição do Brasil diz respeito, e tendo em consideração os desenvolvimentos político-estratégicos a decorrerem na esfera internacional, assim como as repercussões que os mesmos induziriam no plano regional do subcontinente Sul-Americano ao longo da realização dos seus escritos, verificar-se-ia também uma evolução no pensamento de Golbery do Couto e Silva.

Fazendo inicialmente uma leitura da posição regional do Brasil como inserido num entorno estratégico constituído por uma cintura de nações que partilham a mesma origem hispânica e unidade linguística, o autor não deixaria de identificar a Colômbia, Venezuela e Equador a Noroeste, o Peru a Oeste, e a Argentina a Sul, como os três principais centros de poder que o Brasil não poderia deixar de considerar na sua estratégia de Defesa e Segurança continental.

Relativamente aos mesmos, considerando o cinturão protector que a Floresta Amazónica representava, capaz de garantir a imunidade a acções de conquista provenientes do arco de fronteira Norte, Noroeste e Oeste, e o flanco aberto e vulnerável do Brasil meridional e central, Golbery do Couto e Silva, consideraria a situação na fronteira Sul-Sudoeste como a potencialmente mais ameaçadora para o Brasil, dada a proximidade do núcleo central do rival argentino aos política e economicamente instáveis Estados-Satélite Bolívia e Paraguai por um lado, e ao próspero Estado-Tampão Uruguai por outro.

Posteriormente, dada a ameaça externa comum que a ideologia⁵⁰⁹ e subversão⁵¹⁰ comunista representavam para o conjunto da América do Sul, a qual contribuiria para a superação das

⁵⁰⁹ De acordo com António de Sousa Lara, para a operacionalização do conceito do fenómeno sociológico *Ideologia*, será necessário, antes de mais, estabelecer a distinção conceptual entre *Ideia*, *Doutrina* e finalmente

rivalidades e desconfianças mútuas entre os vários Estados daquele complexo geopolítico, o autor passaria a considerar ter chegado o momento propício à constituição de uma Comunidade Sul-Americana para a promoção do desenvolvimento económico e social, como forma de inverter um contexto favorável à irradiação da ideologia comunista no subcontinente, comum à generalidade dos países Sul-Americanos.

Neste novo contexto regional, dada a dimensão territorial, posição e localização do “núcleo central” do Brasil, fazendo o gigante Sul-Americano parte das cinco áreas em que havia dividido o subcontinente para a realização da manobra de integração do mesmo (Zona de Reserva Geral ou Plataforma Central de Manobra; Área Geopolítica Continental da Amazônia Americana; Área Geopolítica Continental Platino-Patagónica; Área Geopolítica Central de Soldadura; e Área Geopolítica do Nordeste), Golbery do Couto e Silva atribuiria ao seu país um papel central e incontornável na integração da América do Sul e resolução das questões a esta inerentes. Desta feita, ao tomar para o Brasil um papel de responsabilidade na integração, Segurança e Defesa do subcontinente Sul-Americano no contexto de confrontação Este-Oeste, Golbery do Couto e Silva assumia, assim, também para o seu país e ainda que implicitamente, a condição de potência emergente aspirante à liderança regional.

Ideologia. Assim, para o referido autor a *Ideia* deve ser “entendida como uma concepção abstracta ou filosófica (...) com um objectivo fundamentalmente teórico”, consistindo, por conseguinte, “num sistema teórico de análise ou de síntese, incidente sobre factos políticos e que se realiza sem o propósito de influenciar directa e imediatamente o comportamento social”. Por sua vez, a *Doutrina* “constitui uma interpretação adaptativa de ideias políticas com vista a uma aplicação conjuntural”, distinguindo-se da *Ideia* por ser posterior à sua formação e independente das formulações que apresente, e visar ao estabelecimento de um programa de acção. Por último, a *Ideologia* traduz-se “numa força social à qual corresponde uma doutrina produzida num sistema complexo de causa e de efeito”. Do que fica exposto, temos assim uma hierarquia relacional entre aqueles três conceitos, a qual, segundo ainda o mesmo autor, poderá ser esquematizada da seguinte forma: 1º as *Ideias*, as quais se situam num plano filosófico onde se dá a sujeição abstracta de valores a valores; 2º as *Doutrinas*, as quais sendo uma interpretação das *Ideias* para a aplicação das mesmas, já se constituem numa proposta concreta de acção; e 3º as *Ideologias* políticas e sociais, as quais encontrando-se já na fase de concretização, constituem-se então na aplicação prática da *Ideia* teórica. Sobre a definição e hierarquia relacional destes três conceitos, ver: LARA, António de Sousa (2009), *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, pp. 47 e 49. Em consonância com estes pressupostos conceptuais, podemos então adoptar como conceito de *Ideologia*, a proposta apresentada por Sandra Balão, na qual as “ideologias são constituídas por todos aqueles ideais, valores, códigos de referência que, de algum modo, funcionam como catalisadores, dinamizadores, impulsionadores da concretização de uma determinada acção conducente a um objectivo definido”. In: BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2011), *Op. Cit.*, nota 22, pp. 307-308.

⁵¹⁰ Segundo António de Sousa Lara, “a subversão é, por natureza própria e definição, toda a acção de alcance político-social desencadeadora de um processo de mudança rápida, de afectação social ampla e profunda, geralmente desencadeador de reacções em cadeia, com a finalidade de atingir o ponto de ruptura de um determinado sistema social, geralmente sem periodicidade certa e determinável, e utilizando modelos afins, todos eles caracterizados pela forma ilegal de intervenção, com intenção premeditada a uma alteração profunda de uma determinada conjuntura”. In: LARA, António de Sousa (2009), *Op. Cit.*, nota 509, pp. 380-381.

Do conjunto dos estudos realizados ao longo das décadas de 1950 e 1960, do qual sobressai a particular atenção que Golbery do Couto e Silva dispensa à análise do espaço territorial brasileiro – prescrevendo um conjunto de medidas visando a valorização da vasta massa continental, assim como a preferencial leitura da posição do Brasil face à América do Sul, atribuindo ao seu país papel central na manobra de integração do subcontinente –, depreende-se um pensamento geopolítico *golberiano* estruturado essencialmente em torno de uma linha de análise continentalista.

Ainda no final da década de 1950, procurando dar continuidade à obra *Projeção Continental do Brasil*, publicada em 1931 pelo à época Capitão Mário Travassos, Carlos de Meira Mattos publicaria em 1959 a sua *Projeção Mundial do Brasil*⁵¹¹. Trinta anos após a *Projeção Continental do Brasil*, Meira Mattos, confiante nas potencialidades do Brasil, na apresentação da sua obra *Projeção Mundial do Brasil*, escreveria: “O capitão de 1931 sonhou com um Brasil potência continental. Nós lhe pedimos licença para sonhar agora com um Brasil potência mundial”⁵¹².

Neste seu primeiro estudo de geopolítica, com base na análise dos conceitos de poder mundial apresentados pelos autores Rudolf Kjellen (na sua obra *Der Staat Als Lebens Form*), Arnold Toynbee (na obra *A Study of History*) e Tibor Mende (na obra *Entre la Peur et L'espoir*), Meira Mattos reteria no seu crivo três atributos necessários à condição de potência mundial: espaço e posição geográfica, recursos naturais e coesão interna. Aplicando estes três critérios à análise efectuada ao seu país, Meira Mattos concluía que o Brasil possuía as condições para que, no futuro, viesse a figurar entre as grandes potências do mundo.

Posteriormente, explorando a mesma linha de raciocínio de identificação dos atributos geopolíticos para a classificação do *status* de poder das nações e sua aplicação ao caso concreto do Brasil, Meira Mattos viria a enriquecer aquele seu primeiro conjunto de instrumentos de análise prospectiva do nível de poder, com os contributos colhidos de autores como Nicholas Spykman (na sua obra *America's Strategy and World's Politics*), Hans Morgenthau (na obra *Politics among Nations*), Steven Spiegel (na obra *Dominance and Diversity*) e Kenneth Organsky (na obra *Population and World Power*). Desta feita, na sua obra *Brasil – Geopolítica e Destino* de 1975⁵¹³, Meira Mattos já identificava um conjunto de

⁵¹¹ Cfr. **MATTOS**, Carlos de Meira (1959), *Projeção Mundial do Brasil*, São Paulo: Gráfica Leal.

⁵¹² **MATTOS**, Carlos de Meira (1975), *Op. Cit.*, **nota 37**, p. XVII.

⁵¹³ Cfr. Idem.

cinco atributos cuja presença era transversal nas obras dos autores que vinha analisando nos seus trabalhos: dimensão geográfica, população, posse de recursos naturais, capacidade tecnológica e científica, e coesão interna.

Com base naqueles cinco atributos (à semelhança do que já havia concluído na anterior obra *Projeção Mundial do Brasil*), em *Brasil – Geopolítica e Destino*, Meira Mattos reforçaria a sua convicção de que o seu país preenchia todos os requisitos geopolíticos para, no futuro, vir a figurar entre as grandes potências mundiais – considerando que perante um grupo de países como a China, Índia, Europa Ocidental e Japão e estabelecendo uma análise de base comparativa, o Brasil e a China se apresentavam como as unidades geopolíticas que reuniam o maior número dos atributos necessários à condição de potência mundial – previndo que o seu país alcançaria aquele estatuto no ano 2000.

Dois anos volvidos, na sua obra *A Geopolítica e as Projeções do Poder*⁵¹⁴, de 1977, Meira Mattos debruçar-se-ia uma vez mais sobre o estudo do poder, analisando as suas origens históricas, natureza, manifestações e características do Poder Nacional brasileiro, fazendo uma análise comparativa das diferenças de poder entre o seu país e os EUA. Em seguida, proporia uma estratégia de acção governamental com validade de aplicação até ao virar do século XX, a qual passaria pela aceleração do Projecto de Desenvolvimento Económico e Social já em curso à época, reclamando para tal uma maior aposta nos domínios da educação, ciência e tecnologia, informatização, energia e transportes.

Deste seu estudo do poder, a convicção de Meira Mattos quanto às possibilidades do Brasil alcançar o estatuto de potência mundial sairia uma vez mais confirmada.

Na sequência da assinatura do Tratado Pan-Amazónico pelos oito países condóminos da grande Bacia Amazónica, em 1978, Meira Mattos lançaria em 1980 a obra *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*⁵¹⁵ defendendo uma política de continentalização destinada a despertar a “continentalidade adormecida” do Brasil, bem como a da própria América do Sul.

Na obra em causa, o autor começa por estabelecer uma distinção entre os conceitos de *Amazónia* e *Pan-Amazónia*, remetendo o primeiro para uma visão estritamente nacional que cada país condómino da região faz da sua parcela amazónica, enquanto o segundo sugere,

⁵¹⁴ Cfr. **MATTOS**, Carlos de Meira (1977), *A Geopolítica e as Projeções de Poder*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

⁵¹⁵ Cfr. **MATTOS**, Carlos de Meira (1980), *Op. Cit.*, **nota 291**.

antes, uma noção global de uma macrorregião multinacional. Em seguida avalia a imensidão geográfica da região, suas florestas e abundância de água, sublinhando o gritante contraste entre o enorme potencial oferecido pela natureza amazônica e os reduzidos índices de ocupação humana e desenvolvimento socioeconômico, transversais a todas as parcelas amazônicas nacionais constituintes da macrorregião.

Perante tal realidade, Meira Mattos passaria a propor uma estratégia de integração regional comum a todos os países condôminos da grande Bacia Amazônica, visando a proteção da soberania dos países amazônicos sobre a internacionalmente cobiçada macrorregião, a promoção do progresso socioeconômico da mesma, e a própria integração continental a partir de uma vasta e ampla Pan-Amazônia integrada no âmbito dos domínios econômico, político e social.

De acordo com o autor, o plano estratégico multinacional deveria obedecer a uma estratégia continentalista apoiada pela maritimidade que bordeja a região, explorando as condições que permitam ao núcleo continental pan-amazônico respirar a dois “pulmões” – Atlântico e Pacífico –, penetrando naquele a partir de três frentes; a tradicional frente atlântica, subindo o Amazonas a partir da foz; a frente do Planalto Central; e por último, a frente andina, descendo os Andes.

Tal plano estratégico seria impulsionado pela criação de “pólos de desenvolvimento” transnacionais em cada uma das históricas frentes de penetração, tendo Meira Mattos identificado três áreas que reuniam as condições necessárias ao fomento de “áreas interiores de intercâmbio fronteiriço”: uma na linha de fronteira a Norte, assente sobre o triângulo formado pelas cidades Boa Vista (Brasil) – Lethen (Guiana) – Santa Helena (Venezuela); outro a Noroeste, na zona de fronteira do rio Solimões, estruturado sobre o triângulo formado pelas cidades Tabatinga (Brasil) – Laetícia (Colômbia) – Ramon Castilla (Peru); e um último no extremo sul da fronteira amazônica, constituído em torno das cidades brasileiras de Porto Velho e Rio Branco de um lado, e as cidades bolivianas de Riberalta e Cobija do outro.

Esta estratégia multinacional de integração regional, uma vez cumprida, transformaria a desagregada macrorregião numa entidade geopolítica Pan-Amazônica capaz de se constituir num foco gerador de poder para os países amazônicos e para a própria América do Sul, aumentando exponencialmente a importância política do subcontinente no cenário internacional. No entanto, paralelamente ao comum interesse Pan-Amazônico e Sul-

Americano, a estratégia avançada por Meira Mattos não deixaria de acomodar os interesses nacionais brasileiros a ela subjacentes, uma vez que as linhas gizadas pelo autor conduzem invariavelmente a um Brasil “plataforma central” de conexão da Pan-Amazónia, em posse de duas das três frentes de penetração no hinterland amazónico e respectivas áreas de interconexão de intercâmbio fronteiriço.

Assim, se a tese geopolítica apresentada por Meira Mattos para a integração da Amazónia Brasileira diverge da apresentada por Golbery do Couto e Silva – uma vez que na deste último o processo civilizador da Amazónia Brasileira seria desencadeado a partir da conexão do “núcleo central à “ilha” Amazónica, e na do primeiro seria perspectivada como uma manobra integrante de um plano estratégico multinacional Pan-Amazónico –, as duas teses encontram afinidade na centralidade conferida ao Brasil para a integração do subcontinente, denotando ambas uma linha de análise com acentuado cunho continentalista.

Posteriormente, o ano de 1984 traria à luz do dia a publicação da dissertação de doutoramento de Meira Mattos, sob o título *Geopolítica e Trópicos*⁵¹⁶, na qual o autor se debruça sobre a seguinte questão: possui o *homem brasileiro* capacidade para erigir uma “Civilização dos Trópicos”? Tal questão trazia implícita no bojo uma outra: possui o Brasil, enquanto país tropical, as potencialidades para se realizar competitivamente no Sistema Internacional?

Tendo como pano de fundo a larga maioria do território brasileiro inserido em região de clima tropical e a *etnogénese* miscigenada do *homem brasileiro*, o autor começa por expor as teorias de vários geógrafos, sociólogos e cientistas políticos europeus e norte-americanos defensoras de uma suposta inadequação das regiões tropicais para servirem de berço a civilizações e sociedades avançadas, fundadas numa pretensa inferioridade das raças negra, amarela e mestiça que habitam as regiões tropicais por um lado, e a predominância de condições climáticas desfavoráveis à criação de uma cultura e tecnologia avançadas por outro, ou na combinação de ambos os factores.

Em sentido oposto a tais teorias etnocentristas e deterministas, Meira Mattos rejeita os pressupostos de raças “superiores” e “inferiores”, assim como de climas completamente hostis à construção de civilizações e sociedades avançadas, adoptando antes como referencial teórico da sua tese o princípio *Toynbeeniano* do *desafio-e-resposta* – segundo o qual a

⁵¹⁶ Cfr. **MATTOS**, Carlos de Meira (1984), *Op. Cit.*, **nota 28**.

natureza coloca os mais variados desafios à capacidade de adaptação do homem, cabendo a este o ónus de lhes dar resposta adequada à sua superação, sob pena de sair derrotado da confrontação com o desafio⁵¹⁷ -, estribando a sua análise na dialéctica estabelecida entre os estímulos induzidos pelo meio físico e a resposta dada pelo homem aos mesmos.

Assim, fundado naquele princípio – escorado por exemplos históricos de civilizações que floresceram em ambiente tropical, como as Hindu, Maia, Inca e Khmer, e encontrando simultaneamente respaldo em países contemporâneos que à época (1984) vinham a ascender na hierarquia de poderes mundiais, tendência confirmada pela actualidade, tais como Índia, Brasil, Austrália, Indonésia, Venezuela e México –, Meira Mattos, desvalorizando concepções determinísticas, que absolutizam a geografia física, e confiante nas capacidades empreendedoras do *homem brasileiro* demonstradas desde 1500, não tem dúvida que este dará a resposta adequada aos estímulos induzidos pela natureza, vencendo o desafio da missão civilizadora dos Trópicos.

Segundo o autor, será o *homem brasileiro* – produto da miscigenação iniciada pelos elementos português, índio e negro que, aclimatado ao meio tropical, havia realizado o alargamento das fronteiras territoriais com a epopeia das bandeiras e as manteria unificadas de armas na mão contra o invasor holandês, francês e inglês –, quem realizará a valorização da vasta massa continental através da integração, ocupação e exploração dos espaços vazios, expandindo a fronteira económica à amplitude das fronteiras políticas, contando agora com o valioso auxílio das modernas tecnologias ao seu dispor.

Assim, consciente das enormes potencialidades que a enorme base territorial possibilita e crente na capacidade empreendedora do *homem brasileiro* em superar as dificuldades que a mesma também coloca, Meira Mattos submeteria uma vez mais o seu país a uma análise prospectiva de poder, com base no modelo de avaliação desenvolvido na obra *Brasil – Geopolítica e Destino*, acrescentando agora aos critérios dimensão geográfica, população, posse de recursos naturais, capacidade tecnológica e científica, e coesão interna, os da posição geográfica, capacidade económica, capacidade industrial, capacidade militar e integração nacional. Dessa nova avaliação, onde se identifica a existência de vastas zonas anecuménicas como a principal vulnerabilidade (levando o autor a apelar novamente a uma política de

⁵¹⁷ Cfr. **TOYNBEE**, Arnold (1969), *Um Estudo de História*, Lisboa: Editora Ulisseia Limitada, 2ª edição, pp. 54-70 e 71-75.

interiorização) Meira Mattos conclui, uma vez mais que, sendo o *homem brasílico* dotado da capacidade e vontade de superar os enormes desafios colocados pelo meio físico, o Brasil possui todos os atributos para construir uma “civilização dos trópicos”, posicionando-se competitivamente no Sistema Internacional e assim figurar no futuro entre as grandes potências mundiais, conclusão que os actuais desenvolvimentos a ocorrerem no Sistema Internacional tendem a validar.

Em 1990, Meira Mattos publicaria a obra *Geopolítica e Teoria de Fronteiras – Fronteiras do Brasil*⁵¹⁸, debruçando-se o autor nesta obra, e mais uma vez, sobre a temática das fronteiras, tão cara a um país com as características geopolíticas do Brasil. Tendo já abordado a teoria das fronteiras na obra *Brasil – Geopolítica e Destino*, o autor passaria a desenvolver agora a temática das fronteiras com maior amplitude e profundidade.

Na primeira parte da obra em causa, o autor começa por desenvolver os princípios teóricos subjacentes ao estudo das fronteiras à luz dos princípios da Geopolítica, principiando por realizar uma síntese histórica da evolução do conceito de fronteira, procedendo, em seguida, à classificação dos seus vários tipos, explorando a sua função e respectivas características, apontando vantagens e inconvenientes, assim como a tendência de evolução segundo a forma geométrica e o coeficiente de pressão.

Na segunda parte, depois de uma breve resenha histórica sobre a formação e evolução das fronteiras do Brasil desde o Tratado de Tordesilhas, Meira Mattos passa a debruçar-se sobre os aspectos geopolíticos da actual fronteira brasileira nas suas dimensões terrestre, marítima, aérea e espacial. Sublinha a importância para o Brasil – país de dimensão continental, partilhando a fronteira terrestre com dez dos restantes doze países Sul-Americanos, com a maior e mais bem posicionada fronteira marítima de ambas as margens do Atlântico Sul – do fortalecimento das suas fronteiras (em particular as despovoadas lindes amazónicas), se possível num contexto de interesse regional comum aos países vizinhos, mediante um estímulo ao desenvolvimento das já aludidas “áreas interiores de intercâmbio fronteiriço”.

⁵¹⁸ Cfr. **MATTOS**, Carlos de Meira (1990), *Op. Cit.*, **nota 257**.

Conhecedor da realidade do seu país, ao terminar o seu estudo sobre as fronteiras do Brasil, o autor deixaria o seguinte alerta: “são os fatores relacionados com as desarmonias internas, da falta de coesão nacional, que resultam na ruptura da unidade geográfica do território”⁵¹⁹.

A publicação em 2002 da sua última obra, *Geopolítica e Modernidade – Geopolítica Brasileira*⁵²⁰, fecharia um ciclo de quarenta e três anos de intenso e frutuoso labor intelectual em prol da disciplina científica da Geopolítica e do Brasil. Nesta obra Meira Mattos procura reflectir sobre a influência que, na actualidade, o fenómeno da globalização passou a exercer sob os fundamentos da Geopolítica partindo, para isso, da avaliação das alterações introduzidas pelos extraordinários progressos científico-tecnológicos sobre os domínios objecto de estudo das três principais ciências constituintes da Geopolítica – Geografia, História e Ciência Política –, assim como da validade do contributo que as mesmas continuam a aportar àquela disciplina científica avaliando também, por extensão, a validade do próprio conceito de Geopolítica e a sua abrangência no actual tempo histórico da modernidade.

Fiel à sua concepção de Geopolítica como “a aplicação da política aos espaços geográficos sob a inspiração da História”⁵²¹, ao autor não passaria despercebido que as profundas alterações a ocorrerem no campo dos meios de acção do agente político e das novas condições em que este passaria a explorar o espaço, reforçariam a importância política atribuída ao território para a aquisição de poder por parte do Estado, assim como na correlação de poder deste com os demais espaços externos por consequência.

Com base naquela premissa, Meira Mattos constataria que o homem da modernidade, dotado de uma panóplia de novos meios de acção em resultado do progresso científico-tecnológico, veria a sua capacidade de actuação sobre o espaço geográfico extraordinariamente aumentada, transformando cada vez mais o espaço natural em espaço artificial, através da sua valorização pela incorporação de um vasto conjunto de obras de engenharia como pontes, viadutos, túneis, meios de transporte, comunicações e técnicas agrícolas.

Por outro lado, compreendendo que o acontecimento do facto histórico e sua análise se encontram sempre subordinados aos factores espaço e tempo em que ocorrem, o autor considera que, não obstante as visíveis transformações operadas no espaço pelo agente

⁵¹⁹ Idem, p. 114.

⁵²⁰ Cfr. **MATTOS**, Carlos de Meira (2002), *Op. Cit.*, **nota 51**.

⁵²¹ Idem, p. 29.

político dotado de instrumentos de acção cada vez mais eficazes, a mais drástica alteração ocorrida na modernidade se verifica ao nível do factor tempo, devido à rapidez dos novos meios de transportes e à quase instantaneidade das telecomunicações, as quais acabaram por volatilizar o tempo.

A partir da constatação daquela alteração do factor tempo resultante, pelo menos em larga medida, dos extraordinários progressos tecnológicos, Meira Mattos considera que os avanços realizados no domínio das telecomunicações tornariam, agora, possível a invasão dos quatro cantos do planeta por mensagens, visuais, sonoras e escritas abrindo, a par dos tradicionais espaços terrestre, marítimo, aéreo e aeroespacial, um novo espaço – o imaterial. De acordo com o autor, este novo espaço estruturado verticalmente, descontínuo e ligado em rede por fluxos electrónicos e informáticos, gerador de novos subsistemas sociais, políticos, económicos e técnicos solidários entre si, cria toda uma nova funcionalidade política do território, a exigir novas formas de controlo político por parte do Estado.

A partir desta nova funcionalidade política do território, Meira Mattos identifica como a consequência mais marcante da modernidade sobre o domínio da Política, o exercício cada vez mais evidente do poder extraterritorial por parte dos Estados mais poderosos, os quais, dispondo de meios económicos que possibilitam o desenvolvimento de tecnologia informática de ponta, “penetram verticalmente, através de suas redes de comunicação, nos espaços territoriais de outros países, levando a informação que interessa, a sua cultura, a sua política e a sua economia”⁵²². Perante esta nova realidade, em que os tradicionais meios de protecção territorial se mostram incapazes de impedir a actual invasão de mensagens, os Estados menos poderosos, com os seus territórios submetidos a interferências vindas de fora, vêem a sua capacidade de exercício de soberania sobre o mesmo diminuída, dando origem a uma nova forma de relacionamento entre os seus pares que o autor designaria como “novo ‘colonialismo tecnológico’ imposto pelos estados poderosos”⁵²³.

Conseguindo visualizar no horizonte os perigos que o actual tempo histórico da modernidade coloca à preservação do Poder Nacional dos Estados, Meira Mattos, provavelmente com o seu Brasil em mente, alertava para o revisionismo que paira, cada vez mais questionador, sobre os tradicionais conceitos de Estado-nação e Soberania – suportes do princípio de

⁵²² Idem, *ibidem*, p. 36.

⁵²³ *Ibidem*, p. 36.

autodeterminação dos povos –, abrindo o caminho a internacionalismos e universalismos que só servem para enfraquecer determinados Estados, deixando-os à mercê daqueles que propagandeiam tais ideais.

A par desta erosão do poder político a que os Estados-nação menos poderosos se encontram sujeitos na modernidade, o autor identificaria também, como a outra face deste mesmo tempo histórico, a tendência para o reforço do poder político dos Estados-nação mais poderosos, desta feita robustecido por via da associação Estado-Empresa para a projecção transnacional da sua economia, emergindo assim do actual contexto de globalização o *Estado Transnacional*. Este novo ente da modernidade, tendo por objectivo declarado, imediato e visível o projectar da economia, acaba por abrir caminho aos interesses políticos e à exportação cultural do Estado Líder da Empresa Transnacional.

Por conseguinte, para Meira Mattos, os Estados nacionais mais poderosos ao associarem-se às suas empresas sediadas em território nacional mas projectadas sobre outros Estados-nação, passam a adquirir, a partir daquelas Empresas Transnacionais, as capacidades económica e científico-tecnológica que lhes permite a obtenção do poder militar e político a ser posteriormente projectado à escala global, transformando-se assim em *Estados Transnacionais*. Consequentemente, estes *Estados Transnacionais*, de braço dado com as empresas também elas transnacionais, acabam por edificar e manter uma cultura-civilização que reflecte essencialmente os seus interesses económicos, políticos e culturais.

No entanto, apesar da progressiva transformação do espaço geográfico natural em espaço artificial – com a correspondente supervalorização política do território na aquisição de poder, e a invasão vertical do espaço territorial por mensagens vindas de fora incidindo sobre os hábitos e costumes da sociedade naquele constituída, saldando-se na progressiva erosão do Poder Nacional dos Estados-nação menos poderosos de um lado, e reforço do poder dos Estados-nação que se vão transformando em *Estados Transnacionais* por outro –, Meira Mattos concluiria que os tradicionais fundamentos da Geopolítica mantêm plena validade, tendo esta disciplina científica saído enriquecida do confronto com a modernidade, estando hoje melhor equipada para oferecer ao estadista uma mais ampla visão prospectiva dos interesses políticos do Estado.

Na década de 1980, adaptando às novas realidades internacionais muitas das ideias-chave dos seus predecessores, surgiria no panorama da geopolítica brasileira Therezinha de Castro. Na

sua obra *Retrato do Brasil – Atlas-Texto de Geopolítica*⁵²⁴, de 1982, Therezinha de Castro, recorrendo à Geohistória como suporte, começaria por recordar a dinâmica da formação territorial e a evolução da nacionalidade brasileira como parte integrante do espaço político Sul-Americano, para passar a abordar em seguida os aspectos e temáticas mais marcantes para a geopolítica contemporânea do país, concluindo a sua análise com a contextualização do Brasil no plano das Relações Internacionais.

Apreciadas as principais características fisiopolíticas, Therezinha de Castro caracterizaria o Brasil como um país do Hemisfério Sul, de clima predominantemente tropical; de dimensões continentais, ocupando quase metade do espaço da América do Sul, englobando no seu espaço territorial a plataforma de soldadura continental – Planalto Brasileiro –, assim como participando das duas principais Bacias hidrográficas (Amazônica e Platina), assumindo desse modo o papel de múltiplo vector do subcontinente; posicionado na sua maior parte na porção Este daquele espaço e por isso possuindo a maior e melhor porção litoral sobre o Atlântico Sul por um lado, além de partilhar fronteiras com quase todos os países da América do Sul por outro. Além disso, possui uma configuração simultaneamente compacta e alongada, e caracteriza-se por ser um país do tipo misto continental-marítimo.

Como resultado dos condicionamentos estruturais de uma dimensão continental, do clima tropical, da configuração compacta-alongada e da caracterização continental-marítima, a autora conceberia, do ponto de vista geoeconómico, o Brasil como um “arquipélago”, identificando três ilhas: uma “ilha subdesenvolvida”, formada pelas Regiões Norte e Centro-Oeste, equivalente a 64% do território brasileiro; uma “ilha em desenvolvimento”, constituída pela Região Nordeste, representando 18% da superfície territorial; e uma “ilha desenvolvida”, composta pelas Regiões Sul e Sudeste, correspondendo a 18% espaço brasileiro. Desta “radiografia”, da qual se retém o predomínio geopolítico de apenas 18% da área total do país⁵²⁵, a concentração de 80% do efectivo populacional ao longo da faixa marítima, e a existência de uma área de geopolítica neutra⁵²⁶ equivalente a 64% do espaço territorial

⁵²⁴ Cfr. CASTRO, Therezinha de (1986), *Op. Cit.*, nota 42.

⁵²⁵ Idem, pp. 28-29.

⁵²⁶ De acordo com o significado que Therezinha de Castro lhe atribui na referida obra, o conceito de *Área de Geopolítica Neutra* refere-se a uma área geográfica que, devido ao acentuado vazio demográfico nela existente, se encontra desprovida do poder criador e dinamizador que só o elemento geopolítico Homem poderá exercer sobre as potencialidades que a natureza da área em causa disponibiliza. Consequentemente, uma tal *Área de Geopolítica Neutra*, por se apresentar desvitalizada, encontra-se à margem da fronteira económica, fazendo-se então necessário empreender um processo de valorização da área com tais características para que a sua

brasileiro, Therezinha de Castro concluiria que o Brasil continuava (em 1986), tal como no passado, essencialmente voltado para o Atlântico, estando ainda por realizar uma efectiva integração geopolítica do país.

Equacionando o Brasil no plano das Relações Internacionais, a autora começaria por identificar no Sistema Internacional da década de 1980, a existência de mundos-padrões quanto às suas características estruturais, identificando três: os mundos mais integrados e estáveis em termos de recurso às armas, localizados no Hemisfério Norte, destacando entre aqueles os pólos EUA, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e China; os mundos perturbados e muito instáveis, particularmente susceptíveis a pressões externas e intervenções, localizados no Sudeste Asiático, Médio Oriente, África e Caraíbas; e por último, abrangendo toda a América Latina, os mundos introspectivos, caracterizados pela fraca capacidade de actuação coordenada e instabilidade militar.

Para Therezinha de Castro, aquele Sistema Internacional constituído por três mundos-padrões e com tendência para a formação de subsistemas agrupados em pólos regionais, apresentava ainda uma hierarquia de poderes com cinco níveis: as potências de primeiro nível – EUA, Rússia, China, Japão e as então Comunidades Europeias –, dotadas de capacidade de projecção de poder com alcance mundial; as potências de segundo nível – Nigéria, Índia, Canadá, México, Venezuela e Brasil –, as quais, detendo uma capacidade de projecção de poder com abrangência regional e inter-regional, possuem condições para competir directamente com as potências de primeiro nível dentro da sua região ou reduto geopolítico; as potências de terceiro nível, possuindo poder com alcance apenas regional; as potências de quarto nível, com um poder que as limita ao estabelecimento de contactos locais; e as potências de quinto nível, destituídas de poder com qualquer alcance.

Verificando que o seu país possuía uma superfície territorial superior a 5 milhões de km², com contiguidade territorial, amplo e directo acesso ao alto-mar, recursos naturais estratégicos, população superior a 100 milhões de habitantes, com uma densidade demográfica superior a 10 h/km² e inferior a 200 h/km², assim como homogeneidade racial, Therezinha de Castro concluía que o Brasil se apresentava como uma nação geopoliticamente satisfeita em posse das condições básicas para integrar a categoria de potência emergente no plano das Relações

integração no processo produtivo e económico do país possa ser uma realidade, fazendo-se assim coincidir a fronteira económica com a fronteira política.

Internacionais e, nessa qualidade, detentora de capacidade de projecção de poder sobre a extensão regional Sul-Americana e a inter-regional Sul-Atlântica.

Dez anos volvidos, Therezinha de Castro publicaria em 1992 a obra *Nossa América – Geopolítica Comparada*⁵²⁷. Na referida obra, buscando uma vez mais suporte na Geohistória, Therezinha de Castro efectuaria um estudo comparativo das parcelas integrantes do Continente Americano à luz das condicionantes da geografia física e humana mas, também e principalmente, pelas colocadas pelo novo Sistema Internacional da década de 1990, estruturalmente distinto do anterior assente no confronto eixo Este-Oeste. Da análise realizada, a autora identificaria mais contrastes e confrontos entre as duas “Américas” do que similitudes e convergências de interesses comuns a um conjunto continental integrado num eixo de solidariedade Norte-Sul.

Ao caracterizar geopoliticamente o Continente Americano – após localizar a massa terrestre americana como um todo no Hemisfério Ocidental, estendendo-se no sentido das latitudes de pólo a pólo, servindo de cunha divisora dos Oceanos Atlântico e Pacífico, apresentando uma configuração em “S” composta por dois triângulos sobrepostos ligados por um estreito istmo, apresentando uma matriz cultural europeia –, a autora, focando um pouco mais a “lente” da sua análise geopolítica, passaria a identificar os aspectos específicos das partes componentes do conjunto continental americano, individualizando assim “duas Américas” viradas de costas uma para a outra.

Assim, a uma América do Norte Anglo-Saxónica – de clima moderado, localizada num Hemisfério (Norte) onde se concentram as maiores massas terrestres, fisicamente inclinada para a vertente do Pacífico e ligada à Ásia por uma cadeia de ilhas por um lado, e estreitamente integrada à margem atlântica europeia por outro, através de um complexo de comunicação terra-mar constituído por linhas transcontinentais e de navegação conectando as duas margens do Atlântico Norte, formando um eixo de solidariedade Leste-Oeste –, Therezinha de Castro contrapunha uma América do Sul Latina, mais precisamente Ibero-americana, de clima tropical, localizada num Hemisfério (Sul) maioritariamente coberto por água e com as principais massas terrestres existentes desconexas entre si, dada a falta de um complexo de linhas de comunicação terra-mar semelhante ao existente no Hemisfério Norte,

⁵²⁷ Cfr. CASTRO, Therezinha de (1994), *Nossa América - Geopolítica Comparada*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

encontrando-se isolada perante a inexistência quer de um eixo Leste-Oeste entre as duas margens do Atlântico Sul (e apesar da estreita distância a que se encontra do Continente Africano), quer de um eixo Norte-Sul a estabelecer com a América do Norte, dada a opção preferencial desta pela integração horizontal com Hemisfério Norte, apesar da contiguidade terrestre do conjunto continental americano.

Após ter interpretado o relacionamento geopolítico entre as parcelas constituintes do conjunto continental americano, à luz das novas condicionantes do Sistema Internacional da década de 1990 – concluindo, como já anteriormente foi por nós referido, pela existência de “duas Américas” contrastantes de costas voltadas uma para a outra – Therezinha de Castro, ao finalizar a referida obra, procuraria apreciar globalmente, desde o século XIX, como as opções geopolíticas da América do Norte (leia-se EUA) se haviam reflectido no plano das Relações Internacionais com a América do Sul (leia-se Brasil), identificando nesse relacionamento quatro períodos históricos distintos.

No primeiro, compreendido entre as emancipações políticas das colónias americanas face às metrópoles europeias e o curso da II Guerra Mundial, a autora entende que a opção norte-americana pela Doutrina Monroe, destinada no imediato a manter o “Velho Mundo fora do Novo Mundo” e a reservar a “América para os Americanos”, havia conduzido ao estabelecimento de um eixo Norte-Sul, inicialmente construído sobre um sentimento de solidariedade continental genuíno. No entanto, numa segunda fase, quando a Doutrina Monroe se distanciava da “política de boa vizinhança” e evoluía no sentido de reservar a “América para os Americanos do Norte” e exprimia a sua faceta de “destino manifesto” imperial sobre o Continente, Therezinha de Castro passa a interpretar a manutenção daquele eixo Norte-Sul, não mais como estando assente numa solidariedade continental, mas antes com base na necessidade norte-americana de, na qualidade de potência emergente, se concentrar nas duas frentes oceânicas com a abertura do Canal do Panamá, duplicando assim as suas possibilidades geoestratégicas face à Rússia. Desta feita, Therezinha de Castro concluiria que, para enfrentar a Rússia no nascente eixo Leste-Oeste, os EUA, movidos pelos imperativos de seus interesses, precisava estabelecer um eixo continental Norte-Sul, vendo a autora nas duas guerras mundiais os acontecimentos que mais teriam contribuído para a aproximação dos países americanos, e cuja expressão mais visível se encontraria na assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca em 1947.

No entanto, uma vez que aquele documento havia sido assinado no pós-conflito, com o perigo da II Guerra Mundial já ultrapassado e a tendência dos EUA para se focarem na Europa no quadro da Guerra Fria por um lado, a par da procura de uma afirmação política regional por parte da América Latina a partir da década de 1950 por outro, com muitos daqueles países a encetarem uma diversificação das suas relações com a Europa, Japão e Terceiro Mundo, Therezinha de Castro identifica o início de um novo período de relacionamento entre as “duas Américas”, marcado pela progressiva sobreposição do eixo Leste-Oeste sobre o até então preponderante eixo Norte-Sul.

Com os EUA a assumirem a opção de um eixo Leste-Oeste a sobrepor-se progressivamente ao eixo Norte-Sul, ao adoptarem uma política externa para a América Latina que Therezinha de Castro qualificaria de “regionalismo abstracto”, fundado mais em princípios teóricos do que práticos e do qual a “Aliança para o Progresso” do presidente Kennedy os procurou retirar, a autora veria na política externa norte-americana das décadas de 1960-1970, uma cada vez mais acentuada ascendência do eixo Leste-Oeste sobre o do Norte-Sul, cavando o fosso entre as Américas Latina e do Norte o qual se aprofundaria com a “Política dos Direitos Humanos” do governo Carter (1977-1981).

Com a eleição de Ronald Reagan para a presidência dos EUA (1981-1989), não obstante a maior importância que os Republicanos normalmente atribuem à América Latina, e a adopção por parte destes do conceito de Foster Dulles como princípio orientador da sua política externa – segundo o qual “a política dos Estados Unidos não devia se preocupar em fazer amigos, devia, isso sim, acima de tudo, defender seus interesses”⁵²⁸ –, a autora veria na tomada de posição dos EUA ao lado da Inglaterra no conflito das Falkland (ou Malvinas), e na do Brasil ao lado da Argentina, a completa e definitiva sobreposição do eixo Leste-Oeste sobre o do Norte-Sul, materializada agora na sobreposição da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) sobre o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

Em jeito de conclusão, após ter observado que a ambiguidade norte-americana em torno das opções eixo Norte-Sul ou Leste-Oeste se havia repercutido sobre as políticas externas dos países da América Latina, particularmente no Brasil que a partir década de 1950 passou a desenvolver uma política externa independente e não mais de alinhamento incondicional com os EUA, Therezinha de Castro lembra (aos EUA) que, a propósito da opção preferencial pelo

⁵²⁸ DULLES, Foster, in CASTRO, Therezinha de (1994), *Op. Cit.*, nota 527, p. 355.

eixo Leste-Oeste após a II Guerra Mundial, fazia sentido a opção por um eixo Norte-Sul, uma vez que, segundo a autora, “o continente americano possui de norte a sul a maior quantidade de matérias-primas e equipamento industrial (...) [o que] confere ao nosso continente, à NOSSA AMÉRICA, uma base sólida para invejável poder político-econômico e, em seu bojo, o poder militar”⁵²⁹. E que “uma Geopolítica de Integração poderá levar a NOSSA AMÉRICA a transformar a atual configuração do mundo”⁵³⁰.

Da exposição acima realizada das obras e autores que considerámos mais influentes para a elaboração do presente estudo, (fruto de um necessário processo de selecção, uma vez que a tentativa de incluir aqui todas as obras de todos os autores que tenham dado o seu contributo para os estudos de geopolítica do Brasil resultaria num exercício verdadeiramente impraticável por razões de economia de espaço), sobressai como traço caracterizador da linha de pensamento da Escola Geopolítica Brasileira a absorvente preponderância atribuída à análise dos caracteres da Geografia Física, subalternizando excessivamente as componentes da Geografia Humana, resultando, assim, em quadros analíticos que consideramos transmitirem uma imagem do Brasil um pouco desfocada e apenas parcialmente representativa do espaço geopolítico brasileiro.

Com feito, à excepção das obras *Geopolítica Geral do Brasil* (de Everardo Backheuser), *Geopolítica do Brasil* (de Lysias Rodrigues) e *Geopolítica e Trópicos* (de Carlos de Meira Mattos), nas quais se fazem referência a um aspecto muito circunscrito da Geografia Humana - o primeiro fá-lo apenas para considerar o homem brasileiro da região setentrional “inferior” ao da região meridional (defendendo como solução para a aquela “inferioridade” o enxertar do homem brasileiro setentrional com sangue novo de imigrantes europeus), o segundo, por sua vez, para o considerar em nada inferior ao emigrante europeu, e o terceiro defender que o *homem brasílico* (produto da miscigenação dos elementos indígena, africano e português), não sofre de qualquer inferioridade física ou cultural face a qualquer outro povo (sem que, no entanto, qualquer um dos três o considere de forma mais ampla de modo a incluir nas suas análises as dimensões demográfica, económica, social e política) -, as demais análises tendem a ignorar o principal agente geopolítico - o próprio Homem - fazendo, muito em particular, um gritante silêncio⁵³¹ sobre o *homo socioeconomicus* brasileiro. Pela nossa parte, consideramos

⁵²⁹ CASTRO, Therezinha de (1994), *Op. Cit.*, nota 527, p. 361.

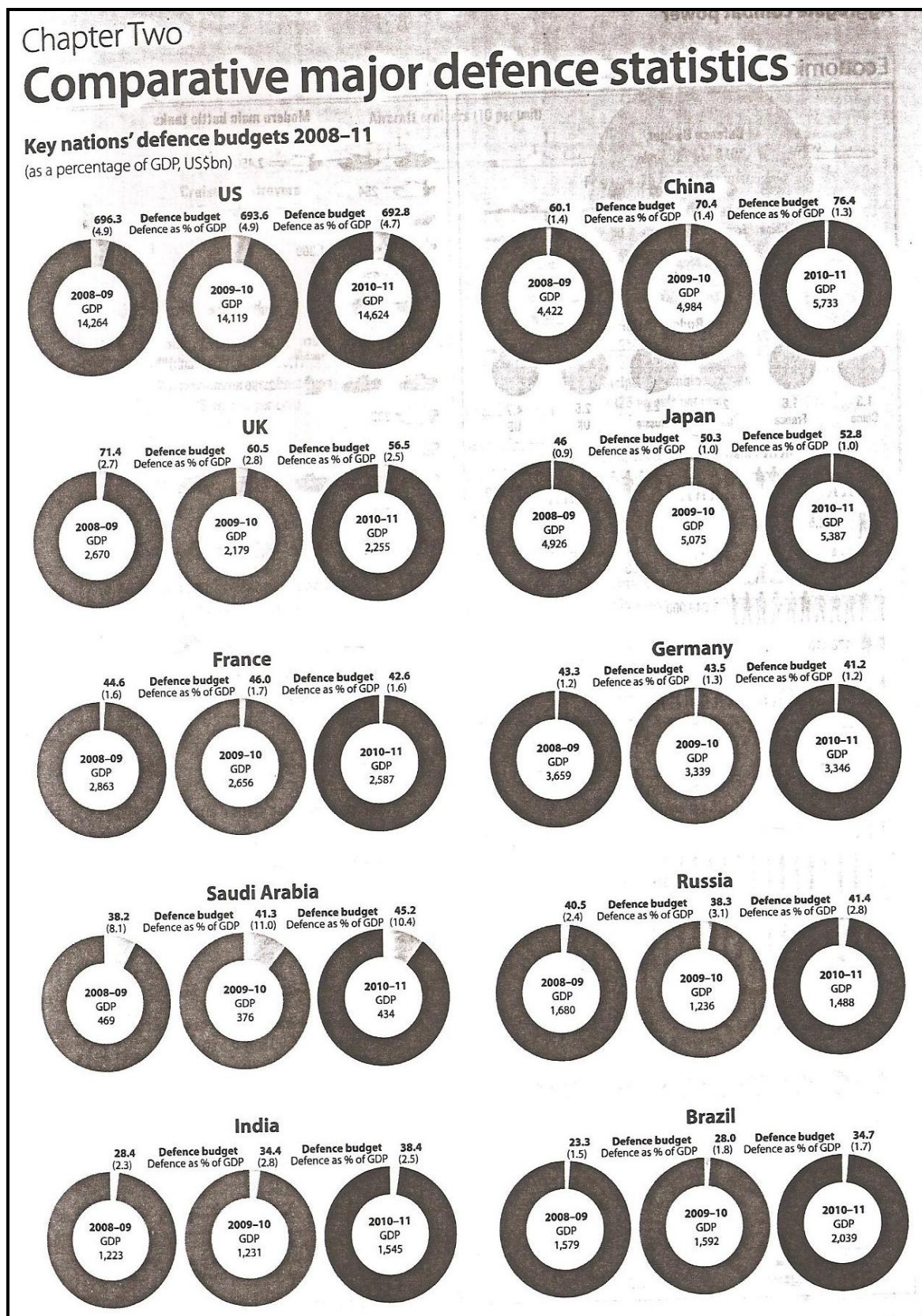
⁵³⁰ Idem, p. 361.

⁵³¹ Ao considerar-se a importância e o significado do silêncio na análise científica, é preciso ter presente que “os silêncios [são] como testemunhos por omissão”, constituindo “um dos documentos importantes para o analista”,

que este “estado da arte” revela uma grave lacuna no pensamento da Escola Geopolítica Brasileira, a qual se pretende colmatar com o presente estudo ao abordar-se, neste, o Factor Humano na sua multidimensionalidade - socioeconómica incluída.

dado que “aquilo de que os agentes do Poder sistematicamente não falam, ou impedem que se fale, é frequentemente o mais importante dos factos a tomar em consideração”. Consequentemente, concluímos com Sousa Lara que “há, por conseguinte, silêncios mais ou menos precários, e duráveis, mais ou menos públicos e privados, mais ou menos institucionalizados”. As fontes bibliográficas de onde retirámos os conteúdos aqui transcritos são, pela respectiva ordem de citação, as seguintes: **LARA**, António de Sousa (2009), *Op. Cit.*, **nota 509**, p. 115; **MOREIRA**, Adriano (2009), *Op. Cit.*, **nota 58**, p. 142; **LARA**, António de Sousa (2009), *Op. Cit.*, **nota 509**, p. 116.

Gráfico I



Fonte: *The Military Balance 2011 – The annual assessment of global military capabilities and defence economics*, p. 344.

Inventário das Forças Armadas Brasileiras

Brazil BRZ

Brazilian Real R		2009	2010	2011
GDP	R	3.14tr	3.61tr	
	US\$	1.59tr	2.04tr	
per capita	US\$	8,217	10,435	
Growth	%	-0.2	6.4	
Inflation	%	4.9	5.0	
Def exp	R	51.3bn		
	US\$	26bn		
Def bdgt	R	55.3bn	61.3bn	66.1bn
	US\$	28bn	34.7bn	
US\$1=R		1.97	1.77	

Population 195,423,252

Age	0-14	15-19	20-24	25-29	30-64	65 plus
Male	13.4%	4.2%	4.2%	4.3%	20.5%	2.8%
Female	12.9%	4.0%	4.1%	4.2%	21.5%	3.9%

Capabilities

ACTIVE 318,480 (Army 190,000 Navy 59,000 Air 69,480) Paramilitary 395,000

RESERVE 1,340,000

Terms of service 12 months (can be extended to 18)

ORGANISATIONS BY SERVICE

Army 120,000; 70,000 conscript (total 190,000)

FORCES BY ROLE

Comd	7 Mil Comd; 12 Mil Regions; 7 div HQ (2 with Regional HQ)
Armd	2 bde (each: 2 armd cav bn, 2 armd inf bn, 1 arty bn, 1 engr bn)
Mech	4 bde (each: 1 armd cav bn, 2 mech cav bn, 1 arty bn)
Cav	
Mot Inf	8 bde (total: 29 mot inf bn)
Lt Inf	2 bde (total: 6 lt inf bn)
Jungle Inf	5 bde (total: 15 bn)
SF	1 bde with (1 SF bn, 1 cdo bn, 1 SF training centre)
AB	1 bde (1 arty bn, 3 AB bn)
Arty	6 (med) gp; 4 (SP) gp
ADA	1 bde
Engr	2 gp (total: 11 engr bn)
Security	1 bde (total: 6 lt inf bn)
Hel	1 bde (4 hel bn (each: 2 hel sqn))

EQUIPMENT BY TYPE

MBT 267: 128 *Leopard* 1A1BE; 48 *Leopard* 1A5BR (172 more on order); 91 M-60A3/TTS

LT TK 152 M-41B/M-41C

RECCE 408: 408 EE-9 *Cascavel*

APC 807

APC (T) 584 M-113

APC (W) 223 EE-11 *Urutu*

ARTY 1,805

SP 109: 105mm 72 M-108/M-7; 155mm 37 M-109A3

TOWED 431

105mm 336: 233 M-101/M-102; 40 L-118 *Light Gun*; 63

Model 56 pack howitzer

155mm 95 M-114

MRL 20+: 70mm SBAT-70; 20 ASTROS II

MOR 1,245: 81mm 1,168: 453 Royal Ordnance L-16, 715

M936 AGR; 120mm 77 M2

AT

MSL • MANPATS 30: 18 *Eryx*; 12 *Milan*

RCL 343: 106mm 194 M-40A1; 84mm 149 *Carl Gustav*

RL 84mm 540 AT-4

HELICOPTERS

MRH 51: 32 AS-365 *Dauphin*; 19 AS-550U2 *Fennec* (armed)

TPT 28 Medium 12: 8 AS-532 *Cougar*; 4 S-70A-36 *Black*

Hawk Light 16 AS-350 LI *Ecureuil*

AD

MANPAD 53 9K38 *Igla* (SA-18 *Grouse*)

GUNS 66: 35mm 39 GDF-001 towed (some with *Super Fledermaus* radar); 40mm 27 L/70 (some with BOFI)

RADAR: 5 SABER M60

Navy 59,000

FORCES BY ROLE

Organised into 9 districts with HQ I Rio de Janeiro, HQ II Salvador, HQ III Natal, HQ IV Belém, HQ V Rio Grande, HQ VI Ladorio, HQ VII Brasilia, HQ VIII Sao Paulo, HQ IX Manaus

EQUIPMENT BY TYPE

SUBMARINES • TACTICAL • SSK 5:

4 *Tupi* (GER T-209/1400) each with 8 single 533mm TT each with MK 24 *Tigerfish* HWT

1 *Tikuna* with 8 single 533mm TT each with MK 24 *Tigerfish* HWT

PRINCIPAL SURFACE COMBATANTS 15

AIRCRAFT CARRIERS • CV 1:

1 *Sao Paulo* (FRA *Clemenceau*) (capacity 15-18 A-4 *Skyhawk* atk ac; 4-6 SH-3D/SH-3A *Sea King* ASW hel; 3 AS-355F/AS-350BA *Ecureuil* hel; 2 AS-532 *Cougar* hel)

DESTROYERS • DDGHM 3 *Greenhaigh* (UK *Broadsword*, 1 low readiness) each with 4 single Inchr each with MM-38 *Exocet* ASHm, 2 sextuple Inchr (12 eff.) each with *Sea Wolf* SAM, 6 single 324mm ASTT each with Mk 46 LWT, (capacity 1 *Super Lynx* Mk21A hel)

FRIGATES 11:

FFGHM 6 *Niteroi* each with 2 twin Inchr (4 eff.) each with MM-40 *Exocet* ASHm, 1 octuple *Albatros* Inchr with *Aspide* SAM, 2 triple 324mm ASTT (6 eff.) each with Mk 46 LWT, 1 twin 375mm A/S mor (2 eff.), 1 115mm gun, (capacity 1 *Super Lynx* Mk21A hel)

FFGH 5:

4 *Inhauma* each with 2 twin Inchr (4 eff.) each with MM-40 *Exocet* ASHm, 2 triple 324mm ASTT (6 eff.) each with Mk 46 LWT, 1 115mm gun, (1 *Super Lynx* Mk21A hel)

1 *Barroso* with 2 twin Inchr (4 eff.) each with MM-40 *Exocet* ASHm, 2 triple 324mm ASTT (6 eff.) each with

Latin America and the Caribbean

Latin America and the Caribbean

Fonte: *The Military Balance 2011 – The annual assessment of global military capabilities and defence economics*, p. 361.

362 THE MILITARY BALANCE 2011

Mk 46 LWT, 1 115mm gun, (capacity 1 *Super Lynx* Mk21A util hel)

PATROL AND COASTAL COMBATANTS 42:

PCO 7: 4 *Bracui* (UK *River*); 2 *Imperial Marinheiro* with 1 76mm gun; 1 *Parnaíba* with 1 hel landing platform
PCC 2 *Macaé* (additional vessels in build)
PCR 5: 2 *Pedro Teixeira*; 3 *Roraima*
PB 28: 12 *Grajau*; 6 *Marlim*; 6 *Piratini* (US PGM); 4 *Tracker* (Marine Police)

MINE WARFARE • MINE COUNTERMEASURES • AMPHIBIOUS**PRINCIPAL AMPHIBIOUS SHIPS • LSD 2:**

2 *Ceara* (US *Thomaston*) (capacity either 21 LCM or 6 LCU; 345 troops)

LANDING SHIPS 3:

LST 1 *Mattoso Maia* (US *Newport*) (capacity 3 LCVP; 1 LCPL; 400 troops)
LSLH 2: 1 *Garcia D'Avila* (UK *Sir Galahad*) (capacity 1 hel; 16 MBT; 340 troops); 1 *Almirante Saboia* (UK *Sir Bedivere*) (capacity 1 med hel; 18 MBT; 340 troops)

LANDING CRAFT 46: 3 LCU; 35 LCVP; 8 LCM**LOGISTICS AND SUPPORT 39:**

AOR 2: 1 *Gastao Motta*; 1 *Marajo*
ASR 1 *Felinto Perry* (NOR *Wildrake*)
AG 2: 1 (troop carrier); 1 (river spt)
AH 4: 2 *Oswaldo Cruz*; 1 *Dr Montenegro*; 1 *Tenente Maximiano*
AK 5
AGOR 3: 1 *Ary Rongel* (Ice-strengthened hull, used for polar research); 1 *Cruzeiro do Sul* (research); 1 *Almirante Maximiano*
AGHS 1 *Sirius*
AGS 4: 1 *Antares*; 3 *Amorim Do Valle* (UK *Rover*)
ABU 6: 1 *Almirante Graca Aranha* (lighthouse tender); 5 *Comandante Varella*
ATF 5: 3 *Tritao*; 2 *Almirante Guihem*
TPT 2: 1 *Paraguassu*; 1 *Piraim* (river transports)
TRG 4:
AXL 3 *Nascimento*
AXS 1

Naval Aviation 2,500**FORCES BY ROLE**

Atk 1 sqn with A-4 *Skyhawk*; A-4M (A-4MB) *Skyhawk*; TA-4 *Skyhawk*; TA-4M (T-A4MB) *Skyhawk*
ASuW 1 sqn with *Super Lynx* Mk21A
ASW 1 sqn with SH-3G/H *Sea King*
Tpt Hel 1 sqn with AS-332 *Super Puma*; 4 sqn with AS-350 *Ecureuil* (armed); AS-355 *Ecureuil* (armed)
Trg 1 sqn with Bell 206B3 *Jet Ranger III*

EQUIPMENT BY TYPE**AIRCRAFT 12 combat capable**

ATK 12 A-4 *Skyhawk*/A-4M (A-4MB) *Skyhawk*/TA-4 *Skyhawk*/TA-4M (TA-4MB) *Skyhawk**

HELICOPTERS

ASW 16: 12 *Super Lynx* Mk21A; 4 SH-3G/H *Sea King*
TPT 48: Medium 7 AS-332 *Super Puma*; Light 41: 18

AS-350 *Ecureuil* (armed); 8 AS-355 *Ecureuil* (armed); 15 Bell 206B3 *Jet Ranger III*

MSL • ASHM: AM-39 *Exocet*; *Sea Skua*

Marines 15,000**FORCES BY ROLE**

Amph 1 (Fleet Force) div (1 comd bn, 1 arty gp, 3 inf bn)
SF 1 bn
Marine 8+ (Regional) gp; 3 bn
Engr 1 bn

EQUIPMENT BY TYPE

LT TK 18 SK-105 *Kuerassier*

APC 42

APC (T) 30 M-113

APC (W) 12 *Piranha IIIC* (additional 18 on order)

AAV 25: 13 AAV-7A1; 12 LVTP-7

ARTY 59

TOWED 41: 105mm 33: 18 L-118 Light Gun; 15 M-101;

155mm 8 M-114

MOR 18 81mm

AT

MSL • MANPATS RB-56 *Bill*

RL 89mm M-20

AD • GUNS 40mm 6 L/70 (with BOFI)

Air Force 69,480

COMDABRA (aerospace defence), plus three general cmds – COMGAR (operations), COMGAP (logistics), COMGEP (personnel).

Brazilian air space is divided into 7 air regions, each of which is responsible for its designated air bases.

Air assets are divided among five designated air forces for operations (one temporarily deactivated).

I Air Force (HQ Natal) operates 3 avn gps (1st/5th, 2st/5th and 1st/11th GAV) and a Tactical Training Group (GITE) providing Air Combat Training for EMB-314 *Super Tucano* (A-29A/B) and EMB-312 *Tucano* (T-27) aircraft. I Air Force also operates the C-95 *Bandeirante* and AS350 (UH-50) helicopters.

II Air Force (HQ Rio de Janeiro) is organised into 3 Aviation Groups (7th, 8th and 10th GAVs). 7th GAV, responsible for coastal patrol, operates P-95A/B *Bandeirulhas* armed for ASV and ASW from 4 air bases. 8th and 10th GAVs, with H-60L *Blackhawk*, Mi-35M (AH-2) Bell 205 (H-1H), AS-332 *Super Puma* (CH-34) and AS350/AS355 *Ecureuil* (H-50/H-55) helicopters, are dedicated to SAR/utility, tpt ops and spec ops.

III Air Force (HQ Brasilia) 1st Air Defence Group is equipped with *Mirage* 2000B/C. The main light attack/armed recce force, with anti-narcotic and anti-terrorist roles, comprises 6 air groups with EMB-314 *Super Tucano* (A-29), AT-26 *Xavante* and AMX (A-1A/B); 6th GAV, with 5 EMB-145 AEW, 3 EMB-145RS, 3 Learjet 35A (R-35A) and 4 R-95 electronic recce aircraft, is responsible for electronic surveillance, AEW and reconnaissance.

V Air Force (HQ Rio de Janeiro) operates some 160 air transport and flight refuelling aircraft from 5 air bases. Six tpt gps operate C-295M, ERJ-135/ERJ-145, EMB-190 transports, C/KC-130E/H *Hercules* tkr/tpts and KC-137 tankers.

Fonte: *The Military Balance 2011 – The annual assessment of global military capabilities and defence economics*, p. 362.

FORCES BY ROLE

Ftr	1 gp with <i>Mirage</i> 2000B/C, 2 sqn with F-5EM/ FM <i>Tiger II</i>
FGA	2 sqn with AMX (A-1A/B); 4 sqn with EMB-314 <i>Super Tucano</i> (A-29A/B)*
MP	4 sqn with EMB-110 (P-95A/P-95B)
ISR	1 sqn with AMX-R (RA-1)*; 1 sqn with <i>Learjet</i> 35 (R-35A); EMB-110B (R-95)
AEW&C	1 sqn with EMB-145RS (R-99); EMB-145SA (E-99)
Tkr	1 sqn with KC-130H, 1 sqn with KC-137
Tpt	1 sqn with A-319 (VC-1A); EMB-135 (VC-99A/B); EMB-190 (VC-2); <i>Learjet</i> 35 (VU-35); 2 sqn with C-130H/E <i>Hercules</i> ; 2 sqn with C-295M (C-105A); 7 sqn with Cessna 208 (C-98); EMB-110 (C-95); EMB-120 (C-97); 1 sqn with ERJ-145 (C-99A); 1 sqn with EMB-120 (VC-97), EMB-121 (VU-9)
Trg	1 sqn with EMB-110 (C-95); 2 sqn with EMB-312 <i>Tucano</i> (T-27) (incl 1 air show sqn); 1 sqn with T-25
Tpt Hel	1 sqn with AS-332M <i>Super Puma</i> (H-34) (VIP); EC-135 (H-35); 1 sqn with AS350 <i>Ecureuil</i> (H-50); AS 355 <i>Ecureuil II</i> (H-55); 2 sqn with Bell 205 (H-1H); 1 sqn with UH-60L <i>Blackhawk</i> (H-60L)

EQUIPMENT BY TYPE**AIRCRAFT** 256 combat aircraftFTR 57: 6 F-5E *Tiger II*; 51 F-5EM/FM *Tiger II*FGA 61: 38 AMX (A-1); 11 AMX-T (A-1B); 12 *Mirage*
2000B/CASW 9 P-3AM *Orion* (delivery in progress)MP 19: 10 EMB-111 (P-95A *Bandeirulha*)*; 9 EMB-111
(P-95B *Bandeirulha*)*

ISR: 8: 4 AMX-R (RA-1)*; 4 EMB-110B (R-95)

ELINT 22: 9 EMB-110 (EC-95); 3 EMB-145RS (R-99); 3
Hawker 800XP (EU-93A); 4 HS-125 (EU-93); 3 *Learjet*
35A (R-35A)

AEW&C 5 EMB-145SA (E-99)

SAR 5: 4 EMB-110 (SC-95B), 1 SC-130E *Hercules*

TKR/TPT 5: 2 KC-130H; 3 KC-137 (1 more in store)

TPT 178 **Medium** 19: 6 C-130E *Hercules*; 13 C-130H
Hercules; **Light** 156: 12 C-295M (C-105); 12 Cessna 208 (C-
98); 13 Cessna 208-G1000 (C-98A); 53 EMB-110 (C-95A/
B/C); 16 EMB-120 (C-97); 4 EMB-120 (VC-97); 6 EMB-121
(VU-9); 3 EMB-201 *Ipanema* (U-19); 6 ERJ-135 (VC-99C);
10 ERJ-145 (C-99A); 9 PA-34 *Seneca* (U-7); 12 U-42 *Regente*

PAX 3: 1 A-319 (VC-1A); 2 EMB-190 (VC-2)

TRG 271: 105 EMB-312 *Tucano* (T-27); 40 EMB-314 *Super*
Tucano (A-29A)*; 45 EMB-314 *Super Tucano* (A-29B)*; 81
T-25A/C**HELICOPTERS**ATK 6 Mi-35M *Hind* (AH-2)TPT 70: **Medium** 16: 10 AS-332M *Super Puma* (H-34); 6
UH-60L *Blackhawk* (H-60L) (6 more on order) **Light** 24
AS-350B *Ecureuil* (H-50); 4 AS-355 *Ecureuil II* (H-55); 24
Bell 205 (H-1H); 2 EC-135 (H-35)MSL • AAM • IR AAM MAA-1 *Piranha*; *Magic 2*; *Python III*;

SARH AAM Super 530F ARH AAM Derby

ARM AMR-1 (in development)

Paramilitary 395,000 opcon Army**Public Security Forces 395,000**State police organisation technically under army control.
However military control is reducing, with authority
reverting to individual states.**EQUIPMENT BY TYPE**UAV • ISR • Heavy 3 *Heron* (deployed by Federal Police
for Amazon and border patrols)**DEPLOYMENT****CÔTE D'IVOIRE**

UN • UNOCI 3; 4 obs

CYPRUS

UN • UNFICYP 1

HAITI

UN • MINUSTAH 2,188; 2 inf bn; 1 engr coy

LIBERIA

UN • UNMIL 2; 2 obs

NEPAL

UN • UNMIN 6 obs

SUDAN

UN • UNMIS 2; 20 obs

TIMOR LESTE

UN • UNMIT 4 obs

WESTERN SAHARA

UN • MINURSO 11 obs

Chile CHL

Chilean Peso pCh		2009	2010	2011
GDP	pCh	91.5tr	105.3tr	
	US\$	164bn	204bn	
per capita	US\$	9,656	11,907	
Growth	%	-1.5	4.2	
Inflation	%	2.0	1.4	
Def exp*	pCh	2817bn		
	US\$	5.04bn		
Def bdgt	pCh	1069bn	1068bn	
	US\$	1.91bn	2.07bn	
FMA	US\$	0.4m	0.4m	0.75m
US\$1=pCh		558.49	515.98	

* Including estimates for military pensions, paramilitary and Copper
Fund

Population 17,134,708

Age	0-14	15-19	20-24	25-29	30-64	65 plus
Male	11.4%	4.3%	4.3%	3.9%	21.5%	4.0%
Female	10.9%	4.1%	4.2%	3.8%	21.9%	5.6%

Fonte: *The Military Balance 2011 – The annual assessment of global military
capabilities and defence economics*, p. 363.

Declarações Sobre a Amazônia

TEMAS AMAZÔNICOS

timos anos, constituindo certas expressões belas figuras de retórica, como:

“A Amazônia é uma biblioteca para as ciências humanas, o maior laboratório mundial de farmácia e um pêndulo regulador do clima; é assunto que envolve o destino do Globo Terrestre” *Thomas Lovejoy*, ex-vice presidente da *World Wildlife Foundation*, 1989);

“Para a humanidade, a tragédia da destruição da Amazônia seria o mesmo que a tragédia da destruição de Veneza” (*Fulco Pratesi*, Câmara de Deputados de Roma, 1989);

“A Amazônia é responsável pela sobrevivência da espécie humana” (Debate no Senado Americano, 1989);

“A devastação (da Amazônia) é inaceitável e constitui a maior tragédia da história” (*Time Internacional*, em 18/09/89);

“Propõe-se um Tribunal Internacional que julgue o governo brasileiro pelos crimes de *etnocídio* e *ecocídio*” (“Grupo dos Cem”, México, 1989);

“É vergonhoso o estupro da Amazônia pelo Brasil, comparável ao *apartheid* sul-africano” (*Bangkok Post*, em 10/03/89);

“Um holocausto ambiental está varrendo a Amazônia” (*The New York Time*, em vários artigos de 89);

“O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia” (*François Mitterand*, 1989);

“O Brasil deve delegar parte de seus direitos (sobre a Amazônia) aos organismos internacionais competentes” (*Mikhail Gorbachov*, 1989);

“A Amazônia é o pulmão do mundo” *Houston Post*, em 23/03/89 e muitos outros);

“A floresta de Rondônia estará destruída em 1990, a de Mato Grosso em 1989, a do Pará em 1991 e a do Acre em 1993” (previsões feitas em Set/1982 por *Philip Fearnside*, pesquisador americano do INPA, Manaus);

“Cerca de 25% da Floresta Amazônica já foi derrubada até 1988” (*Dennis Mahar*, economista do Banco Mundial, 1988);

“É a Amazônia que absorve todo CO₂ do mundo” (“*Il Popolo*”, de Roma, 1989);

“Os solos da Amazônia são maravilhosos: em se plantando, tudo dá” (Discurso de Paraninfo na UFRJ, 1989);

“A Amazônia não presta para ser explorada; deve, assim, ser deixada apenas como grande produtora de O₂” (Associação Mundial de Ecologia, 1990);

“A Amazônia é o deserto verde mais compacto e homogêneo que existe” (*Rupert Cutler*, presidente da *Defenders of Wildlife*, 1990);

“Na Amazônia só se deveriam introduzir plantas nativas” (*Rupert Cutler*, presidente da *Defenders of Wildlife*, 1990);

“Só a internacionalização pode salvar a Amazônia” (“Grupo dos Cem”, México, 1989);

“Deveria ser proibida qualquer imigração para a Amazônia: sua ocupação está decretando seu fim” (“Grupo dos Cem”, México, 1989);

“A destruição da Amazônia seria a destruição do mundo” (Debate no Parlamento Italiano, 1989);

“Não são propícias as condições da Amazônia para o homem: altas tem-

TEMAS AMAZÔNICOS

peraturas, chuvas o ano todo, maioria de seus solos inundados” (Ecologistas Ingleses, 1990);

“As queimadas na Amazônia atingem sempre e irremediavelmente a mata virgem” (Ecologistas Ingleses, 1990);

“A Amazônia só comporta duas atividades: a agropecuária e a indústria madeireira” (Discurso de Deputado em Mato Grosso, 1989);

“É a indústria madeireira amazônica que abastece o mundo” (Jean Perrou, Paris, 1989);

“Só se deveria permitir na Amazônia o extrativismo; qualquer outra atividade pode prejudicá-la” (Certos ecologistas brasileiros, 1990);

“A Amazônia deve ser intocável, pois constitui-se no banco de reservas florestais da humanidade” (Ecologistas alemães, 1990);

“O melhor investimento na Amazônia é deixá-la como está: não deve ser tocada” (Ecologistas alemães, 1990);

“Como São Paulo se enriqueceu trocando florestas por café, a Amazônia se enriqueceria se trocasse suas florestas por pastos e bois” (ex-Reitor da Univ. Federal de Uberlândia, MG, 1989);

“A topografia amazônica não presta para o gado comum, mas é excelente para o búfalo, cuja proteína alimentaria o mundo” (M. Musthafah, Técnico do Governo da Índia, 1989);

“A floresta amazônica produz 25% do O₂ da Terra” (Reportagem Americana de 1972);

“Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles (bra-

sileiros), mas de todos” (Senador A. Gore, USA, 1898);

“Populações indígenas são massacradas... A ocupação da Amazônia é filha da ditadura” (Luiz Inácio Lula da Silva, em “Cara Amazzônia”, Milão, Itália, Nov/1989);

“Uma devastação (na Amazônia) que fere não apenas a qualidade, mas a própria continuação da vida em nosso planeta” (Folco Quilici, cineasta italiano, Milão, 1989).

Estas e outras teses semelhantes são “verdades” para consumo de certos segmentos da sociedade, aqui e no exterior.

Essas pessoas parecem não ter compromissos sérios com o estudo e a crítica de certos assuntos, ou esses compromissos são mais de natureza econômica, política ou ideológica, ou são apenas pessoas iludidas. É matéria para uso de seus interessados, de facciosos, de desconhecedores do assunto, de ingênuos etc. Aliás, a humanidade sempre gostou de “crenças”... É possível até que certos exageros e arroubos oratórios sejam fruto de indignação insopitável provocada por tantos alarmismos sobre o tema amazônico.

Conclusões:

- Os chamados “verdes” ou ambientalistas estão falando mais do que os cientistas;

- devemos evitar os extremos: os ecologistas ingênuos e os xenófobos (que não admitem opiniões sensatas do exterior);

Evolução e Requisitos do Conceito de Poder

O conceito de potência tem vindo a evoluir através de um processo cumulativo resultante de contributos aduzidos por geógrafos políticos, geopolíticos e cientistas políticos, refinando-se, ao mesmo tempo que foi permitindo a identificação de um conjunto-síntese de requisitos comuns às várias propostas apresentadas – útil ao exercício de aferição do poder e potencial de poder das principais potências presentes no actual Sistema Internacional em fase de reconfiguração hierárquica de poderes, demonstrando plena validade nesta segunda década do século XXI.

Ainda no século XIX, Alexis Tocqueville (1805-1859) antevia em 1836 que “o mundo continuaria a ser dominado por nações com grande extensão territorial e amplas costas marítimas”⁵³², sublinhando a importância da dimensão do território e do acesso directo e amplo ao alto mar que aquele permitisse. Posteriormente, o geógrafo político Friedrich Ratzel (1844-1904) confirmaria a validade da importância de uma base territorial extensa ao enunciar que espaço é poder, consagrando este atributo como requisito de potência. Na sua esteira, Rudolf Kjéllen (1864-1922), para além de incorporar o atributo espaço, acrescentaria ainda a liberdade de movimento e a coesão interna⁵³³ à sua proposta de caracterização de Grande Potência, consistindo esta naqueles três atributos.

Por sua vez, o escritor francês Tibor Mende (1915-1984) ao procurar identificar no seu livro *Entre o Medo e a Esperança – Reflexões Acerca da História de Hoje* as características definidoras da Grande Potência contemporânea, estabeleceria os seguintes axiomas⁵³⁴:

- Num mundo em que a sociedade mundial se revela cada vez mais interdependente, o referido autor considera que uma Grande Potência contemporânea terá necessariamente de ser uma potência mundial com capacidade de exercício de influência à escala mundial;
- Constata que a Grande Potência exerce soberania sobre um território vastíssimo;

⁵³² Cfr. **SILVA**, António F., **ROSÁRIO, RODRIGUES R.** (coord), **CYMBRON, BORGES e FARIA**, Ribeiro de (1987), “O Brasil e as Relações Inter-atlânticas”, Lisboa: **Instituto de Altos Estudos Militares**, p. 3.

⁵³³ Apud. **KJÉLLEN**, Rudolf, *Der Staat Als Lebens Form*, in **MATTOS**, Carlos de Meira, *Brasil - Geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, p. 69.

⁵³⁴ Cfr. **MENDE**, Tibor, (1965), *Entre a Esperança e o Medo – Reflexões Acerca da História de Hoje*, Lisboa: Editorial Estúdios Cor, pp. 17-18.

- Constatamos que a Grande Potência dispõe de enormes reservas de matérias-primas e de mão-de-obra especializada;
- Constatamos ainda que a Grande Potência possui uma capacidade de produção que lhe permite fabricar armamento moderno de elevado custo e em grande quantidade, bem como de produtos manufacturados, tendo na cedência gratuita e em grande quantidade destes últimos, a forma de fazer aliados no mundo contemporâneo;
- Considerando aquele autor que nenhuma das condições anteriores poderá ser preenchida por um só povo, dispondo somente do seu território, o mesmo afirma que as Grandes Potências contemporâneas são unidades multinacionais e multirraciais.

Dando um “salto” quantitativo e qualitativo na identificação dos atributos caracterizadores de uma Grande Potência, Nicholas Spykman (1893-1943), apontaria na sua obra *America's Strategy and World's Politics*, de 1942, nove factores constituintes do poder político⁵³⁵:

- A superfície do território, a natureza das fronteiras, a quantidade de população, existência de matérias-primas em quantidade, desenvolvimento económico e tecnológico, capacidade financeira, homogeneidade étnica, grau de integração social, estabilidade política e coesão nacional.

Partilhando em boa medida dos factores apresentados pelo autor precedente, porém introduzindo alguns factores inovadores, Hans Morgenthau (1904-1980), apresentaria na sua obra *Politics Among Nations – The Struggle for Power and Peace* de 1948, nove factores integrantes do poder político⁵³⁶:

- A geografia, os recursos naturais, a capacidade industrial, o grau de eficiência militar, a população, o carácter nacional, a moral nacional, a qualidade da diplomacia, e a qualidade da governação.

Para Karl Deutsch (1912-1992), apresentando na sua obra *On the Concepts of Politics and Power*, de 1967, um conceito de poder que se consubstancia na capacidade de um Estado prevalecer num conflito com outro e superar os obstáculos, mobilizando para esse objectivo

⁵³⁵ Apud. **SPYKMAN**, Nicholas, *America's Strategy and World's Politics*, in **MATTOS**, Carlos de Meira (1975), *Brasil - Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, p.70.

⁵³⁶ Cfr. **MORGENTHAU**, Hans (1993), *Politics Among Nations – The Struggle for Peace and Power*, Caledonia: ComCom, Inc., pp. 124-165.

os seus recursos com vantagem, o potencial do *status* de poder reside nos seguintes cinco factores⁵³⁷:

- A extensão do território, o número populacional, os recursos materiais, a coesão social, e a capacidade diplomática.

Assim, para este último autor, um Estado terá tanto mais capacidade para se afirmar como uma potência internacional, quanto mais extenso for o seu território, mais numerosa for a sua população, maior a quantidade e qualidade dos recursos que consiga mobilizar para a consecução de uma política, mais eficiente seja a capacidade do mesmo em assegurar a paz interna entre os grupos sociais, e quanto mais capacidade tenha de exercer pressão diplomática obtendo, por essa via, parte do que poderia ser alcançado por um conflito bélico, sem que tenha de efectivamente combater.

Por sua vez, classificando os Estados em função do poder, Steven Spiegel elaboraria, na sua obra *Dominance and Diversity*, de 1973, uma hierarquia consistindo em sete categorias, com os EUA e a ex-URSS na categoria de Superpotências de primeira classe, patamar cimeiro naquela hierarquia. No conceito de Superpotência do referido autor, integrariam aquela categoria cimeira os Estados capazes de exercer o seu poder à escala mundial, influenciando decisivamente os acontecimentos que ocorram em toda e qualquer parte do mundo, na prossecução dos seus objectivos e defesa de seus interesses. Coerentemente, o critério que presidiria à classificação dos demais países nas restantes categorias situadas abaixo, seria o do grau de limitação no exercício do respectivo poder, medido em termos da abrangência geográfica que aquele alcançasse. Naquela época, na categoria imediatamente a seguir às duas Superpotências de primeira classe, integravam a categoria de Superpotência de segunda classe, a China, Japão, França, Inglaterra, Alemanha Ocidental e Itália, seguidas das Potências Médias Brasil, Índia, México e Argentina integradas num terceiro patamar, com o Brasil e a Índia, apresentando-se na década de 1970, como as duas Potências Médias com as melhores

⁵³⁷ Apud. DEUTSCH, Karl W, *On the Concepts of Politics and Power*, in BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2008), “O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior”, *Revista Espaço Acadêmico*, nº 91, p. 1, disponível em: www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.htm. Acesso a: 15/Fev./2012; 13:52.

condições de ascenderem ao segundo patamar, juntando-se às Superpotências de segunda classe já então existentes⁵³⁸.

Por seu lado, para aferição do poder dos Estados em termos mundiais e sua hierarquização, Ray Cline (1918-1996) apresentaria na sua obra *World Power Assessment* de 1975 (revista em 1978 e com versão final em 1980), uma metodologia de quantificação do poder apercebido sintetizada na fórmula: $Pp = (C + E + M) \times (S + W)$, decompondo-se esta nos seguintes factores⁵³⁹:

Pp = poder apercebido (perceived power)

C = massa crítica (critical mass)

E = capacidade económica (economic capability)

M = capacidade militar (military capability)

S = estratégia nacional (strategic purpose)

W = vontade nacional (will to pursue national strategy)

Para a aplicação da sua fórmula Cline desdobraria ainda cada um daqueles factores em componentes próprios, elaborando também um complexo sistema de pontuação no qual estabeleceria um máximo de pontuação possível para cada um dos factores, cujo valor dos pontos a atribuir a cada um destes se faria em função do estabelecimento de determinados tectos máximos e limiares mínimos para cada um dos componentes constituintes de cada factor, atribuindo-se uma pontuação máxima quando alcançados os tectos (decrecendo proporcionalmente essa pontuação à medida que determinado factor fosse ficando aquém do valor de referência delineado pelo autor), e uma pontuação mínima quando preenchido o limiar mínimo, abaixo do qual não seria atribuída qualquer pontuação ao componente em causa. Este sistema de pontuação previa ainda a possibilidade de atribuição de pontos de bonificação e negativos, sendo estes atribuídos em função de critérios diferenciadores que variam em função de cada factor e seus componentes.

Seguindo aqueles critérios, o autor da fórmula estabeleceria a pontuação máxima possível para o factor massa crítica (C) em 100 pontos e o mínimo em 1 ponto, sendo que o valor

⁵³⁸ Apud. SPIEGEL, Steven, *Dominance and Diversity*, in MATTOS, Carlos de Meira (1975), *Brasil - Geopolítica e Destino*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, p. 70.

⁵³⁹ Apud. CLINE, Ray, *World Power Assessment*, in ALMEIDA, Políbio F. V. (1990), *Do Poder do Pequeno Estado – Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 293.

obtido por cada Estado neste factor resultaria do somatório da pontuação atribuída aos componentes população e território, valendo cada um, no máximo, 50 pontos. Relativamente à população, Cline estabeleceria como limiar mínimo para a atribuição de pontuação a este componente o número de 15 milhões de habitantes, não atribuindo qualquer pontuação aos Estados com um efectivo populacional abaixo daquele número, estabelecendo também como patamar para a atribuição da pontuação máxima (50 pontos) o número de 200 milhões de habitantes, decrescendo a pontuação proporcionalmente à medida que aquele número vá ficando mais distante de alcançar. Quanto ao componente território, Cline estabeleceria o número da área necessária para a atribuição da pontuação máxima a um Estado (50 pontos) em mais de 3 milhões de milhas quadradas, decrescendo proporcionalmente a pontuação a atribuir a este componente até à pontuação mínima de cinco pontos, atribuída a Estados com uma área correspondente a 300.000 milhas quadradas.

Quanto ao factor capacidade económica (E), tendo como único critério o facto de os considerar como os mais elucidativos quanto à capacidade que um estado envolvido em confrontos localizados ou em guerras limitadas possui, Cline seleccionaria seis indicadores económicos: produto nacional bruto, energia, minerais estratégicos, indústria, alimentação e comércio, atribuindo um valor relativo a cada um destes indicadores (bem como aos seus componentes para aqueles que assim se desdobram) e cujo somatório da pontuação obtida em cada indicador revelaria a capacidade económica dos Estados avaliados. Podendo o somatório de todos os componentes do factor económico atingir os 200 pontos, Cline consagraria para o indicador produto nacional bruto 100 dos 200 pontos possíveis de obter no factor capacidade económica, com os restantes 100 a serem subdivididos pelos restantes cinco indicadores e seus respectivos componentes.

Assim, para o indicador energia, Cline reservaria um total de 20 pontos a serem atribuídos por quatro componentes, consistindo estes em quatro fontes de energia, cada qual com uma pontuação máxima própria: petróleo com 10 pontos, gás natural com 4, nuclear com 4, e carvão com 2, prevendo ainda a fórmula a atribuição de pontos de bonificação (até um máximo de 2) e negativos (podendo neste caso ascender aos 8) para o petróleo, atribuíveis em função da capacidade de reservas e do grau da dependência das importações.

De acordo com os critérios definidos por Cline, a atribuição da pontuação ao componente petróleo é feita tendo em conta a capacidade de produção, exportação, as reservas e as

importações deste recurso energético. No caso do carvão, uma vez que as reservas não são consideradas para o efeito de atribuição de pontos de bonificação (embora se mantenha o critério de pontos negativos para as importações) e que os Estados são organizados por Cline em ordem decrescente, tendo como referencia a capacidade de exportação deste recurso energético, a atribuição de pontuação a este componente já não tem em conta – como tinha no caso do petróleo – a capacidade de produção e de reservas deste recurso energético, ficando o exercício de pontuação dependente, em exclusivo, do critério das exportações. No caso do componente gás natural, Cline também atribui a pontuação em função da capacidade exportadora e da penalização das importações com pontos negativos, desconsiderando uma vez mais a capacidade de produção e a bonificação das reservas. Já relativamente ao componente energia nuclear, o autor da fórmula retoma o critério da produção (eléctrica) efectiva a partir daquela fonte de energia, como o referencial de atribuição de pontuação.

Para o indicador minerais estratégicos, o autor da fórmula reservaria um total de pontuação máxima possível de 20 pontos, subdivididos por cinco componentes representados por minerais considerados críticos, cada um com um respectivo máximo de pontuação: ferro com 8 pontos, cobre com 3, bauxita 3, crómio com 3, e urânio com 3, sendo a pontuação atribuída em função da capacidade de exportação, e não de produção, prevendo ainda a fórmula a possibilidade de atribuição de pontos de bonificação para as exportações e de negativos para as importações.

Relativamente ao indicador capacidade industrial, Cline reservaria igualmente um total de 20 pontos possíveis subdivididos por três componentes representados por três produtos industriais de base, cada um tendo também uma pontuação máxima específica: aço com 10 pontos, alumínio com 5, e cimento 5. Neste indicador a pontuação passa a ser atribuída, de forma proporcional, apenas em função da capacidade de produção dos Estados nestes três itens.

Quanto ao indicador capacidade alimentar, Cline mede-a a partir de três componentes representados por outros tantos cereais: trigo, milho, e arroz. Não estando previsto um valor máximo pré-estabelecido para cada um dos componentes, a pontuação neste indicador é atribuída em função da diferença entre as exportações e as importações de cada um daqueles cereais, sendo a pontuação máxima prevista para este indicador económico – 20 pontos –, atribuível ao país que apresente a melhor soma do conjunto dos componentes. A fórmula

prevê ainda para este indicador a possibilidade de atribuição de pontos positivos e negativos, atribuíveis em função do desequilíbrio existente entre exportações e importações.

No que ao indicador do comércio internacional diz respeito, Cline define que a pontuação máxima possível de 20 pontos, reservada para este indicador, seria atribuída ao Estado que apresentasse o maior saldo positivo entre exportações e importações, sendo os demais Estados pontuados proporcionalmente.

Para o factor capacidade militar (M), Cline reservaria uma pontuação máxima possível de 200 pontos a repartir em partes iguais para a capacidade militar nuclear (100 pontos) – à qual reconhece, segundo Políbio Almeida, “a necessidade de lhe atribuir um alto coeficiente já que esse poder intervém como um factor psicológico de grande efeito na avaliação da força”⁵⁴⁰ – e a capacidade militar convencional (100 pontos).

Sendo a capacidade militar convencional avaliada, numa primeira fase, pelo número da população armada, das unidades de combate, e equipamento, Cline, reconhecendo que as estimativas sobre aqueles itens poderão ser insuficientes para o aferir do poder militar convencional de um Estado, contempla na sua fórmula a aplicação de “factores de conversão” ou coeficientes que transformem outras formas de força em “unidades de poder militar”, os quais se expressam através dos componentes: qualidades humanas, efectividade das armas, suporte logístico e de infra-estruturas, e qualidade da organização. Uma vez atribuídos os índices ou coeficientes a cada um dos referidos componentes, estes passam a ser convertidos em “unidades de combate de capacidade equivalente”, obtendo-se assim, por esta via, a posição relativa de um determinado Estado. Posteriormente, determina a fórmula que se passe a conjugar todos os dados obtidos no processo acima descrito, com os factores alcance estratégico e esforço militar, através de um processo de cálculo em que o factor alcance estratégico assume a função de multiplicador das unidades de combate, e o factor esforço militar se expressa pela atribuição de pontos de bonificação que poderão chegar aos 10 pontos, valor máximo este atribuível apenas ao Estado com o mais elevado percentual do seu produto interno bruto investido em estruturas militares.

Segundo a fórmula, uma vez somada a pontuação atribuída aos factores massa crítica (C), capacidade económica (E) e capacidade militar (M), ter-se-ia determinado o valor da primeira

⁵⁴⁰ ALMEIDA, Políbio F. V. (1990), *Op. Cit.*, nota 14, p. 293.

parcela da equação $(C + E + M)$, restando porém, ainda por determinar, o valor da segunda parcela $(S + W)$ – o qual será obtido através do somatório da pontuação conseguida nos factores estratégia nacional (S) e vontade nacional (W) . Paralelamente, tendo em conta que após a determinação dos respectivos valores a primeira passará a ser multiplicada pela segunda $(C + E + M) \times (S + W)$ – exercendo esta última, por conseguinte, um efeito exponencial no cálculo –, a questão quanto à precisão (ou imprecisão) com que o valor da segunda parcela da equação for obtido reveste-se de particular importância, dada a grande influência que esta exerce no cálculo e, por extensão, no resultado final deste.

Contudo, se por um lado se percebe a importância da segunda parcela da equação, por outro a obtenção precisa do seu valor não se afigura tarefa fácil de realizar, tendo em conta que os factores estratégia nacional e vontade nacional que a constituem, para além de serem, como Cline reconhece, “the two most critical factors in my formula for measuring power”⁵⁴¹, são também “intangible elements of national strength”⁵⁴², e, por conseguinte, “altamente subjectivos”⁵⁴³ e difíceis de determinar com precisão.

Porém, não obstante a dificuldade de determinar, com precisão, o valor de um factor tão importante quanto subjectivo, Cline reserva para o factor estratégia nacional o valor máximo de 1 ponto (exercendo este 1 ponto um efeito multiplicador no cálculo), atribuível apenas aos Estados detentores de uma estratégia considerada perfeita, direccionada exclusivamente para o exercício do poder e influência no plano internacional, uma vez que o autor da fórmula define como estratégia nacional “(...) the political decision-making process that conceptualizes and establishes goals and objectives designed to protect and enhance national interests in the international environment”. Em sentido inverso, quanto mais confusa for a estratégia para a prossecução daquele objectivo, assim decrescerá a pontuação e o efeito multiplicador do factor estratégia nacional, prevendo a fórmula que este possa chegar a ser reduzido a zero.

Quanto ao segundo factor da segunda parcela da fórmula – a vontade nacional –, Cline define-o como o “grau de resolução que pode ser mobilizado entre os cidadãos nacionais para

⁵⁴¹ Apud. CLINE, Ray, *World Power Assessment*, in ALMEIDA, Políbio F. V. (1990), *Do Poder do Pequeno Estado – Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 299.

⁵⁴² Idem, p. 316.

⁵⁴³ ALMEIDA, Políbio F. V. (1990), *Op. Cit.*, nota 14, p. 316.

suportar as decisões governamentais em matéria de defesa e de política externa”⁵⁴⁴. Considerando Cline que na formação da vontade nacional vários são os elementos a considerar, o autor da fórmula concebe a abordagem a este factor através da avaliação de um conjunto de componentes e subcomponentes tidos como particularmente importantes para a formação da vontade nacional, reservando para cada um deles um valor relativo diferente. Mais concretamente, a abordagem do factor vontade nacional por via de uma avaliação parcelar dos seus componentes, materializar-se-ia da seguinte forma:

1 – Nível de integração nacional

- a) Integração nacional – 25%
- b) Integração territorial – 8%

2 – Força da liderança nacional

- a) Capacidade de acção governamental – 17%
- b) Nível de disciplina social – 17%

3 – Coerência entre a estratégia e o interesse nacional – 33%

Somados aqueles máximos percentuais reservados a cada um dos componentes e seus subcomponentes, verifica-se que Cline estabeleceu o percentual total possível nos 100%, reservando para este máximo percentual a pontuação máxima de 1 ponto, a qual decrescerá proporcionalmente à medida da diferença registada entre o percentual obtido pelo Estado avaliado, e o percentual total possível dos 100% alocados aos componentes e subcomponentes deste factor.

Por conseguinte, considerando que a soma dos máximos de pontuação possíveis reservados aos factores massa crítica (C), capacidade económica (E), e capacidade militar (M) ascende aos 500 pontos, e que o factor multiplicador dos factores estratégia nacional (S) e vontade nacional (W) equivale a 2 pontos, chega-se à conclusão que a pontuação máxima final que a fórmula $(C + E + M) \times (S + W)$ admite para o poder apercebido (Pp) é de 1000 pontos.

⁵⁴⁴ Apud. **CLINE**, Ray, *World Power Assessment*, in **ALMEIDA**, Políbio F. V. (1990), *Do Poder do Pequeno Estado – Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 300.

Apesar das muitas críticas que se poderão apontar à fórmula de avaliação do poder apercebido elaborada por Cline⁵⁴⁵, nomeadamente no que diz respeito à selecção de alguns dos componentes dos factores da equação, da pontuação que lhes é reservada pelo autor, dos critérios escolhidos para a atribuição da pontuação e das frequentes mudanças dos mesmos por um lado, e da objecção de que a fórmula “se situa fora do contexto das preocupações de um pequeno ou médio estado”⁵⁴⁶ e que utiliza de “padrões de medida [que] são megaforças para as quais o pequeno estado não tem tabuada possível”⁵⁴⁷ por outro, pela nossa parte, e para os fins que perseguimos nesta dissertação, retiramos duas grandes conclusões do trabalho daquele autor. A primeira é a de que entre os factores e componentes constantes na fórmula de Cline podem-se encontrar, como bitolas necessárias ao exercício de mensuração do poder, elementos como território, população, recursos naturais, capacidade económica, capacidade militar, e integração cultural, os quais, ao figurarem também nos demais modelos de avaliação do poder até aqui apresentados, parecem constituir o núcleo central dos requisitos geopolíticos a considerar em qualquer tentativa de aferição do poder. A segunda, tendo-se em conta a classificação do Brasil como terceiro maior poder mundial em 1978 (superado apenas pela União Soviética e os EUA) e a de Portugal como septuagésimo sétimo⁵⁴⁸ - figurando na última posição da lista de Cline -, é a de que a diferença de setenta e quatro posições entre os dois países lusófonos parece ir no sentido de confirmar o significativo diferencial de poder existente entre ambos, aspecto este já anteriormente identificado e considerado importante para a relevância e actualidade do objecto de estudo para a Estratégia.

Por sua parte, procurando determinar a condição do Brasil enquanto potência no plano das relações internacionais, Therezinha de Castro (1930-2000), na sua obra *Retrato do Brasil – Atlas Texto de Geopolítica* de 1986, esboçaria uma metodologia que enunciava um modelo de hierarquia de poder entre as potências do planeta tendo por base a listagem dos requisitos geopolíticos que considerava necessários para que um Estado pudesse alcançar o estatuto de Grande Potência.

⁵⁴⁵ Para uma leitura crítica da fórmula de avaliação do poder apercebido desenvolvida pelo autor Ray Cline, ver: **ALMEIDA** Políbio F. V. (1990), *Op. Cit.*, **nota 14**, pp. 303-331.

⁵⁴⁶ **ALMEIDA**, Políbio F. V. (1990), *Op. Cit.*, **nota 14**, p. 291.

⁵⁴⁷ *Idem*, p. 292.

⁵⁴⁸ Apud. **CLINE**, Ray, *World Power Assessment*, in **ALMEIDA**, Políbio F. V. (1990), *Do Poder do Pequeno Estado – Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp. 301-302.

No referido modelo, a autora procederia à classificação dos Estados agrupando-os em cinco diferentes níveis de poder⁵⁴⁹:

- Naquela época, na qualidade de potências de primeiro nível identificavam-se somente cinco países; Estados Unidos, Rússia, China, Japão e a Europa Ocidental materializada no Mercado Comum Europeu, sendo que todos eles se caracterizavam pela capacidade do exercício do poder à escala mundial.
- Entre as potências de segundo nível contavam-se o Brasil, Índia, Canadá, México, Venezuela e a Nigéria, as quais, exercendo um poder que cobria essencialmente extensões regionais, embora com algum alcance inter-regional, demonstravam já capacidade para competir directamente com as potências de primeiro nível dentro da sua região ou reduto geopolítico, procurando as potências deste nível libertarem-se da dependência económica e militar que as subordinava àquelas de nível superior.
- Já as potências de terceiro nível apresentavam um poder com alcance restrito à sua área regional apenas, com as de quarto nível limitadas ao desenvolvimento de contactos locais, e as integradas no quinto nível, desprovidas de qualquer poder e alcance.

Quanto à listagem dos requisitos geopolíticos para que um Estado pudesse vir a integrar o patamar das Grandes Potências, Therezinha de Castro, a partir da análise dos cinco maiores países do mundo (Rússia, Canadá, EUA, Brasil, e China) em função de critérios exclusivamente de natureza geográfica, quer física quer humana, apreciados pelo prisma não só quantitativo (avançando em tais casos com limiares mínimos e/ou máximos) mas também qualitativo, identificaria sete condições básicas⁵⁵⁰:

- 1º – Superfície territorial superior a 5 milhões de km²;
- 2º – Contiguidade territorial;
- 3º – Acesso directo e amplo ao alto-mar;
- 4º – Recursos naturais estratégicos e essenciais;
- 5º – População superior a 100 milhões de habitantes;
- 6º – Densidade demográfica superior a 10 hab./km² e menor que 200 hab./km²;
- 7º – Homogeneidade racial.

⁵⁴⁹ Cfr. **CASTRO**, Therezinha de (1986), *Op. Cit.*, **nota 42**, pp. 31-32.

⁵⁵⁰ Cfr. *idem*, p. 34.

Após constatar que o Brasil se encontrava entre os países mais populosos do mundo, indo ao encontro da homogeneidade ao longo de cinco séculos, possuindo três condições imprescindíveis para que se possa alcançar a condição de Grande Potência: espaço, posição, e recursos naturais com importante significado económico em variedade e abundância, Therezinha de Castro concluiria que o Brasil se constitui, “portanto, dentro do conceito geopolítico global, [n]uma Nação Satisfeita”⁵⁵¹, reunindo todas aquelas sete condições básicas, sendo acompanhado na época, na opinião da autora, somente pela China.

Por fim, o General-de-Exército Carlos A. Pinto Silva, do Exército Brasileiro, no seu artigo “A Estatuta Político-Estratégica do Brasil e o Poderio Bélico Nacional: Idéias Para o Planeamento Estratégico”, redigido em 2008 para a revista *Military Review*⁵⁵², apresentaria um modelo de classificação do *status* de potência entre os Estados com um corpo conceptual mais sofisticado e completo que aqueles até aqui apresentados. De facto, reflectindo com maior representatividade a actual ordem mundial e o seu futuro próximo, o referido autor ilustraria ainda a sua proposta de modelo com exemplos práticos de países que encaixam no perfil das definições avançadas para as várias categorias de potências identificadas, inserindo-os nos respectivos contextos geográficos e hierarquia de poderes naqueles estabelecida, sem deixar de apontar de permeio os atributos que concorrem para essa hierarquia.

Assim, considerando a existência de seis níveis de poder, de acordo com o modelo proposto pelo referido autor, os Estados repartem-se pelas seguintes categorias de potência⁵⁵³:

- Hiperpotência: termo originalmente utilizado na década de 1990 para classificar os EUA após o debacle da URSS, estando a cair em desuso dada a crescente influência da China, UE, Índia, Brasil e Rússia, o mesmo refere-se a um Estado dominante em todo o planeta, mantendo para tal considerável superioridade relativamente aos demais participantes do Sistema Internacional.
- Superpotência: Estado com poder de âmbito mundial, com capacidade para influenciar decisivamente acontecimentos que ocorram em qualquer parte do planeta, detendo grande força económica e capacidade de projecção de poder à escala mundial, capaz de exercer forte influência cultural. Actualmente, se a classificação dos EUA como Superpotência não levanta

⁵⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 34.

⁵⁵² Cfr. **SILVA**, Carlos Alberto Pinto (Jan./Fev./2008), *Op. Cit.*, **nota 2**, pp. 61-68.

⁵⁵³ Cfr. idem, pp. 63-65.

dúvidas, já quanto à integração destes em situação de exclusividade neste patamar, o autor do modelo não deixa de referir a inexistência de consenso relativamente à questão. Com efeito, a Rússia, na qualidade de Estado sucessor da ex-URSS, ao conservar determinadas características de Superpotência, (como poder militar e capacidade de desenvolvimento de tecnologia militar e espacial, maior extensão territorial do mundo e população numerosa), levanta a dúvida quanto à sua possível inclusão num estágio intermédio entre a categoria de Superpotência e a de Superpotência Emergente. No mesmo contexto de ausência de consenso surge ainda a unidade política UE, a qual, considerada no seu conjunto, também se poderá considerar detentora de características do tipo Superpotência.

- Superpotência Emergente: Estado considerado com potencial para ascender ao estatuto de Superpotência, ou *quasi* Superpotência, no decorrer do século XXI, perfilando-se nesta categoria os emergentes Brasil, Rússia, Índia e China, que são considerados possuidores do potencial necessário para alcançar a condição de Superpotência. Uma vez mais devido à natureza particular deste actor político, o autor do modelo em apresentação concebe a possibilidade de inclusão da UE neste patamar de potência – e em nossa opinião com menor margem de erro –, considerando que aquela também poderá ser qualificada como Superpotência Emergente.

- Grande Potência: Estado que possui capacidade de intervenção militar em quase qualquer parte do mundo, permitindo-lhe exercer poder para além do domínio diplomático, e que alia a esta capacidade o respectivo poder económico e político, fazendo com que as posições por tal Estado assumidas sejam consideradas pelas demais potências antes da tomada de uma acção diplomática ou militar. Não se verificando consenso entre os estudiosos da matéria quanto a quais os Estados que integram esta categoria de poder, países como o Reino Unido, França, Alemanha e Itália, representam os exemplos menos polémicos, assim como também, por maioria de razão, se pudesse pacificamente incluir a Rússia e China no patamar de Grande Potência, somente pelo facto de estas duas unidades políticas satisfazerem à saciedade os pressupostos da caracterização de Grande Potência acima apresentada.

Média Potência: Estados que não sendo Superpotências ou Grandes potências, possuem certo grau de influência mundial, sem que, no entanto, tenham necessariamente capacidade de domínio sobre uma determinada área geográfica mundial. Estas procuram, normalmente, constituir ou integrar grupos visando o fortalecimento do seu poder, sem que se submetam

obrigatória ou automaticamente à liderança daqueles, tendo as médias potências no multilateralismo uma das suas principais características. De entre os países que podem ser considerados Médias Potências destacam-se: África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Egito, Espanha, Índia, Indonésia, Irão, México e Nigéria, entre outros.

- Potência Regional: Estado com poder e a influência necessária para exercer certo grau de controlo sobre a região geográfica em que se insere, proliferando estes em número.

No entanto, para se aferir do *status* de potência entre os Estados, a par da posse das condições caracterizantes para a integração numa ou mais das categorias de potência acima apresentadas e operacionalizadas, torna-se necessário situar os países nas respectivas áreas geográficas, colocando-os em interface com os demais vizinhos.

Assim, no Continente Africano, na sua vertente sul, a África do Sul é o Estado dominante em termos de poder, destacando-se-lhe os atributos económico, militar, político e capacidade diplomática, exercendo forte pressão na defesa dos seus interesses. Na vertente norte, estendendo-se para o mundo Árabe, o Egito surge como uma Potência Regional potencial, sobressaindo pela posse das Forças Armadas mais poderosas do Continente Africano e crescimento económico apresentado até à Primavera Árabe, evento que introduz uma grande margem de dúvida quanto a possibilidade deste país, no futuro, vir a materializar aquele potencial de ascensão ao estatuto de Potência Regional. Em situação conjectural mais estável, embora porventura com menor potencial estrutural, juntam-se ao Egito, na mesma qualidade de Potência Regional em potencial, o Quênia na África Oriental, e a Nigéria na África Ocidental⁵⁵⁴.

Na América do Norte, os Estados Unidos, na condição de Superpotência, ou Hiperpotência de acordo com alguns especialistas, ainda que ladeados por duas Potências Médias, Canadá e México, afirmam-se inquestionavelmente como a Potência Regional, possuindo a terceira maior extensão territorial do mundo, a terceira maior população à escala mundial, o maior PIB do mundo, e o mais poderoso e sofisticado aparelho militar do planeta. Já no subcontinente Sul-Americano, atribuindo prioridade ao seu entorno estratégico, afirma-se o Brasil como a Potência Regional, destacando-se com confortável vantagem das potenciais

⁵⁵⁴ Cfr. idem, *ibidem*, p. 63.

Potências Regionais Argentina e Chile, possuindo atributos como a quinta maior extensão territorial do planeta, a quinta maior população à escala mundial, o oitavo maior PIB do mundo (em 2010), recursos naturais estratégicos e as Forças Armadas mais numerosas e bem equipadas do subcontinente. Por seu lado, a Venezuela, tendo demonstrado capacidade de influir indirectamente em alguns países vizinhos, procura alcançar o estatuto de Potência Regional potencial⁵⁵⁵.

No Leste da Ásia, a China, possuindo a quarta maior extensão territorial do planeta, maior contingente populacional do mundo, segundo maior PIB mundial, e poder militar em posse da arma nuclear, na qualidade de Grande Potência, afirma-se como Potência Regional, marcando também presença nesta vertente do Continente Asiático como Potências Regionais, o Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Já na vertente do Sudeste Asiático, ombreando com a China, figura a Índia igualmente na qualidade de Grande Potência, detendo a sétima maior extensão territorial do planeta, a segunda maior população à escala mundial, o quarto maior PIB do mundo, possuindo ainda Forças Armadas numerosas e dotadas da arma nuclear. Sem que nenhuma das duas possa ser considerada como o principal poder regional, estas contam ainda com a presença na região de potenciais Potências Regionais como as Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia, porém deslizando estas mais para o espaço de disputa de poder com a China. Por outro lado, integrando o subcontinente Indiano, e assim inserido no espaço de disputa de poder com a Índia, figura o Paquistão na qualidade de Potência Regional em potencial, possuidor de Forças Armadas numerosas em posse da arma nuclear, face a uma Índia que se afirma como o principal poder regional no subcontinente⁵⁵⁶.

Na região do Médio Oriente, com o maior PIB, contingente populacional, efectivo das Forças Armadas e orçamento de defesa da região, a Turquia pode ser considerada a Potência Regional do Médio Oriente. No entanto, possuindo uma dimensão populacional elevada, área territorial extensa, economia crescente, superior à dos países Árabes, à de Israel, e semelhante à da Turquia, dotado de Forças Armadas numerosas e bem equipadas, buscando alcançar a posse da arma nuclear, e estreito relacionamento diplomático com Potências Regionais e Superpotências Emergentes como a China, Rússia e Índia, o Irão também pode ser considerado uma Potência Regional. A par destas, deverá ainda ser considerada a Arábia Saudita como potência com influência regional, assente no factor cultural por um lado, (dada

⁵⁵⁵ Cfr. *ibidem*, p. 63.

⁵⁵⁶ Cfr. *ibidem*, pp. 63-64.

a localização das cidades santas de Meca e Medina para os muçulmanos sunitas, os quais constituem a maioria da população Árabe no Médio Oriente), e a posse das maiores reservas do planeta do mais estratégico dos recursos naturais na actualidade – petróleo – por outro e que, por sua vez, lhe garante a vantagem diplomática de um relacionamento próximo com a Superpotência do Sistema Internacional – os EUA. Nesta região, constitui-se também como Potência Regional, Israel, alcançando este astuto graças a uma economia desenvolvida e moderna, mas principalmente pela capacidade militar expressa, assente em recursos bélicos tecnologicamente desenvolvidos e posse da arma nuclear, respaldada por uma influente força diplomática internacional, com laços muito estreitos com os EUA⁵⁵⁷.

No Continente Europeu, na sua vertente ocidental, na qualidade de Grandes Potências, destacam-se o Reino Unido, a França e a Alemanha, como as três principais potências. Possuindo aquelas economias desenvolvidas, figurando entre o lote das que apresentam os mais elevados PIB's e PIB's *per capita*, com as duas primeiras detendo assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) por um lado, porém sobressaindo a última pela vantagem no campo económico por outro, não se podendo considerar, por conseguinte, que qualquer uma das mesmas mantenha poder exclusivo na Europa Ocidental. No entanto, dada a sua capacidade de projecção de poder e poderio militar, assim como pela relação privilegiada que cultiva com os EUA, ao nível económico, cultural, diplomático, e de cooperação militar, destaca-se de entre aquelas como Potência Regional o Reino Unido. A par deste, no Leste Europeu, mesmo após a dissolução da URSS, mantém a Rússia o estatuto de principal Potência Regional nesta vertente do Continente Europeu, possuindo a maior extensão territorial do planeta, a oitava maior população do mundo, vastos recursos naturais, particularmente minerais, entre os quais se destacam os carboníferos petróleo e gás, o sexto maior PIB do mundo, segundo aparelho bélico mais poderoso e sofisticado do planeta, assim como forte poder político e diplomático exercido no Conselho de Segurança da ONU na qualidade de membro permanente com direito de veto sobre as propostas de resolução, bloqueando-as sempre que a defesa dos seus interesses assim o exija. Como principal Potência Regional neste quadrante do Continente, espreado-se também à Ásia Central, intervém decisivamente nas questões internacionais que envolvam directamente os países da área de influência das ex-Repúblicas Socialistas Soviéticas, embora a retracção da sua esfera de influência nesta região, seguida do alargamento da UE e da OTAN, tenha

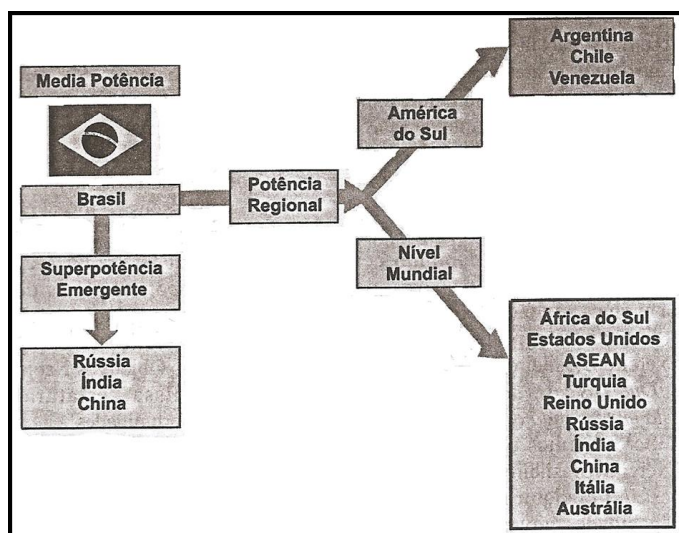
⁵⁵⁷ Cfr. *ibidem*, p. 64.

permitido a abertura de um espaço para que países como a Polónia, Ucrânia, Roménia e Bulgária se perfilassem como Potências Regionais potenciais. No Sul da Europa, ocupando uma estratégica posição central no Mar Mediterrâneo, possuindo o maior PIB *per capita* da região, constitui-se a Itália na Potência Regional da Europa do Sul⁵⁵⁸.

Na Oceânia, possuindo extensa superfície terrestre, economia moderna e desenvolvida, as Forças Armadas regionais mais poderosas, e mantendo fortes relações com o Reino Unido e os Estados Unidos, a Austrália, integrada no universo civilizacional da “angloesfera” e alinhada com os princípios estruturantes da política externa dos Estados Unidos e Reino Unido, pode ser considerada a Potência Regional da Oceânia⁵⁵⁹.

Assim, tendo em conta que para a aferição plena do *status* de potência entre os Estados não basta identificar os atributos caracterizantes do poder, e com base nestes proceder à elaboração de uma hierarquia de categorias de potência, torna-se necessário articular estes instrumentos, considerando simultaneamente a área de inserção geográfica dos Estados e respectiva correlação de forças com os poderes vizinhos. Tal articulação conduziria o General Carlos A. P. Silva, a realizar uma interpretação da “estatura político-estratégica” do Brasil no Sistema Internacional, da qual concluía o seu país figurar simultaneamente nas categorias de Potência Média, Potência Regional e Superpotência Emergente⁵⁶⁰ (Ver Esquema 2).

Esquema 2: Proposta de Classificação do *Status* de Poder do Brasil



Fonte: SILVA, Carlos A. P., “A Estatura Político-Estratégica do Brasil e o Poderio Bélico Nacional: Idéias Para o Planeamento Estratégico”, p. 67.

⁵⁵⁸ Cfr. *ibidem*.

⁵⁵⁹ Cfr. *ibidem*.

⁵⁶⁰ Cfr. *ibidem*, p. 65.

Daquela conclusão (dando conta do multifacetado estatuto do Brasil, verificável também relativamente a outras potências), para efeito do exercício de aferição do poder e classificação dos Estados, quanto ao autor, emergiria ainda o aspecto relativo à fluidez existente entre as categorias de potência – sugerindo uma flexibilidade de leitura interpretativa quanto à classificação de potência atribuída aos Estados, particularmente quando as estratificações da hierarquia não se apresentam de forma estanque, nem mesmo rígida. Por outro lado, da evolução do conceito de poder e das várias propostas para o mesmo, não obstante a variedade numérica quanto a categorias de potência ou a fluidez entre as mesmas, emerge também como denominador comum a todas aquelas, a existência de um mesmo critério fundamental: a abrangência geográfica sobre a qual determinada potência tem capacidade para exercer poder, assim como o grau de limitação que a mesma manifesta em termos de área geográfica.